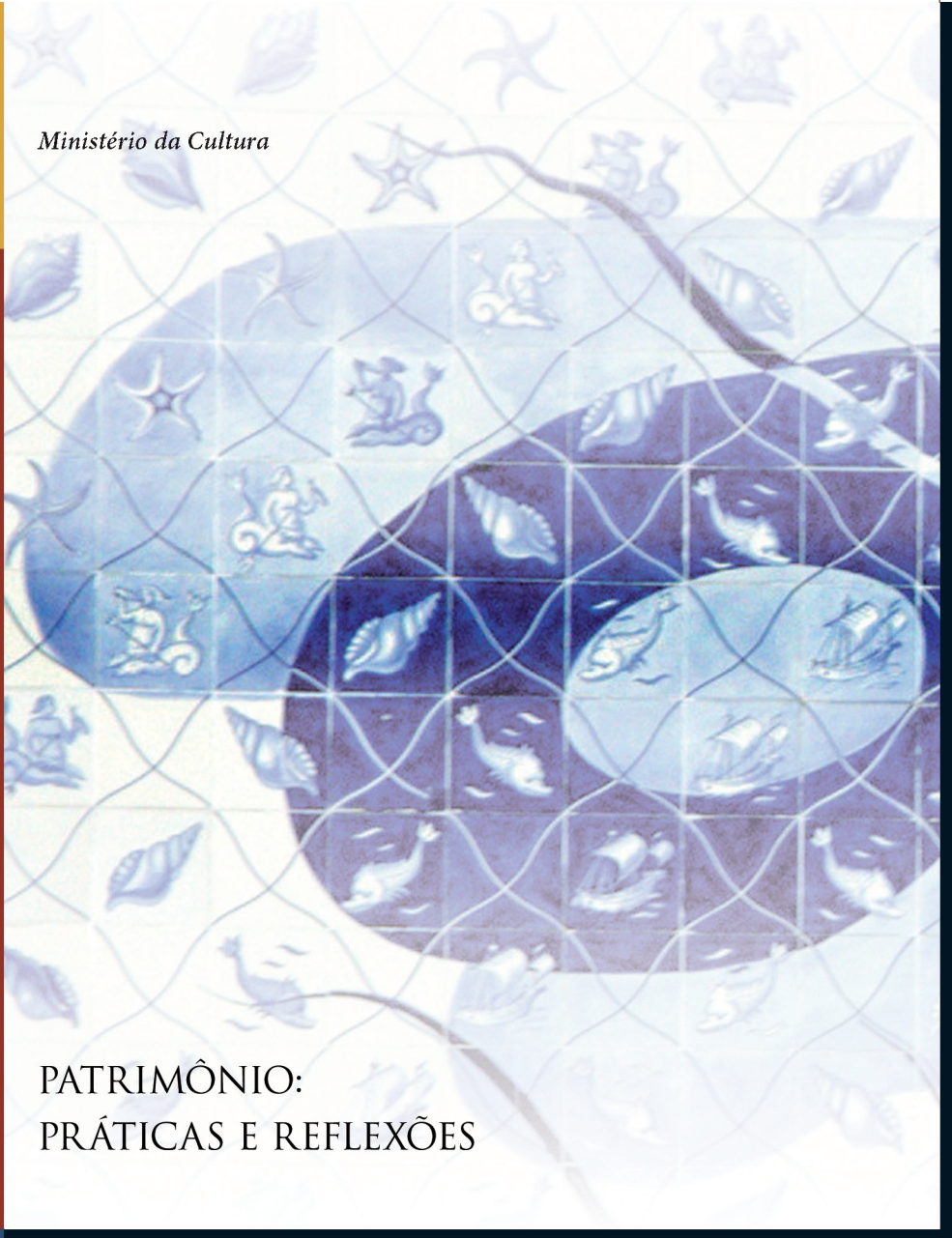
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Ministério da Cultura

IPHAN



PATRIMÔNIO: PRÁTICAS E REFLEXÕES

PROGRAMA DE ESPECIALIZAÇÃO EM PATRIMÔNIO

Artigos (2005 e 2006)

A Série *Patrimônio: Práticas e Reflexões*, editada pela Coordenação-Geral de Pesquisa e Documentação (Copedoc/DAF/IPHAN), tem trazido a público o resultado de debates acerca das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil. Como projeto editorial constituído a partir dos programas de pesquisa e formação do IPHAN, a Série pretende integrar espaços de discussão em torno do campo do patrimônio, retomando, neste 3º volume, as *Edições do Programa de Especialização em Patrimônio*, com uma nova coletânea de artigos originados dos trabalhos monográficos desenvolvidos por bolsistas das turmas de 2005 e 2006.

Partindo de demandas da própria instituição, os trabalhos ora apresentados trazem o olhar particular de bolsistas de diferentes áreas de formação, a partir de seus locais de inserção e atuação no IPHAN, onde puderam compartilhar da prática institucional e refletir sobre a diversidade de questões e perspectivas que envolvem a preservação do patrimônio cultural no Brasil.

O caráter multidisciplinar, que tem sido marca importante do Programa, caracteriza os objetos de estudo e problemáticas tratados nos artigos. Dentre os temas abordados estão os processos de tombamento e a elaboração de portarias para regulamentar critérios de intervenção e fiscalização de conjuntos tombados; a aplicação de normas e a orientação de moradores e proprietários na preservação de sítios históricos; o uso das cores como referencial simbólico e de identidade do patrimônio cultural das cidades. Sobre a gestão de bens culturais, os autores abordam a atuação das instâncias de patrimônio na preservação dos sítios históricos tombados; a identificação das características de conjunto e atribuição de valor nos tombamentos; o contexto de formulação e aplicação de determinados conceitos na gestão dos espaços urbanos. Ao mesmo tempo, tratam da apropriação desses *bens culturais* e da dinâmica cotidiana das comunidades locais, que impõem novas demandas e perspectivas a serem consideradas nos processos de gestão, e num esforço de superar a dicotomia entre patrimônio material e imaterial, analisam as relações sociais e a apropriação simbólica desse patrimônio.

Num debate atual, os trabalhos abordam o reconhecimento da diversidade étnica e cultural nos pro-

PATRIMÔNIO:
PRÁTICAS E REFLEXÕES

PROGRAMA DE ESPECIALIZAÇÃO EM PATRIMÔNIO

Artigos (2005 e 2006)

Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro da Cultura
João Luiz Silva Ferreira

Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Luiz Fernando de Almeida

Procurador Chefe
Antônio Fernando Alves Leal Neri

Departamento de Planejamento e Administração
Maria Emília Nascimento Santos

Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização
Dalmo Vieira Filho

Departamento do Patrimônio Imaterial
Márcia Genésia de Sant'Anna

Departamento de Articulação e Fomento
Márcia Helena Gonçalves Rollemberg

Coordenadora-Geral de Pesquisa e Documentação
Lia Motta

Coordenação de Pesquisa
Márcia Regina Romeiro Chuva

Ministério da Cultura
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

PATRIMÔNIO:
PRÁTICAS E REFLEXÕES

PROGRAMA DE ESPECIALIZAÇÃO EM PATRIMÔNIO

Artigos (2005 e 2006)

Rio de Janeiro, Copedoc/IPHAN, 2009

Patrimônio: Práticas e Reflexões nº 3

Programa de
Especialização em Patrimônio
Artigos (2005 e 2006)

Organização
Coordenação do Programa
de Especialização em Patrimônio

Coordenação de Editoração
da Copedoc
Evandro Domingues

Projeto Gráfico
Marcela Perroni - Ventura Design
Diagramação, tratamento de imagens e
adaptação do projeto - Oswaldo Ulhoa

Foto Capa
Oscar Henrique Liberal

Revisão
Evandro Domingues
Ulisses Maciel

Impressão
Imprinta Express Gráfica e Editora Ltda.

P964p Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). Coordenação-Geral de Pesquisa e Documentação. Programa de Especialização em Patrimônio.

Programa de Especialização em Patrimônio - Artigos (2005 e 2006) / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). Coordenação-Geral de Pesquisa e Documentação. Rio de Janeiro: IPHAN/Copedoc, 2009.
408 p. .:il.; 16x23 cm. – (Patrimônio: práticas e reflexões; 3).

ISBN XXX-XX-7334-XXX-X

1. Patrimônio cultural. 2. Preservação. 3. Patrimônio imaterial. 4. Cultura popular. 5. Folclore. 6. Diversidade cultural. 7. Quilombos. I. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). Coordenação Geral de Pesquisa Documentação e Referência. II. Título. III. Série.

IPHAN / RJ

CDD 363.690981

Sumário

Apresentação **7**

Critérios para intervenção no Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico do Antigo Bairro do Recife
Aline de Figueirôa Silva **11**

A cor no centro histórico da cidade de São Cristóvão, em Sergipe
Andrea Costa Romão Silva **57**

Subsídios para recomendações de complementação das unidades de vizinhança do conjunto urbanístico tombado de Brasília
Alithéa Cristine Fernandes Corrêa **77**

Museus no imaginário: Representações de estudantes do 6ª ao 9ª ano do ensino fundamental
Rita Gama Silva **109**

Área central da Praça XV de Novembro: Estudo de gestão
Adriana Gonçalves dos Santos Mendes **141**

As contribuições do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional para a historiografia da arte no Brasil: a propósito da produção de Hanna Levy
Adriana Sanajotti Nakamuta **183**

De Prainha a Praça dos Orixás: Alguns elementos sobre a constituição de um lugar focal na cidade de Brasília
Swai Roger Teodoro Cleaver **217**

Coerência e ambiguidade: O Centro Histórico de Belém e o cotidiano da cidade
Andrey Faro de Lima **245**

O Registro do patrimônio imaterial e o reconhecimento da diversidade étnica e cultural
Fabíola Nogueira da Gama Cardoso **277**

Considerações jurídicas sobre o tombamento dos antigos quilombos: Conceitos, categorias e instrumentos
Guilherme Cruz de Mendonça **301**

Dilemas e desafios na gestão do patrimônio imaterial
Natália Guerra Brayner **333**

Nem heróico nem moderno - A constituição do "Patrimônio Histórico e Artístico Nacional" na gestão de Renato Soeiro no IPHAN (1967-1979)
Julia Wagner Pereira **369**

Apresentação

O terceiro volume da Série Patrimônio: Práticas e Reflexões vem retomar a publicação de trabalhos do Programa de Especialização em Patrimônio do IPHAN, trazendo uma nova coletânea de artigos de bolsistas das turmas de 2005 e 2006. Integrados à prática institucional, os bolsistas tiveram seus projetos, estudos de caso e pesquisas supervisionados por especialistas do IPHAN, podendo compartilhar a experiência cotidiana no campo do patrimônio cultural e refletir sobre questões e perspectivas acerca da prática da preservação no Brasil.

O caráter multidisciplinar do Programa fica evidenciado pelo olhar de profissionais recém-graduados de diferentes áreas (antropologia, arquitetura, direito, história, história-da-arte e museologia), mantendo a pluralidade dos objetos de estudo, perspectivas e problemáticas.

Alguns autores retomam temáticas abordadas no primeiro volume da Série, propondo novas abordagens, num esforço de aprofundar o debate de questões e problemas anteriormente apresentados. É o caso de Aline de Figueirôa Silva, que dá prosseguimento ao estudo para delimitação da área de entorno e revisão do polígono de tombamento federal do Antigo Bairro do Recife (Pernambuco), discutindo o processo de tombamento e a elaboração de uma portaria para regulamentar os critérios de intervenção e fiscalização do conjunto tombado pelo IPHAN. Tratando da aplicação de normas e do objetivo fundamental de orientar moradores e proprietários na preservação dos sítios históricos, Andréa Romão Silva apresenta um estudo detalhado do uso das cores na pintura dos edifícios de São Cristóvão (Sergipe), como desdobramento, também, de sua pesquisa sobre o processo de formação da cidade histórica. Para tanto, a autora realizou uma investigação através de prospecções estratigráficas nas fachadas do casario tombado pelo IPHAN, lançando um olhar renovado sobre o uso das cores como referencial simbólico e de identidade do patrimônio cultural da cidade.

Partindo de demandas do próprio IPHAN, nas mais diversas áreas e locais de atuação e inserção dos bolsistas, os estudos de aspectos e problemas relacionados com a gestão dos bens culturais, apresentados neste volume, mantêm o compromisso do Programa com a produção e divulgação de trabalhos sobre as práticas de preservação do patrimônio cultural brasileiro. Neste

sentido, o artigo de Adriana Gonçalves dos Santos Mendes propõe um debate sobre o modo de gestão vigente e a atuação das instâncias federal e municipal na preservação do sítio histórico tombado da Praça XV de Novembro (Rio de Janeiro). Partindo de uma identificação das principais características do conjunto e da atribuição de valor nos tombamentos do IPHAN e do município do Rio de Janeiro, a autora busca compreender as modificações ocorridas e as ações de preservação efetuadas ao longo de décadas de atuação dessas instituições no local.

No mesmo caminho, Alithéa Cristine Fernandes Corrêa apresenta, em seu artigo, os resultados de uma pesquisa sobre a implantação do conceito de *unidade de vizinhança* em um dos conjuntos de superquadras de Brasília (Distrito Federal), buscando recuperar o contexto de formulação deste conceito urbanístico, sua implantação e as alterações ocorridas a partir da vivência da população no local, até a sua situação atual. O trabalho apresenta-se como um estudo de caso que fornece elementos para uma reflexão sobre a implantação de outras *unidades de vizinhança*, conforme previsto por Lúcio Costa, diante das demandas e pressões contemporâneas sofridas pelo conjunto urbano tombado.

Estes trabalhos avaliam a apropriação dos espaços urbanos e a dinâmica cotidiana das comunidades locais, que impõem novas demandas e perspectivas a serem consideradas no processo de gestão dos sítios históricos tombados. Neste campo, alguns autores buscam superar a dicotomia entre patrimônio material e imaterial através de trabalhos que analisam o contexto de relações sociais e apropriação simbólica desses espaços. Andrey Faro de Lima procura apreender, em seu artigo, a dinâmica dessas interações sociais através das redes de sociabilidade e da vivência de moradores e frequentadores do centro histórico de Belém (Pará), assinalando a percepção da descontinuidade e distanciamento nos espaços limítrofes à área do projeto *Feliz Lusitânia* (antigo Largo da Sé) com relação às políticas de patrimônio. Valendo-se da metodologia e conceitos do Inventário Nacional de Referências Culturais, Swai Roger Teodoro Cleaver analisa, por sua vez, a trajetória de ocupação e apropriação "prática e simbólica" da Praça dos Orixás (ou Prainha), em Brasília (Distrito Federal), a partir das narrativas e representações em torno da *Festa de Iemanjá*, realizada naquele espaço desde as décadas de 1950-60, segundo testemunhos, pelos adeptos da umbanda e do candomblé.

A valorização de práticas culturais tradicionais de grupos sociais que agora demandam sua inserção na esfera de participação das políticas de patrimô-

nio, tornada possível com as ações de identificação e salvaguarda desenvolvidas pelo IPHAN, é tema de estudos que analisam a trajetória da política de preservação do patrimônio cultural de natureza imaterial.

Dando continuidade ao estudo iniciado no primeiro volume da Série, Fabíola Nogueira da Gama Cardoso discute agora o reconhecimento da diversidade étnica e cultural nos processos de registro, buscando recuperar, no percurso da política de preservação no Brasil, entre as décadas de 1930 e 1980, os sentidos e concepções que nortearam a prática da preservação até a criação de metodologias de identificação e salvaguarda do patrimônio imaterial, desenvolvidas pelo IPHAN. Dialogando com o tema, Natália Guerra Brayner aborda o contexto de formulação do conceito de *referências culturais* adotado pelo IPHAN, bem como os pontos de continuidade e ruptura em relação às noções de *folclore* e *cultura popular*, que ainda têm conseqüências na gestão do patrimônio imaterial através das ações de salvaguarda promovidas em diversas localidades do Brasil pelas instâncias que lidam com a preservação e promoção desse patrimônio.

O reconhecimento da diversidade étnica e cultural está diretamente relacionado à trajetória das políticas de preservação e à incorporação de novos temas, discussões e demandas no tratamento dos bens culturais no Brasil. Guilherme Cruz de Mendonça, em discussão atual e pertinente, analisa a ampliação conceitual dos termos *quilombo* e *quilombola*, propondo situar o problema no contexto das políticas públicas de inclusão e preservação da memória dos grupos formadores da sociedade brasileira. O autor empreende, em seu artigo, um exame da atuação do IPHAN e dos instrumentos de preservação referentes aos bens culturais de origem afro-brasileira, incluindo uma análise detalhada das implicações e limitações colocadas pelo dispositivo jurídico da Constituição Federal de 1988, que promulga o tombamento dos remanescentes de antigos quilombos.

Muito do percurso desta política de patrimônio está associado à contribuição de intelectuais e profissionais que compartilham a trajetória das instituições envolvidas com as práticas de preservação no Brasil. Julia Wagner Pereira analisa, em seu artigo, o esforço de reformulação empreendido durante a gestão de Renato Soeiro à frente do IPHAN (1967-1979) acerca dos tombamentos realizados no país. A autora analisa os processos de tombamento enquanto "construções discursivas" que legitimam a atuação da instituição de preservação, buscando perceber, nos documentos de arquivo, o contexto

de atuação dos profissionais que, naquele momento, discutiam novos critérios e aspectos para o tombamento e gestão de bens culturais até então preteridos pela postura tradicional da instituição.

Ainda no tema, Adriana Sanajoti Nakamuta aborda o papel decisivo da produção de conhecimento especializado e levantamento documental realizados por profissionais e intelectuais ligados à instituição na legitimação da política de patrimônio no Brasil. A autora trata da produção impressa realizada durante a gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade à frente do SPHAN, em particular, a contribuição dos trabalhos da historiadora da arte Hanna Levy na Revista do Patrimônio, destacando sua importância em tratar a atribuição de valor como fator indissociável da pesquisa na área e a preservação das obras de arte em face do seu valor histórico.

O objetivo de estabelecer um diálogo com a sociedade e promover a prática da preservação do patrimônio cultural esteve associado, de certo, a uma busca de legitimidade das instituições de patrimônio, tendo marcado as iniciativas e esforços que foram objeto de estudo desses artigos. Num esforço de apreender a percepção da sociedade acerca dessa atuação institucional, o trabalho de Rita Gama Silva traz resultados reveladores de uma pesquisa com alunos do ensino fundamental de escolas do Rio de Janeiro acerca da representação e percepção dos museus como espaços de memória e de preservação do patrimônio cultural brasileiro, descortinando relações de pertencimento, proximidade e estranhamento. A publicação dos artigos reunidos neste volume da Série avançam no sentido de fortalecer um espaço de discussão e reflexão sobre o campo do patrimônio cultural no Brasil, abrindo possibilidade para a divulgação do trabalho de profissionais que compartilharam a experiência cotidiana e os desafios da prática da preservação empreendida pelo IPHAN. Vale ressaltar que as discussões e opiniões expostas nos artigos são de responsabilidade de seus autores, embora tenham seguido critérios de formação do Programa, e não refletem obrigatoriamente uma posição institucional.

Coordenação-Geral de Pesquisa e Documentação
Departamento de Articulação e Fomento do IPHAN

Critérios para intervenção no Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico do Antigo Bairro do Recife

Aline de Figueirôa Silva[1]



Resumo

Este artigo dá prosseguimento ao trabalho desenvolvido em 2005 na Superintendência do IPHAN em Pernambuco, no âmbito do PEP, originado da ação cotidiana da Instituição quanto à aprovação de projetos e fiscalização de intervenções no Bairro do Recife, no Recife-PE. Àquela época, foi realizado um estudo para subsidiar a delimitação da área de entorno e a revisão do polígono de tombamento federal do Bairro do Recife, conteúdo disponibilizado na primeira publicação desta série. O presente artigo resume o trabalho realizado no ano de 2006, sob a supervisão da arquiteta do IPHAN Fernanda Gusmão, com o objetivo de fomentar a criação de uma portaria federal que disponha sobre os critérios de intervenção no Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico do Antigo Bairro do Recife, correspondente à parte do Bairro do Recife tombada pelo IPHAN.

[1] **Aline de Figueirôa Silva** é Arquiteta e Urbanista (2004) e Mestre em Desenvolvimento Urbano (2007) pela UFPE. Pesquisadora do Laboratório da Paisagem/UFPE e bolsista de Apoio Técnico à Pesquisa do CNPq-Nível 1A. Atualmente é coordenadora de campo do Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados (INBMI) dos monumentos religiosos e museológicos de Olinda, sob responsabilidade técnica do IPHAN. É professora do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade do Vale do Ipojuca (FAVIP).

A propósito do sítio: o Bairro do Recife e os critérios para intervenção

O Bairro do Recife, primitivo núcleo da cidade, é uma ilha banhada pelo oceano Atlântico, a leste, e pelos rios Capibaribe e Beberibe, a oeste, resultante de um processo histórico de aterros e cortes do solo (ver Figura 1, página 14). Estende-se por 106 ha e reúne parte representativa do acervo tombado pelo IPHAN na cidade do Recife.

O Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico do Antigo Bairro do Recife, inscrito nos livros de tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e das Belas Artes em 1998, ocupa aproximadamente 20 ha, correspondendo a cerca de 20% da área total do bairro. São tombados pelo IPHAN, como edificações isoladas, o Forte do Brum, a Igreja de Nossa Senhora do Pilar, a Igreja da Madre de Deus e o local da antiga sinagoga. Em 2000, o Bairro do Recife, em toda sua extensão continental, foi inscrito no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos do IPHAN.

Historicamente moldada pela correlação entre forças naturais e antrópicas, a paisagem do bairro compreende águas marinhas e fluviais, a vegetação de mangue, os arrecifes, aterros, traçado e casario heterogêneos, fortificação, igrejas e equipamentos portuários, que se relacionam física, funcional e visualmente. O Porto do Recife, que



Figura 1 – Vista aérea do Bairro do Recife, entre o Rio Capibaribe e o Oceano Atlântico, 2008.
Fonte: Foto de Denis Cossia, acervo do Laboratório da Paisagem/UFPE, cedida à Superintendência do IPHAN em Pernambuco.

deu razão à povoação, ao bairro e à cidade, teve sua estrutura e funcionamento ampliados ao longo do tempo e hoje ocupa quase metade da área da ilha, ao longo da fachada atlântica, no sentido Norte-Sul. Além das atividades portuárias, predominam o comércio e os serviços, com a presença de agências bancárias, escritórios ligados à exportação, armazéns de atacado e instituições públicas. O uso habitacional restringe-se quase exclusivamente à comunidade do Pilar, assentada irregularmente numa área desapropriada para a expansão do porto, na vizinhança da Igreja do Pilar e do conjunto tombado. O assentamento constitui um foco de pobreza e um dos entraves à conservação do sítio histórico.

O estoque construído encontra-se subutilizado, apesar dos projetos em andamento ou recentemente implantados, com ênfase na dinamização local e do centro histórico. Como predominam as atividades de comércio e serviço, o bairro é menos frequentado nos finais de semana,

apesar das feiras de artesanato, ensaios de grupos de maracatu e eventos culturais que movimentam as tardes de domingo.

O Bairro do Recife e os bairros vizinhos – Santo Antônio e São José – são alvo de fortes pressões imobiliárias em razão de planos e empreendimentos pautados no adensamento construtivo, verticalização da área portuária e ocupação da frente d'água, consubstanciando a necessidade de definir critérios[2] para intervenção no conjunto tombado.

Este estudo consolida a metodologia utilizada para a proposição da área de entorno, a partir da noção de "paisagem cultural", resultado da relação homem-natureza, nos moldes da UNESCO e desenvolvido pelo geógrafo Josué de CASTRO (1948). A noção de "paisagem urbana histórica", delineada no Memorando de Viena, é o conceito-chave do trabalho, que extrapola a noção de paisagem como "beleza cênica", "natureza" ou "lance de vista apreendido pela visão" e abrange o conteúdo construído e suas relações físicas, visuais e funcionais com os elementos naturais. Para a definição da área de entorno, o bairro foi entendido como um sistema paisagístico formado por diferentes unidades de paisagem, retomadas neste trabalho.[3] Com vistas à elaboração dos critérios, a área de estudo extrapolou o Conjunto Arquitetônico Urbanístico e Paisagístico do Antigo Bairro do Recife. O recorte compreende as unidades de paisagem 1, 2, 3 (quadras das ruas do Brum e Bernardo Vieira de Melo) e 10 (rios, mar e arrecifes), que deverão ser

---

2 A palavra critério é empregada neste trabalho em sentido lato, conforme origem etimológica do grego Kriterion, que significa "aquilo que serve para julgar", sinal graças ao qual reconhecemos uma coisa e a distinguimos de outra (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2001, p. 59). Um critério é "aquilo que serve de base para comparação, julgamento ou apreciação; discernimento" (FERREIRA, 1988, p. 188). Os critérios incluem recomendações, parâmetros (valores absolutos) e índices (valores percentuais).

3 Veja SILVA, Aline de Figueirôa. Proposta de delimitação da área de entorno e perspectivas de revisão do tombamento do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico do Antigo Bairro do Recife, Recife-PE. In: Patrimônio: práticas e reflexões. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, n. 1, p. 45-80, 2007.

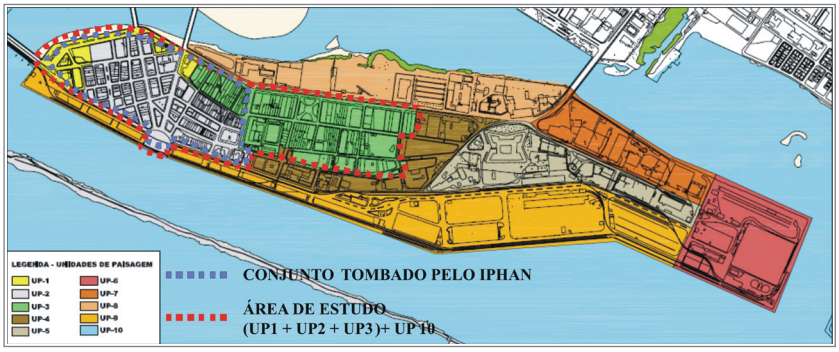


Figura 2 – Área de estudo sobre o Mapa das Unidades de Paisagem.
Fonte: Acervo da Superintendência do IPHAN em Pernambuco.

incluídas no polígono de tombamento do Conjunto, conforme estudos anteriores (ver Figura 2).

O que diz o sítio: A paisagem histórico-cultural do Bairro do Recife

Fruto de um processo histórico de conquista do solo às águas e aceleração do desenvolvimento urbano a partir da presença holandesa (1630-1654), o Bairro do Recife é caracterizado por uma paisagem bastante heterogênea, resultante da ação da natureza e do homem. Tal heterogeneidade é visível no acervo edificado (casario, igrejas, forte, torre do antigo arsenal e estação ferroviária), parcelamento do solo (lotes e quadras), traçado urbanístico, vegetação, espaços livres públicos, como praças e cais, arrecifes e águas urbanas de rios e mar (ver Figuras 3 a 12).

Esta paisagem inclui grande diversidade tipológica de construções e traçado, prevalecendo os sobrados altos e estreitos de três e quatro pavimentos com altos pés-direitos, casas térreas, galpões de pés-direitos baixos e armazéns de frente ou fundos para rua, ocupando todo o comprimento do lote. As edificações tradicionais, especialmente as do período "eclético", possuem gabarito máximo de 12,00m a 21,00m, demarcando o coroamento predominante. Sobressaem dois tipos de traçado: o regular ortogonal, de ruas paralelas, e o radiocêntrico, de

Figura 3 – Vista área do bairro a partir do Oceano Atlântico (2008).
Fonte: Foto de Denis Cossia, acervo do Laboratório da Paisagem/UFPE, cedida à Superintendência do IPHAN em Pernambuco



Figura 4 – Detalhe da Praça do Marco Zero (2008).
Fonte: Foto de Denis Cossia, acervo do Laboratório da Paisagem/UFPE, cedida à Superintendência do IPHAN em Pernambuco.



avenidas radiais. Predominam as fachadas "clássicas", com aberturas em arco pleno ou vergas retas e pouco ou nenhum ornamento, e as fachadas "ecléticas", com aberturas e cercaduras variadas (arco pleno, gótico, abatido, verga reta), marcadas por vários ornamentos, frisos e balcões em alvenaria ou ferro. Há, em muitas edificações, esquadrias e ferragens tradicionais, bandeiras com vitrais e gradis em ferro, pisos em pedra lioz e assoalho, forros e outros elementos característicos. (Figuras 3 e 4)

Apesar da existência de muitas coberturas com estrutura de madeira e revestimento cerâmico, há vários casos que se diferenciam desse padrão tradicional, cuja estrutura foi substituída por laje em concreto recoberta por telhas cerâmicas do tipo francesa ou canal. Há ainda







Figura 5 – Acima, à esquerda, Bairro do Recife, visto a partir no Rio Capibaribe, ressaltando a antiga Alfândega e a Igreja da Madre de Deus (2005).
Fonte: Fotos de Aline de Figueirôa Silva, acervo da Superintendência do IPHAN em Pernambuco.

Figura 6 – Acima, à direita, detalhe de um conjunto edificado com tratamento uniforme de fachada (2005).

Figura 7 – Ao lado, galpão de frente e fundo, com alvenarias, implantação no lote e cobertura tradicionais (sistema construtivo e revestimento) (2006).

casos de grandes alterações, comumente caracterizadas pelo emprego de telhas de fibrocimento ou de metal e rasgos no pano da cobertura, criando terraços ou pavimentos habitáveis. (ver Figuras 5, 6 e 7)

Quanto à implantação, as edificações mantêm, em sua quase totalidade, a tradicional relação com o lote urbano. Ocupam todo ou quase todo o terreno e as fachadas chegam ao paramento, sem recuos frontais ou laterais. Entre o casario, que determina uma arquitetura preponderantemente civil, destacam-se o atual Shopping Alfândega e a Igreja da Madre de Deus. A forma dos lotes varia, sendo marcantes as testadas estreitas e a relação de comprimento correspondendo a cerca de três vezes a largura. Os lotes, geralmente, têm frente e fundos para dois logradouros públicos. São mais estreitos nos locais de tipologia habitacional unifamiliar e têm testadas mais



Figura 8 – Conjunto de demarcadores urbanos ao longo da Rua do Brum e Rua do Apolo (2005).
Fonte: Fotos de Aline de Figueirôa Silva, acervo da Superintendência do IPHAN em Pernambuco.

largas nos sobrados ou armazéns padronizados da Rua do Brum, onde se localizava a entrada principal, já que os fundos faceavam o porto fluvial, hoje Cais do Apolo. Após a reforma do início do século XX, surgiram as quadras de formato triangular ou trapezoidal, do tipo ferro-de-engomar, cujos conjuntos edificados têm aparência de prédio único em razão do tratamento uniforme de fachada (ver Figura 6, página 18).

Como elementos característicos de alguns grupos de construções, destacam-se as cimalhas, os bocéis e os demarcadores urbanos (em pedra) nas edificações cabeça-de-quadra das ruas do Brum e Apolo. Existem guias de meio-fio em pedra lioz na área sul, provenientes da fachada da Igreja Matriz do Corpo Santo, demolida no início do século XX (ver Figuras 8, 11 e 12). Há ainda argolas presas à pavimentação, antigamente utilizadas para amarração de animais, e vestígios da malha ferroviária (ver Figuras 9 e 10, página 20).









Figura 9 – Acima, à esquerda, argola antiga para amarração de animais na Travessa Tiradentes (2005).
Fonte: Fotos de Aline de Figueirôa Silva, acervo da Superintendência do IPHAN em Pernambuco.

Figura 10 – Acima, à direita, trilhos remanescentes da malha ferroviária
na Avenida Barbosa Lima Sobrinho (2006).

Figura 11 – Ao centro, guias de meio-fio em pedra lioz na Rua Vigário Tenório (2006).

Figura 12 – Ao lado, guias de meio-fio em pedra lioz na Rua Vigário
Tenório (2006).

Em relação à taxa de solo natural, prevalecem duas situações básicas: edificações que sofreram acréscimos, geralmente em obras sem licenciamento, e reduziram ou anularam este índice, e construções que não previam áreas livres, como os galpões do Cais do Apolo e da Rua do Brum ou os sobrados que ocupam todo o lote.

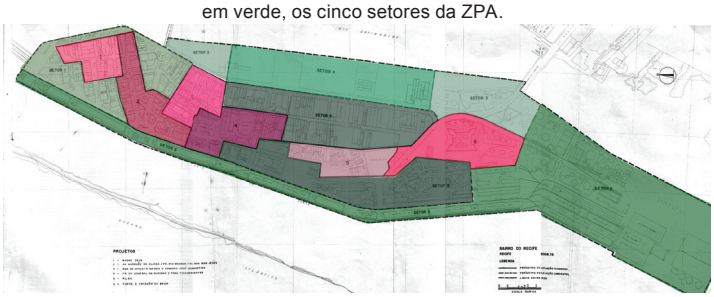
Apesar de sua configuração insular, o Bairro do Recife possui poucas áreas livres de cais, já que o aterro do Cais do Apolo foi ocupado por edifícios institucionais, congestionando o acesso ao Rio Capibaribe, e o porto ocupa longitudinalmente a fachada atlântica. Destacam-se como espaços livres a Praça do Marco Zero, com amplo descortino para o mar, a Praça do Arsenal da Marinha, antigo limite da cidade primitiva, e a Praça Tiradentes, área vazia junto ao rio, onde carregavam e descarregavam as embarcações antes do aterro do Cais do Apolo. O Cais da Alfândega é outro espaço livre, recentemente urbanizado através do Programa MONUMENTA/BID.

Esta leitura da paisagem do Bairro do Recife se coaduna com a noção de "paisagem urbana histórica", moldada pelo *Memorando de Viena* (2005), como resultado da relação natural-construído, que abarca desde o parcelamento, os edifícios com seus telhados característicos, a vegetação, a topografia e o solo, até objetos de pequena escala, como elementos de infra-estrutura e guias de meio-fio, além das relações físicas, visuais e funcionais com as tipologias arquitetônicas. Esses elementos são parte integrante da identidade da paisagem urbana histórica e servem de base ao planejamento e ao projeto, ao passo que a remoção dos interiores (fachadismo) não constitui uma forma apropriada de intervenção (Memorando de Viena, 2005). Partindo deste entendimento, a criação de um conjunto de critérios que regulamente intervenções no Bairro do Recife deve priorizar seus valores arquitetônicos, urbanísticos, paisagísticos e arqueológicos, expressos no conteúdo natural e construído de sua paisagem histórico-cultural.

O que se quis preservar do sítio: o Bairro do Recife, os planos de preservação e o dossiê de tombamento

Em 1978, o Bairro do Recife foi incluído no PPSH/RMR[4] como "conjunto antigo", dividido em seis projetos, cada um deles correspondendo a uma ZPR (Zona de Preservação Rigorosa). Além das seis ZPRs, o zoneamento incluía uma ZPA (Zona de Preservação Ambiental), dividida em cinco setores, que representavam áreas de transição (ver Figura 13). As seis ZPRs hoje correspondem a uma parte do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico do Antigo Bairro do Recife e a dois bens tombados isoladamente (Igreja do Pilar e Forte do Brum). Os critérios de preservação das ZPRs contemplaram, de forma mais genérica, características de forma, cor, escala, materiais de vedação e revestimento (ver Quadro 1, página 23). Para alguns setores da ZPA, foram fixados critérios mais específicos, como taxa de ocupação máxima de 80% da área do lote e gabarito (ver Quadro 1). Deve-se ressaltar que para o Setor 1 da ZPA, parte do conjunto tombado atualmente, o plano indicou o gabarito máximo de dois pavimentos (ver

Figura 13
Setorização do Bairro do Recife segundo o PPSH/1978. Em rosa, as ZPRs e, em verde, os cinco setores da ZPA.



Fonte: Mapa redesenhado por Aline de Figueirôa Silva, acervo da Superintendência do IPHAN em Pernambuco.

[4] O PPSH/RMR (Plano de Preservação dos Sítios Históricos da Região Metropolitana do Recife/1978) foi elaborado pela FIDEM (Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife, do Governo do Estado de Pernambuco).

Quadro 1
Critérios para intervenção no sítio histórico do Bairro do Recife (PPSH, 1978)

Zonas de Proteção (ZPR ou ZPA)	Critérios
ZPR1 = área tombada atualmente Madre de Deus	Preservação das características essenciais do conjunto quanto à forma, cor, escala, materiais de vedação e revestimento, demolição de edificação de 5 pavimentos junto à igreja
ZPR2 = área tombada atualmente Avenida Marquês de Olinda Praça do Rio Branco/rua do Bom Jesus	Preservação das características essenciais do conjunto quanto à forma, cor, escala, materiais de vedação e revestimento
ZPR3 = área tombada atualmente Rua do Apolo/Rua da Guia/Rua Domingos José Martins	Preservação das características essenciais do conjunto quanto à forma, cor, escala, materiais de vedação e revestimento
ZPR4 = área tombada atualmente Praça Arsenal da Marinha/Travessa Tiradentes	Preservação das características essenciais do conjunto quanto à forma, cor, escala, materiais de vedação e revestimento tratamento do logradouro e da praça
ZPR5 = bem tombado isoladamente Igreja de Nossa Senhora do Pilar	Preservação das características essenciais do conjunto quanto à forma, cor, escala, materiais de vedação e revestimento pavimentação/vegetação da rua de São Jorge, recuperação do adro da igreja de Nossa Senhora do Pilar
ZPR6 = bem tombado isoladamente Estação Ferroviária/Forte do Brum	Transferência dos depósitos de combustível, implantação de projeto paisagístico
ZPA (S1) = área tombada atualmente	Gabarito (novas edificações) - 2 pavimentos taxa de ocupação máxima - 80% cobertura - revestimento (telha cerâmica) e 30% de inclinação mínima
ZPA (S2) = porto atualmente	Gabarito - 3 pavimentos
ZPA (S3) = cais do Apolo atualmente	Área *non aedificandi* (projeto paisagístico)
ZPA (S4) = cais do Apolo atualmente (TRF: Tribunal Regional Federal/PCR: Prefeitura da Cidade do Recife)	De acordo com projeto aprovado
ZPA (S5) = quadras do Brum e Moinho atualmente	Gabarito (novas edificações) - 2 pavimentos taxa de ocupação máxima - 80%

Quadro 1), tipologia que predomina na área.

A lei municipal nº 13.957/1979, publicada no plano "Preservação de Sítios Históricos" (1981),[5] classificou o Bairro do Recife como "conjunto antigo", dividindo-o em duas ZPRs (Zonas de Preservação Rigorosa), nas quais deveriam ser preservadas as características essenciais de "ocupação, gabarito e forma", e uma ZPA (Zona de Preservação Ambiental), composta por sete setores, quase que repetindo o zoneamento do PPSH/RMR (ver Figura 14). A ZPR 1 hoje corresponde a quase todo o Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico do Antigo Bairro do Recife. A ZPR 2 corresponde aos bens tombados isoladamente (Igreja do Pilar e Forte de Brum). Nas ZPRs, as novas edificações seriam compatíveis com o conjunto em volumetria, implantação e ocupação no lote, tipo e inclinação de cobertura, esquadrias, materiais de revestimento e relação de cheios e vazios (ver Quadro 2, página 25). A lei permitia alterações internamente e proibia "remembramentos" e desmembramentos (ver Quadro 2). Para a ZPA, foram determinados critérios como: taxa de ocupação máxima de 80% da área do lote, recuos frontal e lateral nulos, proibição de marquises, gabarito (número de pavimentos e altura máxima) e revestimento da cobertura em telha cerâmica (ver Quadro 2). Destacam-se os parâmetros de gabarito máximo de dois pavimentos e 7,0m de altura para os Setores 1 e 6 da ZPA, e o gabarito máximo de seis pavimentos e 21,0m de altura para o Setor 3 da ZPA, hoje parte integrante do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico do Antigo Bairro do Recife (ver Quadro 2). O Setor 6 incluía as quadras da Rua do Brum, cujo gabarito máximo foi fixado em dois pavimentos ou 7,0m, divergindo do parâmetro de 40,0m

[5] A Lei de Preservação Municipal dos Sítios Históricos (Lei nº 13.957/1979) contemplava critérios específicos para o Bairro do Recife e, embora revogada, consiste em um importante trabalho técnico, de cuja elaboração o IPHAN participou.

Figura 14
Setorização do Bairro do Recife segundo a lei nº 13.957/1979. Em marrom, as ZPRs e, em verde, os sete setores da ZPA.



Mapa redesenhado por Aline de Figueirôa Silva.
Fonte: Acervo da Superintendência do IPHAN em Pernambuco.

Quadro 2
Critérios para intervenção no sítio histórico do Bairro do Recife (Lei Municipal 13.957/1979)

Zonas de Proteção (ZPR ou ZPA)	Critérios
ZPR1 e ZPR2 ZPR1 = área tombada atualmente ZPR2 = bens tombados isoladamente Forte do Brum/Igreja de Nossa Senhora do Pilar	Novas edificações serão compatíveis em volumetria, implantação e ocupação no lote, tipo e inclinação de cobertura, esquadrias, materiais de revestimento externo, relação cheios e vazios Interior - permitidas alterações sem modificação do aspecto externo Parcelamento - sem remembramento/desmembramento
ZPA (todos os setores)	Fachada - frente p/logradouro, plano vertical único, sem balanço/marquise Recuos frontal e lateral - nulo (0m)
ZPA (S1 e S6) S1 = área tombada atualmente S6 = quadras do Brum/Porto/Moinho	Gabarito - altura máxima (7,0m) Gabarito - 2 pavimentos Taxa de ocupação máxima - 80% Cobertura - revestimento (telha cerâmica)
ZPA (S2) S2 = porto	Gabarito - altura máxima (10,0m) Gabarito - 3 pavimentos Taxa de ocupação máxima - 80% Cobertura - revestimento (telha cerâmica)
ZPA (S3) S3 = área tombada atualmente (Quadras à esquerda e à direita da avenida Rio Branco)	Gabarito - altura máxima (21,0m) Gabarito - 6 pavimentos Taxa de ocupação máxima - 80% Cobertura - revestimento (telha cerâmica)
ZPA (S4) Cais do Apolo	Área *non aedificandi* (estacionamento)
ZPA (S5) Cais do Apolo (TRF/PCR)	Conforme o Plano de Renovação Urbana Taxa de ocupação máxima - 20% Gabarito - altura máxima (27,0m)
ZPA (S7) Cais do Apolo	Área *non aedificandi* (projeto paisagístico)

determinado pela lei municipal vigente. Esses gabaritos respeitam a altura máxima das edificações localizadas nos três setores, os quais, segundo o IPHAN, deverão ser mantidos.

Entretanto, o dossiê de tombamento do bairro, elaborado pela Empresa de Urbanização do Recife, da prefeitura municipal, em 1998, privilegiou a ocupação sul, considerando o acervo edificado e o traçado urbanístico referentes ao "Eclético" e ao "Moderno", atribuindo-lhes, portanto, valores estéticos (ver Referência ao final do artigo). A argumentação para o tombamento gravitou, quase que unicamente, em torno da reforma urbana realizada no início do século XX, sem maior aprofundamento quanto aos valores histórico e arqueológico. Sucintamente, o estudo cita a importância do núcleo primitivo de ocupação para o crescimento do bairro e da cidade, "uma das mais antigas do país", e destaca a "diversidade de estilos arquitetônicos e padrões urbanos resultantes da reforma e seu impacto sobre as formações urbanas remanescentes". O estudo refere-se às atividades que deram origem ao bairro, designando-o de "território eminente de troca", sucessão de várias temporalidades.

O texto menciona a importância do bairro para a cidade, desta para a estrutura urbana brasileira e os diferentes tempos que repercutem na sua arquitetura. Reitera, ainda, "a perpetuação de exemplares representativos da cronologia de transformação do núcleo original da cidade, principalmente os raros exemplares de forte influência da arquitetura e urbanismo da Paris de Haussman".

Não foram evidenciados elementos essenciais caracterizadores do Bairro do Recife, como os arrecifes, os rios e o mar, a vegetação de mangue, o processo de formação do solo, o parcelamento, a tipologia dos sobrados magros, as guias de meio-fio em lioz, as relações espaciais e funcionais do Conjunto com as quadras do Brum e com o porto, os projetos da praça Artur Oscar e do Marco Zero. O

inventário do acervo arquitetônico, feito através da "ficha cadastral da quadra", inclui dados de cobertura e gabarito das construções, revestimento de ruas e calçadas, identifica e descreve brevemente os "imóveis de destaque",[6] em razão da volumetria e de elementos estilísticos das fachadas.

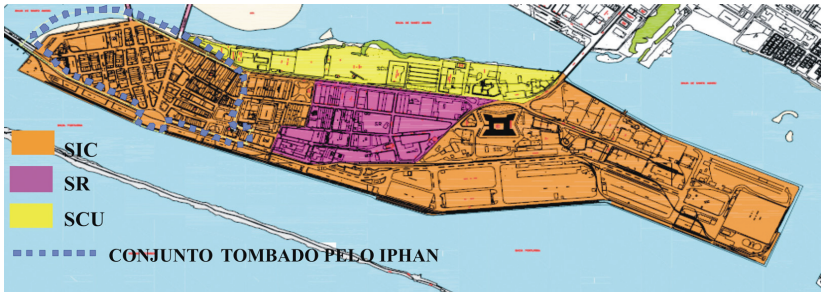
As características acentuadas no dossiê justificam a inscrição do Conjunto no Livro de Tombo das Belas Artes. Porém, apesar da inscrição simultânea no Livro de Tombo Etnográfico, Arqueológico e Paisagístico, o texto não discute o tombamento nos moldes da paisagem, nem atribui valor ao sítio arqueológico. De todo modo, como o Conjunto foi qualificado de "Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico", entende-se que esta inscrição considera, ainda que implicitamente, a paisagem. Além do mais, ao mencionar a importância da preservação de exemplares representativos da transformação do bairro, lhe atribui valor arqueológico.

Entre a intenção do plano e a realidade da lei: o Bairro do Recife na legislação municipal

Segundo a atual Lei de Uso e Ocupação do Solo do Recife (LUOS), Lei nº 16.176/1996, o Bairro do Recife, em toda sua porção continental, constitui a ZEPH 09 (Zona Especial de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural), para a qual são fixados coeficiente máximo de utilização, taxa de solo natural e recuos frontal, lateral e de fundos (ver Quadro 3, página 28). A Lei nº 16.290/1997, específica para a ZEPH 09, "estabelece condições especiais de uso e ocupação do solo, cria mecanismos de planejamento e gestão e dá outras providências". O Bairro do

6 Imóvel de Destaque (ID) foi uma figura criada no dossiê de tombamento para evidenciar o valor arquitetônico de algumas edificações isoladas, além de seu valor como parte componente do sítio urbano.

Figura 15
Zoneamento do Bairro do Recife segundo a lei municipal 16.290/1997.



Fonte: Acervo da Superintendência do IPHAN em Pernambuco.

Quadro 3
Parâmetros e índices para intervenção no Bairro do Recife -(legislação municipal)

Lei/Parâmetros	Lei de Uso e Ocupação do Solo - lei 16.176/1996	Lei do Sítio Histórico do Bairro do Recife - lei 16.290/1997
Gabarito		SIC: análise caso a caso
		SR: 40,0m
		SCU: 12,0m (base) e 76,0m (torre)
Coef. Ref (Coeficiente referencial de utilização)		SIC: 2,4
		SR: 2,4
		SCU: 2,4
Coef. Máx. (Coeficiente máximo de utilização)	7	SIC: análise caso a caso
		SR: 3
		SCU: análise caso a caso
TSN (Taxa de solo natural)	20%	SIC: análise caso a caso
		SR: 20%
		SCU: 40%
TO (Taxa de ocupação)		SIC: análise caso a caso
		SR: análise caso a caso
		SCU: 40% (base) 20% (torre)
Recuos	Frontal = nulo	SIC: análise caso a caso
	Lateral /Fundos= nulo/1,50 m para edificações com até 2 pavimentos	SR: análise caso a caso
	Lateral /Fundos= nulo/3,00 m para edificações com mais de 2 pavimentos	SCU: análise caso a caso

Recife está zoneado em: Setor de Intervenção Controlada (SIC), Setor de Renovação (SR) e Setor de Consolidação Urbana (SCU) (ver Figura 15, página 28). O SIC abrange aproximadamente 77% da área total do bairro e inclui o Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico do Antigo Bairro do Recife.

Há, portanto, uma incoerência entre o zoneamento do bairro e a proposta de tombamento, uma vez que a prefeitura municipal, em 1997, incluiu no SIC toda a área portuária (armazéns, silos, moinho, Cruz do Patrão), o Forte do Brum, sua vizinhança e algumas quadras localizadas na Rua do Brum, e o dossiê de tombamento de 1998 retirou todos esses elementos da área de preservação rigorosa (mais controlada), restringindo o polígono de proteção federal a uma área menor. O conjunto de quadras definidas pela Rua do Brum, caracterizadas pelo mesmo parcelamento, tipologia arquitetônica e elementos definidores de cota de piso (bocel), altura (cimalha) e demarcadores urbanos, foi segmentado entre o SIC e o SR. Em outras palavras, em 1997, a prefeitura atribuiu valores culturais a esse acervo e, em 1998, ao elaborar o dossiê de tombamento do Bairro do Recife, retirou-lhes da condição de preservação rigorosa.

Para o SIC, a Lei nº 16.290/1997 fixa apenas o coeficiente de utilização referencial e as análises de projeto são feitas caso a caso; para o SR, define valores de gabarito, coeficiente máximo de utilização e taxa de solo natural, e, finalmente, para o SCU, indica gabarito máximo, taxa de solo natural e de ocupação (ver Quadro 3). Um grande ponto de conflito entre esses parâmetros e índices e os critérios empregados pelo IPHAN é o gabarito máximo de 40,0m no SR, o que equivale a uma edificação de treze pavimentos. Outra divergência é a possibilidade de aplicação de um coeficiente de aproveitamento 7 no SIC (fixado pela LUOS), já que a análise ocorre caso a caso, segundo a lei específica. Ou seja, a legislação fixa valores incompatíveis com a preservação das ti-

pologias arquitetônicas tradicionais, ao possibilitar um acréscimo de área construída correspondente a sete vezes a área do lote no SIC e o gabarito de 40,0m no SR.

A criação do SR foi motivada, segundo a Lei nº 16.290/1997, pela "descontinuidade e descaracterização" do conjunto definido pelas edificações da Rua do Brum, sendo inclusive incentivada a "alteração do padrão atual de ocupação" e permitidos "remembramentos", mudança no traçado urbanístico e novas edificações com áreas abertas no pavimento térreo para provisão de espaços de convívio e estacionamento de veículos. Por outro lado, a lei instituiu a figura "Elementos Preserváveis" no SR com vistas à preservação de elementos pontuais, como ruínas, galpões, revestimento de rua, edificações isoladas e as pontes Buarque de Macedo e Maurício de Nassau. No entanto, essa descontinuidade tende a aumentar com a manutenção pontual dos "Elementos Preserváveis", como edificações, fachadas, ruínas e calçamento, e a implantação de novos parcelamentos, traçado e padrão construtivo, nos moldes previstos na lei municipal. A lei permite a alteração das características morfológicas tradicionais e propõe a preservação de resquícios de edificações e outros elementos urbanísticos, abrindo precedentes para a remoção da comunidade do Pilar e sua substituição por grandes empreendimentos imobiliários, levando à descaracterização da paisagem urbana histórica.

Finalmente, o Decreto nº 20.604/2004 "consolida normas de construção, manutenção e recuperação dos passeios públicos ou calçadas" na cidade do Recife, para os quais "serão observadas as regras estabelecidas neste decreto, as normas de acessibilidade da [...] ABNT, bem como dispositivos em legislação federal, estadual e municipal". O Decreto de Calçadas não fixa condições específicas para as zonas de preservação cultural, nem inclui critérios para proteção das guias de meio-fio e dos revestimentos em pedra lioz ou pedra portuguesa do Bairro do Recife.

O que dizem os técnicos: o Bairro do Recife e a ação cotidiana da Superintendência do IPHAN em Pernambuco

A avaliação do trabalho do IPHAN quanto às análises de projeto, incluindo casos de legalização de obras realizadas em desacordo com licenças expedidas pela prefeitura ou sem licenciamento, mostrou elementos e valores priorizados na preservação do Bairro do Recife (ver Quadros 4, página 32 e 5, página 33).[7]

Os pareceres dos técnicos fundamentam-se, por vezes, em estudos e informações relativas a análises anteriores para o mesmo imóvel ou em casos análogos e em vestígios materiais nas edificações, como marcas da declividade da cobertura nas empenas e de arcos e vãos nas alvenarias.

Há maior flexibilidade quanto aos critérios empregados pelo IPHAN nos casos de legalização de reforma, em que acréscimos como lajes, novos revestimentos de piso, volumes na cobertura, anexos e instalações já estão bastante consolidados, ou no caso de edificações no entorno do conjunto tombado. Essa flexibilidade se deve ao fato de que muitas reformas foram realizadas antes do tombamento federal. Para os imóveis de risco, pela gravidade da situação, são aprovadas soluções temporárias, a fim de sanar o risco até uma nova reforma. Os critérios utilizados variam muito entre os técnicos.

---

7 Foram estudados dezenove projetos do período 2003-2006, analisados por seis técnicos (arquitetos), incluindo a bolsista, abarcando 22 imóveis (lotes ou edificações), através da consulta a plantas, informações técnicas, memorandos e ofícios, com ênfase na diversificação de tipologias (casas térreas, sobrados, galpões antigos e recentes e lotes vagos) e projetos de diferente natureza (reforma ou legalização, consulta prévia, remembramento de lotes e calçadas). Foram contemplados imóveis localizados na área tombada e na área que deverá ser acrescentada ao polígono de tombamento federal (atual vizinhança), incluindo imóveis de risco e imóveis de destaque. Imóvel de Risco (IR) foi uma classificação criada a partir de uma vistoria conjunta entre diversos setores da Prefeitura Municipal do Recife, o IPHAN e o Corpo de Bombeiros do Estado de Pernambuco em fevereiro de 2003 para identificar edificações que ofereciam risco ao patrimônio ou aos transeuntes, face à iminência de desabamento, desagregação de elementos ou problemas nas instalações elétricas.

Quadro 4
Projetos analisados pela Superintendência do IPHAN em Pernambuco consultados na pesquisa

Endereço	Descrição	Localização	Natureza do projeto	Ano
1. Rua da Moeda,140	Sobrado de 2 pavimentos	Área tombada	Reforma	2003
2. Rua da Guia, 107	Sobrado de 2 pavimentos	Área tombada	Reforma	2003
3. Rua da Guia, 135	Sobrado de 2 pavimentos (ruínas)	Área tombada	Reforma	2003
4. Rua da Guia, 135	Sobrado de 2 pavimentos (ruínas)	Área tombada	Reforma (novo projeto)	2004
5. Rua Vigário Tenório, 43	Sobrado de 3 pavimentos (+ sobreloja)	Área tombada	Legalização de reforma	2004
6. Travessa do Tuiuti, 46	Edifício de 3 pavimentos (+ mezanino)	Área tombada	Legalização de reforma	2005
7. Rua do Brum, 617	Galpão novo de 2 pavimentos	Entorno	Legalização de reforma	2005
8. Av. Marquês de Olinda, 290	2 sobrados (unificados) de 4 pavimentos	Área tombada	Legalização de reforma	2005
9. Rua do Brum, 485 e 463	2 sobrados e 1 galpão antigo	Entorno	Reforma	2005
10. Rua do Apolo, 170	Casa térrea	Área tombada	Consulta prévia (reforma)	2006
11. Av. Marquês de Olinda, 67	Sobrado de 3 pavimentos (+ sobreloja)	Área tombada	Reforma	2006
12. Rua do Brum, 123 e 127	2 casas antigas (alvenarias externas)	Entorno	Remembramento de lotes	2006
13. Rua do Brum, 515, 527, 539	3 galpões térreos antigos	Entorno	Reforma	2006
14. Rua do Apolo, 235	Sobrado de 2 pavimentos	Área tombada	Reforma	2006
15. Av. Rio Branco, 126	3 lotes vagos	Área tombada	3 novas edificações	2006
16. Av. Barbosa Lima, s/n				
17. Rua da Guia, 81				
18. Rua do Apolo, 81	1 galpão e 1 edifício de 5 pavimentos	Área tombada	Reforma	2006
19. Calçadas da parte sul	Calçadas	Área tombada	Reforma	2006

Quadro 5 Critérios empregados pela Superintendência do IPHAN em Pernambuco nas análises de projetos (Modelo de preenchimento)	
Endereço	
Projeto	
Ref. Ofício/Informação	
ID (Imóvel destaque)	
IR (Imóvel de risco)	
Lote	Área
	Remembramento/desmembramento
	Recuos laterais
	Recuo frontal
	Recuo de fundos
Taxa de solo natural	
Meios-fios	
Gabarito	Altura meio-fio/cumeeira
	Altura meio-fio/platibanda
Nº de pavimentos	Em fachada
	No interior
Cobertura	Estrutura
	Número de águas/cumeeira
	Declividade
	Revestimento
Fachadas	Esquadria: modelo
	Esquadria: material
	Marquises
	Material de revestimento
	Outros elementos
Elementos internos	
Instalações prediais	Caixas d'água
	Condicionadores de ar
	Elevadores/Casa de máquinas
	Casa de lixo/Central de GLP
	Exaustão
	Antenas/pára-raios
	Outras
Observações do técnico	
Avaliação dos critérios empregados	

Em vários casos, o revestimento em telha cerâmica é apenas recomendado, sendo aprovados outros materiais, como telhas de fibrocimento pintadas na cor vermelha, por falta de lei específica. A mesma situação ocorre em relação às alvenarias estruturais, cuja remoção muitas vezes é permitida, assim como as estruturas em madeira e sistemas construtivos tradicionais das coberturas, normalmente substituídos por laje plana em concreto. Há, por parte dos técnicos, o entendimento quanto à dificuldade de controlar as intervenções no espaço interno dos imóveis em um conjunto urbano, excetuando-se os imóveis de destaque. O revestimento das coberturas de novas edificações em materiais diferentes das telhas cerâmicas tem sido autorizado, desde que não sejam empregados panos de vidro ou policarbonato. São admitidos trechos em pergolado e laje plana em concreto recoberta com telha cerâmica ou tijoleira para locação de reservatórios d'água e equipamentos. Especial atenção tem sido concedida às declividades, buscando a preservação ou a recuperação das altas empenas características da paisagem histórica do Recife, com base em iconografia histórica ou em marcas nas alvenarias.

O IPHAN não vem aprovando pedidos de "remembramento" de lotes por entender que este tipo de operação descaracteriza o parcelamento tradicional e repercute na substituição do padrão de ocupação, ao serem introduzidas novas tipologias construtivas. Recuos frontais e laterais também não são permitidos. Já a interligação de edificações é autorizada, na medida em que não seja perceptível na fachada e repercuta minimamente nas alvenarias estruturais.

A área de solo natural varia de acordo com a existência de terreno livre ou noutro momento foi concedida pela derrubada de anexo, liberando terreno. Nesse caso, o critério empregado dota a edificação de área de aeração e remove elementos que descaracterizavam a volumetria tradicional.

Os gabaritos para edificações em lotes vagos procuram respeitar o menor gabarito das edificações adjacentes, que também devem embasar a relação de cheios e vazios nas fachadas, enquanto tem sido permitida a alteração do número de pavimentos internamente. Têm-se exigido esquadrias em madeira, com vergas que recuperem desenhos tradicionais (retas, arcos plenos, góticos e outros), após prospecção arqueológica em alvenarias ou desentaipamento de vãos.

Nem sempre é exigida a especificação de materiais e cores de revestimento, nem a locação dos equipamentos condicionadores de ar, ao passo que as solicitações quanto às prospecções arqueológicas e à preservação de meios-fios são mais recentes. Não são aprovados revestimentos com panos de vidro nem materiais contrastantes com a paisagem histórica.

Por outro lado, o IPHAN tem enfatizado a necessidade de atendimento aos critérios de acessibilidade, requisitando a locação de gabinetes sanitários para portadores de necessidades especiais no pavimento térreo e legitimando as análises da prefeitura quanto ao rebaixamento de calçadas. Respeitadas as capacidades de reserva d'água ou lixo, segundo as exigências da prefeitura, por vezes têm dado atenção à sua localização. Os reservatórios d'água são comumente exigidos dentro da cobertura para que não interfiram na volumetria e no gabarito total, ao passo que têm sido aprovados poços e exaustores para ventilação e iluminação.

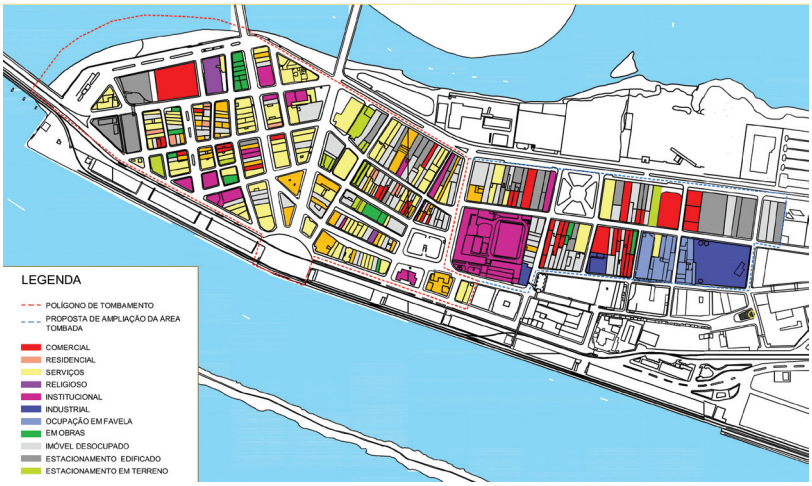
Recomenda-se, de modo geral, a preservação de elementos como gradis, balcões, óculos, lanternins, ornatos, murais, cercaduras, pisos e marcos de pedra, cimalhas, vitrais ou outros elementos caracterizadores da edificação. Muitas vezes, os critérios empregados procuram reverter descaracterizações da relação entre cheios e vazios das fachadas.

Esses projetos, ainda que em uma amostragem reduzida, evidenciam a diversidade de novos usos propostos para os imóveis do Bairro do Recife, provocando a necessidade de seu reconhecimento em campo e sua repercussão nas edificações e na paisagem.

O que se faz no/do sítio: interferências nas edificações e na paisagem do Bairro do Recife

Além do uso residencial, representado predominantemente pela Comunidade do Pilar, e das atividades portuárias e industriais realizadas em partes do bairro que não são abarcadas pelo tombamento, prevalecem os serviços e o comércio, os estacionamentos, o uso religioso e os lotes e imóveis desocupados (ver Figuras 16; 17 e 18).[8]

Figura 16
Mapa de usos do Bairro do Recife



Elaborado por Aline de Figueirôa Silva.
Fonte: Acervo da Superintendência do IPHAN em Pernambuco.

[7] O mapeamento dos usos foi realizado com o objetivo de identificar o perfil das novas atividades realizadas no bairro e as tendências após a realização do INBI-SU (Inventário Nacional de Bens Imóveis/Sítios Urbanos Tombados) para, assim, compreender como novas demandas repercutem na preservação das edificações e da paisagem. O mapa de usos constituiu uma etapa importante na elaboração de critérios que atendam à preservação das características arquitetônicas, urbanísticas e paisagísticas do sítio histórico e às adaptações provocadas por novos programas. Foi criada uma legenda distinta do mapa de usos do INBI-SU para visualizar as diferentes atividades de serviços e como os lotes vagos vêm sendo utilizados. Foram considerados todos os pavimentos dos imóveis, seguindo o critério da predominância. Em casos em que havia atividades pontuais e inexpressivas em parte do térreo e os pavimentos superiores encontravam-se inutilizados, o imóvel foi considerado desocupado.





Figuras 17 e 18 – Comunidade do Pilar na rua do Brum (2005).
Fonte: Fotos de Aline de Figueirôa Silva, acervo da Superintendência do IPHAN em Pernambuco.

Quanto ao comércio, destacam-se alguns estabelecimentos ligados ao Porto e os armazéns de atacado, localizados após a Praça Tiradentes, ao longo da Rua do Brum e quadras adjacentes (ver Figura 19). O conjunto edificado da Rua Tiradentes e alguns armazéns da Rua Bernardo Vieira de Melo, ao que parece e de acordo com informações locais, são utilizados como depósitos (ver Figura 20). Essa área, hoje localizada no entorno do Conjunto Tombado, resguarda, portanto, usos primitivos que contribuem para a preservação das características tradicionais das edificações, já que não demandam maiores adaptações. (ver Figuras 19 e 20, página 38)

Dentre os serviços mais representativos estão aqueles dos setores de alimentação e diversão (restaurantes, lanchonetes, bares e danceterias), tecnológico (empresas de telemarketing e gestão da informação), financeiro e institucional. É evidente a tendência de usos por parte de empresas prestadoras de serviços ligadas à tecnologia e estabelecimentos do ramo alimentar para atender à demanda de trabalhadores, além da presença marcante de grandes instituições bancárias e setores da administração municipal ou estadual, com várias secretarias ocupando diferentes edificações. Os bancos localizados nas avenidas Marquês de Olinda e Rio Branco, como o Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Bradesco, Itaú, Unibanco, Banco Real e Citibank representam um dos usos recorrentes do bairro, na sua função econômico-financeira.



Figura 19 – Armazém de atacado na Rua do Brum (2005). *Fonte: Fotos de Aline de Figueirôa Silva, acervo da Superintendência do IPHAN em Pernambuco.*



Figura 20 – Conjunto edificado da Rua Tiradentes, provavelmente usado como depósito (2005).

Os estacionamentos instalados em lotes vagos e edificações são cada vez mais frequentes, agravando um dos entraves à preservação do sítio histórico, uma vez que, diariamente, dezenas de veículos estacionam em quase todas as vias locais (ver Figuras 21, 22 e 23). As edificações utilizadas para estacionamentos sofrem alterações, como a instalação de grandes portões e rebaixamento dos pisos (ver Figura 24). Os problemas de circulação de veículos aumentam com o trânsito intenso de carga e descarga para abastecer os armazéns de atacado e demais estabelecimentos comerciais e de serviços. Chama atenção, inclusive, a inexistência de lotes vagos sem uso, ou seja, todos os terrenos vazios são ocupados por estacionamentos de carros. Estão incluídos nessa categoria alguns imóveis que servem ao trânsito de caminhões de carga e descarga, mesmo sem uma permanência maior dos veículos.

Figura 21 – Lote vago na Avenida Rio Branco, usado como estacionamento (2006). *Fonte: Fotos de Aline de Figueirôa Silva, acervo da Superintendência do IPHAN em Pernambuco.*



Figura 22 – Carros estacionados na Rua da Moeda (2005).



Figura 23 – Galpão na Rua do Brum/Avenida Cais do Apolo usado como estacionamento (2005).





Figura 24 – Galpão na Rua do Brum/Avenida Cais do Apolo usado como estacionamento (2005). *Fonte: Foto de Aline de Figueirôa Silva, acervo da Superintendência do IPHAN em Pernambuco.*

Embora muitos imóveis tenham sido classificados como desocupados, por se encontrarem fechados ou em visível estado de abandono, alguns deles abrigam depósitos, segundo informações de trabalhadores locais. Alguns pavimentos superiores de imóveis considerados desocupados são, possivelmente, utilizados para estoque e almoxarifado ou abrigam algum serviço inexpressivo.

Outra atividade pontual é aquela dos serviços ligados à educação e capacitação, ao que parece, numa perspectiva de recondicionamento social, incluindo as organizações não-governamentais (ONGs), além de associações trabalhistas, como sindicatos e organizações previdenciárias.

Quanto à distribuição das atividades, os imóveis delimitados pela Rua do Apolo e Rua Domingos José Martins, antes ocupados por bares e restaurantes, hoje estão subutilizados. Por outro lado, há uma concentração maior de atividades na parte Sul, até o limite das duas principais vias do bairro, as avenidas Marquês de Olinda e Rio Branco. Ocorre, neste caso, uma situação bastante paradoxal, visto que, por um lado, há um grande estoque construído desocupado ou subutilizado e, por outro, todos os terrenos vazios são utilizados para o estacionamento de veículos. Em relação à frequência, pelo perfil predominante de atividades, o bairro é mais esvaziado no final de semana. No domingo, eventos culturais movimentam o bairro nos períodos da tarde e da noite.

Figura 25 – À direita, dificação na esquina da Rua da Moeda com a Rua da Assembléia (2006).
Fonte: Fotos de Aline de Figueirôa Silva, acervo da Superintendência do IPHAN em Pernambuco.

Figura 26 – Abaixo, à esquerda, armazém na Rua do Brum, com sistema de exaustão na cobertura (2005).

Figura 27 – Abaixo, à direita, sobrado na Avenida Marquês de Olinda, com reservatório d'água acima da cobertura (2005).







Essa diversidade de usos tem provocado sucessivas interferências nas edificações e na paisagem, pelas diferentes instalações prediais requisitadas, na maioria das vezes repercutindo nas fachadas, nos pés-direitos, no solo, no gabarito e volumetria total das edificações, além dos danos às esquadrias e alteração na relação de cheios e vazios (aberturas).

Os principais acréscimos e adaptações são: reservatórios d'água superiores e inferiores, gabinetes sanitários, redes hidráulicas, sistemas de exaustão (poços, aberturas ou dispositivos mecânicos), instalações para circulação vertical de pessoas e cargas e suas respectivas casas de máquina, casas de lixo e centrais de GLP (gás liquefeito de petróleo) (ver Figuras 25, 26 e 27).







Figura 28 – Acima, à esquerda, equipamentos de condicionamento de ar em imóveis localizados na Rua Tomazina (2006).
Fonte: Fotos de Aline de Figueirôa Silva, acervo da Superintendência do IPHAN em Pernambuco.

Figura 29 – Acima, equipamentos de condicionamento de ar em imóveis localizados na Rua do Apolo (2006).

Figura 30 – Ao lado, equipamentos de condicionamento de ar em imóveis localizados na Avenida Marquês de Olinda (2005).

Ainda são fatores de interferência nas edificações e na paisagem os sistemas de condicionamento de ar, que incluem desde os aparelhos domésticos e o sistema tipo *split*, cujas unidades condensadoras (externas) são alojadas nas coberturas, platibandas, balcões e bandeiras, até equipamentos de grande porte, a exemplo dos *chillers* (ver Figuras 28, 29 e 30). Além de alterações construtivas que ocasionam na edificação, estes aparelhos deterioram o revestimento das fachadas pela ação da água e geram poluição visual e sonora.

Figura 31 – Laje de piso em concreto engastada na esquadria de um edifício de escritórios na Avenida Marquês de Olinda (2005).
Fonte: Fotos de Aline de Figueirôa Silva, acervo da Superintendência do IPHAN em Pernambuco.



Figura 32 – Central de gás de uma danceteria na Avenida Barbosa Lima Sobrinho (2006).



Enquanto os bares, restaurantes e casas noturnas demandam instalações de lixo, gás, exaustão e ampliação da rede hidráulica, as empresas tecnológicas, cujos programas são altamente condensados, e os edifícios de escritórios levam à criação de lajes de piso e remoção de alvenarias estruturais pela necessidade de amplos espaços contínuos (ver Figuras 31 e 32).

Considerações finais

O presente trabalho procurou apresentar elementos no intuito de fundamentar a elaboração de uma portaria que estabeleça critérios para intervenção no Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico do Antigo Bairro do Recife, apresentados no Anexo 1. A heterogeneidade do Conjunto, tendo em conta as características arquitetônicas, parcelamentos e traçado urbanístico, os usos do solo, o estado de conservação do acervo construído e as relações físicas, visuais e funcionais com os elementos naturais (rios, mar e arrecifes) e com o porto, bem como as pressões imobiliárias sobre o patrimônio constituem um grande desafio à sua preservação.

Outros aspectos precisam ser incluídos em recomendações específicas, como os dispositivos publicitários, cores, iluminação externa, mobiliário urbano (bancos, luminárias e elementos de sinalização educativa, turística, de trânsito ou quaisquer outras), materiais de pavimentação e arborização. São necessários inventários de gradis e ferragens (serralharia), de bens integrados, como forros e ornamentação, e dos resquícios da malha ferroviária.

Preocupações a respeito da preservação das bordas e superfícies aquáticas, doces e salgadas, e dos arrecifes, elementos de grande valor paisagístico e histórico, se justificam por sua presença marcante no Bairro do Recife e seu papel na fundação da cidade. A área do Porto, particularmente o conjunto de armazéns e demais instalações que se estendem pela fachada atlântica, deve ser alvo de regulamentação específica. A manutenção da volumetria e do gabarito é fundamental para a preservação do coroamento da paisagem histórico-cultural, o que evitaria a verticalização da frente d'água.

Animado por essas motivações, este trabalho é uma contribuição à ação institucional, sistematizando informações e reunindo conteúdos vinculados à demanda cotidiana da Superintendência do IPHAN em Pernambuco, ao tempo em que encerra um ciclo de dois anos de atividades relacionadas ao Bairro do Recife por esta bolsista do PEP/IPHAN/UNESCO.

Referências

ALBUQUERQUE, Paulo Tadeu de Souza; CAZZETTA, Miriam; MELLO NETO, Ulysses Pernambucano de; MELLO, Virginia Pernambucano de. *Programa de arqueologia urbana para a cidade do Recife: Projeto 01 – Bairro do Recife*. Recife: 2000. (Relatório técnico).

ALBUQUERQUE, Paulo Tadeu de Souza. *Vistoria para implantação de Zona Azul no Bairro do Recife. Recife: 2005.* (Informação técnica).

ALMEIDA, Carol. Ex- rua da alegria agora é puro tédio. *Jornal do Commercio*, Recife, 7 mar. 2004. Caderno C, p. 1-3.

ALVES, Cleide. Invasões ameaçam patrimônio histórico. *Jornal do Commercio*, Recife, 24 set. 2000. Cidades, p. 1-3.

_____. Recife Antigo no abandono. *Jornal do Commercio*, Recife, 20 fev. 2005. Cidades, p. 2.

AQUINO, Joana. Restauração da Cruz do Patrão vira lenda. *Jornal do Commercio*, Recife, 26 out. 2003. Cidades, p. 6.

ARGAN, Giulio Carlo. *História da arte como história da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BENEVOLO, Leonardo. *História da arquitetura moderna*. São Paulo: Perspectiva, 1976.

BOITO, Camillo. *Os restauradores*. Ed. 2. Cotia: Ateliê Editorial, 2003.

BRANDI, Cesare. *Teoria da restauração*. Cotia: Ateliê Editorial, 2004.

BRASIL. Decreto-lei nº 25 de 1937. *Organiza a Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, 30 nov. 1937.

_____. Lei nº 3.924 de 26-07-1961. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.

_____. *Instrução Normativa nº 1 de 25-11-2003*. Dispõe sobre a acessibilidade aos bens culturais imóveis acautelados em nível federal, e outras categorias, conforme especifica. Publicada no Diário Oficial de 15 de fevereiro de 2004.

_____. *Portaria nº 10 de 10-09-1986*. Publicada no Diário Oficial de 11 de setembro de 1986.

_____. *Portaria nº 10 de 10-09-1986*. Publicada no Diário Oficial de 15 de dezembro de 1988.

_____. *Portaria nº 28 de 31-01-2003*. Publicada no Diário Oficial de 03 de fevereiro de 2003.

_____. *Portaria nº 230 de 17-12-2002*. Publicada no Diário Oficial de 18 de dezembro de 2002.

_____. *Portaria nº 08 de 15-06-1977.* Publicada no Diário Oficial de 31 de agosto de 1977.

_____. *Portaria nº 08 de 29-01-1980.* Publicada no Diário Oficial de 07 de fevereiro de 1980.

_____. *Portaria nº 12 de 18-09-1986.* Publicada no Diário Oficial de 22 de setembro de 1980.

_____. *Portaria nº 02 de 14-03-1986.* Publicada no Diário Oficial de 19 de março de 1986.

_____. *Portaria nº 01 de 09-10-1985.* Publicada no Diário Oficial de 18 de outubro de 1985.

_____. *Portaria nº 10 de 24-09-1981.*

_____. *Portaria nº 15 de 17-10-1986.* Publicada no Diário Oficial de 21 de outubro de 1986.

_____. *Portaria nº 29 de 15-08-1980.* Publicada no Diário Oficial de 25 de agosto de 1985.

_____. *Portaria nº 03 de 13-03-1990.*

_____. *Portaria nº 213 de 14-05-1996.*

_____. *Portaria nº 122 de 02-04-2004.*

CASTRO, Josué de. *Fatores de localização da cidade do Recife: Um ensaio de geografia urbana*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948.

CAVALCANTI, Vanildo Bezerra. O Recife e a origem dos seus bairros centrais. In: *Um Tempo do Recife*. Recife: Arquivo Público Estadual, 1978, p. 221-252.

_____. *Recife do Corpo Santo.* Recife: Prefeitura Municipal do Recife, 1977.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio.* São Paulo: Unesp, 2001.

CORONA, Eduardo; LEMOS, Carlos A.C. *Dicionário da arquitetura brasileira.* São Paulo: Edart, 1972.

CORPO DE BOMBEIROS Militar de Pernambuco. *Código de Segurança contra Incêndio e Pânico para o Estado de Pernambuco.* Recife: Líber Gráfica e Editora, 2000.

CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: UERJ, 1998.

CURY, Isabelle. *Cartas Patrimoniais.* Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

DELPHIM, Carlos Fernando de Moura. *Considerações sobre intervenções em paisagens protegidas por seu excepcional valor.* Rio de Janeiro, 2006. (Parecer técnico).

DIQUE entregue ao descaso. Jornal do Commercio, Recife, 17 fev. 2008. Cidades, p. 6.

EMPRESA DE URBANIZAÇÃO DO RECIFE. *Revitalização do Bairro do Recife: Proposta de tombamento do núcleo original da Cidade do Recife – Dentro de Portas.* Recife, 1998, v. 1 e v. 2.

FABRIS, Annateresa (Org.). *Ecletismo na arquitetura brasileira.* São Paulo: Nobel/ Edusp, 1987.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa.* São Paulo: Nova Fronteira, 1988.

FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE. *Região Metropolitana do Recife: Plano de Preservação de Sítios Históricos.* Recife: Governo do Estado de Pernambuco, 1978.

IPHAN. *INBI-SU: Inventário Nacional de Bens Imóveis – Sítios Urbanos Tombados.* Recife, 2002.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. *Dicionário Básico de Filosofia.* 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

LAMAS, José Manuel Ressano Garcia. 3. ed. *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade.* Porto: Fundação Calouste Gulbenkian: Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2004.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória.* 5. ed. Campinas: Unicamp, 2003.

_____. *Por amor às cidades.* São Paulo: Unesp, 1998.

LIMA, Renato. Faltam imóveis no Porto Digital. *Jornal do Commercio*, Recife, 6 fev. 2005. Economia, p. 3.

LUBAMBO, Cátia Wanderley. *Bairro do Recife: Entre o Corpo Santo e o Marco Zero.* Recife: CEPE: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1991.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A paisagem como fato cultural. In: YÁZIGI, Eduardo (Org.). *Turismo e Paisagem.* São Paulo: Contexto, 2002. pp. 29-64.

MENEZES, José Luiz Mota (Org.). *Atlas Histórico Cartográfico do Recife.* Recife: PCR: Massangana, 1988.

MOREIRA, Fernando Diniz. *A Construção de uma cidade moderna: Recife (1909-1926).* Dissertação de Mestrado apresentada ao Mestrado em Desenvolvimento Urbano da UFPE. Recife, 1994.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. *Caminhos de Pedra: Calçadas do Bairro do Recife.* Recife, 2000.

_____. *Decreto nº 20.604/2004.* Publicado no Diário Oficial de 21 de agosto de 2004.

_____. *Preservação de Sítios Históricos.* Recife, 1981.

PRICE, N. S.; TALLAEY, M. K.; VACCARO, A. M. (Org.). *Historical and Philosophical issues in the conservation of cultural heritage.* Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 1996.

RECIFE. *Lei nº 16.292*. Lei de Edificações e Instalações na Cidade do Recife, 1997.

_____. *Lei nº 16.176*. Lei de Uso e Ocupação do Solo da Cidade do Recife, 1996.

_____. *Lei nº 16.290*. Lei Sítio Histórico Bairro do Recife, 1997.

REIS, Nestor Goulart. *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: Edusp: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da Arquitetura no Brasil*. 10. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.

REZENDE, Antonio Paulo. *O Recife: Histórias de uma cidade*. 2. ed. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 2005.

RIBEIRO, Rafael Winter. *Paisagem Cultural e Patrimônio*. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007.

RIEGL, Aloïs. *El culto moderno a los monumentos*. Madrid: Visor, 1999.

ROSSI, Aldo. *A Arquitetura da Cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SETTE, Mario. *Arruar: História Pitoresca do Recife Antigo*. Rio de Janeiro: CEB, 1948.

SILVA, Geraldo Gomes da. *Arquitetura do Ferro no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Nobel, 1987.

SINAGOGA reabre as portas após 347 anos. *Jornal do Commercio*, Recife, 4 dez. 2001. Cidades, p. 3.

SOARES, Roberta. A difícil tarefa de aliviar o trânsito no Centro. *Jornal do Commercio*, Recife, 10 nov. 2002. Cidades, p. 8.

TECNOLOGIA modifica o perfil do Recife Antigo. *Jornal do Commercio*, Recife, 29 jan. 2006. Cidades, p. 1.

VARGAS, Heliana Comin; CASTILHO, Ana Luisa Howard de (Org.). *Intervenções em Centros Urbanos: objetivos, estratégias e resultados*. Barueri: Manole, 2006.

VIENNA MEMORANDUM. *International Conference on World Heritage and Contemporary Architecture: Managing the Historic Urban Landscape*. Áustria, 2005. Disponível em: http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001409/140984e.pdf. Acesso em 05/08/2005.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. *Restauração*. Cotia: Ateliê Editorial, 2000.

ZANCHETI, Sílvio Mendes (Org.). *Gestão do Patrimônio Cultural Integrado*. Recife: UFPE, 2002.

ZANCHETI, Sílvio; MARINHO, Geraldo; LACERDA, Norma (Org.). *Revitalização do Bairro do Recife* – Plano, Regulação e Avaliação. Recife: UFPE, 1998.

Anexos

Anexo 1

Minuta da portaria que estabelece critérios para intervenção no Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico do Antigo Bairro do Recife

Considerando que o Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico do Antigo Bairro do Recife é parte integrante do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, inscrito nos livros de tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e Belas Artes, nos termos do Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 e, particularmente, seu artigo 17;

Considerando a inscrição de toda a porção continental do Bairro do Recife no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos do IPHAN;

Considerando os valores arquitetônicos, urbanísticos, paisagísticos e arqueológicos do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico do Antigo Bairro do Recife;

Considerando a necessidade de regulamentar as intervenções a serem realizadas no Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico do Antigo Bairro do Recife e de democratizar o acesso aos critérios adotados para sua preservação;

Considerando a permanência de atividades tradicionais e os novos usos que coexistem no Bairro do Recife, bem como as adaptações arquitetônicas e urbanísticas que estes acarretam;

Considerando ainda as análises realizadas, quanto à legislação urbanística atual, municipal e federal, e a missão institucional do IPHAN:

Todas as intervenções arquitetônicas e urbanísticas a serem realizadas no Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico do Antigo Bairro do Recife pela iniciativa privada ou pelo poder público deverão contribuir para a manutenção e/ou restauração de suas características tradicionais, no que se refere ao **traçado e elementos urbanísticos, parcelamento, forma e implantação no lote, gabarito, volumetria, cobertura, fachadas e espaços internos. As fundações e instalações prediais** (hidráulicas, sanitárias, elétricas, telefônicas, de gás e lixo, de segurança, prevenção e combate a incêndio, comunicação, circulação vertical de cargas e passageiros, captação de energia solar, condicionamento de ar e outras) e demais equipamentos devem se compatibilizar com o objeto tombado.

1. Traçado e elementos urbanísticos

1.1 Deverão ser preservados os diferentes tipos de traçado que compõem a malha urbana, tais como o traçado antigo de vias estreitas e paralelas acompanhando a disposição do solo e o traçado eclético de vias radiais que originam as quadras em formato ferro-de-engomar.

1.1.i Deverá ser mantido o arruamento tradicional definidor das quadras de números 95, 80, 60, 55, 45 e 40, mesmo quando autorizados novos parcelamentos.

1.2 Deverá ser preservada a relação urbanística entre cheios e vazios do traçado, com destaque para as praças Artur Oscar (Arsenal da Marinha), Tiradentes

e Marco Zero. A primeira, como vazio que marcava o limite entre a porção ocupada e fortificada da cidade e sua zona de expansão. A segunda, como vazio do antigo porto fluvial para ancoragem e abastecimento dos armazéns. E a terceira, como elemento fundamental de composição do traçado eclético, por ser ponto de convergência das avenidas radiais e condição de ancoradouro com descortino para o mar.

1.3 Além de serem importantes espaços livres na relação de cheios e vazios da malha urbana, essas praças deverão ser preservadas em função de sua composição paisagística, que inclui a vegetação, o mobiliário e o traçado, cujo caráter deverá ser valorizado nas novas intervenções.

1.4 As áreas de cais deverão ser mantidas como espaços livres e valorizadas sem que predominem os elementos construídos. Essas áreas devem descongestionar as bordas do bairro e favorecer o descortino e a contemplação da água, elemento que o caracteriza como uma ilha.

1.5 As bordas e superfícies d'água, doces e salgadas, bem como os arrecifes, deverão ser mantidas livres de edificações ou de elementos que venham a promover sua descaracterização.

1.6 Deverão ser preservadas as guias de meio-fio e as calçadas em pedra lioz, bem como as calçadas em pedra portuguesa e demais elementos urbanísticos presos à pavimentação, como os trilhos de vias férreas e argolas em ferro.

1.7 As calçadas deverão ser executadas de modo a atender os requisitos de acessibilidade, admitindo-se rebaixamentos. Nos trechos em que se encontram guias em pedra lioz deve ser adotada, preferencialmente, a elevação do nível da calha da rua com junta seca ou outra solução.

1.8 Todas as intervenções que venham a remover camadas de solo, como plantio ou retirada de vegetação, instalação de redes de infra-estrutura de abastecimento d'água, esgotamento sanitário, fornecimento de energia elétrica, colocação de fibra ótica, ou quaisquer outras finalidades, devem ser antecedidas de pesquisa arqueológica, em atendimento à lei nº 3.924 de 26.07.1961 e à Portaria nº 07 de 01.12.1988.

2. Parcelamento

2.1 Deverão ser preservados os diferentes tipos de lote que compõem o parcelamento do solo, como os lotes curtos e estreitos, os lotes longos e estreitos (com frente e fundo para dois logradouros públicos) e os lotes triangulares.

2.2 Serão proibidos os desmembramentos e remembramentos, que, além de alterarem o parcelamento tradicional, poderão também repercutir no padrão de ocupação, pela substituição de tipologias construtivas.

2.2.i Serão permitidos os desmembramentos que venham recuperar os parcelamentos tradicionais.

2.3 Poderão ser admitidos novos parcelamentos nas quadras de números 95, 80,

60, 55, 45 e 40, preferencialmente adotando-se o padrão do lote tradicional, conforme quadras de números 75 e 90.

3. Forma e implantação no lote

3.1 As novas construções deverão obedecer aos padrões de implantação da quadra em que se situam ou das quadras adjacentes, com recuos frontais e laterais nulos.

3.2 As novas construções deverão atender, preferencialmente, a taxa de ocupação máxima de 80%.

4. Gabarito

4.1 Em relação à altura total da edificação, compreendida entre a cota do meio-fio e o ponto mais alto da edificação, incluindo-se quaisquer elementos volumétricos ou de coroamento, independente da existência de pavimentos enterrados ou semi-enterrados, as intervenções e as novas edificações deverão atingir no máximo o maior gabarito da quadra ou a cota máxima de 21,00 m, se esta for mais restritiva.

4.1.i Os volumes decorrentes das instalações prediais, como reservatórios d'água superiores e casas de máquina de elevadores, entre outros, estarão, obrigatoriamente, incluídos no gabarito máximo da edificação.

4.2 Em relação ao número de pavimentos, deverá ser mantida a leitura dos pisos originais em fachada, sendo admitida a criação de outros pisos internamente, desde que observados os critérios fixados por esta Portaria para os espaços internos.

4.3 Os reservatórios d'água deverão ser alocados, preferencialmente, dentro da cobertura.

4.4 Recomenda-se a opção por sistema de elevadores do tipo hidráulico ou que não necessitem de casa de máquina elevada.

5. Volumetria

5.1 Os novos edifícios a serem implantados em lotes vagos ou os acréscimos de área construída, desde que atendidos outros requisitos previstos nesta Portaria, deverão respeitar a volumetria predominante da quadra em que se encontra inserido, tomando por base o menor volume.

6. Cobertura

6.1 As coberturas deverão manter as características compatíveis com as edificações de que fazem parte, ou seja, cobertura, fachada e interior deverão guardar uma unidade predominante, respeitando-se os elementos preservados ou identificadores dos diversos períodos da edificação.

6.2 As coberturas tradicionais deverão ser mantidas ou restauradas, respeitando-se o sistema construtivo, materiais de construção da estrutura (madeira) e de revestimento (telhas cerâmicas), bem como a posição da cumeeira, número de águas, rincões, tacaniças, declividade, e demais elementos como lanternins e outros característicos da edificação.

6.3 Admite-se a adoção de trechos em laje plana em concreto, revestida com tijo-

leira que sirva à locação de caixas d'água e condicionadores de ar, desde que permaneçam abaixo da linha da platibanda. Esses trechos em laje plana, de preferência, não deverão:

6.3.i Refletir-se nas fachadas voltadas para os logradouros públicos;

6.3.ii Sobressair-se ao volume da edificação;

6.3.iii Ultrapassar um quarto da extensão do vão, ou seja, o comprimento do lote;

6.3.iv Ser localizados na parte anterior do imóvel.

6.4 Admite-se a colocação de pequenos trechos em telhas de vidro para suprir a necessidade de iluminação, bem como a utilização de pequenos trechos em pergolado sobre áreas de solo natural, por questões de segurança ou alocação de caixas d'água e condicionadores de ar.

6.5 Ficam proibidos os rasgos na cobertura para a criação de varandas, terraços, áreas de lazer, mirantes ou quaisquer outras finalidades que venham a promover sua descontinuidade e descaracterização.

6.6 Nas edificações com cobertura tradicional em telhas cerâmicas sobre estrutura em madeira, alteradas para lajes em concreto, e que se encontram bastante consolidadas, admite-se a permanência dessas lajes desde que, obrigatoriamente, revestidas por telhas cerâmicas.

6.7 No caso de novas edificações, admitem-se outros materiais de estrutura e revestimento da cobertura, desde que não sejam contrastantes com a paisagem histórica do bairro, como policarbonato, telhas metálicas e outros.

6.8 Também fica proibido, tanto em novas edificações, quanto nas antigas, o emprego de materiais que simulem o revestimento cerâmico, como as telhas de fibrocimento e as telhas metálicas pintadas na cor vermelha, entre outras.

6.9 Em casos de indefinição da inclinação da cobertura ou quando esta estiver comprovadamente descaracterizada, deverá ser realizada prospecção arqueológica nas empenas laterais e platibandas para identificar a declividade.

7. Fachadas

7.1 Deverão ser preservados os vãos tradicionais, com suas vergas retas, arcos plenos, abatidos, góticos ou quaisquer outros característicos da edificação.

7.2 As novas esquadrias de portas, janelas e óculos deverão ser executadas, preferencialmente, em madeira, ferro e vidro e seguindo o detalhe compatível com a edificação.

7.3 Deverão ser preservadas as bandeiras de portas e janelas em madeira, ferro ou vitral colorido existentes.

7.4 Deverão ser mantidos os elementos de serralharia tradicionais, como escápulas, ferrolhos, borboletas, fechaduras e outros existentes.

7.5 Deverão ser preservados os elementos demarcadores de cotas de piso (bocel), cotas altimétricas (cimalhas) e os cunhais das edificações de cabeça-de-quadra, assim como demais elementos em pedra, a exemplo de cercaduras, pisos de balcões, cachorros, ornatos, degraus, soleiras, colunas e elementos decorativos em estuque ou argamassa armada.

7.6 Além das ferragens dos vãos e das esquadrias, serão preservados os balcões e balaustradas em ferro ou balcões e sacadas em alvenaria característicos da edificação.

7.7 Em casos de indefinição do sistema de aberturas, deverá ser realizada prospecção arqueológica nas alvenarias, bem como quando houver intenção de remoção de elementos atuais.

7.8 As marquises deverão ser evitadas, como elementos contrastantes com os tipos edificados no bairro, sobretudo quando se tratar de intervenções em sobrados, casario térreo ou galpões.

7.9 As fachadas serão revestidas com materiais tradicionais e, preferencialmente, com pintura à base de cal, sendo proibida a utilização de cores contrastantes, como preto e tonalidades fluorescentes. Os materiais e a proposta de cores serão, obrigatoriamente, apresentados no projeto para apreciação do IPHAN. Fica proibida a realização de pintura sobre os elementos em pedra.

7.10 No caso de novas edificações, admitem-se outros materiais de revestimento das fachadas, desde que não sejam contrastantes com a paisagem histórica do bairro, como panos de vidro, superfícies reflexivas e que não se integrem ao envelhecimento do conjunto.

7.11 A colocação de toldos ficará a cargo de análise especial. Estes deverão:

7.11.i Ser retráteis, lisos e sem letreiros;

7.11.ii Se compatibilizar com as cores das fachadas, de preferência em tom neutro;

7.11iii Permanecer recolhidos durante o período em que o sol não incida sobre a fachada do imóvel;

7.11.iv Preservar de danos os elementos construtivos, como cunhais em pedra, cercaduras, esquadrias, adornos e outros.

8. Espaços internos

8.1 Como características internas fundamentais, deverão, primordialmente, ser preservados os pés-direitos e as alvenarias estruturais tradicionais.

8.2 O acréscimo de pavimentos e as lajes de piso em concreto poderão ser admitidos. Porém, as lajes não deverão:

8.2.i Refletir-se na fachada;

8.2.ii Engastar nas esquadrias, para preservar sua integridade física e o modo de abertura.

8.3 Deverão ser mantidos pisos e forros, sob o ponto de vista dos materiais e

sistemas construtivos, esquadrias internas, ferragens e gradis, bem como elementos caracterizadores da edificação, como elevadores de porta pantográfica, murais cerâmicos e demais painéis decorativos, entre outros.

8.4 Os gabinetes sanitários e demais áreas molhadas deverão ser instalados de modo a alterarem minimamente a distribuição espacial das edificações, aproveitando, tanto quanto possível, as aberturas da fachada para exaustão e atendendo aos requisitos de acessibilidade, com pelo menos uma unidade no térreo.

8.5 Admite-se a interligação de imóveis internamente, desde que não repercuta na fachada ou não acarrete destruição de alvenarias estruturais, afetando-as minimamente.

8.5.i As edificações a serem interligadas deverão manter as características distintas nas fachadas, em relação a revestimentos, abertura de vãos, gabarito ou quaisquer outros elementos que as diferencie.

8.6 Será permita a interligação entre uma edificação e uma nova construção a ser erguida em lote vago, desde que sigam os critérios anteriores.

9. Fundações e instalações prediais

9.1 Fica proibido o acréscimo de qualquer pavimento semi-enterrado ou enterrado.

9.2 A execução de novas fundações e de reservatórios d'água inferiores será, obrigatoriamente, acompanhada por profissional de Arqueologia. Eventuais achados arqueológicos ficarão sobre a tutela do profissional responsável.

9.3 As centrais de GLP (gás liquefeito de petróleo) e casas de lixo deverão aproveitar, tanto quanto possível, vãos primitivos existentes. Em casos de edificação de cabeça-de-quadra, deverão, preferencialmente, ocupar a fachada secundária e preservar a integridade da fachada principal, além de evitar danos às esquadrias.

9.4 Para o cálculo de capacidade e dimensionamento de reservatórios d'água, inferior e superior, casas de lixo, caixas de gordura, centrais de GLP, calhas e tubos de queda d'água, quantidade e distribuição de sprinklers, extintores, hidrantes internos, pára-raios, antenas, quadros de luz, geradores, transformadores, dispositivos de segurança, tubulações e outros equipamentos e instalações prediais deverão ser observadas as normas municipais, as disposições de concessionárias de serviços públicos e a legislação do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Pernambuco, além das especificações técnicas dos equipamentos fornecidas pelos fabricantes.

9.5 Os quadros gerais de força e luz não deverão ser instalados nas fachadas. As subestações, transformadores, geradores e outros equipamentos não deverão se refletir na fachada e na cobertura.

9.6 Os elementos necessários à drenagem pluvial, como calhas e tubos de queda, deverão, preferencialmente, estar localizados atrás da platibanda e embutidos na alvenaria.

9.7 As unidades externas dos equipamentos condicionadores de ar deverão ser alocadas de forma a causar o menor impacto possível na edificação e na paisagem, sendo evitados a destruição de esquadrias, os grandes rasgos nas coberturas ou sua colocação sobre as platibandas. Será admitida a instalação dessas unidades em balcões, por trás das platibandas ou em alguns trechos da cobertura. Esses elementos serão, obrigatoriamente, apresentados no projeto, em quantidade, dimensionamento e localização.

9.8 Não será admitida a colocação de equipamentos de exaustão mecânica em alumínio ou material reflexivo, especialmente em pontos acima da platibanda ou que repercuta na fachada.

9.9 As demais instalações hidráulicas, sanitárias, elétricas, telefônicas, de gás e lixo, de segurança, de prevenção e combate a incêndio, comunicação, circulação vertical de cargas e passageiros, captação de energia solar, condicionamento de ar e outras deverão interferir minimamente nas características tradicionais da edificação, no interior, nas fachadas e na cobertura, bem como na paisagem.

10. Disposições gerais

10.1 Os projetos submetidos à análise deverão ser apresentados conforme determinado no Manual de Apresentação de Projetos do IPHAN.

10.2 Constituirá critério de análise a manutenção das principais visadas e perspectivas das edificações tombadas isoladamente e do Conjunto.

10.3 Os elementos a serem demolidos deverão ser precedidos de levantamento arquitetônico e fotográfico que caracterizem seu estado atual.

10.4 Para os imóveis de destaque (ID) poderão ser estabelecidas outras restrições.

10.5 Para os imóveis com risco ao patrimônio ou aos transeuntes, seja por desagregação ou desabamento de elementos, seja por problemas nas instalações, poderão ser empregados outros critérios de intervenção, visando sanar o risco iminente. Eventuais soluções temporárias não desobrigam da posterior apresentação de projeto para análise do IPHAN, observando-se os critérios fixados por esta Portaria.

10.6 No caso dos projetos que demandem prospecção arqueológica, recomenda-se que esta seja executada o mais rápido possível, para que a evidenciação de inclinações de cobertura, escada, vãos, cotas de piso ou quaisquer outros elementos possa subsidiar a elaboração do projeto. Em caso de novas informações evidenciadas em obra após a aprovação do projeto, este deverá ser reencaminhado ao IPHAN.

As disposições de que trata a presente Portaria são fixadas sem prejuízo de critérios mais restritivos estabelecidos na legislação federal, estadual e municipal.

Ficam revogadas as disposições em contrário.

A cor no centro histórico de São Cristóvão, em Sergipe

Andrea Costa Romão Silva[1]



Resumo

Este trabalho apresenta o estudo técnico desenvolvido na Superintendência do IPHAN em Sergipe, referente ao tema da cor em centros históricos, tendo como estudo de caso a cidade de São Cristóvão/SE. O objetivo foi levantar dados para o conhecimento do uso das cores na cidade, visando não só subsidiar sua utilização, como também contribuir para a conservação deste elemento enquanto imagem simbólica de um patrimônio cultural constituído ao longo de sua história. Para tanto, foi efetuada investigação objetiva dos esquemas de cores por meio de estratos cromáticos, a partir de prospecções estratigráficas nas fachadas de imóveis localizados no centro histórico da cidade. Esse registro, presente nas edificações e documentado num banco de dados, permitiu a obtenção de uma gama de cores que representa uma síntese cromática do ambiente em questão, produto e referência do território local.

[1] **Andrea Costa Romão Silva** é Arquiteta e Urbanista – Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia. Graduada pela Universidade Federal de Pernambuco em 2003. Bolsista do PEP/IPHAN/UNESCO, na Superintendência do IPHAN em Sergipe, em 2005 e 2006, sob a supervisão da arquiteta do IPHAN Marta Maria Silva Chagas, com a colaboração da arquiteta do IPHAN Sandra Rafaela Magalhães Corrêa, e da estagiária em arquitetura Licia Emmanuela de Menezes Acioly.

A escolha do aprofundamento do tema da cor no presente artigo, produzido como trabalho do 2º ano do PEP/IPHAN/UNESCO, surgiu a partir da falta de referência deste elemento enquanto fenômeno da identidade urbana das cidades históricas.

A importância na identificação cromática da cidade de São Cristóvão, estudo de caso em questão, está relacionada à sua caracterização como produto e referência do território local. Isso porque a cor constitui não apenas o acabamento de superfícies que resulta numa determinada configuração urbana, mas também uma forma de expressão cultural específica de cada lugar, com forte carga simbólica. Entretanto, não existe uma fórmula universal que indique os procedimentos a serem utilizados para a definição da cor na paisagem urbana. Ela é fruto dos aspectos apresentados em cada ambiente, da identidade urbana e de arquitetura, com ênfase nos sinais, signos e símbolos de luz e de cor.

Para promover a análise cromática em São Cristóvão/SE, é necessário primeiramente esclarecer sobre o processo de salvaguarda desse conjunto urbano enquanto objeto de interesse de proteção, considerado patrimônio nacional, e qual a relevância da cor nesse contexto.

A constituição de um sistema federal de proteção aos bens culturais do Brasil, através da Lei n. 378, de 13 de janeiro de 1937, permitiu a criação de um órgão especificamente voltado para a preservação do

patrimônio histórico e artístico nacional, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)[2] – sob a direção de Rodrigo Melo Franco de Andrade. Em novembro do mesmo ano foi promulgado o Decreto-Lei n. 25, que criou e organizou o serviço de proteção do patrimônio. A partir de então, diversos monumentos foram tombados com o intuito de salvaguardar esse patrimônio, segundo critérios da época. Em fins da década de 1960, uma nova filosofia permitiu a ampliação da noção de patrimônio cultural e mudança sensível nas políticas de preservação. Passou a ser importante não só a proteção da visibilidade dos bens tombados individualmente, como também a defesa da ambiência da cidade enquanto conjunto, a partir da relação entre o meio natural e as pessoas que vivem no ambiente e nele deixam vestígios (FONSECA, 2005, p. 107 e 199).

Nessas circunstâncias, núcleos históricos puderam ser tombados com o objetivo de salvaguardar sua integridade enquanto patrimônio cultural, formado pelo conjunto de vestígios de sua história, de sua identidade, que estão impressos no território.[3] Os valores das cidades históricas são materializados, portanto, em sua própria morfologia urbana. Vale lembrar que os espaços que contêm os elementos referenciadores dessa história são definidos por meio da forma, do próprio espaço e da cor, como elementos básicos na formação da imagem tomada como vestígio.

No contexto urbano, o conteúdo cromático representa um ato coletivo de função social, na busca de representação e comunicação. Nos centros históricos, essa representação é ainda mais acentuada, pois se

[2] O SPHAN foi reorganizado como Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN) de 1946 a 1970 quando foi transformado em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Em 1979 passa a ser a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), depois Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) de 1981 a 1985, voltando a ser Secretaria até 1990, quando passa a Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC). Finalmente, em 1994, retoma o nome de IPHAN (IPHAN, 2006).

[3] O Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de São Cristóvão foi tombado em 1967.

trata do reconhecimento da imagem colorística enquanto patrimônio, formado por valores culturais próprios da sociedade que os constituiu. A percepção do referencial colorístico enquanto "rosto" das cidades históricas representa a sua identificação na identidade urbana, produto do território local e como elemento de significação estético-visual.

Disso resulta uma forte preocupação relacionada à salvaguarda dessas referências culturais para a preservação do patrimônio coletivo. A *Carta Internacional de Washington*, de 1986, define alguns princípios e objetivos para a salvaguarda de cidades históricas, visando sua proteção, conservação, restauração, desenvolvimento e adaptação à vida contemporânea, destacando-se, dentre os elementos a se preservar, a cor:

> (...) Os valores a preservar são o caráter histórico da cidade e o conjunto de elementos materiais e espirituais que expressam sua imagem em particular: (...) a forma e os aspectos das edificações (interior e exterior), tais como são definidos por sua estrutura, volume, estilo, escala, materiais, cor e decoração (...) (IPHAN, 2004, p. 282, grifo nosso).

Segundo AGUIAR (2002, p. 75), é necessário que haja uma avaliação crítica na atribuição de valores patrimoniais para apreciação da forma como as tradições são entendidas: os materiais são ciclicamente substituídos, mas a autenticidade do lugar e da cultura que lhes dá origem permanece. Esse julgamento não deve ser baseado em critérios fixos e invariáveis, pois depende da realidade de diferentes culturas. A autenticidade está, portanto, na veracidade desses patrimônios enquanto herança, e sua conservação pressupõe identificação, manutenção e equilíbrio das identidades locais.[4]

Entretanto, esse equilíbrio é rompido quando são criados "cenários" artificiais e descaracterizados. Tratando de núcleos históricos,

[4] Sobre a questão da autenticidade, ver a Conferência de Nara (1994) e a Carta de Brasília (1995), especificadas nas Cartas Patrimoniais publicadas pelo IPHAN (2004).

são intervenções que, além de alterarem significativamente a imagem da estrutura urbana, podem causar rápidas perdas, muitas vezes irreversíveis, com o único objetivo de "embelezamento" estratégico urbano, alterando rapidamente o seu aspecto. Isso está intimamente relacionado a critérios nas decisões de projeto como intervenções pontuais, não coincidentes quanto ao tempo e à rapidez na execução do serviço. Aliada a isso está a dificuldade de atuação dos instrumentos de controle e fiscalização.

Como se vê, a conservação da imagem urbana tornou-se uma questão preocupante para a preservação dos conjuntos urbanos históricos. Nesse sentido, é fundamental o estudo e registro dos estratos cromáticos, pois, a sua deterioração ou remoção (através de seguidas pinturas e reformas) apagam, de forma definitiva, dados presentes da trajetória estética dos edifícios ao longo do tempo. Afinal, as camadas de cores das fachadas dos edifícios históricos constituem uma "sobreposição estratigráfica de modos e tempos" (AGUIAR, 2005, p. 4).

Alguns estudos já foram executados nesse sentido. Pode-se citar, dentre eles, a obra de Rosa Alice FRANÇA (2003), denominada *As cores do Bonfim*, com várias análises sobre referência da cor na imagem urbana; o trabalho de José AGUIAR (2002), em Portugal, que analisa a relação entre cor, cidade histórica e conservação do patrimônio; e o projeto *A cor*, desenvolvido no Rio de Janeiro com o objetivo de elaborar diretrizes para a pintura de fachadas na área de abrangência do projeto do *Corredor Cultural* (1990).

Delimitação da área de estudo

A cidade de São Cristóvão, objeto de estudo deste trabalho, foi fundada em 1º de janeiro de 1590, segundo os interesses portugueses na busca por um território ideal: terras férteis, possibilidade de defesa

Figura 1 – Área de Intervenção (delimitada pela linha pontilhada vermelha)



por se localizar em ponto alto, acropolitano, além de ser elo entre as importantes províncias da Bahia e Pernambuco. Além dessas características, a construção de templos pelas ordens religiosas, logo nas primeiras décadas dos seiscentos, favoreceu a configuração das primeiras ordenações do traçado urbano. As edificações foram sendo erguidas próximas às igrejas, respeitando o seu destaque monumental. Dessa maneira foram constituídos os primeiros eixos da composição urbana no núcleo elevado da cidade, formado pelos edifícios religiosos, com espaços abertos de praças e largos, interligados por meio de vias públicas, com edificações em suas margens.[5]

Esse núcleo inicial de povoamento foi a área selecionada para o estudo sobre as cores, pois permitiria, a princípio, uma abrangência maior quanto a diversidade de camadas pictóricas. Foram selecionados 78 imóveis para o estudo cromático, distribuídos ao longo desta área. A seguir serão detalhados os seus principais aspectos urbanos e cromáticos (ver Figura 1).

A Praça Getúlio Vargas (antiga Praça da Matriz) está localizada na parte alta do centro histórico de São Cristóvão, e em torno dela se formaram os primeiros agrupamentos de edificações em função da Igreja Matriz Nossa Senhora da Vitória, cujo início da construção

5 Sobre a evolução urbana de São Cristóvão ver SILVA (2007a) e SILVA (2007b).

data do começo do século XVII. A organização espacial que segue o alinhamento da igreja, em um dos lados da praça, é delimitada por um conjunto de sobrados, intermediados por um terreno baldio e uma residência térrea. Nos outros lados da praça, as construções também são térreas ou sobradadas. Todas as edificações estão no alinhamento da rua e apresentam, quanto ao aspecto cromático atual, paredes em tons claros, madeiramento pintado com cores escuras e demais elementos arquitetônicos com coloração contrastante destacando-se do conjunto (ver Figura 2).

A Praça São Francisco está localizada nas proximidades da Igreja Matriz, seguindo o alinhamento de um dos seus eixos. Nela encontra-se a Igreja e Convento Santa Cruz (ou Convento São Francisco), construção do século XVIII, além de importantes edifícios civis e religiosos, como o Antigo Palácio Provincial (atual Museu Histórico de Sergipe) e a antiga Santa Casa da Misericórdia (atual orfanato Lar Imaculada Conceição). Além desses, a praça é constituída, em uma de suas extremidades, de edificações térreas, residenciais, selecionadas para as prospecções estratigráficas. Nestas últimas, predominam, mais uma vez, tons mais claros de beges e brancos nas paredes e esquadrias com matizes mais escuras.

A Rua Frei Santa Cecília corresponde a um dos eixos de ligação entre a Praça Getúlio Vargas e a São Francisco. É constituída de 17 lotes, sendo um terreno baldio e uma casa azulejada que não entraram na análise. Destaca-se do conjunto, pela sua imponência, um casarão de esquina com a Praça Getúlio Vargas, com construção do século XVIII. Predominam as cores claras neste casarão e nas demais edificações do conjunto.

Finalmente, a Rua Ivo do Prado, segundo eixo de ligação entre as praças, é formada por 22 edificações distribuídas em toda a extensão da via. O aspecto do conjunto, em relação aos parâmetros cromáticos,



Figura 2 – Perfil cores de fachadas – Praça Getúlio Vargas, São Cristóvão

está sujeito, assim como nos outros lugares, aos materiais utilizados que se sucederam e foram sendo substituídos em diferentes épocas. Destaca-se do conjunto uma edificação de esquina, a de número 74, solta no lote e recuada em relação ao alinhamento da rua.

A cor em São Cristóvão: etapas do estudo de prospecção

São Cristóvão possui um rico acervo arquitetônico, urbanístico e paisagístico, caracterizado por volumes, ritmos e cores das massas edificadas, próprias da individualidade do local e da paisagem ao seu redor. No entanto, alguns fatores têm provocado a perda dessas referências, principalmente em função do apelo comercial e do desconhecimento da comunidade acerca do assunto. Em função dessa ameaça, foi efetuada a análise empírica, com o objetivo de entender a forma de apropriação a partir das referências ainda existentes das camadas de repintura nas fachadas das edificações.

O desenvolvimento do trabalho foi efetuado em duas etapas: primeiramente em campo, para coleta de dados referentes às cores dos imóveis; posteriormente, esses dados foram compilados para obtenção das cartelas de cores.

Para a primeira etapa de execução, foi elaborada uma *Carta aos Proprietários* dos imóveis localizados na área de intervenção, assinada pelo IPHAN e pela Prefeitura Municipal de São Cristóvão. O objetivo da carta foi, além de solicitar a autorização dos proprietários para as atividades de prospecção nas fachadas, esclarecer a finalidade e a forma de execução, e como os resultados seriam aproveitados posterior-

mente. Assim, estabeleceu-se uma ligação direta com os proprietários que passaram não só a conhecer, mas também a participar de todo o processo, inclusive tendo acesso ao referencial de pesquisa, que poderá ser útil no caso de uma possível intervenção.

A partir da autorização obtida, foram iniciadas as atividades de *prospecção* nos elementos arquitetônicos das fachadas, como paredes, esquadrias, *radier*, cunhais, cercadura, dentre outros, das fachadas dos imóveis, com o objetivo de resgatar todas as cores existentes até a primeira camada antes do reboco ou madeira da estrutura analisada. Com isso, foi possível fazer uma análise das cores que foram e são utilizadas nesta área de intervenção, base para a elaboração da cartela de cores específica do local.

Em cada prospecção, foram abertas "janelas" de aproximadamente 1,5 x 1,5 cm para cada cor encontrada, deixando à mostra o que foi prospectado (ver Figura 4). Como instrumentos de trabalho, foram utilizados bisturis e lâminas cirúrgicas, sendo que as últimas são substituíveis e podem ser de diversas formas e tamanhos (ver



Figura 3 – Acima, bisturi e lâmina cirúrgicos



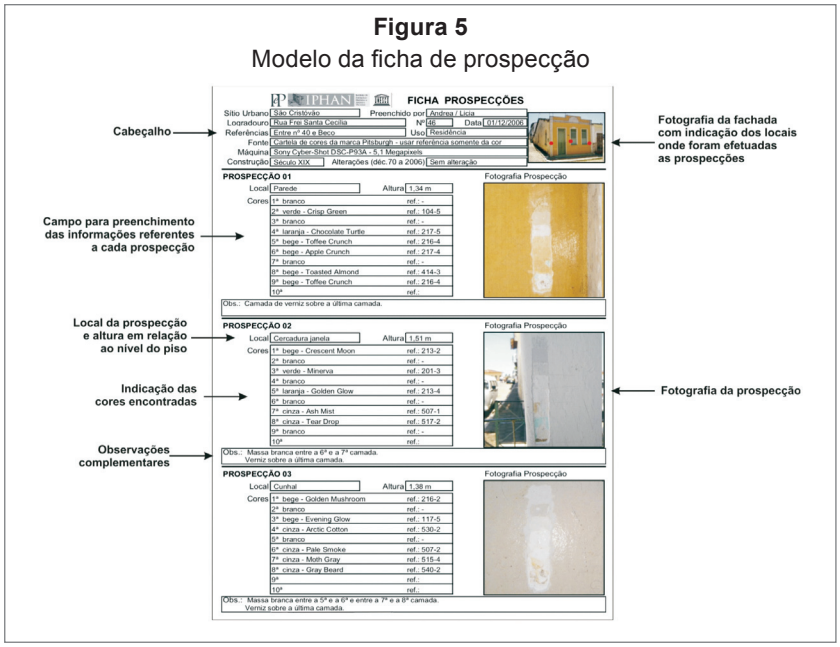
Figura 4 – Ao lado, prospecção

Figura 3). A escolha variou conforme a área de trabalho e o grau de dificuldade para retirar as camadas.

Para a sistematização dos dados, foi elaborado um modelo de *ficha de prospecção* (ver Figura 5). Cada ficha contém informações sobre o sítio urbano, o responsável pela prospecção, o logradouro e suas referências, o número e o uso da edificação, a data de preenchimento, a fonte da cartela de cores, a máquina fotográfica utilizada, a época de construção e as alterações que a edificação sofreu da década de 1970 até 2006,[6] além da fotografia da fachada do imóvel com a marcação das áreas prospectadas.

Para cada prospecção foram inseridas nas fichas informações sobre o local, a altura em relação ao nível da calçada, as cores da primeira até a última camada, com os nomes e referências da car-

Figura 5
Modelo da ficha de prospecção



[6] A época de construção e as alterações nos imóveis foram analisadas nesse intervalo de tempo em virtude dos dados disponíveis no Inventário de Bens Imóveis realizado para o Plano Urbanístico da cidade de São Cristóvão (década de 1970), o Inventário Nacional de Bens Imóveis – INBI-SU (década de 1990) – e os dados atuais.

tela de cores, a fotografia da prospecção e, se necessário, alguma observação pertinente.

Vale salientar que a cartela utilizada como referência de pesquisa para as cores encontradas nas prospecções foi a da marca *Pitsburgh*.[7] Nela, as cores estão distribuídas segundo o grau de pureza em cinco partes, sendo as primeiras as mais puras (tons fortes), diminuindo gradativamente até chegar às mais impuras (tons fracos e cinzas). Essa subdivisão foi fundamental durante o processo de verificação, por permitir uma melhor seleção da cor (pura ou desgastada) presente na edificação analisada.

As prospecções, na medida do possível, foram realizadas em locais menos desgastados pela ação do tempo e do homem e onde a intervenção não interferisse significativamente na visibilidade da edificação. Nas novas edificações, que não possuiam qualquer referência cromática na prospecção, os dados foram preenchidos com a única cor presente na fachada. Quanto ao número de prospecções, variou segundo a quantidade necessária para que todos os elementos pudessem ser analisados. Ao todo foram realizadas 265 prospecções na área de intervenção definida para este trabalho.

O banco de dados desenvolvido a partir do levantamento cromático nas edificações da área de intervenção serviu como base para a elaboração das *cartelas de cores*. Para cada elemento arquitetônico analisado, foi desenvolvida uma paleta cromática contendo todas as cores encontradas nas prospecções, desde a primeira até a última camada, por entender que todos os períodos de intervenção são importantes e fazem parte da história da cidade.

As cores estão distribuídas por ordem decrescente do grau de pureza, do primeiro ao quinto, ou seja, as primeiras cores são as mais puras e as últimas as mais impuras. Foi feita uma numeração a partir do elemento analisado e do grau de pureza, como por exemplo, a denominação P2-20 significa "P" de parede, "2" o segundo grau de

[7] A marca utilizada corresponde a uma referência de pesquisa, mas não impossibilita a utilização de outras fontes, tanto para a coleta desses dados como para o caso de intervenções nas edificações.

Figura 6 – Cartela de cores parede

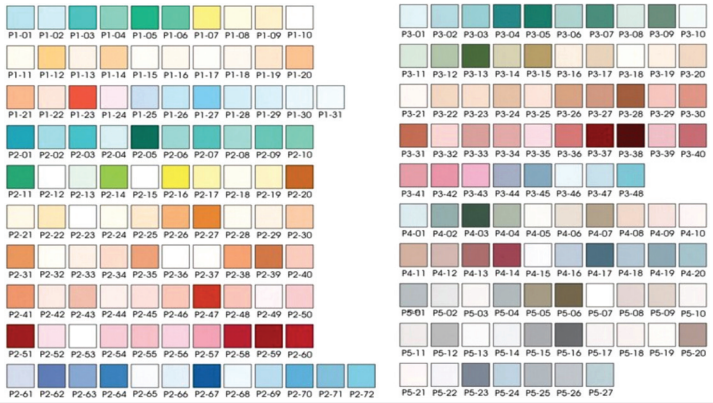


Figura 7 – Cartela de cores esquadria

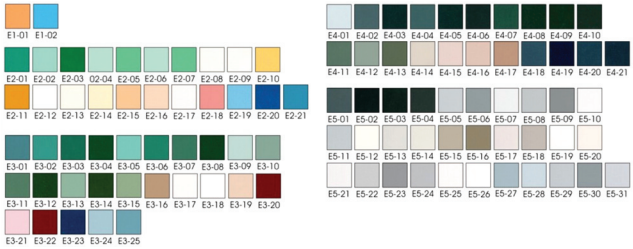


Figura 8 – Cartela de cores pilar e cunhal

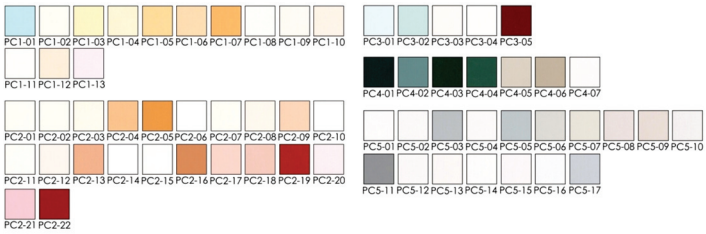


Figura 9 – Cartela de cores cercadura



Figura 10 – Cartela de cores *radier*

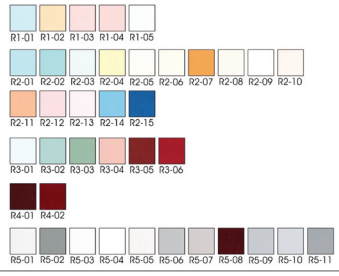


Figura 11 – Cartela de cores friso

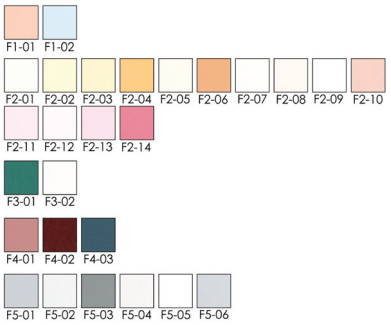
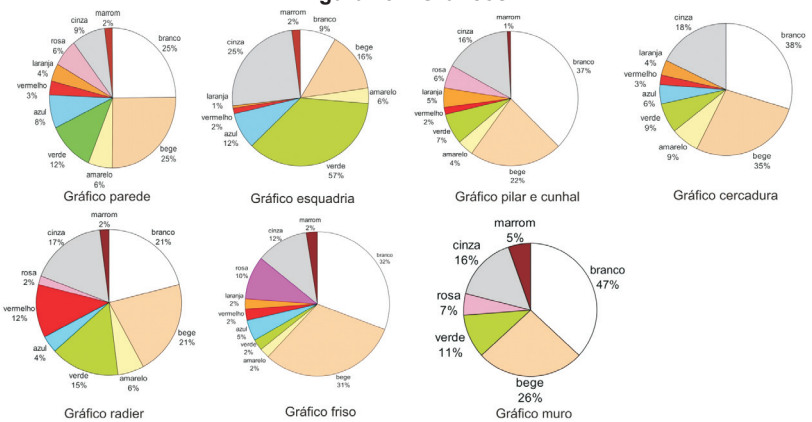


Figura 12 – Cartela de cores muro



Figura 13 – Gráficos



pureza, e 20 referente ao número da cor (ver Figuras de 6 a 10. página 69; 11 e 12, página 70).

Como pode ser observada no gráfico relativo à prospecção das paredes, a predominância pictórica é de tonalidade clara (brancos e beges). Apesar disso, foram encontrados alguns casos de emprego de cores em tons mais vibrantes, como vermelho, rosa e verde. Para as esquadrias, por outro lado, mais da metade das cores encontradas são em tons de verde, seguidas dos tons de cinza, com matizes mais escuros. Predominam as cores com baixa saturação, ou seja, impuras, segundo o grau de pureza estabelecido na cartela. Infelizmente, as prospecções não permitiram uma gama satisfatória de cores, em função da substi-

tuição regular da estrutura desse elemento. Mesmo assim, foi elaborada a cartela a partir do que pôde ser prospectado.

Já nos pilares e cunhais, semelhantemente ao que ocorreu nas paredes, predominaram tons claros de brancos e beges. Nas cercaduras de portas e janelas foram encontrados poucos tons escuros, mais uma vez predominando os tons de branco e bege. Da mesma forma no *radier*.

Nos detalhes de marcação de fachadas, no friso, apesar de predominarem os brancos e beges, há uma variação de outras cores, como cinzas, tons de rosa, vermelho, azul, verde, dentre outras. Nas edificações recuadas dos limites dos lotes, foram prospectados os elementos referentes aos muros, com predominância de cores claras.

Esses foram os elementos analisados nas prospecções realizadas na área de intervenção delimitada. Pode-se observar, a partir das cartelas de cores e dos gráficos, que, à exceção das esquadrias, onde predominam cores escuras, em todos os outros elementos (paredes, pilares e cunhais, cercaduras, radier, frisos e muros) a predominância é de tons mais claros.

Esse esquema mostra que, apesar da aplicação da cor ser uma manifestação dinâmica, a sua aplicação não altera a noção de imagem do local, variando apenas na graduação das nuances e na intensidade dos matizes. Essas características representam as identidades locais na valoração do espaço simbólico através da percepção visual-táctil daquele conjunto urbano.

Considerações finais

O estudo das constantes cromáticas de São Cristóvão pretendeu preservar a imagem do lugar, a partir de sua identidade, além de servir como guia para a orientação na eleição de pinturas no projeto de arquitetura e da cidade.

A investigação local das cores, por meio das prospecções, permitiu obter uma gama representativa do sítio urbano, o que garante a "auten-

ticidade" cromática. Entretanto, pode gerar problemas, tanto em relação às camadas de cores, que nem sempre representam um referencial completo da utilização da cor na edificação, pois podem ter sido raspadas numa determinada época, como também em relação à seleção das cores a serem propostas, principalmente quando se trata de estratos de diferentes tempos históricos.

Por outro lado, não há como estabelecer uma normatização única e rígida para a determinação das cores, tanto na escala urbana quanto na arquitetônica e nos detalhes. O resultado desse tipo de imposição e controle cromático poderá ser extremamente negativo pela não correspondência entre as cores determinadas (ou impostas) e as provas históricas e materiais encontradas. Poderá resultar, inclusive, no estabelecimento de um falso histórico, com intervenções monocromáticas que anulam os valores colorísticos locais.

Da mesma forma, não há como permitir que essa escolha seja atribuída livremente aos proprietários, podendo acarretar sensações visuais desagradáveis em função do desconhecimento ou falta de referência.

A decisão sobre o melhor caminho a ser percorrido não é simples, pois envolve diversos fatores que devem ser analisados caso a caso. Não basta apenas que sejam produzidas paletas de cores representativas da cidade de São Cristóvão, a serem escolhidas aleatoriamente por cada proprietário, mesmo que seja a partir de uma gama de cores harmônicas entre si que permite essa liberdade de escolha sem gerar desconforto visual na imagem do lugar. Deve-se, sim, além disso, buscar um equilíbrio que depende, sobretudo, do contexto da realidade local.

Daí a importância de explorar a historicidade das cores como parte da identidade urbana autêntica para melhor compreensão de como esse processo se deu ao longo do tempo, qual o valor dessa imagem colorística local e qual o seu papel na tradição e nos costumes locais. O registro dos estratos cromáticos é, portanto, fundamental, pois, ao serem

removidos, apagam, de forma definitiva, dados presentes da trajetória estética dos edifícios ao longo do tempo.

Esse foi o objetivo ao elaborar, neste trabalho, as cartelas de cores a partir da identificação dos elementos arquitetônicos dos imóveis objetos de estudo, para que o referencial de pesquisa fique completo e permita a observação de toda a unidade visual da área de intervenção do centro histórico de São Cristóvão.

Segundo Rodrigo Melo Franco de Andrade, a necessidade de conservação de um sítio urbano visa manter as características originais da área interessada. Porém é indispensável para a sua preservação a proteção dos monumentos individuais localizados no perímetro, combatendo e prevenindo as causas diretas de sua deterioração, seja por fatores naturais quanto humanos. Para tanto, é necessário uma série de medidas, dentre elas a manutenção das cores nos elementos de fachada. Ainda segundo Rodrigo, "importa (...) manter, em tais oportunidades, os pormenores e os acabamentos típicos das edificações, tanto no que concerne a coberturas, cornijas, cercaduras, esquadrias, caixilhos, etc., quanto em relação às *cores aplicadas nas paredes, muros e nos referidos elementos*" (ANDRADE, 1987, p. 87, grifos nossos).

A valorização e a preservação de sítios históricos como patrimônio cultural inclui os elementos representativos e simbólicos do local. A cor, como elemento visual da estrutura urbana, é uma das referências na atuação do IPHAN como órgão de preservação. Entretanto, a falta de estudos específicos locais que justifiquem a valorização de determinadas cores em detrimento de outras é um problema que gera a utilização arbitrária das cores nas fachadas dos imóveis. Para que esses valores locais não se percam, é necessário que o IPHAN desenvolva projetos para levantamento de dados sobre o uso das cores em relação a cada centro histórico, permitindo subsidiar seu uso e apropriação por parte da comunidade.

Referências

ACAYABA, Marcos Azevedo. Especialistas discutem cor no projeto arquitetônico. *Projeto.* São Paulo, n. 83, p. 92-98, jan. 1986.

AGUIAR, José. Uma arqueologia da cor? Conservação de superfícies e revestimentos no patrimônio urbano português. In: *Patrimônio arquitectónico, registro e interpretação – critérios de intervenção.* Lisboa: Museu de Etnologia de Lisboa, set. 2005.

_____. *Cor e cidade histórica*: estudos cromáticos e conservação do património. 1. ed. Porto: Rainho & Neves, Santa Maria da Feira, 2002.

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. *Rodrigo e o SPHAN.* Rio de Janeiro: Minc/ SPHAN / FNpM, 1987.

AZEVEDO, Roberto Marinho de. Será o novo Pelourinho um engano? *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.* Rio de Janeiro, n.23, p. 131-137, 1994.

BIAZIN, Cristiane Galhardo. *Cor e lugar*: uma contribuição para projetos cromáticos em recuperação de sítios e centros históricos. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

CHAUI, Marilena. Janela da alma, espelho do mundo. In: NOVAES, Adauto (org.). *O olhar.* São Paulo: Companhia das letras, p. 30-63.

COR na arquitetura através dos tempos. *Idéias de Arquitetura*, n. 7, p. 01-13, 2005.

CORREDOR CULTURAL, O. *Cores da cidade.* Fundação Roberto Marinho / Tintas Ypiranga. Rio de Janeiro: RIOARTE, s/d.

FONSECA, Daniele Baltz da. *Tintas e pigmentos no patrimônio urbano pelotense*: um estudo dos materiais de pintura das fachadas do século XIX. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, 2006.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo*: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: UFRJ/Minc - IPHAN, 2005.

FRANÇA, Rosa Alice. *As Cores do Bonfim. Salvador:* Governo da Bahia, Secretaria da Cultura e Turismo, 2003.

GALVÃO, Anna Beatriz Ayroza. *Pintura de fachadas:* cores e tintas em Salvador no século XIX. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, 1992.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Caderno de Fiscalização:* procedimentos para fiscalização de núcleos históricos tombados. Goiânia: 14ª SR/IPHAN, 2001.

_____. Caderno de Estudos do PEP. *Cronologia e bibliografia das práticas de preservação.* Minc - IPHAN – Programa de Especialização em Patrimônio, 2006.

_____. *Cartas Patrimoniais.* 3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

INSTITUTO MUNICIPAL DE ARTE E CULTURA. *A cor.* Rio de Janeiro: Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro / RIOARTE, 1990 (Coleção Corredor Cultural, n. 1).

MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da percepção.* São Paulo: Martins Fontes, 1994, p. 401-461.

_____. O olho e o espírito. In: HUSSERL, Edmund. *Investigações lógicas.* Elementos de uma elucidação fenomenológica do conhecimento. São Paulo: Victor Civita, 1985.

_____. *O visível e o invisível.* São Paulo: Perspectiva, 1971.

MONUMENTA, Programa e PENEDO, Prefeitura Municipal/UEP – Unidade Executora de Projetos. *Usos, Normas e Cores.* Manual do Usuário do Centro Histórico de Penedo. Maceió, 2004.

PEDROSA, Israel. *Da cor à cor inexistente.* 7. ed. Rio de Janeiro: Léo Christiano, 1999.

_____. *O universo da cor.* Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2003.

RAMBAUSKE, Ana Maria. *Decoração e design de interiores:* teoria da cor.

RASMUSSEN, Steen Eiler. *Arquitetura vivenciada.* 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

SANTOS, Paulo Ferreira. *Quatro séculos de arquitetura.* Rio de Janeiro: IAB, 1981.

SILVA, Andrea Costa Romão. Contribuição para a delimitação da área de tombamento federal na cidade de São Cristóvão/SE. In: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Patrimônio:* práticas e reflexões. Edições do Programa de Especialização em Patrimônio, n.1. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007.

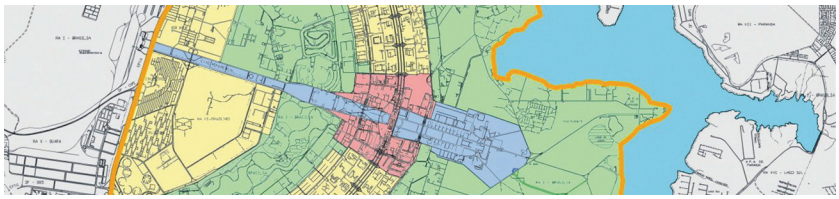
_____. São Cristóvão, SE. In: PESSOA, José; PICCINATO, Giorgio (org). *Atlas de Centros Históricos do Brasil.* 1. ed. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.

TELLES, Augusto Carlos da Silva. Centros Históricos: notas sobre a política brasileira de preservação. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.* Rio de Janeiro, n. 19, p. 29-32, 1984.

C

Subsídios para recomendações de complementação das *unidades de vizinhança* do conjunto urbanístico tombado de Brasília

Alithéa Cristine Fernandes Corrêa[1]



Resumo

Este texto apresenta o resultado da pesquisa sobre a *Unidade de Vizinhança* formada pelas Superquadras Sul 107, 108, 307, 308, do Conjunto Urbanístico Tombado de Brasília, no que se refere ao conceito original implantado e às mudanças realizadas no processo de adaptação da maneira de viver de sua população, com ênfase na avaliação da sua situação atual. A pesquisa se deu no âmbito do PEP/IPHAN/UNESCO, tendo sido desenvolvida na Superintendência do IPHAN em Brasília, de março de 2006 a fevereiro de 2007, visando subsidiar os estudos para a complementação das demais *unidades de vizinhança* que ainda não tiveram sua implantação totalmente concluída, de forma a integrá-las à contemporaneidade, sem prejuízo ao Conjunto Urbanístico Tombado de Brasília.

[1] **Alithéa Cristine Fernandes Corrêa** é arquiteta, bolsista do Programa de Especialização em Patrimônio – PEP/IPHAN/UNESCO na Superintendência do IPHAN em Brasília, na turma de 2005, sob a supervisão do arquiteto-urbanista Mauricio Pinheiro da Costa Souza.

O interesse de se construir a capital no interior do Brasil vem desde o século XVIII, quando o Marquês de Pombal sugeriu a interiorização da sede da administração colonial, na intenção da defesa e do domínio do território ultramarino. A partir de então, diversas manifestações a favor dessa interiorização foram defendidas em momentos distintos, e sucessivas constituições foram promulgadas com capítulos dispondo sobre a necessidade de se edificar no Brasil uma nova capital.

Na década de 1950, com a posse de Juscelino Kubitschek como presidente da República é publicado o edital do concurso nacional do "Plano Piloto da Nova Capital".

O projeto vencedor foi o de Lucio Costa. A concepção de sua proposta atendia aos padrões atualizados de renovação para o planejamento urbano, segundo critérios defendidos pela *Carta de Atenas*,[2] e sob a influência dos princípios do movimento moderno, que culminou entre o final do século XIX e início do século XX.

No relatório do projeto aprovado no concurso da nova capital (1957), denominado "Plano Piloto de Brasília" a solução apresentada por Lucio

[2] Documento elaborado na Assembléia do CIAM – Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, em novembro de 1933, que apresenta os princípios urbanísticos para as cidades do século XX, a partir de um diagnóstico das cidades tradicionais, remodeladas em função da nova realidade criada com a revolução maquinista, no que se refere à densidade populacional, condição de moradias, garantia de luz, ar e sol etc., visando garantir à sociedade melhores condições de higiene, salubridade e cidades mais humanitárias e produtivas.

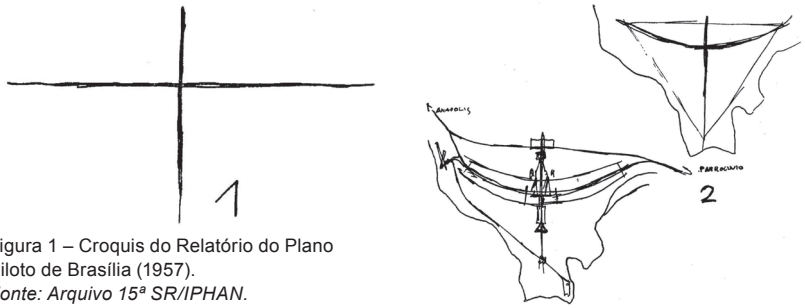


Figura 1 – Croquis do Relatório do Plano Piloto de Brasília (1957).
Fonte: Arquivo 15ª SR/IPHAN.

Costa quanto à concepção da cidade pode ser descrita por alguns princípios fundamentais:

- Dois eixos principais que se cruzam em ângulo reto (ver Figura 1);
- Adaptação à topografia local (ver Figura 2);
- Os centros Cívico e Administrativo aglutinados no eixo transversal, denominado de monumental;
- Aplicação dos princípios técnicos rodoviários, com a eliminação dos cruzamentos;
- Ao longo do eixo longitudinal/rodoviário encontra-se a disposição do Setor Residencial que, ao ser cortado pelo Eixo Monumental, divide a cidade em duas partes – Asa Sul e Asa Norte;
- Setores bancário, hoteleiro, de diversão e comercial, aglutinados na interseção dos eixos.

O urbanismo de Brasília concretiza os princípios do urbanismo modernista na criação de setores exclusivos para cada função urbana da cidade (morar, trabalhar, recrear, circular e cívica); na separação entre a circulação de veículos automotores e de pedestres; nas grandes áreas verdes de caráter paisagístico e ambiental, denominadas áreas non edificandi, em equilíbrio com as áreas construídas; na aplicação do concreto como principal sistema construtivo; nas fachadas das edificações executadas em pano de vidro e cobogó; e, finalmente, no uso dos pilotis, garantindo a livre circulação dos pedestres e amplitude visual.

Segundo REIS (2004, p. 104), "o plano de Lucio Costa representa a experiência mais significativa sobre implantação da arquitetura urbana brasileira".

Brasília foi inaugurada em 21 de abril de 1960, e no decorrer de sua implantação as normas estabelecidas foram cumpridas parcialmente. A ausência de um plano regulador e de um código de urbanismo comprometia o desenvolvimento da cidade, considerada marco na história do urbanismo mundial, por seguir os princípios do urbanismo do século XX, na escala de capital nacional.

Diante do processo natural de pós-ocupação do plano piloto e da preocupação de assegurar o projeto original, em 1981, Aloísio Magalhães cria um grupo de trabalho para a preservação de Brasília, que organiza documentações e propõe zonas de proteção para inscrição de Brasília na Lista do Patrimônio Mundial. Diante da exigência de se ter uma norma de proteção local para resguardar a cidade, em 1985, o então governador do Distrito Federal, José Aparecido de Oliveira, solicita a Lucia Costa que elabore um documento onde pondere a respeito da evolução e preservação da cidade, para fundamentar o seu processo de salvaguarda.

Lucio Costa produz, em 1985, o documento *Brasília Revisitada*, em que define como características fundamentais para o agenciamento do Plano Piloto de Brasília as denominadas escalas urbanas: *Escala Monumental* (área compreendida pelo eixo monumental); *Escala Gregária* (área correspondente aos setores bancário, de diversão e hoteleiro); *Escala Residencial* (sistema de habitação); e *Escala Bucólica* (áreas livres que permeiam toda Brasília).

A partir disso, Brasília passar a ser protegida em três instâncias:

- Pelo Governo do Distrito Federal, por meio do Decreto nº 10.829, de 14 de outubro de 1987, que regulamenta o art. 38 da Lei n° 3.751, de 13 de abril de 1960, alterado parcialmente pelo Decreto nº 12.254, de 7 de março de 1990;

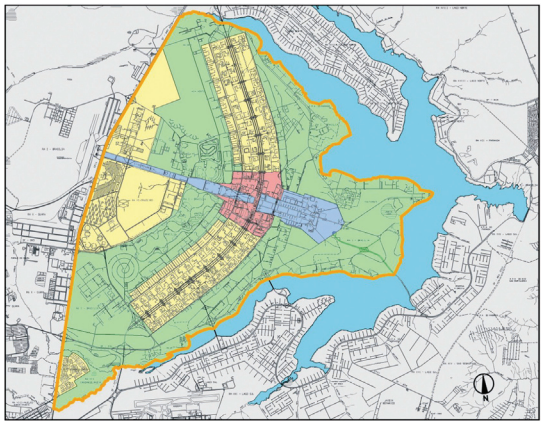


Figura 3 – Mapa do Plano Piloto de Brasília, destacando a área sob proteção federal. *Fonte: Superintendência do IPHAN em Brasília.*

- Pela Resolução da UNESCO de 07 de dezembro de 1987, que instituiu Brasília como Patrimônio Cultural da Humanidade;
- Pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), com o Tombamento Federal, de 14 de março de 1990, e inscrição no Livro do Tombo Histórico, nº 532, regulamentado pela Portaria nº 004/SPHAN, de 13 de março de 1990, depois substituída pela Portaria nº314/IBPC de 8 de outubro de 1992.

A área sob proteção federal (mesma área protegida pelo Governo do Distrito Federal) é delimitada a leste pela orla do Lago Paranoá, a oeste pela Estrada Parque Indústria e Abastecimento (EPIA), ao sul pelo Córrego Vicente Pires e ao norte pelo Córrego Bananal. Possui 112,25 km², é a mais extensa do mundo enquanto sítio urbano tombado e abrange quatro Regiões Administrativas do Distrito Federal: Brasília, Cruzeiro, Sudoeste/Octogonal e Candangolândia. (ver a Figura 3)

O tombamento do Conjunto Urbanístico de Brasília – nos termos da Portaria nº 314 de 12/10/1992 do IPHAN – é assegurado pela preservação das áreas verdes e livres e pela setorização definida nas escalas urbanas (residencial, monumental, gregária e bucólica), que são protegidas por parâmetros urbanos de ocupação dos lotes, baseados na volumetria (altura das edificações e área de construção) e pelos usos

específicos destinados aos setores; esses elementos são considerados essenciais para a preservação da cidade.

Contudo, ao observar o panorama geral da cidade, percebe-se, em grande escala, ações que prejudicam a conservação do conjunto tombado, tais como:

- Construções irregulares em áreas verdes e públicas;
- Cercamento dos pilotis dos prédios residenciais e das áreas públicas com grades, cercas vivas etc., que compromete a livre circulação dos pedestres;
- Ocupação da área dos pilotis de forma contínua e/ou desvirtuamento das suas características;
- Tratamento indevido dos espaços abertos no interior das superquadras (praças, arborização, gramado, calçadas, etc.);
- A falta de priorização do pedestre;
- Desvirtuamento do uso e das atividades permitidas por normas para lotes ou projeções;
- Aumento da altura do edifício (gabarito), acima do máximo permitido para o lote;
- Aumento da área do edifício (taxa de ocupação e construção) provocando acréscimo da sua volumetria.

Diante de tais problemas, e visando subsidiar os trabalhos da Superintendência do IPHAN em Brasília no gerenciamento da proteção do conjunto tombado, se propõe como enfoque deste estudo o sistema de habitação da cidade, caracterizado pela unidade de vizinhança, visando uma avaliação entre o conceito original implantado e a situação atual de apropriação do espaço pelos usuários. Essa avaliação será utilizada como parâmetro para as demais unidades de vizinhança que ainda não tiveram sua implantação totalmente concluída, de forma a integrá-las à contemporaneidade, sem prejuízo ao Conjunto Urbanístico Tombado de Brasília.

A escolha do objeto de estudo – a *Unidade de Vizinhança* formada pelas Superquadras Sul 107, 108, 307, 308 – se deu pela peculiaridade de esta Unidade ser a primeira e a única integralmente construída em Brasília, para servir como "modelo" para a construção das demais *unidades de vizinhança* da Asa Sul e da Asa Norte. Além das suas características urbanas, tombadas conforme a portaria nº 314 de12/10/1992 do IPHAN, esta U.V. apresenta projetos arquitetônicos de Oscar Niemeyer, projetos paisagísticos de Burle Marx e edificações com painéis de azulejo do artista Athos Bulcão, o que torna fundamental o seu tombamento arquitetônico e paisagístico, como instrumento efetivo de preservação do conjunto.

Este estudo procurará estabelecer uma análise do conceito original de *unidade de vizinhança* implantado, tombado, e a situação atual, com vistas a uma avaliação pós-ocupacional.

Desenvolvimento

Nesta abordagem, apresenta-se um breve comentário a respeito do conceito de *unidade de vizinhança*, necessário para se compreender a concepção implantada por Lucio Costa em Brasília.

BARCELLOS (2006), no seu texto sobre o conceito, faz o seguinte comentário:

> As concepções mais clássicas de Unidade de Vizinhança apresentam duas preocupações básicas. A primeira, com a distribuição dos equipamentos de consumo na escala da cidade – e aí a escola aparece como foco das atenções, inclusive por ser um dos motivos geradores da concepção. A segunda preocupação refere-se ao anseio de recuperação de valores de uma vida social a nível local (relações de vizinhança), considerado enfraquecido ou mesmo perdido com as transformações por que passou a vida urbana em decorrência dos processos espaciais e sócio-econômicos ocasionados pela Revolução Industrial.

> A distribuição e localização dos equipamentos de consumo coletivo é uma questão recorrente e central nas diversas concepções de Unidade de Vizinhança. Na grande parte das concepções, a escola é o parâmetro que dimensiona a área habitacional, que em extensão coincidiria com sua área de atendimento, de modo a resultar, entre outros aspectos, uma unidade espacial mais ou menos fechada e autônoma, onde as condições de acesso estariam otimizadas. Para os agentes de planejamento e autoridades preocupadas com o equacionamento da questão habitação / equipamentos, o sentido prático da concepção representou um grande apelo, contribuindo para que as ideias de Unidade de Vizinhança fossem difundidas e aplicadas em diferentes contextos sociais e econômicos ao redor do mundo.

A formulação da teoria de *unidade de vizinhança*, segundo o referido autor, é atribuída a Clarence Arthur Perry no contexto do Plano de Nova York de 1929, sendo que a primeira aplicação no urbano cabe a Clarence Stein Henry Wright, no plano de Radburn, Nova Jersey, em 1929, que teve destaque como "significativo impacto na visão e na teoria do planejamento urbano no século XX".

Para PERRY (citado por BARCELLOS, 2006, p. 2-3), a definição de unidade de vizinhança fica estruturada da seguinte maneira:

1. Tamanho. Uma unidade de vizinhança deve prover habitações para aquela população a qual a escola elementar é comumente requerida, sua área depende da densidade populacional.
2. Limites. A unidade de vizinhança deve ser limitada por todos os lados por ruas suficientemente largas para facilitar o tráfego, ao invés de ser penetrada pelo tráfego de passagem.
3. Espaços Públicos. Um sistema de pequenos parques e espaços de recreação, planejados para o encontro e para as necessidades particulares da unidade de vizinhança devem ser providenciados.
4. Áreas Institucionais. Locais para escola e outras instituições tendo a esfera de serviço coincidindo com os limites da unidade

de vizinhança devem ser adequadamente agrupadas em lugar central e comum.

5. Comércio Local. Um ou mais locais de comércio adequados à população devem ser oferecidos, de preferência na junção das ruas de tráfego e adjacente a outro similar comércio de outra unidade de vizinhança.
6. Sistema Interno de Ruas. A unidade deve ser provida de um sistema especial de ruas, sendo cada uma delas proporcional à provável carga de tráfego. A rede de ruas deve ser desenhada como um todo, para facilitar a circulação interior e desencorajar o tráfego de passagem.[3]

Perry considera a *unidade de vizinhança* como uma unidade socioespacial separada, autossuficiente, que firma a organização urbana da cidade, com preceitos de transformação apenas de ordem funcional, resguardando o parcelamento dos lotes residenciais, com foco de transformação física no posicionamento dos equipamentos de consumo coletivos e no sistema viário. Além de atender a uma boa distribuição de equipamentos de uso coletivo – com foco de interesse principal na escola –, ele se preocupa em atender à reconstrução e preservação das relações de vizinhança nos espaços residenciais que sofreram com o impacto da era maquinista.

A concepção da *unidade de vizinhança*, segundo BARCELLOS (2006), é também "resultado de uma série de desejos de planejamento físico, social e escolar, e como tal é síntese de ideias provenientes de diferentes domínios do conhecimento", além de se aproximar da mesma genealogia da ideia de *cidade-jardim* de Ebenezer Howard.[4]

---

[3] Texto descrito em uma das monografias que integra o plano The Neighborhood Unit 1929 (BARCELLOS, 2006, p. 2-3).

[4] "(...) em seus projetos, insiste na tentativa de reunir as vantagens do campo e da cidade para que os indivíduos pudessem ter uma melhor qualidade de vida. Tanto a cidade como o campo agiam como ímãs a atrair as pessoas em busca de amenidades, no entanto, elas apresentavam contraditoriamente vantagens e desvantagens qualquer que fosse a escolha. Uma cidade que abrigasse concomitantemente as amenidades do campo, sem perder as da cidade, resultaria num local perfeito de vida e progresso para o homem." (DIAS, 2000)

No período pós-guerra, os ingleses, no esforço de reconstruir e desconcentrar suas cidades, utilizaram as bases do conceito de *unidade de vizinhança* na construção das chamadas *cidades novas*. Nesse contexto europeu, as ideias de *unidade de vizinhança* "sofrem grandes transformações, condicionadas por fatores culturais e econômicos daquele período".

A partir de então, as ideias de *unidade de vizinhança* são disseminadas mundialmente e aplicadas em diferentes contextos. Cita-se, por exemplo, a experiência de Chandigarh, na Índia, de autoria de Le Coubusier.[5]

No Brasil, o conceito de *unidade de vizinhança* ganha grande destaque com o estudo do padre Louis Joseph Lebret para a metrópole paulista, na década de 1950, frente à instituição francesa SAGMACS – Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais, contratada pela prefeitura de São Paulo.

Le Corbusier, após II Guerra Mundial, através de um programa de reconstrução do governo francês, projeta grandes edifícios modulares, construídos em concreto aparente, com estudos de insolação e ventilação, que ficaram conhecidos por *Unités d'Habitation*, que se traduz em edificações horizontalizadas, sobre pilotis, com fachadas livres, plantas livres da estrutura e terraço, jardim onde se localiza a creche, terraço e piscinas. Este projeto passou a ser considerado um experimento importante na definição do urbanismo moderno.

A cidade de Marselha, projetada por Le Corbusier e implantada entre 1947 e 1953, pode ser considerada a primeira unidade e a mais famosa configuração deste conceito modernista.

A influência das *Unités d' Habitation* podem ser vistas nas superquadras implantas por Lucio Costa em Brasília.

---

5 Arquiteto urbanista franco-suíço, que foi um dos primeiros estudiosos do movimento modernista, de caráter funcionalista, a compreender as transformações que o automóvel exigia no planejamento urbano, realizando estudos de uso do solo, área de lazer, circulação e unidade de habitação para a cidade do futuro.

A concepção da unidade de vizinhança de Lucio Costa para Brasília

O setor residencial implantado no plano piloto de Brasília é modulado ao longo dos eixos rodoviário Norte e Sul, por uma sequência de grandes quadras denominadas SUPERQUADRAS, que foram projetadas segundo os princípios modernistas da UNIDADE HABITAÇÃO – que define a densidade habitacional, proporção entre espaços construídos e não-construídos, os gabaritos e o uso das áreas adjacentes.

Para um melhor entendimento do setor residencial, segue a seguinte transcrição:

> Cada asa divide-se em nove faixas, numeradas de 100 a 900. O número da faixa indica sua posição, a leste (par) ou a oeste (ímpar) da via expressa. [..] As faixas de 100 a 400 contêm superquadras, duas faixas de cada lado da via expressa. [...] cada faixa nas séries de 100 a 400 contém quinze superquadras, totalizando sessenta em cada asa e 120 na cidade inteira. Estas são identificadas por um código de três algarismos, começando a contagem, de cada lado, a partir dos cruzamentos dos eixos. [...] cada um dos lados da plataforma rodoviária passa pelas superquadras (norte e sul) 402, 202, 102, 302. Essa ordem numérica se repete sequencialmente quinze vezes ao longo do eixo Residencial até que a décima sexta série é alcançada, nas extremidades das asas.[6]

Para se entender melhor a caracterização do conceito de "morar" proposto para o Plano Piloto de Brasília, é importante destacar alguns trechos do *Relatório do Plano Piloto de Brasília* (COSTA, 1985),[7] no qual Lucio Costa escreve sobre a concepção, a definição e a solução para as superquadras:

> As superquadras residenciais, assim designadas não tanto por se pretenderem superiores mas porque são grandes, agrupando-se em

6 Trecho extraído do texto "Superquadras Sistema de Habitação em Brasília".

7 Documento da transcrição do Projeto do Plano Piloto apresentado no Concurso para a Nova Capital.

número de quatro, constituindo cada conjunto uma unidade de vizinhança autônomas, com escolas, comércio local, facilidades de recreio, etc. O tráfego motorizado é delimitado e contido nas áreas internas de acesso aos blocos residenciais e respectivo estacionamento; todo o restante da quadra, inclusive a periferia arborizada é privativa dos pedestres – gente, portanto, as mães, distantes seis mil milhas de Harlow poderão ver os filhos correr sem risco para a escola.

16 – Quanto ao problema residencial, ocorreu a solução de criar-se uma sequência contínua de grandes quadras dispostas, em ordem dupla ou singela, de ambos os lados da faixa rodoviária, e emolduradas por uma larga cinta densamente arborizada, árvores de porte, prevalecendo em cada quadra determinada espécie vegetal, com chão gramado e uma cortina suplementar intermitente de arbustos e folhagens, a fim de resguardar melhor, qualquer que seja a posição do observador, o conteúdo das quadras, visto sempre num segundo plano e como que amortecido na paisagem (Figura 4).

Dentro destas "superquadras" os blocos residenciais podem dispor-se da maneira mais variada, obedecendo, porém a dois princípios gerais: gabarito máximo uniforme, talvez seis pavimentos e pilotis, e separação do tráfego de veículos do trânsito de pedestres, mormente o acesso à escola primária e às comodidades existentes no interior de cada quadra.

A concepção de *unidade de vizinhança* que Lucio Costa projetou para Brasília teve caráter mais local, com peculiaridades na sua composição por quatro superquadras, concebidas como autos-

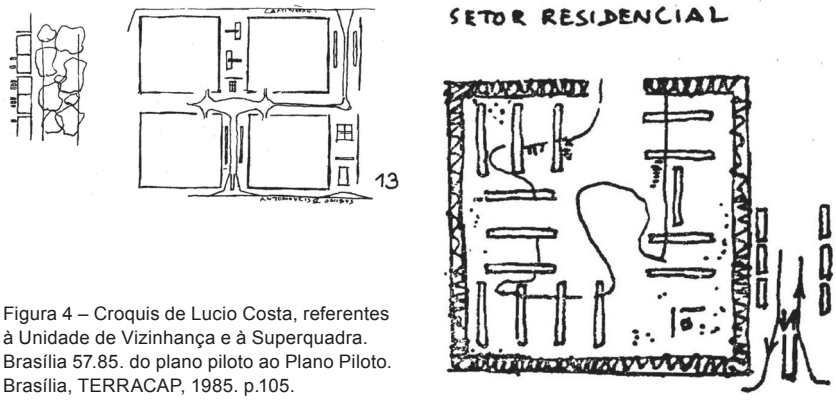


Figura 4 – Croquis de Lucio Costa, referentes à Unidade de Vizinhança e à Superquadra. Brasília 57.85. do plano piloto ao Plano Piloto. Brasília, TERRACAP, 1985. p.105.

suficientes, cada uma com aproximadamente 240 por 240 metros e abrigando por volta de duas mil a três mil pessoas. Outra peculiaridade foi a articulação dos seus próprios serviços e equipamentos de uso coletivo: Jardim de Infância, Creche e Escola Classe; Culturais; Religiosas; Desportivas e lazer; comércio local e serviços de correio, delegacia, biblioteca pública, posto de abastecimento e de saúde, localizados na entrequadra (áreas localizadas entre duas superquadras), próximo às vias internas, às vias de acesso na entrada das superquadras, às vias do comércio local e às vias nos eixos leste e oeste (W1 e L1).

O uso e atividades destinados para os lotes das entrequadras foram estabelecidos com o objetivo de atender ao uso residencial preponderante e de proporcionar ao morador o acesso a pé às suas necessidades essenciais.

A unidade de vizinhança modelo de Brasília, que foi integralmente concluída, é a formada pelas Superquadras Sul 107, 108, 307 e 308, e é a única implantada com todos os equipamentos de uso coletivo. Abaixo temos uma imagem da configuração dessa área:

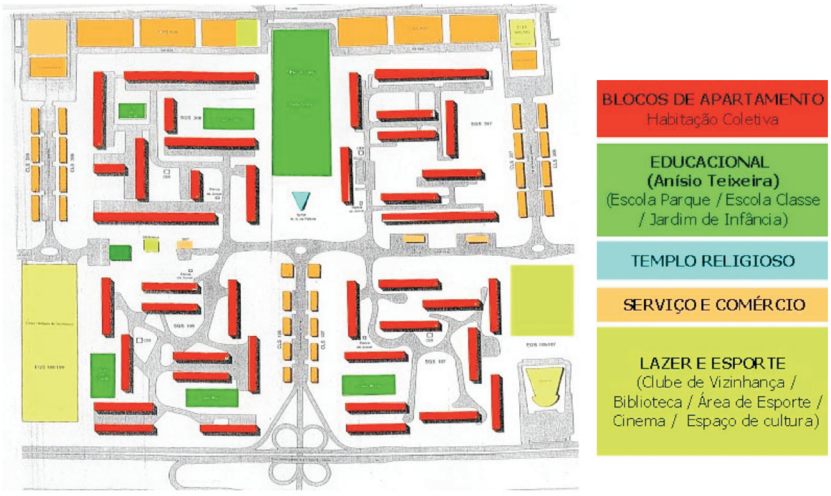


Figura 5 – Unidade de Vizinhança modelo de Brasília

A superquadra em Brasília constitui um tipo especifico de habitação coletiva, onde os prédios de apartamentos são organizados em unidades. Quando agregados em quatro, formam uma *unidade de vizinhança* onde os serviços são compartilhados.

As superquadras caracterizam-se pela predominância dos espaços livres sobre os construídos. Embora haja alguma variação entre as unidades de moradia na disposição dos prédios, todos seguem um padrão retangular essencialmente semelhante e elementos similares, como: mobiliário urbano, estacionamento aberto, áreas verdes com pracinhas e parques infantis e equipamentos urbanos. No interior das superquadras, as vias de tráfego de automóvel são separadas do trânsito de pedestre.

Os prédios de apartamentos se dispõem em dois tipos básicos: seis pavimentos com térreo sobre pilotis, nas faixas 100, 200 e 300, e três pavimentos acima do térreo de pilotis ou quatro sem pilotis, nas faixas 400.

Quanto ao Comércio Local, segundo HOLLANDA (1985, p. 7), o plano original acompanhava o raciocínio seguinte:

> [...] deveria estar voltado para a superquadra, acentuando a territoriedade, a segmentação urbana em pequenas unidades semiautônomas. Logo se voltou para a via, que antes era pensada como puramente de serviço, formando o que mais se aproxima de uma rua no sentido morfológico do termo: espaço para o qual se voltam e abrem, intensamente, os edifícios que o definem.

Reforçando a ideia, destacamos a seguinte descrição do documento Brasília 57/85 (COSTA, 1985, p. 106):

> As lojas dispõem-se em renque com vitrines e passeio coberto na face fronteira às cintas arborizadas de enquadramento dos quarteirões e privativas dos pedestres, e o estacionamento na face oposta, contígua às vias de acesso motorizado, prevendo-se travessas para ligação de uma parte a outra, ficando assim as lojas geminadas duas as duas, embora o seu conjunto constitua um corpo só. (ver Figura 6, página 92)

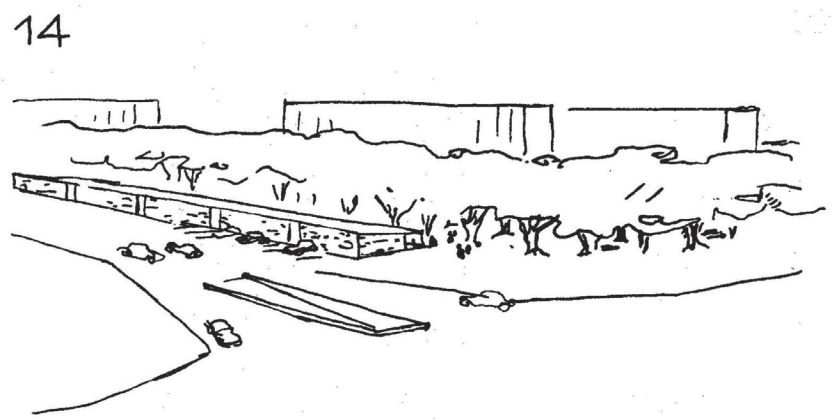


Figura 6 – Croquis de Lucio Costa, referentes ao Comércio local das Superquadras

Portanto, à sua configuração arquitetônica, o Comércio Local se constitui de renques contínuos, com térreo e pavimento superior, destinado respectivamente à loja e sobreloja, e opção de subsolo, destinado à dependência de apoio às atividades do térreo. Essa tipologia, que deveria ter sido implantada em todos os Comércios Locais, acabou sendo adotado somente nos da Asa Sul.

É importante destacar que a concepção da U.V. de Lucio Costa para Brasília estava diretamente relacionada a propiciar uma vida social aos moradores. Quanto a essa informação citamos o texto de BARCELLOS (2006, p. 5):

> Quanto às preocupações com a vida social, consta no relatório apresentado no concurso de Brasília que um dos objetivos do agrupamento de superquadras de quatro em quatro é o de propiciar uma 'certo grau de coexistência social' (COSTA, 1957, p. 17). Aqui, tal como na concepção clássica, há um sentido de se atribuir aos equipamentos outras funções além daquelas que lhes são próprias. O pressuposto é que os equipamentos de uso coletivos funcionariam como aglutinadores da vida social e que a manipulação da sua localização poderia favorecer a coesão social. Há uma diferença de base entre a concepção de Perry e a UV de Lúcio Costa, a inversão do papel da escola no dimensionamento da área residencial. Em Brasília, a área residencial determina a existência e o dimensionamento das escolas que passam a estar referidas, em parte, as superquadras.

Diagnóstico da *Unidade de Vizinhança*

Após apreciação do conceito e das diretrizes aplicadas por Lucio Costa para a concepção e preservação do Setor Residencial de Brasília, caracterizado pelas Superquadras, deu-se seguimento ao levantamento da situação atual da *Unidade de Vizinhança* composta pelas Superquadras Sul 107/108/307/308, com enfoque nos seguintes pontos específicos:

- Quem são os usuários dos equipamentos urbanos e dos espaços públicos desta Unidade de Vizinhança;
- Quais as modificações realizadas nas Superquadras em questão, os elementos que foram agregados cotidianamente nas suas edificações e as demandas futuras;
- Qual o grau de satisfação dos administradores e moradores quanto às áreas livres, mobiliários e equipamentos urbanos, calçamento para pedestres, estacionamento e comércio local.

Para obtenção dessas informações, realizou-se pesquisa, por meio de aplicação de questionários (segundo o modelo de inventário realizado em 1999, na *Unidade de Vizinhança* em questão, a qual se encontra incompleta no arquivo da Superintendência do IPHAN em Brasília a cada um dos representantes abaixo:

- Síndicos dos 42 (quarenta e dois) blocos de apartamentos – o questionário não abrangeu diretamente cada apartamento em razão do grande número de unidades e do tempo para a aplicação das fichas, tendo o síndico como representante dos respectivos moradores.
- Prefeito de cada uma das 4 (quatro) Superquadras 107, 108, 307 e 308;
- Representantes dos Equipamentos Urbanos locais – Escola Parque (1) / Escola Classe (2), Jardim de Infância (2) / Escola de Balé (1) / Centro de Ensino 1º e 2º grau (1) / Academia de Ginástica (1) / Posto de Saúde (1) / Bibliotecas Públicas (2) / Cinema (1) / Espaço

Cultural (1) / Templo Religioso (1) / Clube de Vizinhança (1), Outros – Associação de Papiloscopistas (1).

• Responsáveis por estabelecimentos do Comércio Local (103).

Do total de 165 (cento e sessenta e cinco) questionários distribuídos, 30% foram respondidos – isso inclui os prefeitos das superquadras; parte dos síndicos; Escola Classe SQS 108; Associação Papiloscopistas; e a Igrejinha; 15% foram devolvidos em branco – os quais incluem a Escola de Balé, a academia de ginástica e parte do Comércio Local. Apesar dos diversos contatos realizados, os demais representantes não se manifestaram – o que abrange grande parte do comércio local, dos síndicos e dos representantes dos equipamentos urbanos (ver Figura 7).

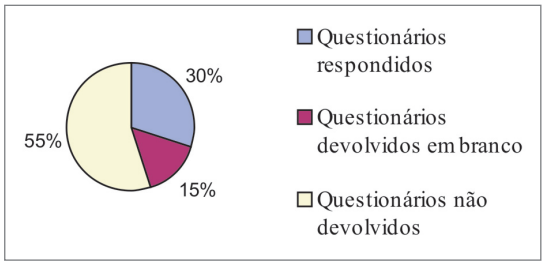


Figura 7 – Questionários respondidos

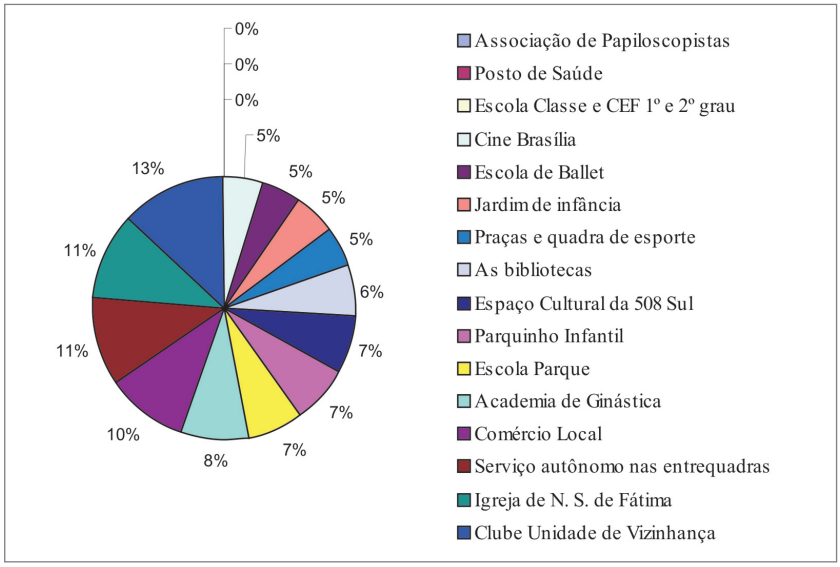


Figura 8 – Percentual da utilização dos Equipamentos Urbanos pelos moradores da U. V.

Os dados apresentados a seguir são resultantes das informações expostas nos questionários respondidos, nas observações e em conversas informais realizadas durante visitas in loco. Sintetizou-se o primeiro resultado do levantamento (ver Figura 8, página anterior), referente aos equipamentos urbanos mais utilizados.

Percebe-se, na figura acima, que o maior índice de uso está para o Clube da Unidade de Vizinhança, a Igrejinha, os serviços e comércios autônomos das entrequadras (banca de revista, chaveiro, sapateiro, serviço de costura, vendas de frutas, etc.) e o comércio local, utilizado diariamente, com deslocamento realizado tanto a pé como de carro. É importante frisar que estes equipamentos urbanos são os mais utilizados pelos moradores, que apesar de os frequentarem com menor periodicidade, consideram os serviços satisfatórios.

Os demais equipamentos urbanos têm como maior público os residentes das demais superquadras da Asa Sul e da Asa Norte; com exceção do posto de saúde e das escolas públicas, nos quais o usuário predominante procede de diversas localidades do Distrito Federal.

De acordo com as informações levantadas, o uso dos parques infantis, das praças e da quadra de esportes pelos moradores foi enfraquecido pela presença de moradores de rua na área e pela falta de segurança e manutenção dos espaços públicos.

Outro aspecto relevante a ser destacado é a proveniência dos que administram e trabalham nos equipamentos urbanos. As informações obtidas apontam que poucos são os administradores que residem na Unidade de Vizinhança em estudo, e uma parcela considerável é procedente de outras localidades do Distrito Federal (veja Figura 9).

Já os trabalhadores são oriundos, quase que na sua totalidade, das cidades do entorno de Brasília (ver Figura 10), assim como a totalidade

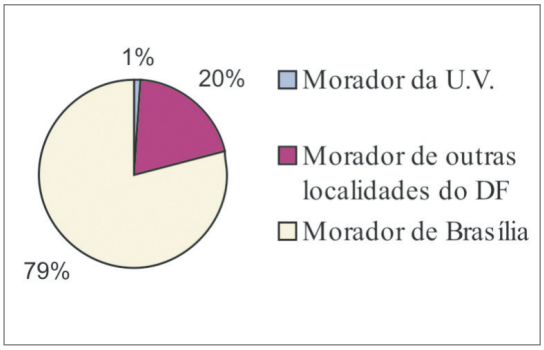


Figura 9 – Proveniência dos administradores dos equipamentos urbanos da U.V.

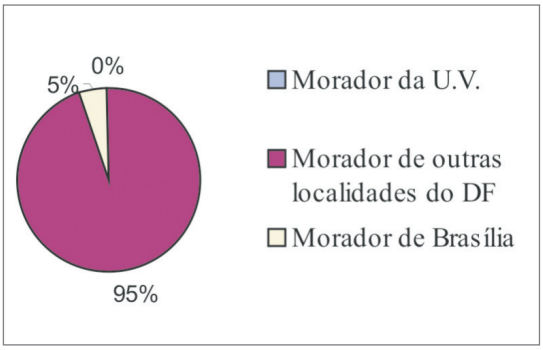


Figura 10 – Proveniência dos trabalhadores dos equipamentos urbanos da U. V.

dos trabalhadores do comércio e serviço informal nas entrequadras.

Na sequência, apresentamos as alterações realizadas na Unidade de Vizinhança desde a sua implantação, e as respostas descritas nos questionários:

- Criação de bicicletário;
- Reformas internas nos apartamentos;
- Alteração da Escola Classe para Centro de Ensino de 1º e 2º graus;
- Troca parcial de revestimento nos pilotis e fachadas, o que compromete em certos casos a perda dos painéis de azulejo do artista Athos Bulcão;
- Alteração do porte dos Supermercados e de algumas atividades no comércio local, com consequente construção de anexos nos estabelecimentos comerciais, invadindo as áreas públicas;
- Alteração parcial da vegetação nas áreas verdes;

- Troca de piso dos pilotis, e das áreas comuns dos blocos residenciais – escadas, hall de entrada dos elevadores e corredores dos andares;
- Troca parcial de esquadrias de ferro por outras, de alumínio, nas edificações, bem como alteração do seu sistema de fechamento.

Citamos ainda outras intervenções que não foram mencionadas nos questionários, mas que foram observadas durante visitas realizadas durante o desenvolvimento da pesquisa, tais como:

- Criação de garagens privativas em alguns blocos residenciais;
- Colocação de toldos e gradis nas esquadrias dos apartamentos;
- Pintura sobre o revestimento cerâmico original dos pilotis;
- Fechamento com argamassa dos cobogós presentes nas fachadas;
- Gradeamento nas áreas de alguns pilotis.

O diagnóstico referente aos problemas, grau de satisfação e demandas dos usuários destacou os seguintes pontos:

- A queixa considerada unânime é a presença de moradores de rua circulando no interior das Superquadras. Segundo dados dos questionários, pedintes são atraídos pela Igrejinha de Nossa Senhora de Fátima (que é muito visitada por turistas) e pelo comércio local, no intuito de conseguirem esmola;
- A administração da capela se queixa de que os moradores de rua que se instalam ao redor do templo durante a noite deixam marcas de vandalismo;
- Alguns veem como problema as cercas vivas;
- Há reclamação quanto à falta de policiamento e ausência de manutenção das áreas públicas;
- Há insatisfação na Superquadra Sul 107, com relação à mudança da Escola Classe para Centro de Ensino de 1º e 2º grau, na SQS 107. Os moradores alegam que a estrutura da escola não oferece uma quadra de esportes que atenda ao novo perfil

dos estudantes, e que estes utilizam, para lazer, as áreas livres e a quadra existente na entrequadra, o que acarreta aumento do índice de ruído.

- As reclamações também foram direcionadas ao porte do comércio local, o qual desencadeia uma série de problemas, tais como: invasões de área pública em decorrência da necessidade de adaptação do estabelecimento com construções anexas; poluição sonora; aumento do fluxo de automóveis na área.
- Como as vagas de estacionamento na área do comércio local são insuficientes para abrigar um número cada vez maior de veículos que ali trafegam, as vagas internas das Superquadras, e também as áreas verdes, acabam sendo utilizadas como opção de estacionamento pelos visitantes, o que ocasiona conflitos com os moradores;
- Localização dos ônibus escolares – da forma como ficam estacionados, atrapalham o tráfego de veículos no local;
- Há insatisfação quanto à localização de containeres de lixo; e quanto à ausência de manutenção nas calçadas de passeio de pedestres.
- Ociosidade em alguns locais da parte posterior da galeria do Comércio Local.

Apesar do resultado apresentado, observamos que há preocupação por parte dos moradores quanto à preservação das superquadras como patrimônio de um bem maior que é Brasília. Muitos se identificam com o local e veem vantagens em morar nesta *Unidade de Vizinhança*, por ser bem servida de serviços.

A respeito das demandas, de um modo geral, os moradores mencionam os seguintes fatores: a possibilidade de privatização dos estacionamentos, principalmente para evitar que os usuários do comércio local utilizem suas vagas dentro das Superquadras; o estabelecimento de áreas exclusivas para colocação de containeres de lixo; a construção de salão de festas e sala

da administração dos blocos na área dos pilotis; a realização da troca das janelas de ferro por esquadrias de alumínio, com mudanças no sistema de abertura (de balancim para correr); o revestimento das fachadas e empenas dos blocos de apartamento com cerâmica; o revestimento dos pilares dos pilotis; a ampliação do hall de entrada dos elevadores; recuperação dos passeios existentes, assim como construção de novas calçadas para pedestres; serviço permanente de manutenção e limpeza geral nas superquadras; criação de estacionamento exclusivo para os ônibus escolares; controle do porte dos estabelecimentos no comércio local.

Já os administradores dos equipamentos urbanos reforçam a necessidade de manutenção e segurança das superquadras. Quanto às instalações dos prédios que gerenciam, a maioria concorda que estes atendem às necessidades, e que só precisam de manutenção/conservação. Com relação ao comércio local, os administradores argumentam sobre a necessidade de área maior, visto que as instalações atuais não são suficientes, e que o porte do comércio proposto na implantação passou a ser obsoleto. Ainda que o uso definido para a área não tenha se modificado, os estabelecimentos, com a intenção de adequação para a demanda atual, passaram a inserir outros elementos que desconfiguram o espaço. Essas intervenções irregulares (acréscimos, cercamentos, coberturas etc.), que vêm crescendo na área, demonstram o impacto visual na configuração do espaço construído.

O presente diagnóstico desta *Unidade de Vizinhança* destaca que, cada vez mais, os prédios das superquadras, principalmente os residenciais, estão se individualizando em detrimento da proposta de predominância de espaços coletivos, a partir do projeto modernista implantado por Lucio Costa em Brasília.

É importante frisar que cada Superquadra Sul 107/108/307/308 apresenta um prefeito, mas que estes não trabalham em conjunto. Muitos têm divergência com moradores locais, o que interfere nos trabalhos em comunidade.

Outro fator a se ressaltar é que, em alguns blocos, os síndicos não são moradores do prédio e nem mesmo da superquadra local ou vizinha. Existem empresas contratadas realizando este tipo de serviço, o que traz certa praticidade, porém prejudica as relações de interesse comunitário.

Apesar de não se ter alcançado a totalidade dos moradores e usuários, quanto às informações do questionário, os dados parciais coletados foram substanciais para a análise, confirmando as hipóteses levantadas.

Análise da legislação vigente

O setor residencial, localizado nas faixas 100, 300, 200 e 400 das Asas Sul e Norte do Plano Piloto de Brasília, tem como elemento estruturador a *unidade de vizinhança*, que é formada por superquadras, que dispõem de blocos residenciais multifamiliares, comércio local e equipamentos comunitários nas entrequadras. A preservação das características essenciais desta concepção é de fundamental importância ao Conjunto Urbanístico Tombado de Brasília.

Para efeito da preservação do setor residencial, destacamos inicialmente as recomendações de Lucio Costa para as Superquadras Sul e Norte, encontradas no documento *Brasília 57/85* (COSTA, 1985), que define os critérios de uso e ocupação vigentes nas superquadras: manutenção do gabarito de seis pavimentos sobre térreo com pilotis nos blocos localizados nas faixas 100, 200 e 300, e de três pavimentos nas faixas das 400; as superquadras não poderão ser transformadas em condomínio fechados; deverá ser mantida a descontinuidade do sistema viário nas vias L1 e W1 da Asa Sul e Asa Norte, através da instalação de equipamentos urbanos nos lotes correspondentes específicos da entrequadra; finalizar o projeto urbanístico (fabricação em série de mobiliários urbanos para serem instalados e calçamento contínuo para pedestres); concluir a

plantação de árvores de copa densa nas faixas verdes de 20m para compor uma espécie de barreira; integrar as unidades de vizinhança apropriadamente, com a utilização das entrequadras.

Segundo Lucio COSTA (1985. p. 112):

> (...) é importante que os órgãos responsáveis pelo planejamento não deixem de ter em mente que a função da entrequadra é vital para estruturar o tecido urbano dos setores residenciais, pois de seu uso adequado depende o encadeamento das sucessivas unidades de vizinhança, entrelaçando os conjuntos de quatro superquadras ao longo de todo o eixo rodoviário.

As entrequadras sul e norte devem priorizar o domínio público, destinando uma série de equipamentos urbanos para uso coletivo, tais como: Escola Parque e escolas de ensino médio, instalação de Clube de U.V. e locais para associação de moradores.

Quanto ao Setor Comércio Local Sul, Lucio Costa recomenda a colocação de vitrines e toldos; a colocação de cadeiras na área pública, desde que não haja cercamento; e a instalação de escritórios de profissionais liberais no pavimento superior, desde que não altere o partido arquitetônico. Para o Setor Comércio Local Norte, permite nas edificações com projeções quadradas apenas térreo e sobreloja.

A partir do documento *Brasília 57/85*, Lucio Costa elabora o documento *Brasília Revisitada* (COSTA, 1985/1987), que passa a fundamentar e constituir a legislação de proteção pelo Governo do Distrito Federal – Decreto nº 10.829 de 14 de outubro de 1987. Quanto ao setor residencial, destacamos dele os seguintes parágrafos:

> Brasília, a capital, deverá manter-se "diferente" de todas as demais cidades do país: *não terá apartamentos de moradia em edifícios altos*; o gabarito residencial não deverá ultrapassar os seis pavimentos iniciais, sempre soltos do chão. Este será o traço diferenciador – gabarito alto no centro comercial, mas delibera-

> damente contido nas áreas residenciais, a fim de estabelecer, em ambiente moderno, escala humana mais próxima da nossa vida doméstica e familiar tradicional.
>
> 3-Garantir a estrutura das Unidades de Vizinhança do Eixo Rodoviário-Residencial, mantendo a entrada única nas Superquadras, a interrupção das vias que lhes dão acesso – para evitar tráfego de passagem – bem como ocupando devidamente as Entrequadras não comerciais com instalações para esporte e recreio e demais equipamentos de interesse comunitário, sobretudo escolas públicas destinadas ao ensino médio. Proibir a vedação das áreas cobertas de acesso aos prédios (pilotis) e dos parqueamentos – cobertos ou não. (grifos nossos)

Tais documentos foram substanciados na *Norma de Edificação, Uso e Gabarito*, denominadas NGB, elaboradas nas décadas de 1970 e 1980. Essa norma guia o gerenciamento do Governo do Distrito Federal – GDF, no que diz respeito à destinação do lote (usos pertinentes), taxa máxima de ocupação, coeficiente de aproveitamento, número de pavimentos (gabarito), destinação e disposição de rampas, escadas, marquises, tratamento de divisas etc.

De acordo com as NGBs nº 77/87, 29/89 e 32/89, para a localidade do Comércio local e entrequadras da *Unidade de Vizinhança* em estudo, respectivamente, observamos que os loteamentos atendem aos parâmetros exigidos nas normas. Com exceção de uma parte do comércio local, que ultrapassa os limites para a área pública, e da ausência dos serviços de agência pública e posto policial nos lotes a eles destinados.

As recomendações de Lucio Costa também são claramente sustentadas no Relatório de Missão da UNESCO (RELATÓRIO..., 2001), intitulado *O estado de conservação do sítio do patrimônio Mundial de Brasília, Brasil,* em relação à proteção das superquadras:

> 12. Manter a altura de seis andares para novos edifícios residenciais nas áreas vagas ou inacabadas das superquadras.

> 13. A definição de usos nas zonas de comércio local entre as superquadras deve ser claramente definida e implementada, com a finalidade de evitar maiores alterações no caráter originalmente proposto para estes setores. A invasão de áreas verdes deve ser proibida e, sempre que possível, os edifícios deveriam ser trazidos de condições originais. Restrições estritas devem ser implementadas quanto ao uso de cores e publicidade.

A portaria do IPHAN nº 314/92, para efeito de proteção do Conjunto Urbanístico de Brasília, no seu art. 4º, parágrafos de I a VII e art.5º, dispõe, para o setor residencial sul e norte, exatamente o direcionamento das recomendações anteriormente expostas, que sustentam a conservação das características originais implantadas: manter na superquadra a única entrada de acesso para os automóveis locais e as faixas de 20 m de largura arborizada em volta da superquadra; manter a sequência da numeração 100 e 300 / 200 e 400, com seus respectivos gabaritos de seis e três pavimentos sobre pisos térreos em pilotis, os quais são destinados apenas à entrada de acesso do prédio e portaria, permitindo a livre circulação dos transeuntes; manter o gabarito máximo de um pavimento para os equipamentos urbanos destinados a atividade de ensino, esporte, recreação e atividades culturais e religiosas e suas localizações garantidas nas entrequadras para uso comum; manter as interrupções nas vias L1 e W1, respeitando as características originais do eixo rodoviário residencial.

Portanto, as legislações de proteção de Brasília são formuladas segundo as recomendações de Lucio Costa, o que acaba sendo repetitivo, mas reforça as características de maior destaque no plano urbanístico de Brasília a serem preservadas, que agregam valor ao tombamento federal.

Considerações Finais

No projeto de Lucio Costa, o setor residencial caracterizado pelas Superquadras é um dos elementos de fundamental valor na proposição de Brasília. O uso destinado aos setores é primordial para a preservação das características da cidade, assim como o uso e destinações permitidas para os loteamentos internos de cada setor.

Este estudo foi fundamentado na pesquisa de trabalhos realizados na área, em visitas *in loco*, nos questionários aplicados, em informações divulgadas pela mídia, nas informações procedentes do cotidiano da Superintendência do IPHAN em Brasília e na legislação de proteção vigente em Brasília, com o objetivo de analisar até que ponto as demandas da contemporaneidade, na primeira *Unidade de Vizinhança*, implantada na cidade, alteram o valor do seu partido original e prejudicam o Conjunto Urbanístico Tombado de Brasília.

Um trecho do Relatório de Missão da UNESCO-ICOMOS em Brasília (RELATÓRIO..., 2001) é pertinente quando conclui:

> Algumas das mudanças podem ser consideradas como naturais, se levar em conta que a cidade ainda está em processo de construção e que a evolução das maneiras de se viver de sua população requer adaptações. Estas mudanças são aceitáveis enquanto elas não puserem em perigo os valores essenciais da cidade. (RELATÓRIO..., 2001, p. 21)

Compreendemos o dinamismo que acontece em Brasília como um processo de ordem lógica, porém seu monitoramento deve ser constante visando à preservação do patrimônio cultural. Em relação à Unidade de Vizinhança, na forma como vem caminhando, tomando proporções estritamente individualistas, esta tende a subverter a essência da proposta de Lucio Costa para a área residencial, sobretudo a predominância dos espaços públicos sobre as propriedades privadas, onde o interesse coletivo se sobrepunha ao individual.

Seguindo este raciocínio, transcrevemos um parágrafo do texto de BARRETO e OTTO (2006) sobre a preservação do patrimônio em Brasília:

> Em outras cidades, o espaço público é resultante do parcelamento dos lotes – é o que restou. Aqui é exatamente ao contrário, o espaço privado é condicionado pela paisagem pública. O público envolve e desenha o privado. Entender essa lógica é fundamental para entender a necessidade de se respeitar e proteger o patrimônio urbano – que é de todos [...] a privatização das áreas públicas é um dos maiores atentados a esse patrimônio cultural.

As Superquadras Sul 107/108/307/308 que formam a *Unidade de Vizinhança* em estudo, apresentam até hoje o partido urbanístico conforme o molde original implantado. Quanto à arquitetura, esta vem perdendo vários elementos característicos dos princípios modernistas aplicados. Apesar da legislação de proteção do tombamento urbanístico de Brasília não abranger disposições voltadas à preservação arquitetônica das edificações, é válido pôr em discussão a importância de se valorizar em conjunto todos os aspectos, inclusive os arquitetônicos, que são o testemunho histórico da área.

A lógica da concepção das *unidades de vizinhança*, no que tange à organização espacial e funcional, é determinante na atribuição do valor de patrimônio à cidade, portanto, as superquadras em construção ou em complementação não devem ignorar as disposições estabelecidas nas normas regentes na área, para se evitar o aumento de intervenções que deturpam ou desvirtuam as características essenciais da *Unidade de Vizinhança* em estudo.

Nas Superquadras vazias e incompletas deve-se assegurar, nas intervenções, a adoção das recomendações urbanísticas de Lucio Costa, no que se refere a promover e manter os gabaritos e usos definidos; taxa de ocupação; faixas de sombreamento e vegetação; sistema

viário; acessibilidade aos transeuntes; implantação de equipamentos urbanos de uso coletivo e aproveitamento do subsolo para a criação de vagas de estacionamento.

O comércio local da área em estudo vem paulatinamente tendo sua configuração alterada, sendo que muitos apresentam construção de anexos que invadem a área pública. De acordo com as normas, esse tipo de intervenção é proibido para o comércio local. Portanto, este ponto deve ser criteriosamente respeitado visando à preservação das características espaciais do comércio e seu entorno.

Mesmo com todas as adaptações realizadas ao longo dos anos na *Unidade de Vizinhança* em estudo, em decorrência do modo de viver da sua população residente, o partido urbanístico original tombado foi resguardado, o que é fundamental na preservação da cidade, que deve ser defendido para as demais superquadras que se encontram incompletas e/ou não construídas.

Quanto às modificações executadas irregularmente, que, em boa parte, são consideradas problemáticas pelos moradores (cercas vivas, gradeamento, desníveis, invasão de área pública, etc.), estas são passiveis de reversão.

Contudo, o importante é que toda e qualquer intervenção no setor residencial tenha como base os parâmetros recomendados por Lucio Costa para a preservação e complementação da cidade, que estão substanciados nas Normas Urbanísticas e nas Legislações de Preservação, cabendo ao IPHAN e autoridades locais reforçar estratégias de convencimento e educação para que a cidade seja compreendida pelas suas características especiais e preservada como patrimônio cultural.

Referências

ARPDF, CODEPLAN, DEPHA. (org.). *Relatório do Plano Piloto de Brasília.* Brasília: GDF, 1991.

BARCELLOS, Vicente Q. *Unidade de Vizinhança:* Notas sobre sua origem, desenvolvimento e introdução no Brasil. Disponível em: http://www.unb.br/fau/pos_graduacao/cadernos_eletronicos/unidade/unidade.htm. Acessado em: 31 out. 2006.

BARRETO, Frederico; OTTO, Ribas. *Preservação do Patrimônio em Brasília.* Disponível em: http://www.vitruvius.com.br/minhacidade/mc104/mc104.asp. Acessado em: 13 nov. 2006.

BORJA, Jordi. *Espaço público, condição da cidade democrática.* A criação de um lugar de intercâmbio (1). Disponível em: http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq072/arq072_03.asp. Acessado em: 25 mai. 2006.

BRUAND, Yves. *Arquitetura contemporânea no Brasil.* 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2003. (2ª Parte, p.119-215)

CHOISE, Françoise. *O urbanismo.* São Paulo: Perspectiva, 2005.

CORBUSIER, Le. *Maneira de pensar o urbanismo.* Publicações Europa - América. 1969 (Coleção Saber SE 27).

COSTA, Lúcio. *Brasília Revisitada.* 1985/1987. (Anexo I do Decreto nº 10.829/1987 – GDF e da Portaria nº 314/1992-IPHAN)

COSTA, Lucio. *Brasília 57-85.* Do plano piloto ao Plano Piloto. Brasília: TERRACAP, 1985.

CURY, Isabelle. (org). *Cartas Patrimoniais.* Carta de Atenas - Assembleia do CIAM, novembro de 1933. 3. ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

DIAS, Edson dos Santos. Resgatando o movimento modernista urbano: A expressão de uma conjuntura histórica que marcou as cidades do Século XX. *GeoNotas*, v. 4, n. 4, 2000. Disponível em: <http://www.dge.uem.br//geonotas/vol4-4/dias.shtml>. Acessado em: 20 nov. 2006.

EL-DAHDAH, Farès. *Case:* Lucio Costa Brasilia's Superquadras. Prestel, Harvad Design School, 2005.

GALVÃO Junior, José Leme. *O Instituto do Tombamento* – A Importância de Brasília. Disponível em: http://www.mpdft.gov.br/Orgaos/Promoj/Prourb/deb_joseleme.htm. Acessado em: 17 mar. 2006.

HOLANDA, Frederico. *Condicionantes sócio-culturais e econômicos da edificação.* Disponível em: http://www.tropicologia.org.br/conferencia/1985condicionantes_socio.html. Acessado em: 12 fev. 2007.

LAUANDE, Francisco. *O uso do pilotis em Brasília:* do protótipo ao estereótipo. Dis-

ponível em: http://www.vitruvius.com.br/minhacidade/mc171/mc171.asp. Acessado em: 13 nov. 2006.

PAVIANI, Aldo. (org.). *Brasília, moradia e exclusão.* Brasília: UNB,1996.

MINISTÉRIO DA CULTURA. INSTITUTO BRASILEIRO DO PATRIMÔNIO CULTURAL. PORTARIA 314, de 8 de outubro de 1992. (Para efeito de proteção do Conjunto Urbanístico de Brasília).

REIS Filho, Nestor Goulart. *Quadro da Arquitetura no Brasil.* São Paulo: Perspectiva, 2004.

RELATÓRIO da Missão UNESCO – ICOMOS. *O estado de conservação do sítio do Patrimônio Mundial de Brasília,* Brasil. 2001.

IPHAN. Superintendência regional da 14ªSR - IPHAN / Secretaria de Cultura do Distrito Federal - Diretoria do DEPHA. *Comerciais Locais Norte e Sul do Plano Piloto de Brasília:* Diretrizes para o gerenciamento de sua ocupação. Brasília: 1999.

SECRETARIA de Desenvolvimento Urbano e Habitação – SEDUH / Subsecretaria de Urbanismo e Preservação - SEDUR. *Superquadra:* Tempo e Espaço. Parte 1: Análise da ocupação dos pilotis e das coberturas das projeções residenciais. Brasília: 2005.

Museus no imaginário: representações de estudantes do 6ª ao 9ª ano do ensino fundamental

Rita Gama Silva[1]



Resumo

A pesquisa *Museus no imaginário: representações de estudantes do 6º ao 9º ano do ensino fundamental* pretende contribuir para a reflexão acerca da percepção e representação dos museus pelo público de estudantes entre 10 e 18 anos de diferentes escolas do Rio de Janeiro. A partir do trabalho de campo realizado em 2006, foram realizados levantamento e leitura sistemática dos modos pelos quais os estudantes do ensino fundamental compreendem e representam, por meio de textos e imagens, os museus. Ao fazê-lo, pretendemos estabelecer um canal de diálogo importante entre as instituições de preservação da memória e as representações dos jovens usuários. Desse modo, trabalhando dialogicamente e valorizando a percepção dos estudantes sobre os museus, esperamos colaborar com uma reflexão ainda pouco explorada no campo da museologia e investigar as imagens que os museus assumem no imaginário de um público potencial específico.

[1] **Rita Gama Silva** é pesquisadora, museóloga. Mestre pelo Programa de Pós Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2008). Autora de artigos sobre museus e patrimônio.

1º TEMPO: delineamento da pesquisa

A pesquisa *Museus no Imaginário: representações de estudantes do 6ª ao 9ª ano do ensino fundamental* procurou entender de que maneira os museus habitam o imaginário de um de seus públicos potenciais, buscando a imagem mental apreendida e construída por esses estudantes na representação da instituição *museu* de maneira genérica e universal. Não foi nossa intenção, portanto, perceber referências a tipos de museus ou casos específicos.

Para tanto, foi elaborada uma metodologia[2] específica de trabalho, uma entrada "neutra" nas escolas, e questionários[3] foram aplicados a 221 alunos de quatro escolas das redes pública e privada de ensino, abrangendo quatro bairros das zonas norte, oeste e sul da cidade do Rio de Janeiro. Uma de nossas preocupações foi a não interferência de trabalhos ou processos pedagógicos relacionados ao tema. É importante salientar que, nessa fase, não foram feitas visitas a museus através

2 Por iniciativa de uma de nossas colaboradoras, Carolina Duarte, foram aplicados, seguindo a mesma metodologia, questionários na cidade de São Pedro da Aldeia, RJ. Uma análise comparativa entre esse material e o nosso seria uma contribuição interessante para se pensar especificidades regionais na concepção e representação do museu pelos estudantes de diferentes localidades.

3 Todos os desenhos e textos foram produzidos em 2006 e encontram-se na Coordenadoria Técnica do antigo Departamento de Museus e Centros Culturais do IPHAN (atual IBRAM), no Rio de Janeiro/ RJ.

do projeto. Dessa forma, o que se materializou nos questionários foi o mais próximo possível de uma imagem "autêntica", sem a intervenção da escola ou de nossos pesquisadores. Uma imagem que antecedia nosso contato, embora pudesse se ancorar em experiências anteriores em museus. Essa foi uma informação fundamental buscada nos questionários, pois, segundo nossa hipótese, os museus habitam nossa imaginação ainda que não tenhamos visitado um deles.

O projeto desenvolveu fontes primárias para a reflexão sobre o lugar dos museus no imaginário coletivo, alimentando esse importante e ainda inexpressivo debate na área museológica. Iniciando essa conversa, *Museus no imaginário* pretende incitar e encorajar linhas de atuação e comunicação para o público "jovem" – o que pode ser um desafio para os museus contemporâneos.

Essa investigação compôs a primeira fase do projeto Imagens do Museu, e foi desenvolvida através do PEP/IPHAN/UNESCO, no âmbito do Departamento de Museus e Centros Culturais do IPHAN, em 2006. A pesquisa contou com uma equipe de sete universitários, cuja atuação no trabalho de campo nas escolas e nas discussões teóricas foi imprescindível para os resultados que aqui divulgamos. Foram eles Carolina Duarte de Oliveira, Ingrid Fiorante, Maíra Oliveira Dias, Morgana Eneile, Newton Fabiano Soares e Pablo Oliveira, estudantes de museologia, e Juliana Gomes, estudante de pedagogia. Mário de Souza Chagas foi o idealizador e orientador do projeto, e a pesquisadora Denise Coelho Studart, da FIOCRUZ, veio a compor nossa equipe nos anos de 2007 e 2008, orientando e ampliando os desafiadores desdobramentos da pesquisa em busca da percepção dos museus no imaginário popular.[4]

---

4 Como um dos desdobramentos dessa pesquisa, a comunicação "Imagens do Museu no cinema e percepções sociais" foi apresentada no *3º Fórum Nacional de Museus* (2008), realizado pelo DEMU/IPHAN em parceria com o Museu da Vida/FIOCRUZ/RJ. Os autores desta comunicação foram: Ana Carolina Gemini de Faria, Ana Carolina Paulo, Ana Luiza Castro do Amaral, Newton Fabiano Soares e Paula Nunes Costa, tendo como coordenadores Mário Chagas e Denise Studart.

Essa pesquisa relaciona-se com as práticas recentes do IPHAN, desde que o DEMU passou a figurar nos quadros do Instituto em 2004,[5] evidenciando o papel particular assumido pelos museus e centros culturais na preservação do patrimônio, suas demandas específicas e a necessidade de iniciativas e recursos próprios para o setor. Entre 2004 e 2007, a maior parte dos museus do IPHAN passam a se vincular a este departamento.

O museu vai à escola: contato, questionários, dificuldades e retorno

Partindo do desejo de analisar desenhos, fizemos o recorte de público alvo entre os estudantes de ensino fundamental[6] (do 6º ao 9º ano). Levantada a hipótese de recusa ou rejeição ao trabalho com desenhos, decidiu-se pela alternativa do trabalho com textos. Nesse momento, a geração de dados a partir de questionários diferentes também foi entendida como uma forma de ampliar a natureza das fontes analisadas.

Os critérios para a seleção das escolas participantes foram a abrangência geográfica, a intenção de gerar materiais para análise a partir de diferentes perfis de estudantes (inclusive para análises comparativas) e o conhecimento prévio das instituições por integrantes de nossa equipe – o que facilitou a negociação e entrada nas escolas. Definiu-se um total de quatro escolas – três escolas públicas municipais e uma escola particular – nos bairros de Botafogo e Urca (zona sul), Pilares (zona norte), e Santa Cruz (zona oeste do município do

5 O Decreto nº 5.040 determinou essa modificação da estrutura regimental do IPHAN. Em 20 de janeiro de 2009, a Lei nº 11.906 criou o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), autarquia vinculada ao Ministério da Cultura, própria para atuação na área museológica, e que passou a se responsabilizar pelas atribuições do antigo DEMU/IPHAN.

6 Este recorte também veio encontrar-se com a proposta temática do Conselho Internacional de Museus (ICOM) para 2006: "Museus e público jovem".

Rio de Janeiro). A definição das turmas participantes em cada escola se deu por meio de sorteio.[7]

Uma das primeiras dificuldades identificadas durante a pesquisa foi a demora em conseguir a autorização dos Conselhos Regionais de Educação (aproximadamente três meses) para nossa entrada nas escolas, embora contássemos com a parceria e apoio da Secretaria Municipal de Educação desde o início do projeto. Com a autorização, enviamos uma carta aos diretores das instituições selecionadas, juntamente com um pré-projeto resumido, solicitando reunião para apresentação do projeto e estabelecimento de parcerias.

Parcerias firmadas, contatamos os professores e a direção das escolas, de maneira a realizar a aplicação de questionários do modo mais neutro possível, buscando não influenciar uma imagem do que fosse *museu* para nossos informantes. Assim, evitamos aulas de história, artes ou ciências, disciplinas relacionadas ao conteúdo e tipologia dos museus, aplicando os questionários quase sempre nas aulas de línguas ou em tempos vagos.

Os questionários foram elaborados contendo as informações "escola", "nome", "idade", "sexo" e "bairro", e se o participante já havia estado ou não em um museu, além da pergunta geradora "Como você vê o museu?". Os dados "sexo" e experiência anterior nos museus foram as únicas questões "fechadas" do questionário, elaborado para ser respondido livremente pelos participantes. Nas turmas, antes de cada aplicação de questionários, a equipe responsável apresentou o projeto e o DEMU/IPHAN, tendo se esforçado, num acordo com a escola, para que não fossem dadas "dicas" de resposta nem fosse feito trabalho algum com o intuito de "preparar" para a pesquisa.

Paralelamente ao contato com escolas e aplicação dos questionários, procedemos à leitura bibliográfica específica sobre a análise de imagens e à construção da ferramenta de análise dos dados. Nesse momento, pre-

[7] Havia, no início, a intenção de incluir na pesquisa o Colégio Pedro II, instituição federal, o que não foi possível em razão da greve de seus funcionários naquele momento.

cisamos lidar com duas dificuldades: a inexistência de formas universais de análise de desenhos e, outra, operacional, relativa à impossibilidade de construção de uma base de dados com maior automatismo, que pudesse realizar os mais diversos cruzamentos de dados, tendo-se em vista que a pesquisa contara com apenas um ano de duração no âmbito do PEP desde sua proposição, desenvolvimento de questionários, aplicação, leitura bibliográfica, análises e retorno às escolas. Por esse motivo, as contagens foram feitas todas de modo "manual", o que significou um emprego enorme de esforço e o levantamento de poucos índices e cruzamentos.[8]

A cessão de direitos autorais para a divulgação de dados da pesquisa pelos pais dos alunos participantes também foi uma dificuldade, tendo em vista que o retorno às escolas se deu nas últimas semanas de aula, com um número pequeno de alunos presentes. As escolas encarregaram-se de encaminhar e receber as autorizações, mas a recepção das mesmas se daria posteriormente à conclusão da pesquisa, apenas com o início do ano letivo seguinte, o que não se efetivou.

Museus de tudo: categorias classificatórias e análise das representações sobre o museu

Foram desenvolvidas abordagens distintas e categorias de análise próprias para desenhos e textos. Partimos do princípio de que os conteúdos dos desenhos e textos seriam mais bem investigados de maneiras diversas, e de que a metodologia para o exame dos desenhos precisaria ser desenvolvida com o "treinamento do olhar" e leituras bibliográficas específicas. Assim, a primeira análise foi dos textos e seus conteúdos, entendidos pela equipe como mais "legíveis" para apreciação. As categorias, nos dois processos, foram eleitas a par-

8 Estas informações poderão migrar com facilidade para uma base de dados mais automatizada e eficiente em momento oportuno.

tir de sua recorrência na apreciação dos questionários respondidos, numa metodologia "de dentro para fora", surgidas a partir das representações do museu nos questionários.

Embora não seja possível uma avaliação "neutra" nem de imagens nem de outros dados, levando-se em conta sua natureza simbólica, é importante que a análise seja feita visando à imparcialidade. Um método utilizado na pesquisa *Museus no Imaginário*, desde o início, foi o constante diálogo, tanto interno da equipe quanto com os diversos agentes, sobre o projeto e os materiais levantados – sobretudo no caso dos desenhos – para a troca de impressões e tentativa de exclusão, tanto quanto possível, de opiniões e julgamentos pessoais suscitados pelo conteúdo dos questionários.

A seleção de categorias analíticas a partir dos textos e desenhos visou à criação de limites e pontos de referência para a análise, mas lembrando que qualquer classificação é arbitrária. É importante ressaltar a ligação entre as categorias selecionadas, a museologia e as ciências sociais, campos teóricos de onde falamos. "Para analisar uma mensagem (...) devemos nos colocar deliberadamente do lado em que estamos, ou seja, do lado da recepção" (JOLY, 1996, p. 45). Dessa forma, outras áreas de conhecimento poderiam analisar o mesmo material a partir de referenciais diferentes de análise. Segundo Denise STUDART (ex. *mimeo*), não há um método unificado de análise das imagens, e os referenciais variam de caso-a-caso.

Museu é básico: classificação e análise dos textos

A partir de discursos identificados nos questionários de texto levantamos as seguintes categorias relacionadas com os museus: lugar de história/coisas antigas (76 ocorrências), lugar de conhecimento e descobertas (42 ocorrências), lugar de cultura e arte (27 ocorrências), ponte entre gerações (15 ocorrências), lugar de dinossauros, fósseis e múmias (13 ocorrências), diversão (11 ocorrências), lugar de coisas valiosas (10 ocorrências), lugar de desenvolvimento (4 ocorrências) e

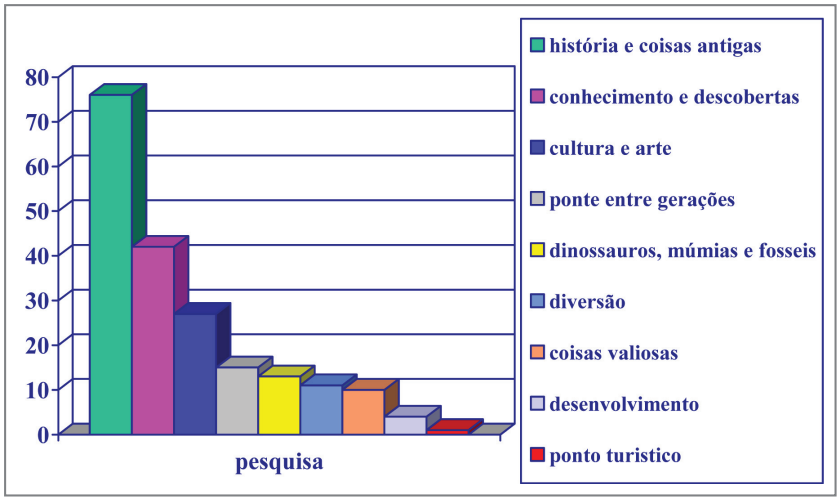


Figura 1 – Gráfico demonstrativo das ocorrências das categorias de trabalho

ponto turístico (1 ocorrência).[9] Essas categorias de trabalho aparecem nos textos na proporção, segundo Figura acima.

É interessante observar que algumas dessas categorias guardam relação com as encontradas por Mário CHAGAS (1987), numa pesquisa de público similar também sobre a imagem dos museus. A pesquisa foi respondida por 341 informantes, selecionados aleatoriamente entre os transeuntes da cidade. Estes deviam responder à ideia, imagem ou sentimento que tinham sob o estímulo da palavra "museu". Estavam presentes naquele momento as categorias "passado" (relacionada à categoria "história/coisas antigas" utilizada nesta pesquisa), "arte, imagem e beleza" (relacionada à categoria "cultura e arte" utilizada nesta pesquisa), "cultura/ educação" (relacionado às categorias "cultura e arte", "conhecimento e descobertas" e "desenvolvimento", utilizadas nesta pesquisa). Foram citadas também nas duas pesquisas as categorias "múmia" e "esqueleto". Falaremos do contraponto entre essas duas pesquisas e representações do museu adiante.

[9] É importante esclarecer a categoria "lugar", utilizada como espaço materializado ou não de pesquisa e comunicação sobre um determinado acervo.

Seguem alguns trechos dos textos para ilustrar a seleção de algumas categorias:

- Museu como lugar de história/coisas antigas

  "O museu para mim é simplesmente como um baú cheio de coisas antigas, que por mais feias que forem, sempre deixam o baú lindo". Fragmento de texto de aluno da 5ª série do Colégio Imaculada Conceição, em Botafogo, RJ.

  "Espero um dia poder visitar um museu, talvez eu me surpreenda e veja que museu é mais que um lugar que conserva coisas antigas". Fragmento de texto de aluno da 8ª série da Escola Municipal Engenheiro Roberto Magno de Carvalho, em Pilares, RJ.

- Museu como diversão

  "Pra mim o museu é como qualquer outro tipo de 'diversão'. Museu é como cinema, Internet ou um parque. (...) Museu é básico". Fragmento de texto de aluno da 7ª série da Escola Municipal Minas Gerais, na Urca, RJ.

- Museu como lugar de desenvolvimento

  "É uma forma de estimular o desenvolvimento tanto no futuro quanto no presente, pra mim o museu é um sonho". Fragmento de texto de aluno da 5ª série do Colégio Imaculada Conceição, em Botafogo, RJ.

- Museu como lugar de conhecimento e descobertas

  "Para quem não curte muito estudar, é bom ir [ao museu], assim a pessoa nem percebe que está estudando". Fragmento de texto de aluno da 5ª série do Colégio Imaculada Conceição, em Botafogo, RJ.

- Museu como lugar de coisas valiosas

  "Na maioria das vezes, as obras de arte do museu valem milhões de reais ou dólares, um exemplo é a Mona Lisa. Um quadro meio sem graça, feito por um cara que não ganhou nada com isso, demorou quatro anos pra ser pintado e hoje vale milhões de dólares." Fragmento de texto de aluno da 6ª série da Escola Municipal Engenheiro Roberto Magno de Carvalho, em Pilares, RJ.

Humanização do prédio: categorias de análise das imagens

Segundo Martine JOLY (1996, p. 44), a análise de imagens parece "suspeita", uma vez que se trabalha com a matéria transformada e não com as intenções do criador, sendo que "o próprio autor não domina toda a significação da imagem que produz". Significação e atribuição de sentido se dão na relação com o observador. Já Maria Helena Wagner ROSSI (2003, p. 9) parece seguir a corrente dos autores que acreditam que "a palavra evoca algo que está ausente; a imagem é (já) presença, aqui e agora". De acordo com essa perspectiva, a imagem seria um ícone, representação do próprio objeto, e não símbolo que depende de interpretação para significar. Entretanto, ela afirma que "ler é produzir sentido" (Idem, p. 18), e segue afirmando que "interpretar é significar. E o significado surge a partir do mundo do leitor, pois não existe interpretação desconectada do mundo em que se vive" (Idem, p. 19). Dessa forma, enaltece a interação entre imagem e observador.

Nós concordamos que a interpretação das imagens se dá a partir de um ponto de vista particular, de que as olhamos "aqui e agora", num contexto específico. Ainda, segundo Roland Barthes,[10] a imagem não é dada em si, mas depende do predomínio de determinados códigos para ser lida de uma ou de outra maneira, ou até mesmo para ser considerada ilegível. A apreensão da imagem, tanto quanto da linguagem verbal, depende do domínio de um código específico que seja capaz de "traduzi-la". A relativa autonomia da análise com relação ao dado pode ser ilustrada com o caso do desenho da menina e do dinossauro.

Enorme, imensa, a cabeça e o pescoço do dinossauro de 3.000.000.000 de anos ocupam o espaço quase inteiro destinado ao

10 Para maiores informações sobre o método desenvolvido por Roland Barthes, ver CARDOSO; MAUAD (1997) e Martine JOLY (1996).

desenho. Majestoso, imponente. Abaixo, deitada na cama, a autora do desenho, identificada: "EU".

Uma imagem, muitas interpretações. Entre nós e nossos pares, "povo dos museus", a interpretação dada durante reuniões e conversas informais era quase sempre a mesma: a menina está deitada em sua cama, no seu quarto. Já deixou o museu, mas o dinossauro, personificando as descobertas feitas no museu, continua junto com ela. Ela já não é mais a mesma pessoa de antes da visita. Leva consigo uma nova bagagem, capital simbólico, suas experiências e descobertas no museu.

A interlocução com os alunos sobre suas respostas à questão "Como você vê o museu?" não estava prevista nesse projeto, no entanto, no retorno às escolas para apresentação de alguns resultados,[11] enfatizamos o diálogo com as turmas participantes, colocando em questão nossa interpretação.

No retorno às escolas, em sala de aula, apresentávamos nossa orientação para a leitura de algumas imagens e perguntávamos sobre outras interpretações possíveis. Essa interlocução foi muito positiva, e no caso desse desenho, especificamente, pudemos descobrir que a intenção da autora havia sido oposta à nossa interpretação.

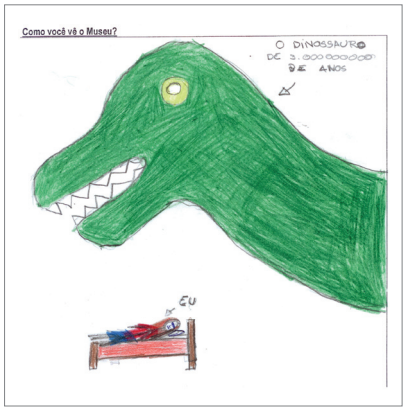


Figura 2 – Autoria: Renata Lo Ré. 6ª série, E. M. Minas Gerais, Urca, RJ

[11] Influência do trabalho da pesquisadora Denise Studart, registrado no artigo inédito "A experiência museal a partir da análise do desenho de crianças".

A cama, para nós, caracterizava a casa, o âmbito doméstico, e o dinossauro ocupava esse ambiente de maneira simbólica, como objeto representativo do museu. Simples, lógico, e um pouco, talvez, tendencioso e ingênuo. Para nossa surpresa, os propósitos da autora na confecção do desenho eram quase inversos: não era o museológico que adentrava a casa e o imaginário da visitante, mas a menina que trazia a cama para o museu. E a cama não estava lá como repouso para aproveitar melhor o museu, mas para que a aluna – já que o museu às vezes é chato – pudesse dormir diante do gigantesco e entediante dinossauro de bilhões de anos! Era tédio, e não conhecimento, que estava associado no museu. Não que o museu seja sempre "chato", mas foi essa, dentre suas múltiplas faces, a que apareceu aqui representada. E graças a uma eventualidade imprevista a descobrimos. Juntos, a partir do diálogo, pudemos descobrir um valor ainda mais extraordinário do que supúnhamos haver no desenho do dinossauro.

Não há como dizer que uma versão está correta e a outra não: a interpretação só pode se dar sobre o produto, sobre o desenho disponível para a análise; e esta história parece uma alegoria propícia para materializar a relatividade de dados e interpretações. Nessa linha de raciocínio, Mário CHAGAS (1996, p. 55), evocando também as relações entre signo e interpretação, entende que a verdade e a mentira são relativas, não estão nas coisas: "os objetos/bens culturais compreendidos como signos são (...) a potencialidade do jogo verdade x mentira". Esse jogo seria próprio também das operações com bens culturais enquanto *signos* submetidos a um processo complexo de musealização, atribuição de sentido e consumo, entre outros.

Os desenhos foram analisados buscando-se elementos explicitamente representados. Nesse sentido, não foi possível trabalhar com as mesmas categorias utilizadas para os textos porque, para isso,

seria preciso in(ter)ferir. Os questionários, com finalidades práticas e analíticas, foram divididos em duas categorias maiores, (1) a *representação externa*, o prédio ou a arquitetura do museu; e (2) a *representação interna* do museu, da exposição, de objetos e demais elementos "soltos".

A distinção nessas duas categorias indica, segundo pretendemos, (1) a percepção do museu como prédio/edifício ou (2) seu conteúdo e trabalho cultural propriamente dito. Como exemplo de dificuldade encontrada na experimentação desse método, desenvolvido para a análise quantitativa dos dados, podemos citar a presença de alguns desenhos em que o prédio está retratado, mas há, no lado externo, elementos que caracterizariam o interior do museu. Ou museus com "corte transversal" que permitem visualizar seus conteúdos.

Cada uma dessas duas grandes categorias abre-se em uma ramificação de categorias menores, de presença ou ausência de elementos, listadas abaixo com algumas ilustrações de sua presença nos desenhos.

Ilustrando categorias de análise dos museus representados nos desenhos

(1) Nos desenhos que representavam "vista externa" e prédios, identificamos os seguintes elementos analíticos:

- Relação com igreja, fortificação ou com "bloco fechado " (ver Figura 3, página 123);[12]
- Representação de elementos do interior do prédio (ver Figura 4, página 123);

[12] A categoria que identificamos como "bloco fechado" apareceu muitas vezes, identificando construções onde portas e janelas estão cerradas, sem que se possa ver o interior, e onde não consta presença humana. A categoria, também chamada de "caixote" pela equipe, é a representação de um museu inanimado, sem movimento, transformação, "vida" ou dinamismo.

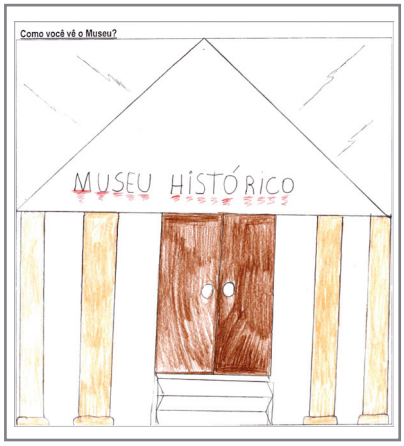


Figura 3 – Exemplo de desenho ilustrando a categoria "bloco fechado" ou "caixote fechado".
Autoria: Julia Livramento de Faria Dias.
5ª Série B, Colégio Imaculada Conceição, Botafogo, RJ



Figura 4 – Museu de Belas Artes
Autoria: Wesley Luan Dias Vital. 6ª série, E. M. Eng. Roberto Magno de Carvalho, Pilares, RJ.

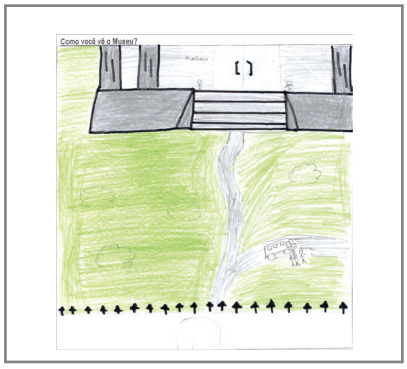


Figura 5 –
Autoria: Eberth Souza da Silva. 6ª série, E. M. Eng. Roberto Magno de Carvalho, Pilares, RJ.



Figura 6 – Desenho e detalhe reproduzindo faixa e sinalização, elementos de segurança em museus.
Autoria: Juliana Bandeira Carvalho Oliveira.
7ª série, E. M. Minas Gerais, Urca, RJ.

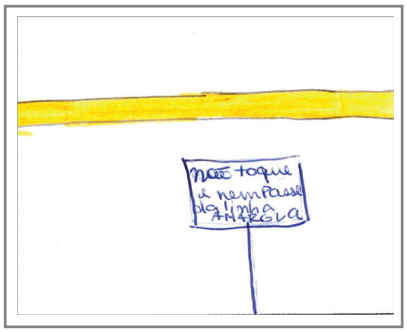


Figura 7 – Desenho e detalhe reproduzindo faixa e sinalização, elementos de segurança em museus.
Autoria: Juliana Bandeira Carvalho Oliveira.
7ª série, E. M. Minas Gerais, Urca, RJ.

- Há escala (figura humana, ônibus)? Em caso positivo, é monumental? (ver Figura 5, página 123)
- Há informações escritas nos desenhos?[13] Em caso positivo, apareceram como balões de fala, frases soltas, nome de museus ou sinalização de acervo, exposição ou partes do museu?
- É possível reconhecer obra, museu ou exposição específica? Qual?
- Há presença humana?[14]
- Há representação de objetos?
- O autor do desenho ou texto já foi ao museu?

(2) Nos desenhos que representavam "ambiente interno", objetos ou exposições, os elementos que destacamos para análise foram:

- Identificação de um "roteiro" de exposição a ser seguido;
- Identificação de elementos expositivos (lâmpada, paredes coloridas, pregos, vitrines, etc.);[15]
- Identificação de elementos de segurança como câmeras, linha, grade, cadeado (ver Figura 6 e 7, página 125), (placas e textos)
- Identificação de influência externa (como Copa do Mundo ou o Filme *O Código Da Vinci*[16]);
- Há presença de olhos? (ver Figura 8, página 125)
- Há livros?
- Há presença humana?
- O autor já foi ao museu?

Assim, percebemos que as categorias "elementos expositivos", "elementos de segurança", "olhos" e "livros" apareciam principalmente nas

[13] Categoria sugerida a partir da leitura dos trabalhos de Denise STUDART (s/d e 2005) e de conversas com a autora.

[14] Categoria sugerida a partir da leitura dos trabalhos de Denise STUDART (s/d e 2005) e de conversas com a autora.

[15] Categoria sugerida a partir da leitura dos trabalhos de Denise STUDART (s/d e 2005) e de conversas com a autora.

[16] Filme dirigido por Ron Howard, lançado e exibido no Brasil em 2006.

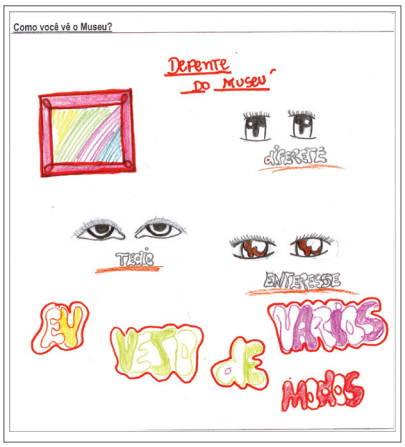


Figura 8 – Desenho exemplificando o aparecimento de olhos em resposta à pergunta "Como você vê o museu?"
Autoria: Cíntia Neves Brandão. 8ª série, E. M. Fernando de Azevedo, Santa Cruz, RJ.

representações do ambiente interno ao museu, e a elas se limitaram. Seguindo o mesmo critério, características arquitetônicas (igrejas, fortificação, bloco fechado e monumentalidade) e relação com o interior do prédio foram exclusivas de representações do prédio e ambiente externo.[17]

BATEU O SINAL: Análise do material levantado

Embora exista a definição da pesquisa em quantitativa e/ou qualitativa, é importante frisar que apoiamos os esforços de BAUER e GASKEL (2005, p. 24) no sentido de vencer a aparente dicotomia entre esses métodos de pesquisa. Segundo eles, essas formas de trabalho são interdependentes; não há quantificação sem qualificação, nem análise estatística sem interpretação.

Para esta pesquisa, foram respondidos 221 questionários (em 2006). Destes, 108 são desenhos e 113 textos. A faixa etária abrangida pelo público da pesquisa variou de 10 a 18 anos, com concentração principal entre 12 e 14 anos.

[17] Numa condição ideal, todas as categorias usadas nesses dois grupos ("ambiente interno" e "vista externa" do museu) poderiam ser quantificadas. Entretanto, dadas as limitações de nosso instrumento para cruzamento de dados, foi necessário selecionar alguns dados que parecessem mais significativos e também que aparecessem de maneira sistemática em um ou outro grupo.

É importante lembrar mais uma vez que os dados não têm valor em si, mas somente a partir de uma relação, que se dá tanto na interação com o pesquisador (dependendo do contexto da pesquisa, de sua formação, dos objetivos e de diversas variantes) quanto na aplicação dos questionários. É importante, portanto, levantar a hipótese de a reação dos entrevistados ser influenciada por essa comunicação com o entrevistador e suas intenções. Não há pesquisador imparcial. Dessa forma, devem ser problematizados tanto a interpretação quanto a geração dos dados de pesquisa, tendo em vista que esses foram, conforme já dito, construídos a partir de uma situação interativa específica.

Mikhail BAKHTIN (1992), ao analisar o discurso, afirma que ele é sempre *dialógico*, uma vez que quem fala está sucessivamente pressupondo um interlocutor, e adapta, portanto, seu discurso em função de seu receptor. Nesse sentido é possível sugerir que se nossa pesquisa fosse aplicada nos mesmos moldes, pela escola, pela família ou pela igreja, para citar alguns exemplos, chegaria a resultados distintos. Outros autores que enfatizam a interação entre entrevistador e entrevistado, e suas possíveis consequências para o resultado da pesquisa, foram BAUER e GASKEL (2005, p. 21), ao afirmar que o problema surge quando os entrevistados dizem o que pensam que o entrevistador gostaria de ouvir.

Para BAKHTIN (1992, p. 112-113), "a enunciação é o produto da interação de dois indivíduos socialmente organizados e toda palavra comporta duas faces. Ela é determinada tanto pelo fato de que procede de alguém, como pelo fato de que se dirige para alguém" (grifos nossos). O autor complementa seu raciocínio propondo que "a expressão material estruturada [enunciação] pode dar-se através da palavra, do signo, do desenho, da pintura, do som musical, etc.". Além disso, o museu é tido tradicionalmente como lugar de legitimação, utilizado em princípio por uma "elite intelectual e dominante". Admitir museus como "excelentes" pode refletir a vontade de aproximação e aceitação dessa

instituição como forma de auto-afirmação, legitimação e valorização diante desse antigo contexto, ainda presente no imaginário. A imagem quase 100% "positiva" dos museus nos questionários de texto pode ter sido estimulada pela interação entre estudantes de ensino fundamental e o IPHAN, sujeitos do diálogo gerado a partir dessa experiência.

Embora as categorias utilizadas para análise e recorrentes nos textos apareçam também nos desenhos, não são tão explícitas e repetitivas. Quanto aos desenhos, os elementos recorrentes constituíram categorias para investigação das imagens mentais sobre o museu e apareceram da seguinte maneira:

- Do total de 108 desenhos, 80 alunos foram ao museu e 24 não foram ao museu;
- A figura humana, que para nós indica a vida e a dinâmica nos museus, foi representada em 32 dos 108 desenhos; 24 destes foram feitos por alunos que haviam estado no museu, enquanto 8 foram feitos por alunos que não tiveram essa experiência;
- 26 dos desenhos representaram o museu como o que chamamos de "caixote fechado". Destes, 15 haviam ido ao museu e 9 não;
- 68 dos alunos que representaram o museu em desenhos sentiram necessidade de informações escritas nos desenhos.

Estes são apenas alguns dos cruzamentos possíveis a partir do material coletado nesse projeto. São cruzamentos feitos "artesanalmente", com as limitações de nossa base de dados. Entretanto, já podemos a partir deles chegar a algumas conclusões.

Em nossa expectativa inicial, a experiência anterior dos participantes nos museus seria relevante para a produção das imagens que geraram nossos dados – razão pela qual foi a única das respostas do questionário a ser cruzada com as categorias encontradas nos desenhos nessa primeira fase. Entretanto, sua importância se revelou parcial em nossa contagem, como podemos ver a seguir.

Houve a presença de figura humana nas representações sobre os museus em 29,6% dos desenhos; 22,2% de crianças que já tinham visitado e 7,4% de crianças que nunca tinham visitado o museu. A presença humana indica vida, indica que o museu não é um mausoléu[18] ou apenas uma casa de objetos sem uso. Embora também possa ser isso, o museu é mais, de acordo com a pesquisa e com as tendências museológicas contemporâneas. É comunicação, educação, transformação e descobertas. Assim, apesar da "vitalidade" (representada pela figura humana) ser pequena na amostra geral dos desenhos (29,6%), há uma diferença de 15% na percepção e representação dessa característica entre participantes que tinham e não tinham frequentado o museu, o que poderia indicar a experiência nesse espaço como fator fundamental no conceito de *museu* no imaginário do público-alvo enfocado pela pesquisa.

Um dos desdobramentos possíveis e indicados para a pesquisa, que poderia confirmar ou descartar esse dado, seria um trabalho de visita a alguns museus com os participantes dessa etapa da pesquisa, somado à posterior aplicação e análise de questionários nos moldes dessa etapa para um estudo comparativo. Outro desdobramento que poderia gerar produtos interessantes seria a realização de exposições idealizadas e organizadas pelos alunos, registrando esse processo.

Enquanto a presença e influência humana (de visitantes, trabalhadores, pesquisadores e outras) foram representadas em menos de 30% do total dos questionários de desenho respondidos, quase a metade (48,1%) dos participantes concebeu o prédio como uma representação da imagem que faziam do museu. Em 50% desses casos em que a arquitetura teve destaque, o prédio dos museus assemelhava-se a um caixote impenetrável com janelas e portas fechadas (categoria descrita na nota 12), onde o observador não percebe ligação com o interior nem repre-

[18] Para maiores comparações entre "museu" e "mausoléu", ver o artigo de Theodor W. ADORNO (2006).

sentação de figura humana. Esses desenhos corresponderam a 24%, ou seja, à quarta parte do número total de questionários de desenhos respondidos (108), porcentagem inferior, portanto, à presença humana. Dos que relacionaram o museu a essa categoria específica de "caixote", 57,7% já estiveram e 34,6% nunca frequentaram um museu.

Podemos supor que a visita prévia ao museu fez pouca diferença, pois 13,9% do número total de questionários respondidos por quem já foi ao museu e, ao mesmo tempo, identifica a instituição como "caixote" (negligenciando a dimensão humana, o "conteúdo" e o acesso ao museu) aproxima-se da percentagem de não frequentadores com a mesma visão do museu, que é de 8,3%. A premissa inicial, de que a experiência no museu pudesse influenciar o imaginário, mostrou-se irrelevante através da análise desses dados. Além da ligação do museu com um caixote fechado e esquecido pelas e das práticas humanas, o prédio do museu também foi representado nos desenhos com elementos que o identificavam com fortificações, fortalezas e/ ou castelos (23%) e com igrejas (5,8%).

A dimensão das edificações que integram e abrigam os museus – e que parecem ser os próprios museus em parte dos registros levantados – pôde ser quantificada em apenas 28,8% dos questionários de desenhos (15 de 52) que representavam prédios e onde constava um elemento humano, carro ou ônibus para servir de escala. Desses "prédios-museus", apenas 1 não era monumental. Essa proporção, de grande representatividade, onde 93,4% dos museus têm dimensões extraordinárias, traz à tona a face monumental e gloriosa dos museus no imaginário desses estudantes, a expressão do "museu-monumento", do prédio não apenas histórico, mas de uma arquitetura grandiosa, rica, evocadora de períodos de prestígio e *glamour*.

Os museus, sabemos, podem residir em palácios ou casebres, mas no imaginário desse público são riquíssimos, suntuosos, majestosos. Poder-se-ia supor que tal constatação esteja ligada à imagem do museu tradicional e tradicionalmente vinculado aos legados e interesses das elites dominantes e

à sua perpetuação e legitimação, embora sua atuação institucional tenha, ao menos idealmente, abandonado, exclusivamente, a representação das elites.

Indígenas e moradores da periferia, entre outros grupos, anteriormente excluídos, passaram de objeto de pesquisa e exposição a agentes nesses processos, indicando novos caminhos para as práticas de colecionamento e museologia. Como exemplos dessas novas experiências museográficas podemos citar o Museu da Maré,[19] no Rio de Janeiro, e o Museu Magüta,[20] no Amazonas. Indicadores de caminhos novos e sem volta.

Os objetos, testemunhas da *cultura material* e *imaterial*, inspiração dos museus e do colecionamento, estiveram presentes em 61% do total dos desenhos. Podemos conjeturar que esse alto índice de aparecimento reflete a identificação dos museus como casas e guardiões de objetos. A assiduidade dos objetos em nossa contagem foi maior que a presença humana, que os prédios, ou que quaisquer outros elementos representados como símbolos, emblemas ou alegorias do museu. Outro desenho que trouxe uma representação particular do museu como casa de objetos foi o de Pedro Fernandes, reproduzido anteriormente e em detalhes, a seguir. (ver Figura 9, página 131)

Nesse desenho estão presentes o presidente,[21] a primeira-dama e o menino de rua. Num primeiro olhar, chama atenção a posição desses elementos. Os dois primeiros estão no alto da construção, na Sala das Artes,

19 O Museu da Maré, primeiro museu em favelas do Rio de Janeiro, foi inaugurado em maio de 2006, fruto de iniciativa conjunta entre o Ministério da Cultura e a Rede Memória do Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (informações retiradas do site do Ministério da Cultura, www.cultura.gov.br). Para mais informações, acessar: www.museus.gov.br).

20 O Museu Magüta foi criado em 1991 pelos índios Ticuna, em Benjamin Constant (AM). Sua criação foi fortemente influenciada pela luta pela demarcação de terras. Para maiores informações sobre este museu, ver Regina ABREU (2006), José Ribamar Bessa FREIRE (2003), e acessar www.museus.gov.br.

21 A figura do presidente, exposto aqui como objeto de museu, permite fazer uma conexão com o filme americano Night at the museum (Uma noite no museu), de Shawn Levy (2006). Nele, objetos da exposição ganham vida à noite, com o museu fechado. Uma das peças a realizar esta façanha é a estátua de cera do presidente Roosevelt. Foi realizada, no primeiro trimestre de 2007, uma pesquisa sobre o filme no DEMU/IPHAN.



Figura 9 – Desenho de Pedro Correia de Oliveira Fernandes. 6ª série, Colégio Imaculada Conceição, Botafogo, RJ



Figura 10 – Detalhe do desenho de Pedro Correia de Oliveira Fernandes, reproduzido acima

e o "menino de rua" no primeiro andar, atrás da escada ou fora do museu – não foi possível identificar com precisão. Esse posicionamento das três figuras no espaço do museu indicaria a posição hierárquica em que se encontram na sociedade – interpretação compartilhada pelos alunos participantes da pesquisa. Outro caráter interessante é que tais elementos não estão visitando o museu, mas são parte dele. São objetos da exposição, dispostos museograficamente sobre bases para objetos tridimensionais e devidamente etiquetados e classificados, enquanto objetos de exposição que são. Assim, a relação entre objetos e museus aparece de maneira vigorosa nesse desenho: a primeira-dama, o presidente e o menino de rua não estão exercendo suas funções normais e quotidianas que poderíamos

esperar, como governar, acompanhar e "estar na rua", mas estão privados de sua "funções"/"lugares normais" para ser representados no museu; retirados da vida, para serem olhados e pensados, mas não para realização de seus desempenhos cotidianos (ver Figura 10, página 135).

Informações escritas apareceram em 63% dos questionários de desenho, para esclarecer ou reforçar idéias. A identificação escrita do prédio como "museu" ou como um museu específico (por exemplo: "museu histórico", "museu de artes") foram as mais recorrentes (77%). Serviam para diferenciar o museu de casas residenciais, fortalezas ou igrejas, referências presentes nesses desenhos. Na maior parte das vezes, a identificação era importante para diferenciar o museu de casas residenciais, fortalezas ou igrejas – referências para os desenhos que enfocaram a arquitetura dos museus.

A escrita também se destacou na sinalização de partes do acervo e/ou do museu, indicando-se elementos museográficos ou informações, como "banheiro", "estacionamento", etc., numa contagem de aproximadamente um terço do total de desenhos.

HORA DA SAÍDA: Considerações Finais

> Eu vejo o museu como um lugar cultural onde aprendemos coisas que acontecem ao longo de nossa história, como uma fonte de conhecimento, uma fonte de sabedoria, uma fonte de pesquisas, um patrimônio histórico e cultural. Por isso é importante que a nossa sociedade preserve os museus da nossa cidade e do Brasil todo, para que no futuro possamos perceber que os museus foram e sempre serão muito importantes para todos nós. (Texto de aluno da 5ª série do Colégio Imaculada Conceição)

Uma primeira análise quantitativa[22] dos questionários, apoiada na repetição de elementos nas representações suscitadas pela categoria "museu", nos levou às seguintes conclusões:

[22] Quantificação dos elementos escolhidos para classificar as representações sobre os museus.

- Houve uma equivalência entre o número de questionários respondidos de desenhos e de textos (108 e 113, respectivamente). Nossa hipótese inicial de que poderia haver recusa das atividades de desenho não se verificou;
- Pudemos perceber que mais de 75% do público participante afirmou ter tido alguma experiência em museus. Dessa forma, trabalhamos em alguma medida com o imaginário, mas a experiência também pode ter tido papel importante nesse levantamento;
- A média de alunos que haviam freqüentado museus foi bastante superior na zona sul da cidade (aprox. 93% contra 63%), independentemente da instituição ser pública ou particular.

Pudemos observar que em praticamente 100 % dos questionários de texto, de maneira explícita, o museu foi representado positivamente. Está relacionado, em ordem decrescente de aparecimento, à história ou coisas antigas, conhecimento, descobertas, cultura, arte, diversão e desenvolvimento, entre outros. As imagens negativas relacionadas aos museus, nos textos, só apareceram de forma contraditória. Podemos citar exemplos como: "chato e legal ao mesmo tempo"; "tem coisas muito interessantes (...) mas a maioria não gosta porque nós estamos na adolescência e queremos outras coisas"; "muito chato (...) tem umas paradinhas muito iradas que eu não conhecia e tal".

A dimensão comparativa entre esta pesquisa e o levantamento realizado em 1987 por Mário Chagas, permite traçar paralelos sobre representações dos museus em dois momentos temporais distintos, com aproximadamente vinte anos de intervalo. É interessante observar que aquela experiência só chegou ao nosso conhecimento após a definição das categorias para esta investigação. Mário Chagas, orientador e autor de ambos os projetos, não imaginara que a sua pesquisa de 1987 pudesse gerar tantos diálogos. Seu artigo (CHAGAS, 1987) estava ausente da nossa bibliografia inicial, mas ao deparar-se com nosso elenco de

categorias de trabalho, o contraponto com aquela pesquisa pareceu um apoio bastante enriquecedor para o entendimento do papel dos museus no imaginário do público pesquisado.

A coincidência de categorias encontradas no trabalho de Chagas e nesta pesquisa (no tocante aos questionários de texto) demonstra que o universo dos museus no imaginário permanece semelhante, embora quase vinte anos separem os dois estudos. Um dado surpreendente foi que ambas as pesquisas, com públicos diferentes e em momentos distintos, chegaram à conclusão de que uma das imagens mais fortes na representação do museu está no passado, em coisas "antigas" e "velhas". Embora museus de tecnologia, arte contemporânea, ciências ou folclore tenham um perfil distinto desses, a imagem do museu permaneceu como "lugar de coisa velha, coisa antiga".

Chama atenção também o contraste na ocorrência de imagens positivas relativas ao museu numa e noutra pesquisa. Chagas identificou imagens positivas para o museu apenas nas categorias "coisa boa", "importante", "interessante" e "diversão". Entretanto, acredito que outros conceitos utilizados por ele, como "cultura", "educação", "arte" e até mesmo "história" sejam positivas, ainda que não explicitamente, e é desse ponto de vista que partimos para a análise dos dados. Partíssemos nós de seu ponto de vista, não teríamos uma amostragem tão significativa de associações positivas. Partisse ele do nosso, teria provavelmente uma representatividade maior dessas associações.

A partir dos questionários de texto da nossa pesquisa, o museu aparece no imaginário destes estudantes, majoritariamente, como lugar de história e de "coisa antiga". Esse dado coincide, conforme mencionado, com o encontrado na pesquisa realizada na década de 1980 (CHAGAS, 1987). Os dois levantamentos de representações sobre o vocábulo/categoria "museu" levam a uma construção de imagens e associação de ideias que transcendem o intervalo de tempo e as diferenças institucio-

nais e de público, já que no primeiro não havia um público-alvo específico atingido pela pesquisa. Embora uma característica dos museus seja seu caráter multifacetado e abrangente das diversidades, a reincidência da imagem dessas instituições como lugar de "coisas antigas", "coisas velhas" e de "história" ilustra a persistência dessa imagem como uma das mais recorrentes no imaginário popular e no senso comum. Citando aquele autor:

> As respostas que encontramos indicam de forma clara que o público potencial do museu continua associando-o aos elementos do passado. (...) No mínimo está havendo algum ruído de comunicação entre o museu e o seu público, ou então o discurso da moda, o discurso do ativismo e do dinamismo é impostor. (CHAGAS, 1987)

Levantando definições em diferentes dicionários, no mesmo artigo, o autor percebe também que praticamente nenhuma "leva em consideração a modernidade, a contemporaneidade e os seus testemunhos". O que o leva a concluir que:

> (...) avanços [conceituais] não conseguiram ainda uma completa concretização, não conseguiram sensibilizar a maioria dos museus brasileiros e com isso não atingem a maioria da população, que, em alguns casos, como a prática tem demonstrado, reconhece a tendência regressiva da instituição museu (...). A realidade é que os museus brasileiros continuam, em sua grande maioria, com um comportamento característico do século XIX. E este comportamento, que muitas vezes se tenta mascarar, é percebido pelo público potencial do museu, que (...) continua associando o museu atual a coisas do passado (...) coisa antiga, etc. (CHAGAS, 1987)

Embora a modernidade, a contemporaneidade e o futuro, ideias opostas à arraigada imagem do museu como lugar de "coisa velha", não tenham aparecido de forma sistemática nos desenhos, apareceram de maneira pujante nas representações de alguns alunos. Um exemplo claro foi o desenho de Bianca de O. Miranda, da Escola Municipal Fer-

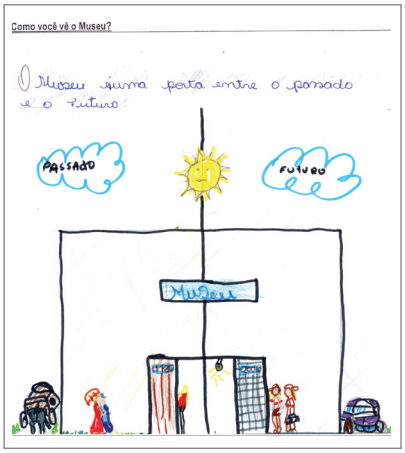


Figura 11 – "O museu é uma ponte entre o passado e o futuro". Autoria: Bianca de Oliveira Miranda. 8ª série, E. M. Fernando de Azevedo, Santa Cruz, RJ.

nando de Azevedo. A "ponte", trazida pela aluna, caracterizada pela ligação e contato entre mundos distintos, pode lançar uma luz interessante na ligação do museu com coisa velha, antiga e história, e na nossa discussão com Mário Chagas. Estar ligado ao passado não é defeito, se o museu usa suas pesquisas e seu acervo para se comunicar com seu público na atualidade, interagindo e trocando informações com ele. Mas se um museu apenas se debruça sobre o passado, sem esforçar-se para conectar suas coleções com o público de hoje, tem grandes chances de virar um "mausoléu" – daí sim uma imagem negativa, parada no tempo e inútil à contemporaneidade, provavelmente assim admitida por Chagas, ao afirmar:

> Há uma ideologia do antigo e do velho (...) que traduz os interesses de uma elite dominante, valoriza o velho, o antigo e o passado não com um sentido de provocar a reflexão crítica e dinâmica sobre o presente, não como base para a compreensão e transformação da sociedade, mas como elemento decorativo, morto (...) improdutivo e incapaz. (CHAGAS, 1987)

Mas o museu apreendido e representado pela aluna Bianca de O. Miranda, à época com 14 anos, é a "ponte" que liga as margens do ano de 1730, de carruagens, senhorinhas de guarda-sol e candela-

bros, ao ano de 2006, com vestimentas contemporâneas, luz elétrica e veículos motorizados. No dia de nossa apresentação para os alunos da E. M. Fernando de Azevedo, essa aluna nos presenteou com um poema sobre o museu. Nele, além de diversas outras imagens do museu que ilustraram nossa conversa com as turmas, estava o seu museu-ponte. Segue um trecho:

> Mas nesse lugar não tem só coisa antiga. Vejo um carro lindo que não foi nem lançado ainda. Êta! "tô" no Museu do Automóvel. Nossa! Que coisa esquisita! Ah, tá. Estou no Museu de Descoberta Científica e lá se encontram duas portas: uma do passado e a outra do futuro. Todas elas que já fizeram ou ainda vão fazer parte de nossas vidas.

A experiência de Bianca com museus mostrou que a instituição-museu pode estar (pelo menos conceitualmente, a se julgar pelos resultados de pesquisa de Chagas) ligada à vida e ao tempo atual, independentemente de seu acervo ser de antiguidades ou de descobertas científicas inéditas. Essas duas portas, "uma do passado e a outra do futuro", só fazem sentido se são parte de nossas vidas agora. Não me refiro apenas aos objetos musealizados e seu uso, mas ao museu em si: o que o diferencia de antiquários e outras entidades assemelhadas é justamente a "obrigação" de tornar-se parte da vida atual, seja lá qual for o hoje e que acervos o museu expuser.

Pudemos apreender, ao longo da pesquisa, que o que emerge da apreciação do material trabalhado não é uma imagem única e regular do museu, mas representações ativas e multifacetadas dessa instituição. Partindo desse princípio, e de acordo com GOODNOW (citado por STUDART, ex. *mimeo*), "o desenho não é uma cópia da realidade, mas uma organização do vocabulário visual e de um conjunto de conceitos sobre a realidade". Esses diversos conceitos e significados compuseram de maneira caleidoscópica nosso material

básico e ampliaram ainda mais a gama de multiplicidades que cabem na instituição museológica.

De alguma forma, os museus são um mosaico de múltiplos fragmentos. São lugares de história e coisas antigas, de conhecimento e descobertas, ponte entre gerações, diversão, lugar de coisas valiosas e de desenvolvimento, entre muitas outras possibilidades. É constituído por todas essas diferentes imagens, que ainda assim possam não dar conta de sua totalidade e multiplicidade. O museu é prédio, mas tem uma dimensão humana (ou seria o contrário?). Pode ser relacionado com castelos e fortificações, guardião de valores, mas também com igrejas, ambientes de silêncio, contemplação, adoração e trocas. Admite ainda a imagem do "caixote", que tenta se abrir para todos, sem ainda ter conseguido. É conteúdo e continente.

Nesse ínterim, nossa busca passou de uma imagem representativa para percepções e representações plurais e diversificadas dos museus. Muitas ideias constituintes do mesmo ente, da mesma instituição, vocábulo ou categoria, que possui mil caras distintas e complementares. Passamos, então, a catalogadores e inventariantes dessa multiplicidade, medida e registrada, apreendida através de atentos e diferentes olhos que nos ajudaram a ver o antigo com novas luzes, (re)conhecendo-o como tal.

Referências

ABREU, Regina. Museus etnográficos e práticas de colecionamento: antropofagia dos sentidos. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, n. 31, p. 100-125, 2006. (Organizador: Mário de Souza Chagas)

ADORNO, Theodor W. Museu Valéry-Proust. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, n. 31, p. 170-183, 2006. (Organizador: Mário de Souza Chagas)

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Ed. 6. São Paulo: Hucitec, 1992.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. (eds.) *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som:* um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2002.

BENJAMIN, Walter. Espaços que suscitam sonhos, museu, pavilhões de fontes hidrominerais. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, n. 31, p. 132-147, 2006. (Organizador: Mário de Souza Chagas)

CARDOSO, Ciro Flamarion; MAUAD, Ana Maria. História e imagem: os exemplos da fotografia e do cinema. In: CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História:* ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CHAGAS, Mário de Souza. *Museu:* coisa velha, coisa antiga. Rio de Janeiro: Unirio, 1987.

_____. No museu com a Turma do Charlie Brown. In: *Museália*. Rio de Janeiro: JC, 1996.

_____. Nem Batman, nem Curinga: O Caminho do meio nos Museus. In: *Museália*. Rio de Janeiro: JC, 1996.

_____. Memória política e política de memória. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário de Souza. (orgs.) Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p.141-171.

CURY, Marília Xavier. Os usos que o público faz dos Museus. In: *Musas 1*. Brasília: IPHAN, 2004.

FREIRE, José Ribamar Bessa. A descoberta do museu pelos índios. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário de Souza. (orgs.) *Memória e patrimônio:* ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 219-254.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Antropologia dos objetos: Coleções, Museus, e Patrimônio. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, EDUSC, São Paulo, 1996.

JOLY, Martine. *Introdução à análise da imagem.* Ed. 4. Campinas: Papirus, 1996.

LAPLATINE, François; TRINDADE, Liana. *O que é imaginário.* São Paulo: Brasiliense: 2003. (Coleção primeiros passos, v. 309)

ROSSI, Maria Helena Wagner. *Imagens que falam - leitura da arte na escola.* Porto Alegre: Moderação, 2003.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. *Canibalismo na memória:* O negro nos museus brasileiros. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Brasília, n. 31, p. 36-57, 2006. (Organizador: Mário de Souza Chagas).

STUDART, Denise C. *A experiência museal a partir da análise de desenhos de crianças.* (Exemplar mimeo)

_____. (2005) Museus e famílias: Percepções e comportamentos de crianças e seus familiares em exposições para o público infantil. *História Ciências Saúde - Manguinhos*, Casa de Oswaldo Cruz/ Fiocruz, Rio de Janeiro, v.12, p. 55-78. (Suplemento 'Museus e Ciências')

Área central da Praça XV de Novembro: um estudo de gestão

Adriana Gonçalves dos Santos Mendes[1]

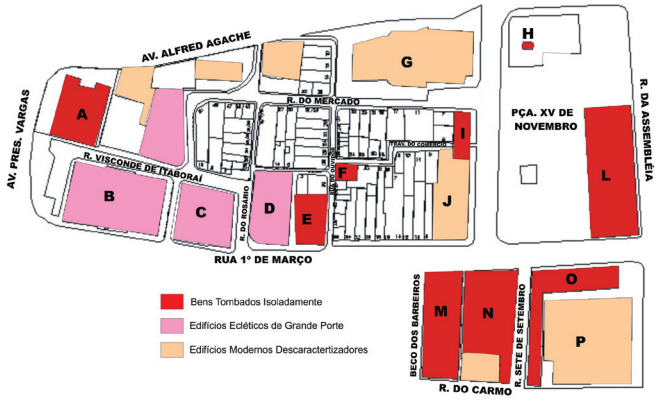


Resumo

A intenção deste artigo é traçar um quadro geral do sítio urbano tombado da área central da Praça XV de Novembro, no Rio de Janeiro, objeto escolhido para desenvolvimento do trabalho no âmbito do PEP/IPHAN/UNESCO, junto à Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro, em 2006. A abordagem pretende identificar as principais características do conjunto e seus valores de tombamento atribuídos pelo IPHAN e pelo Município – as duas instâncias de proteção que atuam no local –, compreender as modificações ocorridas ao longo do tempo e as ações de proteção executadas, possibilitando a percepção das diferentes visões deste patrimônio e a evolução do conceito dentro da Instituição. Sem a pretensão de encerrar nenhum dos assuntos abordados e sim de abri-los para o debate, o trabalho pretende, através de análises de inventários, problematizar o modo de gestão vigente e a efetiva preservação do sítio tombado.

[1] **Adriana Gonçalves dos Santos Mendes** é arquiteta e urbanista, bolsista do PEP/IPHAN/UNESCO em 2005 e 2006, supervisionada pela arquiteta e urbanista do IPHAN Yanara Costa Haas.

Tombada em 14 de março de 1990, a Área Central da Praça XV de Novembro e Imediações[2] abrange um trecho do Centro da cidade do Rio de Janeiro delimitado pela Praça XV propriamente dita, a Praça Pio X, a rua 1º de Março e a Avenida Alfredo Agache. Abrange ainda os quarteirões do Antigo Convento do Carmo e das igrejas de Nossa Senhora do Carmo (antiga Catedral Metropolitana) e da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo (ver Figura 1).



Fonte: Inventário Nacional de Bens Imóveis da Praça XV (2002). Arquivo da Superintendência Regional do IPHAN no Rio de Janeiro.

Figura 01: Sítio Urbano Tombado – Imóveis excluídos do Estudo.

[2] O sítio é objeto do processo nº 1213-T-86 e inscrito no Livro de Tombo Histórico - Inscrição: 531, Data: 14-3-1990; no Livro de Tombo de Belas Artes - Inscrição: 598, Data: 14-3-1990; e no Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico - Inscrição: 106, Data: 14-3-1990.

Reflexo de sua importância político-econômica desde os tempos coloniais, a área agrega inúmeros bens tombados isoladamente. É o caso das já citadas igrejas da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo e de Nossa Senhora do Carmo e o Antigo Convento do Carmo, além das igrejas de Santa Cruz dos Militares e de Nossa Senhora da Lapa dos Mercadores, do Chafariz de Mestre Valentim, do Arco do Teles, do Paço Imperial e da Antiga Alfândega (ver Figuras 2, 5 a 11). O enfoque do trabalho, porém, é o casario tombado em conjunto, representativo da convivência deste tipo de arquitetura e a arquitetura formada pelas edificações oficiais e religiosas (ver Figuras 2 a 4, 7, 12 a 14). A ótica da pesquisa voltou-se para o reconhecimento das principais características do sítio, das transformações ocorridas, das iniciativas de proteção, dos conceitos e critérios aplicados e, em especial, dos elementos que ainda podem ser preservados, resgatados e daqueles que efetivamente já se perderam.

A demanda por este tema surgiu ao constatar-se a insuficiência de ações para conservação dos imóveis do conjunto. Há cerca de trinta anos, a Área Central da Praça XV vem sendo objeto de ações de revitalização urbana por parte da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Em contrapartida, o IPHAN (que até então tratava a área apenas como entorno, e posteriormente, ambiência de bens tombados isolados), desenvolveu diversos estudos que culminaram no tombamento como sítio urbano, em 1990. Apesar de focarem o mesmo local, os valores atribuídos pelas duas instâncias são diferenciados. A proposta deste artigo é problematizar a atuação do poder público, após quase duas décadas, no que tange à sua eficiência na preservação do sítio. Pretende-se, ainda, criar subsídios para iniciar um debate quanto a uma adequada estratégia para gestão do espaço.



Figura 02: Ao fundo, Antiga Alfândega e atual Casa França Brasil (Projeto de Grandjean de Montigny, início do sec. XIX). À direita, Centro Cultural Banco do Brasil.



Fotos: Adriana Mendes

Figura 03: C - Correios e Telégrafos.



Figura 04: D - Tribunal Regional Eleitoral (Centro Cultural da Justiça Eleitoral).



Figura 05: E - Igreja de Santa Cruz dos Militares (pedra fundamental: 1780).



Figura 06: F - Igreja de N. Sra. da Lapa dos Mercadores (pedra fundamental: 1747).



Figura 07: G e H – Em segundo plano, o edifício da Bolsa de Valores. Em primeiro plano, o Chafariz de Mestre Valentim (1789).



Figura 08: I e J - Arco do Teles (séc. XVIII) e edifício do Paço (1936).



Figura 09: L - Paço Imperial (pedra fundamental: 1730).



Fotos: Adriana Mendes

Figura 10: O e P - Convento do Carmo (séc. XVII) e Universidade Cândido Mendes.



Figura 11: Antiga Sé e Igreja da Ordem 3ª do Monte do Carmo (pedras fundamentais: 1761 e 1755, respectivamente).

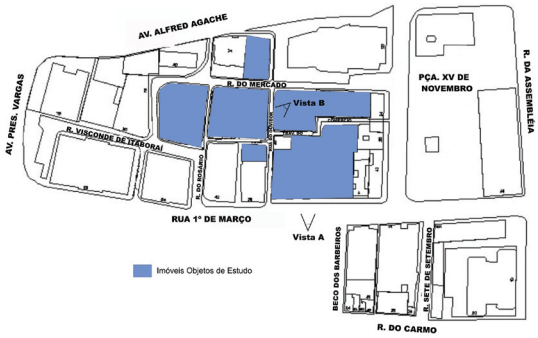


Figura 12: Sítio Urbano Tombado – Imóveis objetos do Estudo. Fonte: Inventário Nacional de Bens Imóveis da Praça XV (2002). Arquivo da Superintendência Regional do IPHAN no Rio de Janeiro.



Figura 13: Vista A - R. Primeiro de Março.



Figura 14: Vista B - Rua do Ouvidor.

O contexto histórico e os valores atribuídos pelo tombamento federal

A área da Praça XV de Novembro e seus arredores, ao longo da história, concentrou e foi influenciada por importantes acontecimentos econômicos e políticos não só da cidade, como de todo o país. Suas principais características urbanas datam do século XVIII, quando seu porto assumiu importância em função da exploração do ouro em Minas Gerais, fato este que motivou a elevação da cidade do Rio de Janeiro a capital da Colônia (1763), depois sede da Corte portuguesa (1808) e, por fim, do Império do Brasil (1822). Palco de acontecimentos como a abertura dos portos às nações amigas, o Dia do Fico, o anúncio oficial da Independência e a Lei Áurea, sua origem remonta ao século XVI, com a descida gradativa para a planície do núcleo urbano fixado no Morro do Castelo (ver Figura 15, página 148).

Segundo ALCÂNTARA (1982), a topografia acidentada foi condicionante para o assentamento do traçado viário da região. A necessidade de ocupação de uma baixada pantanosa fez com que a cidade se desenvolvesse em busca de terras secas, a partir do sopé do morro do Castelo até o morro de São Bento. Formou-se, então, uma linha arqueada que direcionou o desenho das demais ruas (ver Figura 16, página 148). O crescimento da cidade conduziu a expansão de sua trama para o interior, em quadras longas e retilíneas. Entretanto, com a valorização do porto como rota de escoamento da produção de ouro das Minas Gerais (o produto de maior interesse da metrópole portuguesa), o interesse econômico exigiu que a ocupação se estendesse também para o lado do mar. Por intermédio de aterros sucessivos, delinearam-se ruas particularmente estreitas e menos regulares, como o caso da Travessa do Comércio (ver Figura 17, página 149).

Da mesma forma, essa influência foi fundamental para a conformação dos lotes: desiguais, altamente fracionados e de dimensões modes

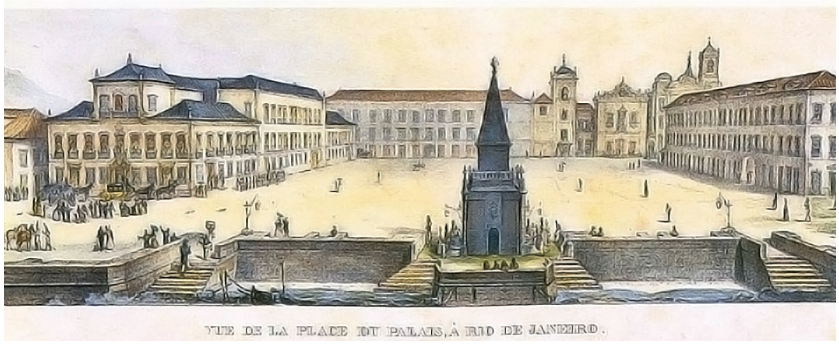


Figura 15: Vista da Praça do Palácio (atual Praça XV de Novembro), por Debret (1834). À esquerda, o Paço Imperial, seguido ao fundo pelo Convento do Carmo, pela Antiga Sé e pela Igreja da Ordem Terceira do Monte do Carmo. À direita, casario e Arco do Teles. À frente, o Chafariz de Mestre Valentin. *Fonte: Inventário Nacional de Bens Imóveis da Praça XV (2002). Arquivo da Superintendência Regional do IPHAN no Rio de Janeiro.*

tas. O grande número de interessados na ocupação das terras, aliado à exiguidade de terreno, também se refletiu, ao longo do tempo, na volumetria das construções: a ocupação total da área e o crescimento vertical. Imóveis inicialmente térreos ou de dois pavimentos, atingiram em média três a quatro pavimentos, geralmente usados pelo comércio (loja e depósito) no térreo e residencial nos pavimentos superiores (ver Figuras 18 e 19, página 149).

Desses usos, derivam algumas das características mais significativas do conjunto: as circulações verticais e horizontais. Bastante comuns

Figura 16: Meados do séc. XVI. *Fonte: Inventário Nacional de Bens Imóveis da Praça XV (2002). Arquivo da Superintendência Regional do IPHAN no Rio de Janeiro.*





Figura 17: Reminiscências do século XVIII.
Fonte: Inventário Nacional de Bens Imóveis da Praça XV (2002). Arquivo da Superintendência Regional do IPHAN no Rio de Janeiro.





Figuras 18 e 19: Rua 1º de Março em 2002 e em 1893, em foto de Gutierrez. Características do sítio: - Lotes desiguais e altamente fracionados; - Dimensões modestas (especialmente em relação à testada do lote); - Ocupação total do terreno; - Crescimento vertical (imóveis de dois a quatro pavimentos); - Uso original de comércio no térreo e de residência nos pavimentos superiores; - Fachadas em padrão neoclássico e eclético.
Fontes: Arquivo Pessoal de Imagens / Gutierrez, 1893, em: Inventário Nacional de Bens Imóveis da Praça XV (2002). Arquivo da Superintendência Regional do IPHAN no Rio de Janeiro.

nas edificações do sítio, as escadas de acesso privativo às residências, em madeira, de dois lances seguidos e pequeno patamar, acompanham o perfil do lote. Comunicando-se com o exterior através de porta exclusiva na fachada, influenciam diretamente sua relação de cheios e vazios. Estas escadas atingiam os halls internos, para onde convergiam os cômodos da residência, configurando-se sua circulação horizontal. Tais particularidades garantiam a independência da função residencial em relação à comercial.

Ao longo dos séculos, o casario foi sofrendo diversas intervenções, como acréscimos, demolições e alterações. Ainda conforme ALCÂNTARA (1982), o aspecto atual das edificações é fruto de

reformas sucessivas que imprimiram o gosto da época às paredes estruturais. Essas modificações, algumas vezes, alteraram profundamente as fachadas, com a adição de vãos e pavimentos e até mesmo reconstrução, com o aproveitamento das alvenarias externas. Outras vezes, limitaram-se à introdução de ornatos de estuque ou arremates de cobertura. O neoclássico do século XIX e o ecletismo do final do século e princípio do XX foram os padrões estéticos retratados nas fachadas, cuja forte unidade torna-se um dos pontos de maior destaque do conjunto (Figuras 7 e 8, página 145).

Um fator que influenciou sobremaneira a tipologia das construções, refletindo-se não apenas nas frontarias, mas principalmente na disposição interna e nas coberturas, foi a adoção de medidas sanitaristas urbanas por intermédio de legislação específica. A alteração dos pés-direitos mínimos, através de leis como a postura de 15/09/1892 e o Decreto nº 391, de 10/02/1903 (gestão do prefeito Pereira Passos), exigiriam portas fronteiras guarnecidas por bandeiras de ferro, vazadas, para a conveniente ventilação. Nos pavimentos superiores, a ventilação era garantida pelo uso de venezianas, de forma que era permitido que as bandeiras fossem fechadas com vidro.

Como solução contra os males do adensamento populacional e a ocupação total do lote, tornou-se obrigatória a abertura de prismas de ventilação e iluminação, eliminando-se ambientes confinados, como as alcovas. Comumente alocados próximos às caixas de escada, estes ocupavam o espaço de antigos compartimentos, intermediários entre dois outros, que passam a ser ventilados. Também é bastante usual sua localização nos fundos do imóvel, junto à sala posterior, cozinha e banheiro. O uso de claraboias completou as transformações provocadas pela introdução dos prismas de ventilação. Associadas às coberturas em telha francesa, de duas ou mais águas, em sua grande maioria com cumeeira perpendicular ao alinhamento das ruas, as

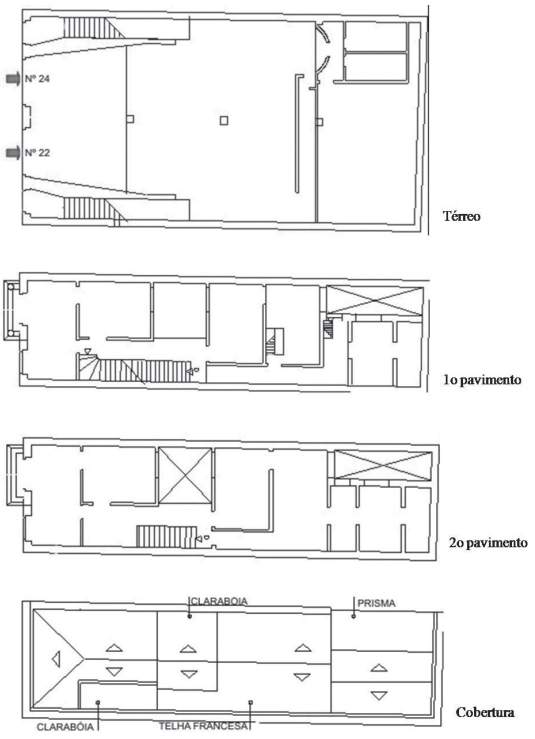


Figura 20: Rua do Ouvidor, 22. Típica planta de sobrado da área: circulações verticais coladas à divisa do lote, com acesso privativo pela fachada; circulações horizontais formando espécie de hall interno; prismas de ventilação e iluminação, ocupando lugar de antigos cômodos e/ou nos fundos do imóvel; cobertura em telha francesa, três águas e clarabóias.
Fonte: Inventário Nacional de Bens Imóveis da Praça XV (2002). Arquivo da Superintendência Regional do IPHAN no Rio de Janeiro.

claraboias formam um jogo de telhados extremamente peculiar, que adquire importância ainda maior na cidade contemporânea frente aos seus edifícios limítrofes de alto gabarito e seu vizinho Elevado da Perimetral (ver Figura 20).

Outro ponto deflagrador de mudanças no sítio foi a paulatina redução do uso residencial. Em fins do século XIX, o Centro da cidade já se encontrava saturado, estimulando a expansão para outras áreas. A falta de espaço, associada às epidemias que acometiam a população carioca, colaboraram para o êxodo da burguesia. Nota-se, então, a substituição gradual da moradia por escritórios, consultórios ou mesmo depósitos nos pavimentos superiores. Essa foi uma das principais causas para a descaracterização dos interiores, vindo a ser bastante comum a supressão de todas as divisões internas. Informações do arquivo da cidade relatam supressões de divisórias já entre os anos de 1902 e 1913. Apesar

de tudo, é válido destacar que ainda existia um significativo número de residentes na década de 1920. A intensificação do uso comercial também foi responsável por diversas outras alterações. A necessidade de maior contato com o público levou à criação de vãos mais amplos ou ao aumento do número destes. Concomitantemente, surgem as portas de chapa de ferro de enrolar, que, junto às portas do tipo almofada, tornaram-se as mais comuns da região.

Assim, as citadas transformações se deram em tempo considerados tão distantes que já são consideradas incorporadas às construções. O perfil do conjunto tombado pode ser resumido nessa citação de ALCÂNTARA (1984):

> Essa arquitetura que, em grande parte, conserva a alvenaria de pedra da construção original e lhe vai alterando as proporções, adaptando vãos às crescentes exigências da legislação, ou recebendo decoração correspondente a novos gostos, além de outras mudanças para acomodar as funções que se multiplicam, retrata a própria história dessa área urbana, que teve que crescer, modificar-se e engalanar-se para dar a um modesto conjunto arquitetônico, elevado sobre terreno ingrato, o aspecto de principal centro de uma capital do império.

Dos tempos coloniais, preservou-se, efetivamente, apenas reminiscências do traçado urbano oitocentista da cidade e as paredes estruturais em alvenaria de pedra das antigas edificações, sobreviventes às sucessivas reformas. O conjunto arquitetônico, porém, revela traços de fins do século XIX e início do XX. As características peculiares do sítio histórico urbano da Praça XV aqui relatadas refletem o agenciamento da natureza carioca pelo homem. Testemunham a história daqueles que ocuparam o espaço e o modificaram conforme seus interesses. Tais valores foram decisivos para seu registro em três livros de tombo – o de Belas Artes, o Histórico e Arqueológico, e o Paisagístico e Etnográfico – e estão explícitos no parecer de tombamento (SANTOS, 1989).

O século XX e as ações de proteção

Entre o fim do século XIX e início do XX, o gabarito e a tipologia volumétrica da área começam a alterar-se com o surgimento de grandes edifícios institucionais de caráter verdadeiramente eclético, em substituição aos sobrados existentes, que só ostentavam o estilo em seus elementos ornamentais. Construções como o Supremo Tribunal Federal (atual Tribunal Regional Eleitoral), a antiga sede da Associação Comercial (posteriormente sede do Banco do Brasil e hoje centro cultural deste banco) e o edifício dos Correios e Telégrafos, apesar de destacarem-se do conjunto, integraram-se perfeitamente à sua ambiência.

Segundo COLOMBIANO (2005), as intervenções urbanísticas de Pereira Passos atingiram em cheio a região da Praça XV. Com a construção da avenida Central (hoje, avenida Rio Branco) em 1905, o local perdeu definitivamente seu *status* de pólo centralizador político-econômico, apesar da permanência de sua posição de sede do poder religioso, com a permanência da Catedral Metropolitana. A edificação dos prédios governamentais nas imediações do Campo do Santana e do novo cais na avenida Rodrigues Alves, nos primeiros anos do século XX, contribuiu para que a Praça XV perdesse grande parte de suas funções iniciais. Preservara-se, entretanto, a atividade pesqueira e seu caráter concentrador de transportes terrestres e marítimos. A estes, somam-se os transportes aéreos com a construção da Estação de Hidroaviões e do aeroporto Santos Dumont, em aterro vizinho, na primeira metade do século XX.

Sua localização e a aglomeração de meios de transporte mantiveram a Praça XV como importante elo entre o Centro do Rio e as demais áreas de expansão. O elevado número de pessoas gerado por essa concentração e a perda de suas funções político-econômicas, aliados aos avanços tecnológicos do concreto, provocaram uma progressiva dete-

rioração do espaço, refletida em sucessivas reformas descaracterizantes e na verticalização dos volumes.

As primeiras ações de proteção do IPHAN ocorrem logo no início de sua atuação, através do tombamento de edifícios isolados.[3] As dificuldades na preservação do patrimônio e a falta de conhecimento dos órgãos municipais com a questão do tombamento em seus primeiros anos podem ser exemplificadas pelo caso do sobrado sito à rua do Ouvidor, 30/32. Em 1945, a proprietária, a Irmandade de Santa Cruz dos Militares, ao encaminhar pedido de reforma à Prefeitura, é intimada pela mesma a elevar a edificação de três para sete pavimentos, em obediência ao então novo gabarito adotado. Interessante é perceber que foi a própria Irmandade a primeira a ir de encontro à determinação, citando o Decreto-lei nº 25 ao alegar que tal medida prejudicaria a visibilidade da torre da igreja de Santa Cruz dos Militares, de quem o imóvel era vizinho. Em ofício, Rodrigo Mello Franco ratifica a alegação, afirmando que o número de pavimentos deveria ser mantido (tal como ocorreu), assim como evitada a construção de marquises, vitrines ou qualquer saliência que causasse danos à visibilidade do bem (IRMANDADE..., 1945). É importante destacar que o foco, na ocasião, era restrito aos bens tombados isoladamente, sem maiores atenções quanto à manutenção das características do conjunto urbano, até então tratado como entorno.

Nem sempre, porém, o final foi satisfatório sob o prisma da preservação do patrimônio. Nas décadas de 1950 e 1960, durante o apogeu da expansão rodoviária, o sítio foi vitimado por um de seus maiores

[3] Conforme citado anteriormente, os imóveis tombados isoladamente são a Antiga Alfândega (atual Casa França-Brasil), o Paço Imperial, as Igrejas da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo, de Nossa Senhora da Lapa dos Mercadores, e de Santa Cruz dos Militares e do Chafariz do Mestre Valentim, o Arco do Teles e as casas de nº 32 e 34, todos inscritos nos Livros Histórico e das Belas Artes, em 1938. Quatro anos depois, soma-se a este grupo a Igreja Nossa Senhora do Carmo (Antiga Catedral Metropolitana).



Figura 21: À direita, o Elevado da Perimetral contrastando com o conjunto urbano tombado.

Fotos: Adriana Mendes



Figura 22: Praça XV, nº 34 - Arco do Teles x Edifício moderno

obstáculos visuais: o Elevado da Perimetral (ver Figura 21). Na mesma época, a construção de um edifício de doze pavimentos sobre o Arco do Teles, altera irremediavelmente o aspecto do sítio (ver Figura 22). Aprovada pelo IPHAN, a reforma respeitou a exigência feita pelo arquiteto Lucio Costa de iniciar o volume a partir da linha de cumeeira do volume tombado. Tal medida representa a forte pressão dos interesses econômicos individuais contra os interesses coletivos. O tombamento do Arco do Teles foi impugnado pelo seu então proprietário, Jayme Sotto Mayor, que alegou ter sido prejudicado por intencionar erguer um grande edifício no local, demolindo o objeto da proteção. Em 1941, o Supremo Tribunal Federal atribuiu ganho de causa ao IPHAN. Em seguida, porém, a edificação é vendida a uma empresa imobiliária – a Companhia Carioca de Administração e Comércio – que se responsabiliza por sua completa restauração em troca de autorização do Instituto para construção de um moderno edifício nos fundos do mesmo (REIS; SOEIRO; COSTA, 1953 e 1954). Ainda que reconhecesse que o melhor seria a restauração sem a construção de um novo volume, Rodrigo Mello Franco de Andrade, em entrevista ao jornal *Última Hora* (23 jan. 1961), afirma que a solução adotada atendia perfeitamente aos interesses do patrimônio, dado que o bem ameaçava ruir caso não fossem



Foto: Adriana Mendes

Figura 23: Travessa do Comércio.

executadas obras imediatas. Alegou, ainda, que o órgão jamais poderia arcar com as despesas, visto que se tratava de propriedade particular e sua desapropriação seria financeiramente inviável.

No início da década de 1970, a documentação referente às ações do IPHAN torna-se mais constante e permite uma análise mais apurada. Assim, é possível perceber que o conceito de "ambiência"[4] já é aplicado na região. Informações contidas em documentos existentes nos arquivos do Instituto deixam transparecer que o interesse maior com a ambiência do Arco do Telles e da igreja de Nossa Senhora da Lapa dos Mercadores se fixara na preservação da travessa do Comércio (ver Figura 23). Sobre o sobrado localizado na Travessa do Comércio, 15, COSTA (1970) determina que o fundamental era:

> (...) a manutenção das fachadas existentes, ainda que reduzidas apenas aos pavimentos térreos de cantaria, rematados pelos gradis de ferro fundido do andar, que servirão de guarda-corpo do terraço de cobertura da loja, já então aumentada, em consequência do restabelecimento do primitivo alinhamento, continuando a prevalecer o recuo para os demais pavimentos tal como projetado.

[4] Segundo a Recomendação de Nairóbi (1976): "Entende-se por 'ambiência' (...) o quadro natural ou construído que influi na percepção estática ou dinâmica desses conjuntos, ou a eles se vincula de maneira imediata no espaço, ou por laços sociais, econômicos e culturais" (CURY, 2000).



Fotos: Adriana Mendes



Figuras 24: Travessa do Comércio, 14/16 – Preservação apenas das fachadas até o térreo. Recuo de 3,00m e construção de edifício de 14 pavimentos.

Figura 25: Rua do Mercado, 17 - Vista do edifício aprovado em 1971.

Tal postura não se realizou para este sobrado, mas concretizou-se nos imóveis de nº 14 e 16 da mesma via, parcialmente demolidos em 1971. Destes, apenas a fachada térrea foi preservada. Após um recuo de 3,00 m, ergueu-se um edifício de quatorze pavimentos, cuja fachada principal se volta para a rua do Mercado (nº 17), obrigando a demolição do casario e o remembramento de lotes que aí se encontravam, demonstrando a falta de interesse na conservação desses imóveis para algo além da perspectiva do observador (CONSTRUTORA..., 1971) (Figuras 24 e 25). Caso semelhante ocorreu com os imóveis de nº 8,10 e 12 da travessa do Comércio, dos quais foram mantidos só as fachadas e remembrados para construção de edifício de vinte e quatro pavimentos sob o nº 11 da rua do Mercado. Em parecer para construção do citado edifício, COSTA (1973) afirma "que deverá manter-se a Travessa, o que implicará na preservação dos prédios com frente para a rua do Mercado, afetadas pelo remembramento".

Nessa mesma década, pareceres induzem à conclusão de que o IPHAN iniciava uma atuação mais presente de conscientização e par-

ceria junto à Prefeitura e à comunidade, conforme as diretrizes estabelecidas pelo *Compromisso de Brasília* (1970) e pelo *Compromisso de Salvador* (1971) (C.f. esses documentos em CURY, 2000). *A Informação nº 153* (25 nov. 1973) solicitava ao órgão municipal que não permitisse qualquer reforma ou modificação – inclusive pintura – sem consulta ao Instituto. O objetivo era cessar com as descaracterizações cada vez maiores que vinham atingindo o local, como a pintura em cores inadequadas – detectada em várias edificações –, que comprometia a ambiência dos bens tombados.

A paulatina preocupação por registros mais precisos e completos permite melhorar nossa percepção sobre os procedimentos recomendados pelo IPHAN para intervenções nos sobrados do sítio histórico da Praça XV. Em despacho referente ao processo nº 06/511.564/77, relativo à reforma de imóvel localizado na Rua do Ouvidor, 33,[5] é explicitada novamente a postura da instituição na preservação da ambiência, ainda que se detivesse apenas no contexto da Travessa do Comércio. Parecer de 12/1/1978 exigia o condicionamento de quaisquer obras à restauração da fachada, com a retirada da marquise, o restabelecimento dos vãos com ombreiras e arcos de cantaria no térreo e a recuperação dos pavimentos originais, com o 2º piso no nível da bacia dos balcões. Em 31 de agosto de 1978, despacho de José de Souza Reis a Renato Soeiro afirma que também deveriam ser recuperados cimalha e beiral, que haviam sido destruídos. Tais informações permitem compreender as visões e objetivos do Instituto para a área, ainda bastante restritos às fachadas.

Uma reviravolta, porém, estaria por acontecer. Em 1978, um incêndio de origem suspeita acomete o sobrado localizado à rua do Mercado, 31/33 (também denominado rua do Ouvidor, 18; ver Figura 26). No

[5] Este imóvel faz esquina com a travessa do Comércio.



Figura 26: Rua do Mercado, 31/33.



Fotos: Adriana Mendes

Figura 27: Rua 1º de Março, 08

ano seguinte, mais dois irrompem na região: um no imóvel à rua 1º de Março, 8 (ver Figura 27)e outro à rua do Rosário, 5/7/9 (cujo endereço suplementar é rua do Mercado, 39). Cogita-se a possibilidade de tais acontecimentos serem fruto do fato de o IPHAN não mais permitir intervenções como as autorizadas para a rua do Mercado no início da década, contrariando os interesses da especulação imobiliária. Em resposta, foi expedido o Ofício nº 1895 à Prefeitura do Rio de Janeiro, no qual o Instituto pede que a ele fosse subordinada a aprovação de qualquer projeto e que tampouco fosse permitida a demolição de qualquer imóvel situado na área de entorno e ambiência sem sua anuência, sendo imediatamente seguido pelo Decreto Municipal nº 2216 de 20/07/1979. Em seu artigo 3º, o decreto regulamentava que, para edificações preexistentes, só seriam permitidas obras de reforma ou modificação sem acréscimo de área, preservadas as respectivas fachadas e suas características originais, mantidos a altura e o número de pavimentos de cada uma. Para novas construções, ainda era regulamentado que o gabarito máximo permitido[6] seria 4,00 m. Essas medidas intencionavam cessar com a feroz ambição de substituir os sobrados por edifícios de maior

[6] Posteriormente, esse limite foi alterado para 10,50m, conforme recomendado no processo de tombamento (SANTOS, 1989).

rentabilidade econômica. Tais medidas tiveram que ser tomadas em caráter emergencial, dado que, dos edifícios incendiados, praticamente apenas as frontarias e as paredes periféricas permaneciam de pé – as mesmas de alvenaria de pedra que resistiram por tantos anos. Não faltaram especialistas - inclusive da própria Prefeitura – em defesa da demolição, alegando riscos à segurança pública. Foi preciso uma posição muito firme e de alta responsabilidade por parte do Instituto para frear o início de um fenômeno que poderia ter destruído a unidade arquitetônica do conjunto, já tão sacrificado em outros tempos (JOELS, 1979; PORTO 1979; PREFEITURA..., 1979, 1980).

Paralelamente a esses fatos, a Divisão de Conservação e Restauração do IPHAN desenvolvia estudo para preservação da ambiência das igrejas de Nossa Senhora da Lapa dos Mercadores, Santa Cruz dos Militares e antiga Praça do Comércio, a fim de subsidiar a análise dos pedidos de aprovação de projetos nas proximidades. MOTTA (1980) esclarece a ótica do estudo ao afirmar:

> (...) que, neste caso, a preocupação teria que ser mais ampla, pois deveríamos garantir mais que a visibilidade e a coerência do volume dos antigos prédios com os monumentos. Teríamos ainda que considerar as características urbanas, a linguagem arquitetônica, a modulação e o colorido do conjunto, assim como o uso da área, marcado pelo grande número de bares, pelo comércio pesqueiro e pelo trânsito constante de pedestres.
>
> (...) Com base nesses fatores, concluímos que nosso objetivo deveria ser encarar o conjunto como uma significativa amostra da nossa formação cultural e desenvolver o estudo visando, além da manutenção do perfil existente que favorece os monumentos protegidos por este Instituto, a preservação do todo.

Alvo, até então, de tímidas demonstrações de sua importância como conjunto urbano e arquitetônico, a Praça XV torna-se objeto do primeiro estudo que explicita essa atribuição de valor em 1979.

A conclusão do trabalho propõe o tombamento urbano-paisagístico de uma área muito semelhante à atual. A intenção era fortalecer o Decreto Municipal nº 2216, garantindo sua eficácia e sobrevivência. Recomenda, ainda, a criação de um grupo que desse continuidade ao trabalho, principalmente nos aspectos que fortalecessem as ações do município em projeto iniciado paralelamente ao estudo, denominado Corredor Cultural, no qual a área estava incluída. Pioneiro e inovador na preservação e revitalização do patrimônio urbano em nível municipal, o projeto do Corredor Cultural tinha como objetivo manter as atividades tradicionais no Centro da cidade com a proposição de medidas de preservação das edificações.

Em 1982, com base no Estudo de Ambiência supracitado, a Seção de Estudos e Pesquisas da DEPT da então SPHAN, elabora uma extensa e profunda pesquisa sobre o local, coordenado pela arquiteta Dora Alcântara, em colaboração com a Prefeitura e o projeto do Corredor Cultural. A convicção no estabelecimento de uma ação conjunta entre município e União, buscando rumos mais adequados para a preservação do patrimônio cultural, encontrava respaldo nas *Diretrizes para operacionalização da política cultural do MEC* e na programação de 1982 das *Diretrizes de Planejamento do MEC*, cujo texto determina:

> O mecanismo fundamental dessa diretriz é a articulação dos níveis municipal, estadual e federal, através da efetiva interação das instituições oficiais, entidades privadas e representantes do fazer e do pensamento das comunidades – os legítimos portadores do conhecimento de contextos específicos.
>
> A concretização dessa diretriz de descentralização e da política de que decorre depende, em muito, do desempenho das instituições envolvidas, da convergência de forças, dos grupos, das equipes e do apoio que se obtenha.
>
> Essa é a competência que precisamos adquirir e promover, para levar ao máximo desenvolvimento o encontro entre as experiências

> das instituições e as dos cidadãos que convivem com o bem cultural ou o produzem, tendo, também, a consciência de que se não transferirmos mais e mais a decisão e a gerência das ações para a fonte onde emergem e onde se situam os bens não chegaremos a assegurar sua trajetória consequente.

O *Estudo sobre área vizinha à Praça XV de Novembro*, como foi denominado, englobou pesquisas históricas – iconográfica, arquivística e bibliográfica -, levantamentos arquitetônicos, urbanísticos e socioeconômicos, além de prospecções quanto às características construtivas. Este trabalho foi fundamental para uma completa compreensão do sítio, suas formas e significados, e serviria de base a todas as demais políticas de proteção. Durante a década de 1980, encontramos registros que comprovam sua aplicabilidade, através da utilização das fichas cadastrais dos imóveis no embasamento de pareceres relativos a pedidos de reforma.

Em 1984, é sancionada a Lei Municipal nº 506, que reconhece o Corredor Cultural como Zona Especial do centro histórico do Rio de Janeiro, definindo as condições básicas para sua preservação paisagística e ambiental. A partir desse momento, inicia-se um processo de intensa alteração do perfil sócio-econômico local. Na ocasião do estudo, concluído em 1982, a área ainda apresentava uma forte ligação com a atividade pesqueira, que gerava uma movimentação bastante peculiar durante a madrugada, com a chegada dos barcos. Os usuários, em sua maioria, eram pessoas de baixo poder aquisitivo, como comerciantes, biscateiros, pescadores e prostitutas, sendo estes dois últimos grupos a maioria dos moradores da área. Com a requalificação espacial gerada por tais políticas públicas de intervenção, a área, pouco a pouco, adquire *status*, ocorrendo uma progressiva expulsão de seus antigos usuários. Ainda na década de 1980, a restauração do Paço Imperial, situado na Praça XV, veio a somar nesta mudança.

Curiosamente, apenas em 1986 é pedido efetivamente o tombamento do conjunto, por indicação do então conselheiro do IPHAN, antropólogo Gilberto Velho. O parecer do processo nº 1.213-T-86 endossa inteiramente o estudo coordenado por Dora Alcântara, sugerindo ainda que fossem preservados os elementos identificados nas fichas cadastrais dos sobrados. Determina ainda que, para os imóveis eventualmente desocupados, o gabarito máximo[7] deveria ser 10,50m. O tombamento definitivo ocorre em 1990.

As ações pós-tombamento e a área nos dias de hoje

É senso comum que após a implementação do Corredor Cultural, a restauração de monumentos como o chafariz de mestre Valentim, o Cais e o Paço Imperial (com a sua refuncionalização para centro cultural), e as obras de reurbanização de suas vias,[8] a Praça XV começou a reverter um longo processo de esvaziamento econômico ocorrido em todas as áreas centrais da cidade, que repercutia na degradação do seu espaço, na elevação dos índices de violência e nas evidências da pobreza. No final da década de 1980, a revalorização da área já era evidente, notando-se a presença de profissionais liberais e empresários onde pouco antes era território de cidadãos de classes sociais mais baixas, prostitutas e aqueles ligados ao comércio do peixe. Nesse contexto, ocorre o tombamento do sítio.

A partir da década de 1990, o processo de requalificação espacial se intensifica, com o investimento pesado de recursos financeiros na

[7] Dessa forma, eleva-se o parâmetro adotado pelo Decreto Municipal nº 2216 de 20/07/1979, que era de 4,00m.

[8] As obras de reurbanização foram executadas na Travessa do Comércio, e ruas do Ouvidor, do Mercado, do Rosário e Visconde e Itaboraí. Como parte do Programa de Revitalização de Áreas Públicas da Prefeitura do Rio de Janeiro, compreendiam em recuperação dos passeios, realinhamento de meios-fios, iluminação urbana, remanejamento de ralos, plantio de árvores e nova pavimentação (*Jornal do Brasil*, 5 abr. 1988).

recuperação do patrimônio edificado e na reurbanização de espaços públicos, acompanhando a tendência dos anos anteriores. Com a revalorização de seu patrimônio histórico e cultural, o local torna-se pólo turístico e de lazer, sendo frequentado por pessoas de maior poder aquisitivo, trabalhadores do Centro da cidade. Os bares e restaurantes, sempre comuns na região, sofisticam-se para acompanhar as mudanças. Casas noturnas, livrarias, cafés, novos usos assolam a região. Nessa mesma época, entretanto, a atividade pesqueira, tão ligada à história e à cultura do local, sobrevivente por mais de quatrocentos anos, se perde definitivamente, com a extinção do entreposto de pesca em 1991.

O tombamento do sítio urbano da Praça XV ocorreu em um ano de drásticas modificações no cenário do patrimônio cultural, com a paralisação das atividades da então SPHAN, a extinção do seu Conselho Consultivo, o encerramento da Fundação Nacional Pró-Memória (FNpM) e a criação do Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural – IBPC. Ao longo da década de 1990, nenhuma iniciativa de maior porte foi executada no âmbito da instituição federal, fosse pela Administração Central, fosse pela 6ª Coordenadoria Regional do Rio de Janeiro e Espírito Santo. Poucos foram os processos analisados, como o polêmico projeto relativo à reurbanização do espaço público, de 1997. Nessa ocasião, profundas reformas foram efetuadas, como a construção de uma grande esplanada para pedestres, a criação de terminal rodoviário e o remanejamento das faixas de tráfego para um túnel subterrâneo.

Entre os anos de 2000 e 2002, porém, o conjunto da Praça XV é objeto de uma importante ação de registro e preservação: o então Departamento de Identificação e Documentação (DID/IPHAN), em parceria com a então 6ª Superintendência Regional do Rio de Janeiro/IPHAN e com o apoio do Programa MONUMENTA, realiza o *Inventário Nacional de Bens Imóveis – Sítios Urbanos Tombados* (INBI-SU). De caráter nacional, o INBI-SU objetivava o levantamento e a organização de um

conjunto de informações que caracterizam os sítios tombados como bens culturais, visando subsidiar ações de preservação. No caso da Praça XV, o confronto dessas informações com aquelas obtidas por ocasião do *Estudo sobre a área da Praça XV de Novembro*, permite-nos visualizar as transformações ocorridas nesse intervalo de vinte anos. Esse trabalho começou a ser desenvolvido no âmbito da atual Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro, como parte do PEP/IPHAN/UNESCO, em 2006. Trata-se da primeira iniciativa do IPHAN de apropriação dos dados levantados ao longo do tempo para sua aplicação em um projeto maior de estudo do sítio, de modo a subsidiar, entre outras ações, o estabelecimento de critérios e parâmetros de preservação específicos. Torna-se, assim, possível uma reflexão sobre as consequências das iniciativas públicas para a requalificação do espaço e a efetiva preservação do conjunto em sua integridade.

Um dos primeiros resultados desse confronto foi concluir que, mesmo antes das iniciativas públicas dos anos de 1980, o uso predominante nos pavimentos térreos já era de bares e restaurantes – cerca de 38%. Analisando os dados dos inventários de 1982 e 2002, conclui-se que, em vinte anos, o crescimento do número destes estabelecimentos foi de apenas 5%, representando 43% do total nesta década.[9] Verifica-se, porém, que estes empreendimentos ficam mais requintados e aumentam de dimensão: cerca de 19% dos pavimentos imediatamente superiores ao térreo tiveram seu uso anterior substituído por bares, restaurantes, ou depósitos destes.

Outro aspecto importante é perceber que, apesar dos investimentos, o número de estabelecimentos desocupados/sem uso aumentou: cerca de

9 O estudo comparou os dados obtidos pelo inventário realizado em 1982, por ocasião do *Estudo sobre área vizinha à Praça XV*, no qual se embasou o parecer de tombamento, e o Inventário Nacional de Sítios Urbanos, concluído em 2002. A comparação de dados foi concluída em cerca de 50% dos sobrados incluídos no sítio urbano tombado da Praça XV. Entretanto, deste total, 9,5% dos térreos e 14,3% dos pavimentos imediatamente superiores não puderam ser analisados por ausência de dados em um dos dois inventários.

14% apresentavam o térreo nessas condições em 2002 contra 5% em 1982. O mesmo ocorreu com os pavimentos imediatamente superiores: 9% em 1982 contra 17% em 2002. Tais resultados permitem-nos acreditar que usos distintos como escritórios, oficinas e imobiliárias vêm perdendo espaço em toda a área, afastando-se mesmo de um local que começa a ganhar uma nova identidade, voltada para o ramo alimentício, turístico e cultural. Com exceção da rua 1º de Março, na qual permaneceu o uso comercial diversificado, devido às suas características de tráfego intenso de pessoas e veículos, as demais vias do polígono tombado formam quase uma grande ilha gastronômica e de equipamentos culturais e de entretenimento, o que ainda é propiciado pela exclusividade ao trânsito de pedestres. Tal potencialidade econômica não apenas é reconhecida como estimulada pela Prefeitura Municipal, através da criação do Pólo Histórico, Cultural e Gastronômico da Praça XV, legitimado pelo Decreto nº 26.201, de 27 de janeiro de 2006, cuja delimitação engloba os limites do tombamento federal. Este projeto faz parte do Programa Rio Ruas Comerciais, que visa incentivar o comércio e estimular a geração de emprego e renda nos bairros, além de promover e manter ações articuladas com organizações da sociedade civil – principalmente empresários e comerciantes – para otimizar os investimentos públicos e acelerar o ritmo de melhoramentos e de requalificação da região, através de parcerias. A formulação e articulação daquele Programa estão a cargo da Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia e do Plano Estratégico e conta com a participação de diversas entidades.[10] O IPHAN, entretanto, não participa dessa iniciativa e nem sequer foi ouvido ou comunicado sobre a criação do Pólo.

10 As entidades envolvidas são a Secretaria Municipal de Governo (coordenação e articulação com empresas), a Companhia de Engenharia de Tráfego (Cet-Rio), o Instituto Pereira Passos (IPP), a Secretaria Municipal de Obras/Conservação, a Subprefeitura do Centro, a Companhia Municipal de Energia e Iluminação (RioLuz), a Fundação Parques e Jardins, a Guarda Municipal, a Vigilância Sanitária Municipal, a Companhia Municipal de Limpeza Urbana (Comlurb), a Secretaria Municipal de Assistência Social / Ministério do Trabalho e Emprego, a Secretaria Especial de Turismo / Ministério do Turismo e a Polícia Militar.

Novamente comparando os dados dos inventários de 1982 e 2002, percebe-se que não houve melhorias significativas no estado de conservação dos imóveis. O número de edificações consideradas em bom estado manteve-se o mesmo: aproximadamente 55%. Entretanto, o aumento do número de construções em estado precário de conservação é bastante preocupante: enquanto que em 1982 representavam aproximadamente 6%, em 2002 esse índice se elevou para algo em torno de 26%. O que nos leva a crer que se deixaram degradar, ao longo das duas décadas, metade dos imóveis considerados em estado regular em 1982 (cerca de 39%).[11] A avaliação do estado de conservação, é fundamental destacar, não leva em consideração a manutenção das características dos imóveis, mas apenas sua integridade física.

Quando as análises se estendem aos elementos arquitetônicos valorados pelo tombamento, as perdas são alarmantes: em 1982, cerca de 51% das coberturas apresentavam claraboias e 60% dispunham de prismas de ventilação e iluminação; vinte anos depois esses índices caem ambos para 11%. Outro dado é que, se antes, aproximadamente 78% dos telhados possuíam a forma tradicional de 3 a 4 águas, com cumeeira perpendicular à rua, em 2002 esse índice é reduzido para 57%. Quanto ao "cobrimento", as perdas foram pequenas: se, em 1982, cerca de 74% possuíam seu corpo principal revestido de telhas cerâmicas, em 2002 o mesmo percentual era de 68%, contra 32% de coberturas em telhas de fibrocimento e/ou lajes. Esses números permitem afirmar que a grande maioria dos imóveis promoveu obras em suas coberturas, quase todas suprimindo suas claraboias e prismas, e muitas alterando totalmente a forma do telhado, com a intenção de simplificar ou mesmo ocupar 100% do terreno com área coberta. Cerca de 39% dos prismas

11 Cerca de 20% dos imóveis pesquisados não puderam ser avaliados no que tange ao seu estado de conservação por falta de preenchimento do campo no formulário do INBI-SU, de 2002.

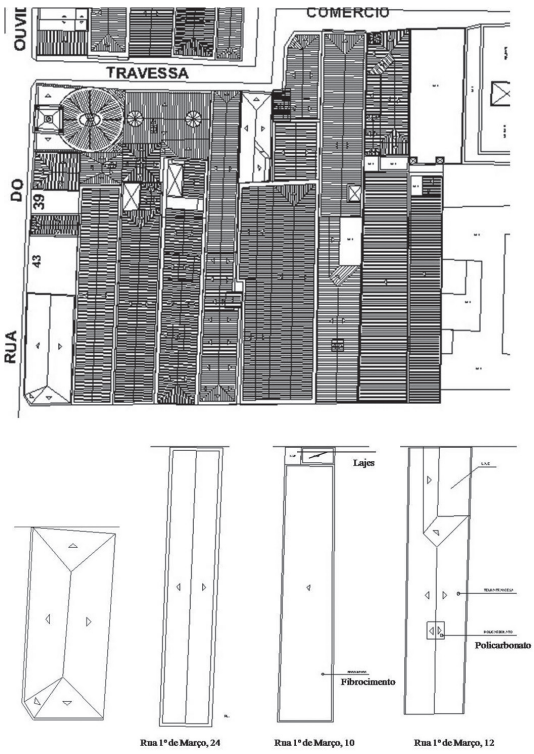


Figura 28: Problemas encontrados nas coberturas: perda das clarabóias e prismas de ventilação e iluminação; modificação do perfil original do telhado; utilização de lajes e telhas de fibrocimento.
Fonte: Inventário Nacional de Bens Imóveis da Praça XV (2002). Arquivo da Superintendência Regional do IPHAN no Rio de Janeiro.

perdidos ainda eram recuperáveis em 2002, já que apenas foram cobertos por telhas de fibrocimento ou lajes, conservando os registros de sua forma original. Em relação às claraboias, a situação é mais complicada: apenas 15% estão nessa mesma situação (ver Figura 28). As circulações verticais também sofreram perdas: se, em 1982, a existência de escadas com acesso direto pela fachada e coladas à divisa do lote compreendia cerca de 70% dos sobrados do conjunto, em 2002 esse número foi reduzido para algo em torno de 50%.[12]

12 É importante destacar que esta avaliação não pôde ser feita de forma precisa, pois a maioria dos imóveis apresenta falta de dados em um dos dois inventários. Para verificar a existência desse elemento, seria necessário visitar o interior da construção, o que nem sempre foi possível. Essa situação ocorreu com o INBI-SU, quando algo em torno de 43% dos sobrados não puderam ser vistoriados internamente, dos quais 25% em virtude de se encontrarem vazios. Outro motivo relevante foi o fato de muitos proprietários/locatários não permitirem o acesso aos pesquisadores. O problema aumenta se somarmos ainda aqueles que admitiram o acesso apenas parcial, cujo índice não foi calculado.

Tabela 1 – Comparação entre os índices obtidos no Estudo sobre a área da Praça XV de novembro (1982) e o INBI-SU (2002)		
Item observado	Estudo de 1982	Inventário de 2002
Existência de Bares	38%	43%
Térreo sem uso	5%	14%
Pavimento superior sem uso	9%	17%
Bom estado de conservação	55%	55%
Precário estado de conservação	6%	26%
Presença de claraboias	51%	11%
Telhados com forma tradicional	78%	57%
Material de cobertura tradicional	74%	68%
Circulação vertical tradicional	70%	50%

Nem todas as transformações foram negativas, entretanto. As fachadas, ao contrário, não apenas mantiveram boa parte de suas características, como muitas recuperaram sua integridade: todas as marquises existentes em 1982 foram retiradas, assim como tintas e argamassas sobre elementos pétreos. Uma das hipóteses para esse fenômeno é a política de isenções tributárias implantada pelo município.[13] São concedidas isenções de três tributos, entre eles a do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - o IPTU –, desde que fossem respeitadas as características originais, com a manutenção da morfologia e arquitetura, incluindo as fachadas, e mantidos em bom estado de conservação.[14]

Por meio dessas medidas, a Prefeitura intencionava incentivar a

[13] Após a criação da Zona Especial do Corredor Cultural, através da Lei Municipal nº 506, de 17/01/1984, é sancionada a Lei Municipal nº 691, de 24/12/1984, que estabelece tais benefícios para imóveis preservados, alterada pela Lei Municipal nº 792, de 12/12/1985, e complementada pelo Decreto Municipal nº 6403, de 29/12/1986, que disciplina os procedimentos para reconhecimento dos benefícios fiscais a imóveis de interesse histórico, arquitetônico, cultural, e ecológico ou de preservação paisagística e ambiental.

[14] Os dois outros tributos isentáveis são o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS – no que se refere a obras ou serviços de reforma, restauração ou conservação, visando recolocá-los ou mantê-los em suas características originais; e a Taxa de Obra em Áreas Particulares – TOAP – desde que respeitadas integralmente as características arquitetônicas originais das fachadas.

conservação e restauração desses imóveis, visto que a isenção desse imposto é de grande valor de troca em face do seu altíssimo custo nas áreas centrais da cidade. Note-se que as isenções tributárias são concedidas segundo os critérios e valores definidos exclusivamente pelo projeto do Corredor Cultural.[15] O artigo 4º da Lei nº 506/84 determina que devem ser mantidas as características arquitetônicas e decorativas que compõem o conjunto das fachadas e dos telhados. Contudo, o manual *Como recuperar, reformar ou construir seu imóvel no Corredor Cultural*, publicado com o propósito de informar e divulgar normas e recomendações estabelecidas pela Prefeitura para o local, revela que prismas e claraboias originais poderiam ser alterados, quando admite que suas dimensões "são muitas vezes insuficientes face às exigências contidas no atual Código de Obras. Entretanto, o Grupo Executivo do Corredor Cultural tem incentivado a manutenção desses elementos, o que é, na maioria dos casos, aceito pelo DED" (INSTITUTO MUNICIPAL DE ARTE E CULTURA, 1989, p. 43).[16] Tal flexibilidade não é concedida em relação ao material: "As telhas de barro, que faziam parte do material tradicional utilizado no começo do século, deverão ser mantidas ou recolocadas" (Idem, p. 64).

Quanto aos interiores, o manual recomenda que os mesmos podem ser modificados, desde que não interfiram na volumetria original. Afirma ainda que "é importante ter em mente que as fachadas e coberturas dos prédios preservados não são simples cenários. Deve-se garantir

---

15 O art. 8º do Decreto nº 6403, de 29 de dezembro de 1986, que disciplina os procedimentos para reconhecimento das isenções tributárias relativas aos imóveis de interesse histórico, arquitetônico, cultural e ecológico ou de preservação paisagística e ambiental, define que os órgãos da Secretaria Municipal de Cultura devem informar a situação do imóvel ou formalizar as exigências necessárias à sua recuperação, se for o caso, para torná-lo apto ao gozo da isenção. Já o art. 9º afirma que o reconhecimento de valor é de competência do Corredor Cultural.

16 O que é chamado de DED, atualmente, é a Divisão de Licenciamento e Fiscalização, vinculada à Secretaria de Urbanismo.

nos projetos de reforma o acesso às sacadas e procurar, sempre que possível, conservar, recuperar e readaptar as claraboias, escadas e prismas existentes dentro das funções originais". Apesar de aconselhável, vemos que a conservação dos prismas, claraboias e escadas não são itens valorizados pela Prefeitura, tal como as fachadas e o material das coberturas. Evidencia-se, assim, a diferença de valores atribuídos pelo IPHAN e pelo município.

O início das atividades do projeto do Corredor Cultural ocorreu na área da Praça XV.[17] Objetivando colaborar com a equipe do município, o IPHAN elaborou o já citado *Estudo sobre área vizinha à Praça XV de Novembro*, através da aplicação de metodologias então usuais para análise de sítios urbanos. Entretanto, já na formulação de normas e diretrizes de intervenção, não foram localizados registros da participação do Instituto. Publicado em 1985, o manual *Como recuperar, reformar ou construir seu imóvel no Corredor Cultural*, permanece com seus conceitos inalterados, sem quaisquer revisões, mesmo após o tombamento, em 1990. A publicação, já em sua 4ª edição (2002), sequer menciona o tombamento federal da área da Praça XV. Com exceção dos licenciamentos de letreiro, o manual não cita em nenhum momento que os processos relativos aos imóveis daquela região devem ser submetidos também ao IPHAN, e não apenas à aprovação da gestão do Corredor Cultural.[18]

---

17 A área de abrangência do Corredor Cultural é dividida em quatro zonas, segundo características predominantes próprias: Lapa-Cinelândia, largo de São Francisco e imediações, SAARA e Praça XV.

18 Outro aspecto alarmante é o relacionado aos achados arqueológicos, que o manual classifica como "curiosidades" e aconselha que deles sejam recolhidas amostras, documentado o fato e comunicado ao Grupo Técnico do Corredor Cultural. Em nenhum momento é mencionada a proteção imediata de sítios arqueológicos e a cessão do direito de propriedade à União, independentemente do proprietário da superfície. Também não é informado que qualquer ato de destruição ou mutilação é considerado crime contra o Patrimônio Nacional e que a comunicação do achado arqueológico deve ser imediatamente feita ao IPHAN, conforme determina a Lei nº 3.924 de 16 de julho de 1961 e o artigo 20 da Constituição de 1988.

A aprovação dos engenhos publicitários também reflete essa postura. Na cidade do Rio do Janeiro, a concessão de licenças é de competência da Secretaria de Fazenda, por intermédio das Inspetorias Regionais de Licenciamento e Fiscalização (IRLF). Processos relativos a imóveis contidos nos limites do Corredor Cultural são remetidos pela 2ª IRLF (Centro) ao seu Escritório Técnico. Este, por sua vez, deveria enviar à Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro aqueles pertinentes ao conjunto urbano da Praça XV, o que, no entanto, não vem sendo feito. Ainda que seja anunciada pelo manual a necessidade de aprovação de qualquer publicidade pelo Instituto, apenas assuntos referentes a grandes engenhos, como outdoors e painéis em empenas cegas, são encaminhados. Os letreiros são analisados unicamente segundo os critérios definidos pela Prefeitura e aprovados sem o crivo do Instituto. Revela-se, assim, uma postura que ainda considera a atuação do IPHAN ligada apenas aos assuntos de ambiência, como antes do tombamento.

Outro ponto que merece atenção são os equipamentos de engenharia mecânica. De acordo com o Decreto Municipal nº 22.281, de 19 de novembro de 2002, a instalação de qualquer sistema de condicionamento de ar e/ou exaustão mecânica[19] deve obter aprovação junto à Gerência de Engenharia Mecânica (GEM), vinculada à RioLuz. Tal aceite é condicionante para a obtenção do Alvará para Estabelecimento definitivo para atividades de lanchonete, bar e restaurante. A análise é restrita à eficiência e ao bom desempenho das instalações mecânicas. Porém, estes equipamentos muitas vezes interferem sobremaneira nas construções. No caso do conjunto tombado da Praça XV, a localização dos aparelhos e dutos deveria ser analisada com um rigor muito maior que apenas os cri-

[19] Exceto em edificações de uso residencial permanente.



Figura 29: Dutos de exaustão mecânica em cobertura.
Fonte: Inventário Nacional de Bens Imóveis da Praça XV (2002). Arquivo da Superintendência Regional do IPHAN no Rio de Janeiro.

térios técnicos da GEM, uma vez que influenciam diretamente nas coberturas e prismas (Figura 29). Entretanto, a aprovação destes sistemas se restringe à GEM, que não solicita anuência sequer ao Corredor Cultural.

A pequena participação do IPHAN nas questões relativas ao sítio é refletida no conteúdo do arquivo da Superintendência do Rio de Janeiro. Desde o tombamento, em 1990, até o ano de 2006, apenas oito projetos de sobrados da área foram encaminhados para análise e aprovação, sendo apenas três pedidos de recuperação de fachada, um de conservação geral (fachadas, pisos, instalações prediais, cobertura) e um projeto para captação de recursos do Programa Nacional de Apoio à Cultura[20] – PRONAC – para obras de recuperação de fachada e reconstrução interna de sobrado destruído por incêndio. Os demais projetos são referentes a edifícios contemporâneos localizados na poligonal tombada: um pedido de legalização de antena e equipamentos de telefonia celular, um de instalação de dispositivos contra incêndio e um também para captação de recursos do PRONAC para intervenções em fachada

20 Programa instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, com a finalidade de captar e canalizar recursos, entre outros objetivos, para preservar os bens materiais e imateriais do patrimônio cultural e histórico brasileiro.

e volumetria de aspecto moderno.[21] Desta forma, é possível afirmar que, em dezesseis anos de tombamento de um conjunto urbano de 85 lotes, não foi encaminhado para análise nenhum processo de isenção de IPTU, de licença para engenhos publicitários (letreiros simples) ou de aprovação para equipamentos de engenharia mecânica (exaustão e ar condicionado) (CURY, 2005; FERRAZ, 1999; GRUPO EXECUTIVO CORREDOR CULTURAL, 2000; GRUPO ANÔNIMO DE TEATRO, 2003; ROCHA, 2005).

A referência da população quanto à gerência do espaço é também a do projeto do Corredor Cultural. Através de publicações como *Não deixe o fogo destruir o seu e nosso patrimônio* e o já citado *Como recuperar, reformar ou construir seu imóvel no Corredor Cultural*, o trabalho de apoio e educação patrimonial é restrito ao nível municipal. O tombamento federal é praticamente desconhecido. Segundo dados do INBI-SU, cerca de 48% dos usuários entrevistados – a maioria trabalhadores – desconheciam a atuação do IPHAN (dentro ou fora do sítio urbano), sendo que muitos ignoravam até mesmo a existência do órgão. Mesmo junto às entidades organizadas, o desconhecimento quanto ao tombamento é evidente. Uma das mais atuantes na área é o Comitê de Revitalização do Centro Histórico, ligado ao Conselho Empresarial de Cultura da Associação Comercial do Rio de Janeiro. Este Comitê, composto basicamente por grandes proprietários e instituições, desenvolveu uma cartilha (CONSELHO..., s/d.), destinada aos pequenos comerciantes, com informações educativas a respeito da importância histórica da região e, principalmente, quanto às leis incidentes sobre aquele espaço urbano que vêm sendo desrespeitadas, muitas vezes por desconheci-

[21] Entre a pouca documentação arquivada, foi possível constatar ainda que grande parte dos projetos encaminhados, e até mesmo aprovados pelo IPHAN, encontra-se com informações incompletas. Muitos não apresentam parte das plantas analisadas, disponibilizando, na maioria das vezes, apenas os pareceres dos próprios técnicos do Instituto. Esse fato impede muitas vezes de se conhecer o que realmente foi aprovado ou indeferido.

mento de sua existência. Curiosamente, o IPHAN e o Decreto-lei nº 25, mais uma vez, não foram sequer mencionados.

É nesse contexto que o conjunto urbano da Praça XV de Novembro está inserido nos dias presentes: seu tombamento é praticamente ignorado pela grande maioria dos atores envolvidos. Não ocorreram alterações significativas nos procedimentos administrativos nem nas diretrizes de intervenção, ainda que houvesse diferenças entre os valores atribuídos pelo IPHAN e pelo município. O resultado disso é a perda alarmante de grande parte dos elementos valorados pelo Instituto.

Considerações finais

Embora a região da Praça XV de Novembro seja considerada um dos sítios urbanos de maior representatividade histórica do país e tenha sido alvo de ações de proteção do seu patrimônio desde o início dos tempos da atuação do IPHAN, o estudo que resultou neste artigo evidencia a necessidade de adoção de uma estratégia de gestão mais abrangente no que tange à preservação de suas características e ao compartilhamento desse trabalho com a Prefeitura.

O tratamento dado à área reflete a história dos conceitos dentro da Instituição, a princípio, com o reconhecimento de objetos individualmente de excepcional valor histórico e artístico – igrejas e edifícios coloniais – quando os sobrados ainda eram tratados como área de entorno. As ações eram compatíveis com as concepções da fase inicial do Instituto, tendo em vista as dificuldades enfrentadas, em função do desconhecimento da figura do tombamento, conforme identificado nos documentos da época.

A especulação imobiliária, acentuada a partir da década de 1970 e que ameaçava descaracterizar inúmeros sítios urbanos por todo o país, se fez presente também na área da Praça XV, com as construções de tipologias muito diferentes das tradicionais. Em resposta, IPHAN

e Prefeitura se mobilizaram para implementar políticas públicas que visassem a preservação do conjunto. Com a ampliação dos conceitos de patrimônio e preservação no Brasil e no mundo, o IPHAN passou a trabalhar a área sob o conceito de ambiência das igrejas e edifícios já tombados individualmente. A Prefeitura, por sua vez, se focou na manutenção de usos adequados ao casario antigo. A elaboração do Estudo sobre área vizinha à Praça XV de Novembro (1982) pela SPHAN, em colaboração com o projeto do Corredor Cultural – pioneiro e inovador na preservação e revitalização do patrimônio urbano em nível municipal – é fruto dessa nova visão de patrimônio e veio ratificar a proposta de descentralização da política de proteção, somada a uma maior articulação com outras instâncias públicas, determinada pelas *Diretrizes para operacionalização da política cultural do MEC* (1981). Mas, assim como ocorreu com outros bens culturais, tal reflexão não resultou de fato na alteração da prática de preservação.[22]

Apesar do *Estudo* desenvolvido pela SPHAN, o tombamento só ocorreria em 1990. Consequentemente, ao longo dos seis anos anteriores ao tombamento, o sítio foi protegido quase exclusivamente pelo projeto do Corredor Cultural, que havia definido critérios muito específicos para a área. Esses critérios, porém, eram (e ainda são) bastante tradicionais se comparados à proposta do *Estudo* realizado pelo IPHAN, conforme evidencia sua atuação restrita às coberturas, volumes e fachadas.

O tombamento, por sua vez, veio em um dos anos mais conturbados da historia do Instituto, com a extinção da SPHAN/FNpM e a criação do IBPC. Esse fato pode ter acarretado falhas na transmissão dos conhecimentos adquiridos pela Administração Central e dos valores atribuídos no estudo de tombamento à então 6ª Coordenadoria Regional do Rio de Janeiro e Espírito Santo, responsável pela fisca-

[22] A trajetória do IPHAN aqui abordada segue a linha de LONDRES (2005).

lização dos monumentos tombados em nível nacional no estado. Tal acontecimento, associado à dificuldade de incorporar à prática institucional novos conceitos, que vão além da excepcionalidade e da valorização de fachadas e volumetria de conjuntos urbanos, é uma hipótese para se compreender porque as propostas de ação do IPHAN se restringiram à esfera do processo de tombamento, sem se efetivarem de fato. Diante deste quadro, os valores mais abrangentes atribuídos pela instância federal acabaram sendo ignorados e a gestão da área continuou sendo quase que exclusivamente efetuada sob os critérios do projeto do Corredor Cultural, então considerado bem-sucedido, tal como vinha sendo antes do tombamento.

Passados quase vinte anos, o produto desse modo de gestão foi a perda de uma grande parte dos elementos valorados pelo IPHAN – arquitetônicos e sociais. O confronto dos dados obtidos pelo estudo realizado em 1982 e o inventário de 2002 promovidos pelo IPHAN na área da Praça XV demonstra que, apesar da revalorização ocorrida nesse intervalo, essa não resultou na preservação do conjunto em sua integridade. O refinamento dos usos e a consequente alteração do perfil socioeconômico culminaram em prejuízo à autenticidade do conjunto, com a extinção da atividade pesqueira – tão ligada aos primórdios da área – e na redução alarmante de importantes referências arquitetônicas – claraboias, escadas e prismas. Tal procedimento contraria, inclusive, o preconizado pela *Carta de Petrópolis* (1987. Cf. CURY, 2000):

> Sendo a polifuncionalidade uma característica do sítio histórico urbano – SHU –, a sua preservação não deve dar-se à custa de exclusividade de usos, nem mesmo daqueles ditos culturais, devendo, necessariamente, abrigar os universos de trabalho e do cotidiano, onde se manifestam as verdadeiras expressões de uma sociedade heterogênea e plural. (...) Desta forma, especial atenção deve ser dada à permanência no SHU das populações residentes e das atividades tradicionais, desde que compatíveis com a sua ambiência.

Evidencia-se, assim, a necessidade de ser revisto o modelo atual de gestão, com uma atuação mais presente da instância federal, na tentativa de preservar / recuperar o que ainda resta deste patrimônio. Não se trata de tentar "parar" a evolução do sítio, mas sim compatibilizar as alterações com sua historicidade. Afinal, esta é uma área que sofreu constantes adaptações ao longo do tempo, com a introdução de diversos elementos conforme as necessidades da época.

Quanto ao aspecto legal, deve-se lembrar que, quando duas instâncias legislam concorrentemente, valem as normas mais restritivas. Conforme o Art. 30 da Constituição de 1988: "Compete aos municípios (...) promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual". Logo, cabe ao IPHAN se posicionar criticamente perante os critérios da Prefeitura, de modo a aceitar, alterar ou complementar os mesmos, para que atendam aos objetivos de preservação dos valores atribuídos pelo tombamento, em conformidade com as *Cartas Patrimoniais*, em especial a *Recomendação de Nairóbi* (1976), as *Cartas de Washington* (1986 e 1987) e a *Carta de Petrópolis* (cf. esses documentos em CURY, 2000).

Faz-se necessário o estabelecimento de uma nova dinâmica de cooperação e parceria do IPHAN com as diversas entidades e esferas de poder que atuam na Praça XV – Prefeitura e comunidade (proprietários, locatários e usuários). Compatibilizar os variados interesses envolvidos com as exigências da vida contemporânea, a vocação e a estrutura do sítio histórico é um desafio a ser enfrentado para garantir uma trajetória futura coerente com sua importância cultural.

Referências

ALCÂNTARA, Dora (Coord.). *Estudo sobre área vizinha à Praça XV de Novembro*. 3 v. Rio de Janeiro: SPHAN / Fundação Pró-Memória, 1982.

_____. Praça XV e Imediações: Estudo de uma área histórica no Rio de Janeiro. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional,* Rio de Janeiro, n. 20, p. 114-122, 1984.

BRASIL. Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Conceitua e organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=284>. Acesso em: 21 jan. 2007.

_____. Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=203>. Acesso em: 21 jan. 2007.

_____. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil:* promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. (Série Legislação Brasileira).

_____. Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991 que restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC) e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L8313cons.htm>. Acesso em: 21 jan. 2007.

COLOMBIANO, Raquel Moniz. Notas sobre a centralidade e o processo de revalorização da Praça XV de Novembro. In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação em Geografia 6 (2005), Fortaleza. *Anais do VI Encontro Nacional da ANPEGE*. Fortaleza, 2005.

CONSELHO EMPRESARIAL DE CULTURA DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO RIO DE JANEIRO. *Construindo uma área de excelência – Centro Histórico da Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Gama Filho, [s.d].

COSTA, Lucio. Processo nº 07/296010/70 - *Despacho a respeito de sobrado localizado na Travessa do Comércio, 15.* Rio de Janeiro, 6 ago.1970. Datilografado. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro.

_____. *Parecer do Processo 7/102.015-73 para construção de edifício de 12 pavimentos na Rua do Mercado, 11.* Rio de Janeiro, 1973. Datilografado. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro.

CONSTRUTORA SALIMAR LTDA. *Projeto para construção de edifício de 12 pavimentos à Rua do Mercado, 17.* Rio de Janeiro, 11 set. 1970. Datilografado. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro.

CURY, Isabelle (Org). *Cartas Patrimoniais.* Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

_____. *Informação nº 153/05 Processo nº 02/325.086/2001* – Projeto para legalização de antenas e equipamentos à Rua do Mercado, 34. Rio de Janeiro, 26 ago. 2005. Digitado. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro.

FERRAZ, Fortunado. *Informação nº 71/99 Processo nº 02/325303/99* – Sobre projeto de reforma em imóvel à Rua do Ouvidor, 30/32. Rio de Janeiro, 18 mai. 1999. Digitado. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo.* 2. ed. Rio de Janeiro: MINC / IPHAN, 2005.

GRUPO EXECUTIVO DO CORREDOR CULTURAL. *Parecer para concessão de licença para execução de obras de reforma.* Rio de Janeiro, 06 jan. 2000. Digitado. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro.

GRUPO ANÔNIMO DE TEATRO. *Processo PRONAC nº 014000.011097/2002-4* – Estudo Preliminar de Arquitetura Teatro do Anônimo. Rio de Janeiro, 6 jun. 2003. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro.

INSTITUTO MUNICIPAL DE ARTE E CULTURA. *Corredor cultural:* como recuperar, reformar ou construir seu imóvel. 2. ed. Rio de Janeiro: IPLAN, RIOARTE, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1989.

_____. Não deixe o fogo destruir o seu (e nosso) patrimônio. Rio de Janeiro: RIOARTE, 1992.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Inventário Nacional de Bens Imóveis - Sítios Urbanos Tombados.* Rio de Janeiro: [s.n] 2002. CD-ROM

_____. *Ofício nº 1.895* – Proibição de demolição de edificações na Área de Entorno e Ambiência da antiga Praça do Comércio e das Igrejas de NS Lapa dos Mercadores e Santa Cruz dos Militares. Rio de Janeiro, 11 jul. 1979. Datilografado. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro.

IRMANDADE DE SANTA CRUZ DOS MILITARES. *Carta ao IPHAN.* Rio de Janeiro, 21 mai. 1945. Datilografado. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro.

JOELS, Theodoro. *Informação nº 36/79* sobre incêndio em imóvel à Rua do Mercado, 39. Rio de Janeiro, 12 jul. 1979. Datilografado. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro

KETZER, Daisy. Depoimento dado à autora, 4 dez. 2006. Igreja de Nossa do Carmo (Antiga Catedral) – Centro. Rio de Janeiro, 2006. Digitado.

MAIA, Maria Helena McLaren M. Depoimento dado à autora, 27 dez. 2006. Escritório Técnico do Corredor Cultural – Centro. Rio de Janeiro, 2006. Digitado.

MOTTA, Lia. *Informação nº 04.* Assunto: Preservação da ambiência das Igrejas N.S. da Lapa dos Mercadores, Santa Cruz dos Militares e antiga Praça do Comércio. Rio de Janeiro, 8 jan.1980. Datilografado. Arquivo Noronha Santos/ IPHAN.

_____. O patrimônio das cidades. In: *Museus & cidades:* livro do seminário internacional. Org.: SANTOS, Afonso Carlos Marques dos; KESSEL, Carlos; GUIMARAENS, Cêça. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2003.

PINHEIRO, Augusto Ivan de Freitas. A permanência do espaço: intervenções urbanísticas na Praça XV. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional,* Rio de Janeiro, n.20, p. 127-133, 1984.

PORTO, Sergio. *Informação nº 019* - Requerimento para aprovação de projeto de edifício comercial. Rio de Janeiro, 6 fev. 1974. Datilografado. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro

_____. *Despacho sobre construção de imóvel à Travessa do Comércio.* Rio de Ja-

neiro, 17 ago. 1975. Datilografado. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro.

_____. *Parecer do Processo nº 06/332369/79 - Projeto de Reconstrução Parcial Interna e Reforma*. Rio de Janeiro, 22 nov. 1979. Datilografado. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Comissão de Engenharia da Secretaria Municipal de Obras. *Processo nº 06/301.286/79 - Laudo de Vistoria - Incêndio em imóvel à Rua do Ouvidor, 18*. Rio de Janeiro, 11 jun. 1979. Datilografado. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro.

_____. *Intimação nº 69511 Processo nº 06/301.286/79 – Demolição de imóvel à Rua do Ouvidor, 18*. Rio de Janeiro, 5 jul. 1979. Datilografado. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro.

_____. Comissão de Engenharia da Secretaria Municipal de Obras. *Laudo de Vistoria - incêndio em imóvel à Rua do Mercado, 39*. Rio de Janeiro, 16 jul. 1979. Datilografado. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro.

_____. Comissão de Engenharia da Secretaria Municipal de Obras. Processo nº 06/301.286/79 - *Laudo de Vistoria - incêndio em imóvel à Rua do Ouvidor, 18*. Rio de Janeiro, 23 jul. 1979. Datilografado. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro.

_____. Comissão de Engenharia da Secretaria Municipal de Obras. *Laudo de Vistoria - Incêndio em imóvel à Rua do Mercado, 39*. Rio de Janeiro, 09 jan. 1980. Datilografado. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro.

PROJETO confirma Praça XV como pólo cultural. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 12 mar. 1989.

QUORUM CONSULTORIA E PROJETOS. *Projeto para captação de recursos do PRONAC – Rua 1º de março, 04*. Rio de Janeiro, 07 mar. 2002. Digitado. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro.

REIS, José de Souza; SOEIRO, Renato; COSTA, Lucio. *Informação nº 104*. Assunto: Arcos do Telles – Distrito Federal. Rio de Janeiro, 17 abr. 1953. Datilografado. Arquivo Noronha Santos/ IPHAN.

_____. *Informação nº 138*. Assunto: esboço do projeto de reforma dos edifícios tombados na Praça 15 de novembro, nesta capital nos quais se acha o Arco do Teles. Rio de Janeiro, 14 e 15 jun. 1954. Datilografado. Arquivo Noronha Santos/ IPHAN.

REIS, José de Souza. *Informação nº 224*. Assunto: construção de edifício de 12 pavimentos na rua do Mercado, 17. Rio de Janeiro, 6 jul. 1970. Datilografado. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro.

_____. *Processo nº 07/296010/70 - Despacho sobre projeto de construção de edifício à Travessa do Comércio, 15*. Rio de Janeiro, 28 jul. 1970. Datilografado. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro.

RIO DE JANEIRO. Decreto nº 2216, de 20 de julho de 1980 Sobre a preservação paisagística da área entre a Praça XV, Pio X e Rua 1º de Março. Rio de Janeiro, [s.d]. Cópia. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro.

_____. Lei nº 506, de 17 de janeiro de 1984. Cria a Zona Especial do Corredor Cul-

tural de Preservação Paisagística e Ambiental no Centro da Cidade, dispõe sobre o tombamento dos bens imóveis na área de entorno, e dá outras providências. *Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro,* Rio de Janeiro, 19 jan. 1989.

_____. Lei nº 691, de 24 de dezembro de 1984. Aprova o Código Tributário do Município do Rio de Janeiro e estabelece isenções tributárias para imóveis preservados. *Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro,* Rio de Janeiro, 26 dez. 1984.

_____. Lei nº 792, de 12 de dezembro de 1985. Altera dispositivos da Lei nº 691, de 24 de dezembro de 1984, e dá outras providências. *Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro,* Rio de Janeiro, 13 dez. 1985.

_____. Decreto nº 6403, de 29 de dezembro de 1986. Disciplina os procedimentos para o reconhecimento das isenções tributárias relativas a imóveis de interesse histórico, arquitetônico, cultural e ecológico ou de preservação paisagística e ambiental. Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 31 dez. 1986.

_____. Secretaria Municipal de Fazenda. Resolução SMF nº 781, de 17 de novembro de 1989. Reconhece a isenção de IPTU de que trata o Decreto nº 6403 de 29 de dezembro de 1986. *Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 20 nov. 1989.

_____. Lei nº 2689, de 1 de dezembro de 1998. Cria o Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos. *Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 2 dez. 1998.

_____. Decreto nº 22.281, de 19 de novembro de 2002. Institui o regulamento para a instalação e conservação de sistemas de ar condicionado e ventilação mecânica no município do Rio de Janeiro. Disponível em <http://www.rio.rj.gov.br/rioluz/zip/Dec22281_02.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2007.

_____. Decreto nº 24608, de 9 de setembro de 2004. Institui o Programa "Rio Ruas Comerciais" da Cidade do Rio de Janeiro e cria comissão para a sua implementação. *Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 10 set. 2004.

_____. Decreto nº 26201, de 27 de janeiro de 2006. Cria o Pólo Histórico, Cultural e Gastronômico da Praça XV. *Diário Oficial Eletrônico do Município*, Rio de Janeiro: 30 jan. 2006. Disponível em <http://www.rio.rj.gov.br/sedect/decreto_26201.htm>. Acesso em: 28 dez. 2006.

ROCHA, Wilma da. *Despacho nº 2671/05 Processo nº 02/301.071/2004* - Requisição de licença para obras de fachada em imóvel à Rua do Mercado, 19/21. Rio de Janeiro, 6 out. 2005. Digitado. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro.

_____. *Informação nº 251/05* – Processo nº 02/300.767/2005 – Requisição de Licença para reforma de fachada em imóvel à Rua do Ouvidor, 21. Rio de Janeiro, 11 nov. 2005. Digitado. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro.

SANTOS, Helena Mendes dos. *Informação nº 020.* Assunto: Processo nº 1.213-T-86 Área Central da Praça XV de Novembro e Imediações/RJ. Rio de Janeiro, 12 abr. 1989. Datilografado. Arquivo Noronha Santos/IPHAN

SANTOS, Paulo. *Quatro Séculos de Arquitetura.* Rio de Janeiro: IAB, 1981.

VELHO cais e chafarizes, o novo Rio. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 5 abr. 1988.

As contribuições do SPHAN para a historiografia da arte no Brasil: a propósito da produção de Hanna Levy

Adriana Sanajotti Nakamuta[1]



Resumo

O objetivo deste artigo é refletir sobre as contribuições dos agentes do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) para a historiografia da arte no Brasil. A investigação contemplou um levantamento quantitativo dos artigos de história da arte publicados no primeiro formato da *Revista do Patrimônio* – especialmente do período sob a direção de Rodrigo Melo Franco de Andrade. Além disso, interessa-nos especificamente o conteúdo dos textos deixados pela historiadora da arte alemã Hanna Levy na *Revista*. Investigar essa intelectual advém também dos interesses em compreender a importância que os historiadores da arte representaram nos primeiros anos de atuação do SPHAN e, consequentemente, a presença de estrangeiros na consolidação de uma área de conhecimento dentro de um órgão público a serviço da preservação do patrimônio histórico e artístico nacional.

[1] **Adriana Sanajotti Nakamuta** é bacharel e Licenciada em Artes Visuais pela UFU – Universidade Federal de Uberlândia/MG (2000-2004); Bolsista do CNPq (2003-2004); Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo. Esta pesquisa foi desenvolvida no âmbito do PEP/IPHAN/UNESCO (2005-2007), na Gerência de Bens Móveis e Integrados do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização, no Rio de Janeiro/RJ, sob a supervisão de Izabel Sales Serzedello.

Há muitos, Padre Santíssimo, os quais mensurado com seu pequeno julgamento as coisas grandíssimas que dos Romanos se escrevem, sobre as suas façanhas militares, e sobre a cidade de Roma no que se refere à admirável arte, às riquezas, os ornamentos e grandeza dos edifícios, acham que as mesmas sejam mais fabulosas do que verdadeiras. Entretanto, comigo costuma acontecer o contrário; porque, considerando os vestígios que ainda vemos, as ruínas de Roma, a divindade daquelas almas antigas, opino não estar além da razão acreditar que muitas coisas que para nós parecem impossíveis, para eles eram facílimas. No entanto, tendo sido muito estudioso destas antiguidades e tendo depositado não pequeno cuidado ao buscá-las minuciosamente, medi-las com diligência e, lendo os bons autores, conferindo as obras com os textos escritos, penso ter conseguido uma certa noção da Arquitetura antiga. O que por um lado me dá enorme satisfação, por me inteirar de coisa tão excelente, e grandíssima dor, vendo quase o cadáver daquela nobre pátria, que foi a rainha do mundo, assim miseravelmente dilacerada.[2]

Pode-se situar o nascimento do monumento histórico, em Roma, por volta do ano de 1420. Após o exílio de Avignon (1305-1377) e, logo depois do Grande Cisma (1379-1417), Martinho V estabelece a sede do

[2] Carta Rafael – Castiglione a Leão X – Tradução prof. Luciano Migliaccio / disciplina pós-graduação FAU/USP – Preceptivas Artísticas, 2007/1. Cf. documento original e transcrição completa publicados por Francesco P. DI TEODORO, Raffaello, Baldassar e la Lettera a Leone X, Nuova Alfa Editoriale, Bologna, 1994, p.: 63-97 (1ª Edição) [2ª Edição: Minerva Soluzioni Editoriale, Bologna 2003, p. 59-81].

> papado na Cidade devastada, cujo poder e prestígio ele pretende recuperar. Um novo clima intelectual se desenvolve em torno das ruínas antigas, que doravante falam da história e confirmam o passado fabuloso de Roma, cujos esplendores Poggio Bracciolini e seus inimigos humanistas pranteiam, condenando-lhes a pilhagem. (CHOAY, 2001, p. 31)

Essas duas epígrafes, utilizadas como notas introdutórias deste artigo, figuram parte do que nos interessa para esta reflexão. Ao longo dos séculos, sobretudo na cultura ocidental, inúmeras foram as tentativas de intervir e "salvaguardar" objetos da antiguidade, como edifícios e obras de arte, entre outros. Essas ações esporádicas – dos estudos às interferências físicas propriamente ditas – despontaram em vários países a partir do século XV até início do XVIII e, de modo especial, voltaram-se mais para as obras construídas.

O século XV na Itália, marcado pelas primeiras ordenanças papais, foi palco de grandiosas encomendas. Estas, por sua vez, frequentemente representavam a atualização de uma obra ao gosto da época, como a fachada de Santta Maria Novella (1456-1470) em Florença e San Francisco (1450) em Rimini, ambos por Leon Battista Alberti. Também ocorreram a manutenção de pontes e vias, a 'preservação' dos remanescentes da antiguidade, além de outras encomendas, como as feitas para Michelangelo Buonarroti, Rafael Sanzio e Gianlorenzo Bernini.

Autores como CHOAY (2001), KÜHL (2005/2006), PINHEIRO (2006/2006), FONSECA (2005), entre outros, consideram que essas ações foram embrionárias no processo de formação de uma "consciência histórica e preservacionista", e possibilitaram o despontar da moderna noção de *monumentos históricos*[3] no final do século XVIII e início do XIX.

[3] "Nesse sentido é prudente esclarecer que se utiliza a expressão monumentos históricos, não como obras grandiosas isoladas, mas vinculadas ao sentido etimológico de monumento e como interpretada por Riegl, ou seja: como instrumentos da memória coletiva e como obras de valor histórico que, mesmo não sendo "obras de arte", são sempre obras que possuem uma configuração, uma conformação". (KÜHL, 2006, p. 16-40)

De acordo com FONSECA:

> A constituição de patrimônios históricos e artísticos nacionais é uma prática característica dos Estados modernos que, através de determinados agentes, recrutados entre os intelectuais, e com base em instrumentos jurídicos específicos, delimitam um conjunto de bens no espaço público. Pelo valor que lhes é atribuído enquanto manifestações culturais e enquanto símbolos da nação, esses bens passam a ser merecedores de proteção, visando à sua transmissão para as gerações futuras. Nesse sentido, as políticas de preservação se propõem a atuar, basicamente, no nível simbólico, tendo como objetivo reforçar uma identidade coletiva, a educação e a formação de cidadãos. Esse é, pelo menos, o discurso que costuma justificar a constituição desses patrimônios e o desenvolvimento de políticas públicas de preservação. (FONSECA, 2005, p. 21)

A institucionalização dessa prática de preservação pelo Estado efetivou-se com a criação da primeira Comissão dos Monumentos Históricos, na França, em 1837. O escritor Prosper Merimée assumiu o cargo de inspetor e realizou um notável inventário ao percorrer toda a França. Destinavam-se os levantamentos não só aos bens, mas também às atitudes da população em relação ao patrimônio, o que é consideravelmente majestoso e inovador (FONSECA, 2005, p. 60).

No contexto oitocentista, marcado pelas Revoluções Francesa e Industrial – e resultante do mesmo processo, o Iluminismo –, surgiram as primeiras teorias e ações sistemáticas referentes à preservação dos monumentos históricos, sobretudo pelas significativas mudanças políticas, sociais e, principalmente, culturais. Esses novos horizontes culturais são marcados pelo desenvolvimento das ciências humanas, da arqueologia e das novas descobertas – como, por exemplo, a de Herculano, em 1711, e de Pompéia, em 1748 –, e pela necessidade de "redescoberta do passado clássico".

A idéia de "nação" uniu-se intimamente ao fortalecimento do indivíduo enquanto sujeito histórico e político e, sendo assim, um conjunto de valores e princípios passaram a ser compartilhados. O conceito de "identidade cultural" começou a se disseminar por meio da literatura e da valorização da arquitetura gótica, implicando, consequentemente, nas primeiras preocupações efetivas com os monumentos históricos. A arquitetura medieval, tão sacrificada no século XVIII e início do XIX, começou a despertar interesse e a ser encarada por muitos estudiosos como uma manifestação do gênio nacional, revestindo a arquitetura gótica de um caráter nacionalista.

No Brasil, o século XIX e os primeiros anos do século XX também foram marcados por inúmeros fatores que fizeram despertar o sentimento de afirmação nacional, inicialmente no campo literário e artístico e, posteriormente, no plano científico, acadêmico e tecnológico, adentrando inclusive as ações estatais.

Na segunda metade do século XIX, já se verificavam os primeiros indícios de um projeto cultural nacionalista, cujos sinais refletiam-se na literatura, na música e nas artes plásticas, como por exemplo, as obras de Vitor Meireles, Rodolfo Amoedo, José de Alencar, Gonçalves Magalhães entre outros. Maria de Fátima Morethy COUTO (2004), em sua obra sobre a introdução da arte abstrata no Brasil da década de 1950 e a retomada da figuração na de 1960, lembra que as primeiras décadas do século XX evocaram uma das polêmicas cruciais dos países colonizados: a busca de suas verdadeiras raízes, por sua identidade e afirmação nacional. Nesse contexto, a autora cita o século XIX como precursor dessas preocupações, conforme segue:

> Cabe, porém, ressaltar que os primeiros indícios de um projeto cultural mais amplo de tendência nacionalista no Brasil remontam, na realidade, à segunda metade do século XIX, ao período do Segundo Reinado (1840-1889). Preocupado em conferir uma unidade efetiva ao país e em afirmá-lo externamente como uma nação civilizada,

> dom Pedro II participou ativamente da vida intelectual de seu império. O imperador frequentava as reuniões do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), custeando o Prêmio de Viagem ao Exterior, concedido nas exposições organizadas pela Academia Imperial, deixando-se retratar por seus alunos de maior destaque e financiando os poetas, músicos, pintores e cientistas de seu agrado com o chamado "bolsinho imperial". Artistas e escritores, sob a impulsão do romantismo europeu e fortemente encorajados pelo imperador, engajaram-se então na descoberta da "essência brasileira", dispostos a "inventariar o que deveriam ser as originalidades locais" e formular um imaginário coletivo para a jovem nação. Visando reconstruir, através da arte, um passado idealizado, buscaram inspiração nos elementos primitivos da terra, ou ainda nos acontecimentos marcantes da história política do Brasil, ignorando expressamente, porém, a contribuição dos negros e os efeitos nefastos da escravatura (...) o índio foi aclamado como arquétipo dos valores nacionais por poetas e escritores do movimento indianista (...) por exemplo, José de Alencar narra o 'encontro que deu início à nossa nacionalidade' (...) no campo da crítica de arte, a legitimação teórica dessa "inflexão cultural nativista" foi dada especialmente por Manoel de Araújo Porto Alegre. (COUTO, 2004, p. 23-24)

Ainda que essas ações da segunda metade do século XIX sejam relevantes para uma compreensão mais ampla do sentido de identidade nacional e das ações de cunho nacionalista, são as primeiras décadas do século XX que interessam em nossa análise. Ao longo desse período, consolidou-se um projeto que buscou inserir o Brasil no rol das "nações civilizadas", por meio do processo de modernização, da criação de um novo país, de um novo homem brasileiro e da preservação do patrimônio histórico e artístico nacional. Carlos Alberto MARTINS (1992) ressalta que o movimento modernista brasileiro foi interrogar o passado, a tradição, em busca de elementos para construir uma imagem que, afinal, desse sentido ao Brasil moderno. Logo, a busca por uma identidade nacional, tão citada naquele momento, deve ser analisada como projeto e não como origem.

A participação efetiva do Estado na preservação do patrimônio nacional esteve atrelada aos novos direcionamentos de uma política cultural e educacional, sobretudo como parte de um projeto oficial mais amplo – o processo de modernização e o estabelecimento do Estado Novo. Seu objetivo principal era criar um novo Brasil, um novo homem brasileiro, concebido em termos de uma ideologia nacionalista. Nesse contexto, um grande número de intelectuais identificados com o movimento modernista desempenharam um papel importante (GONÇALVES, 2002, p. 40).

Para tanto, pretende-se tomar como ponto de reflexão a criação do órgão federal de preservação – incluso nesse processo de modernização e direcionamento cultural do Brasil na década de 1930 –, especialmente os agentes ligados a essa consolidação do campo do patrimônio, assim como os papéis desempenhados por esses intelectuais públicos.

Dar-se-á mais atenção às contribuições deixadas por esses intelectuais na *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional,* sobretudo os artigos publicados pela historiadora alemã da arte, Hanna Levy.

As primeiras iniciativas e a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)[4]

O despertar de um sentimento nacional é, sem dúvida, intrínseco ao chamado movimento modernista e à constituição de um Estado-nação. São os ideais de construção de uma identidade, de uma memória e de uma tradição coletiva que materializaram e legitimaram a idéia de nação.

[4] "Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, de 1937 a 1946; Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional DPHAN, de 1946 a 1970; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, de 1970 a 1979; Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, de 1979 a 1990; Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural – IBPC, de 1990 a 1994; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, desde 1994.

O patrimônio representou então a afirmação do Estado-nação brasileiro, onde se buscavam as raízes e singularidades da cultura brasileira por meio do estabelecimento de uma "pesquisa consciente e sistemática da brasilidade" (COUTO, 2004, p. 29), visando a "fabricação de uma matéria-prima" exclusivamente nacional.

Rodrigo Melo Franco de Andrade, um dos idealizadores do projeto de organização de um serviço federal de preservação, enfatizou em um jornal do Rio de Janeiro, em 1936, a relevância da iniciativa. Segundo ele, a proteção do patrimônio era um dever cumprido por todas as nações "civilizadas" do mundo. Se a nação brasileira falhasse no cumprimento desse dever, diz ele, ela seria condenada não somente pelas gerações futuras de brasileiros, mas, também pela "opinião do mundo civilizado" (GONÇALVES, 2002, p. 47).

Inserir o Brasil no rol das "nações civilizadas" contou não só com pequenas iniciativas de grupos de intelectuais ativos neste momento, mas, sobretudo, com a efetiva participação do Estado em um duplo ideal – a construção de uma tradição e de uma modernidade.

Em suma, o rompimento e o abandono de princípios e técnicas, assim como os anseios por uma nova linguagem visual – sob a ótica do movimento modernista, na arquitetura, nas artes visuais e na literatura, entre outros campos – estiveram aliados ao sentimento nacional de "construção de uma tradição brasileira autêntica", posto num amplo e sistemático projeto cultural com a instauração do Estado Novo.

Esta união é uma peculiaridade da formação do campo do patrimônio no Brasil. Aliás, a união e a organização deste projeto só foram possíveis mediante a ascensão de Gustavo Capanema no Ministério da Educação e Saúde – politicamente forte no governo getulista – cuja identificação intelectual se deu com vários escritores modernistas. Sobre essa identificação, cita-se a significativa participação de Rodrigo Melo Franco de Andrade, Carlos Drum-

mond de Andrade, Lúcio Costa, Mário de Andrade, entre outros intelectuais respeitados.

Em princípio de 1936, o então ministro Gustavo Capanema solicitou a Mário de Andrade – diretor do Departamento de Cultura de São Paulo, a elaboração de um anteprojeto que atendesse às necessidades previstas para a organização de um serviço de proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.

Apesar de empenhado na tarefa de que foi incumbido, o ministro considerou que seria inadequado apresentar um projeto de lei definitivo sem um estudo maior, pautado na experiência técnico-administrativa. Desta forma, considerando pertinente, como ponto de partida, o anteprojeto e a necessidade da experiência, Capanema solicitou ao presidente da República a autorização para dar início às atividades do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN. Em 19 de abril de 1936 se deu o início dos trabalhos no serviço.

O espaço de consolidação dos ideais e organização das ações de preservação deveu-se, portanto, à atuação de Rodrigo Melo Franco de Andrade, sendo-lhe confiada a direção do Serviço, onde ele permaneceria por trinta anos (1937-1967). Este órgão se consolidou também com as contribuições do escritor Mário de Andrade, integrante do grupo paulista e idealizador do anteprojeto, do arquiteto Lúcio Costa, responsável pela Divisão de Estudos e Tombamentos na sede do órgão no Rio de Janeiro, entre outros.

A criação oficial do SPHAN advém, portanto, da chamada "modernização" do país, do estabelecimento do Estado Novo e da promulgação do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937,[5] que definiu a constituição do patrimônio histórico e artístico nacional, conforme

[5] Cabe ressaltar que a partir da Lei nº. 378 de 13 de janeiro de 1937, o SPHAN passou a integrar oficialmente a estrutura do MES e foi criado um conselho consultivo.

disposto no capítulo I, art. 1º e § 1º e 2º, bem como a forma da sua proteção – o tombamento (vide capítulo II, art. 4º do decreto).

O tombamento "surgia" assim, como uma fórmula realista de compromisso entre o direito individual à propriedade privada e a defesa do interesse público pela preservação de valores culturais, ou como o diretor Rodrigo costumava proclamar "em defesa das peças mais caras à tradição e à arte do país" (ANDRADE, 1987, p. 24). Cabe ressaltar que essa solução do tombamento só se tornou possível porque a Constituição de 1934 já havia estabelecido limites ao direito de propriedade, como a definição do conceito de função social do bem.

O tombamento, portanto, é um ato administrativo e refere-se à inscrição de bens materiais – sejam eles móveis ou imóveis – em um dos livros do tombo com o objetivo de conservar e proteger o bem. CASTRO (1991) distingue preservação e tombamento, cujos conceitos acabam sendo utilizados muitos vezes como sinônimos: a diferença está no efeito no campo jurídico. Para a autora, preservação é o conceito genérico e que pode ser compreendido como "toda e qualquer ação do Estado que vise conservar a memória de fatos ou valores culturais de uma Nação" (CASTRO, 1991, p. 5). Já o tombamento[6] é uma das formas legais de proteção que requer a elaboração de um processo administrativo e um órgão que reconheça e atribua esses valores, neste caso o SPHAN, atual IPHAN.

Neste sentido, os processos de tombamento representam uma importante ferramenta documental, onde disputas, critérios e decisões foram registrados. RUBINO (1991) considera que cada tombamento é uma construção – de significado, de história, mito e passado.

---

6 José Celso de Mello Filho afirmava que o "tombamento (...) é o meio posto à disposição do Poder Público para a efetiva tutela do patrimônio cultural e natural do País. É por meio do tombamento que o Poder Público cumpre a obrigação constitucional de proteger os documentos, as obras e os locais de valor histórico ou artístico, os monumentos e paisagens naturais notáveis, bem como as jazidas arqueológicas". (Castro, 1991:05)

Nos primeiros anos de atuação do SPHAN, a ação prioritária ancorava-se na "realização do tombamento geral dos monumentos a fim de evitar a evasão e a destruição das obras, objetos de arte e de história, dignos de nossa tradição e apreço", conforme justificativa dada por Rodrigo no jornal *Diário da Noite* do Rio de Janeiro, em 1936 (ANDRADE, 1987, p. 24).

GONÇALVES (2002) cita que as "chamadas práticas culturais" de preservação histórica estiveram ligadas a uma concepção moderna de história em que esta aparece como um processo inexorável de destruição, em que valores, instituições e objetos associados a uma cultura, tradição, identidade, ou memória nacional tendem a perder-se.

Assim também são os discursos e a campanha tecida nos primeiros anos de consolidação e atuação do órgão federal de preservação no Brasil. Percebe-se nos documentos que os discursos justificadores da criação do órgão e a atuação desse grupo de intelectuais pautavam-se na necessidade emergencial de "salvar o patrimônio histórico artístico" que estava sendo destruído, assim como na ascensão do país ao grupo das sociedades "modernas e civilizadas".

No entanto, ainda que essa ação marque profundamente a consolidação e atuação do órgão nos primeiros anos, recorrentemente estudada, outras atividades devem ser consideradas essenciais na implantação desse "programa/projeto" de preservação pelos modernistas no Brasil.

Sobre essas atividades, encontram-se nos Relatórios de Atividade do SPHAN (1936 a 1940)[7] as seguintes ações: i. Inventário geral e sistemático dos bens de interesse histórico e artístico no país, a fim de servir como base para os tombamentos; ii. Trabalhos de reparação, conservação e restauração dos monumentos; iii. Auxílio aos museus nacionais,

[7] Documentação localizada no Arquivo Central (Seção Rio de Janeiro), Série: Arquivo Técnico e Administrativo, Subsérie: Relatório, Título: Atividades do SPHAN (1936-1937).

bem como a organização de novos; iv. Realização de exposições,[8] vii. Articulação nas pesquisas e, viii. Organização de uma biblioteca especializada.

Sobre esses itens, interessa-nos, principalmente, o que pode ser considerado como a articulação das pesquisas, assim como a propagação do conhecimento especializado que se formava por esse grupo de intelectuais – a publicação da *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.*

A produção impressa

> Rio de Janeiro, 05 de junho de 1937
> Mario:
> (...) Mas o motivo principal desta carta é o seguinte: estou providenciando agora no sentido de unir material para o primeiro número da *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, que desejo publicar no fim deste mês. Será uma publicação semestral, pois parece impossível fazê-la mais frequentemente, atendendo à escassez de trabalhos aproveitáveis para a sua finalidade (...). (Carta de Rodrigo Melo Franco de Andrade a Mario de Andrade, 1937. Grifo nosso).[9]

[8] Para o fim de propagar o conhecimento do patrimônio artístico e histórico nacional, o Serviço contribuiu, pouco depois de sua organização, para a 1ª Exposição Nacional de Educação e Estatística, inaugurada em dezembro de 1936. Desde então, com o objetivo idêntico, realizou mais as seguintes exposições: 1º Exposição Comemorativa de Centenário da morte de José Bonifácio; 2º Exposição inaugurada em agosto de 1938 (manuscrito inédito de valor histórico excepcional, recibos e autógrafos do Aleijadinho, fotos, etc.); 3º Exposição inaugurada em novembro de 1938 – plano de divulgação das obras de arquitetura existentes em todas as regiões do país, mostra fotográfica, monumentos de onze estados; 4º Exposição do Estado Novo; 5º Exposição de Estampas da cidade do Rio de Janeiro; 6º Exposição de moldagens (profetas de Aleijadinho) e 7º Exposição Comemorativa do 4º Centenário da Companhia de Jesus. (*Relatório de Atividades*, SPHAN/1936-1940).

[9] Correspondência de Rodrigo Melo Franco de Andrade para Mario de Andrade, localizada no Arquivo Central (Seção Rio de Janeiro. Série: Arquivo Técnico e Administrativo; Subsérie: Relatório; Título: Atividade do IPHAN (1936-1937).

O "Programa"[10] da revista, anunciado por Rodrigo em 1937, foi parte integrante das atribuições do Serviço, sobretudo por ser tratar de uma instituição com a finalidade eminentemente cultural, segundo o próprio diretor.

Os assuntos abordados na revista, especialmente nos primeiros anos, relacionavam-se com as atividades em desenvolvimento no órgão e desempenhavam um caráter legitimador do conhecimento especializado que se delineava. Esta afirmativa refere-se ao fato de que esse tipo de conhecimento especializado acerca dos valores da arte e da arquitetura no Brasil ainda era bastante escasso, e o que existia estava espalhado em folhetos, jornais e revistas. Por esse motivo, as publicações do SPHAN receberam o mérito de excelência por algumas instituições, sobretudo pelo caráter sistemático das pesquisas dedicadas à história da arte no Brasil, conforme citação:

> Sobre o merecimento das publicações (...), ocorre citar o conceito emitido a seu respeito no *Handbook of Latin American Studies,* de 1938, editado pelo The Committee on Latin American Studies do American Council of Learned Societies (Cambridge – Massachusetts, Harvard University Press, 1939): '... the SPHAN, organization which for the last few years has been doing admirable service in the various fields of Brazilian art and archeology' (grifo nosso).[11]

[10] "A publicação desta revista não é uma iniciativa de propaganda do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, cujas atividades, por serem ainda muito modestas e limitadas, não justificariam tão cedo a impressão dispendiosa de um volume exclusivamente para registrá-las. O objetivo visado aqui consiste antes de tudo em divulgar o conhecimento dos valores de arte e história que o Brasil possui e contribuir empenhadamente para o seu estudo. (...) ninguém contestará, no entanto, que há necessidade de uma ação sistemática e continuada com o objetivo de dilatar e tornar mais seguro e apurado o conhecimento dos valores da arte e de história no país. A tendência entre nós, quando se trata desses assuntos, é descambar para um gênero de literatura impróprio para o estudo objetivo das questões que há a esclarecer. Essa balda pouco apreciável nos tem feito perder um tempo precioso, que cumpre recuperar". (ANDRADE, 1937, p. 3)

[11] Documentação localizada no Arquivo Central (Seção Rio de Janeiro), Série: Arquivo Técnico e Administrativo, Subsérie: Relatório, Título: Atividades do SPHAN (1936-1940).

A publicação da *Revista do SPHAN* contemplou, portanto, a sistematização e preocupação com uma pesquisa consistente, sobretudo no que tange à história da arte e da arquitetura no Brasil. Os estudos publicados na revista relacionavam-se, também, com a "atribuição e o reconhecimento" dos valores dos bens a serem protegidos, tendo em vista que não constavam nos processos de tombamento, especialmente nos primeiros anos, estudos relativos aos bens que estavam sendo inscritos, e tampouco, as justificativas que circundavam a decisão.

No levantamento realizado, verificamos duas linhas editorias existentes nos primeiros anos do SPHAN, divididas da seguinte forma: a *Revista* (lançada anualmente com a participação de especialistas em arqueologia, história, história da arte e arquitetura, entre outros, do quadro técnico e/ou convidados) e as *Publicações* (como eram consideradas as "monografias" de determinados assuntos específicos, bem como os catálogos e outros trabalhos de divulgação).

No que tange às monografias – conhecidas como *Publicações* –, seu primeiro número foi publicado em 1937, dedicado aos *Mocambos do Nordeste,* especialmente sobre as casas primitivas deste estado, com a autoria de Gilberto Freyre.

Os assuntos abordados nesses trabalhos são de títulos diversos, no entanto um número significativo de autores se dedicou à história da arquitetura. Também foi perceptível no levantamento realizado dos números 1 a 38 (correspondentes a 1937-1987) a ausência de uma contínua periodicidade, havendo anos em que foram publicadas quatro monografias como também intervalos de nove anos entre uma publicação e outra.

Trinta e oito publicações foram localizadas ao longo desses cinquenta anos, sendo que cinco são de interesse para a história da arte no

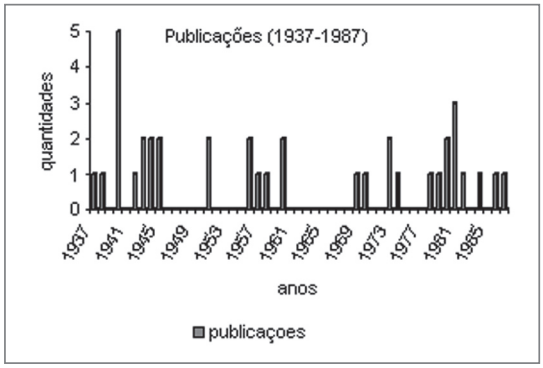


Figura 1 – Periodicidade das Publicações do SPHAN

Brasil, principalmente no que diz respeito ao estudo da pintura mineira, de autoria de Carlos Del Negro (dois exemplares, n. 20, de 1958, e n. 29, de 1979). Outros dados interessantes são as reflexões feitas por Edson Mota relativas à restauração dos bens móveis – especialmente as pinturas (dois exemplares, de n. 23, de 1969, e n. 25, de 1973). Também merece destaque o dicionário de artistas e artífices do século XVIII e XIX em Minas Gerais, por Judith Martins (n. 27, de 1974) e as publicações das atas de seminários, catálogos e cursos, como o de Afonso Arinos.

A Figura 1, acima, retrata a periodicidade dessas publicações.

Quantitativamente, o ano de 1940 foi o mais significativo, ainda que um único título refira-se à pesquisa em história da arte, *Em torno da história de Sabará: a Ordem 3ª do Carmo e sua igreja: obras e religiosidade do Aleijadinho no templo,* de autoria de Viana Zoroastro Passo (1940). Os outros são o Catálogo do Museu Coronel David Carneiro – Paraná; *o Diário de engenheiro Vauthier (1840-1846); Arte Indígena da Amazônia* e as *Fortificações da Baia.*

O estudo de objetos artísticos e de monumentos arquitetônicos também pode ser considerado ação de preservação e, em alguns casos, essas ações se tornaram manifestações pioneiras de valorização de um determinado legado. Estudos de grande importância para a formação do campo da História da Arte do século XIX no Brasil podem ser apontados, como o artigo de Rodrigo Bretas, *Traços biográficos relativos ao finado Antônio Francisco Lisboa, na Revista do Arquivo Público Mi-*

neiro (Ouro Preto/1896); a publicação de Jean Baptiste Debret, *Voyage pittoresque et historique au Brésil* (1834-1839); os artigos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), dentre eles o do "fundador" da história da arte brasileira, Manuel de Araújo Porto-Alegre, sob o título *Memória sobre a antiga escola fluminense de pintura* (Rio de Janeiro, 1841); a obra de Araújo Viana (Ernesto da Cunha), *Das artes plásticas no Brasil em geral e no Rio de Janeiro em particular* (Rio de Janeiro, 1898), entre outros. Tais estudos já podiam ser considerados ações de preservação no século XIX.

A *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional,* como fruto das investigações e ideais do órgão, representava um novo gênero de literatura, haja vista que frente à movimentação do início do século, sobretudo com o movimento modernista, os periódicos desta fase difundiam, principalmente, os ideais da "nova estética" no campo das artes plásticas e da literatura. Exemplos do tipo foram a revista *Klaxon* (lançada na cidade de São Paulo, em 1922, com aspectos gráficos de origem futurista e sob a liderança de Mário de Andrade), a revista *Estética* (Rio de Janeiro, setembro de 1924 – março 1925, fundada por Sérgio Buarque de Holanda e Prudente Morais Neto), e ainda incentivando o aparecimento de outras como a *Novíssima* (São Paulo e Rio de Janeiro), e *Terra Roxa e Outras Terras* (São Paulo: Zanini, 1983).

Com relação às *Revistas do SPHAN,* foram levantadas as revistas do número 1 (1937) ao número 31 (2005). Para os objetivos deste artigo, entretanto, consideramos pertinente a análise quantitativa dos artigos dedicados à história da arte brasileira até o número 22 (1987), uma vez que neste recorte temporal encontra-se a produção das revistas na primeira gestão do órgão, as *Publicações* (monografias localizadas) assim como a permanência do mesmo projeto gráfico.

Assim como as *Publicações,* a *Revista* não teve uma periodicidade anual como seria desejado. Dos números 1 ao 11 (1937-1947) as edições

e as datas correspondem a uma sequência de anuidade. Daí por diante, a periodicidade varia: os números 12 e 13 só sairiam em 1955 e 1956, oito anos após o número 11; o número 14, três anos depois, em 1959; o número 15, dois anos depois, em 1961; o número 16, sete anos depois, em 1968; o número 17, em 1969; o número 18, nove anos depois, em 1978; os números 19 e 20, seis anos depois, em 1984, já com a mudança de projeto gráfico; e os números 21 e 22, em 1986 e 1987, dois anos após a modificação do projeto editorial.

Os dados referidos nas Figuras 2 e 3, abaixo, demonstram quantitativamente a dedicação da instituição aos estudos de história da arte ao longo dos cinquenta anos abordados na presente pesquisa. A Figura 2 ilustra a temática dos 269 artigos contemplados nas 22 revistas, sendo que, 58 correspondem aos artigos de história da arte, o equivalente a 21,56%. Já a Figura 3 traz a quantidade de artigos em cada revista na relação com aqueles dedicados à história da arte. Por fim, a Figura 4 mostra o perfil dessa dedicação.

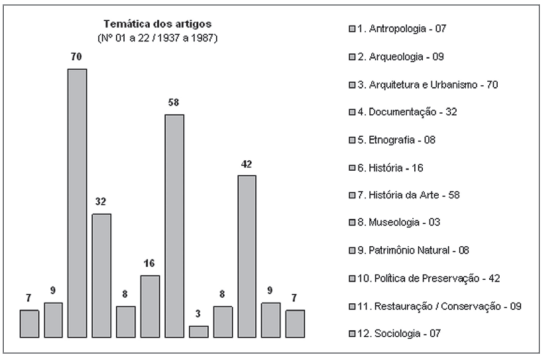
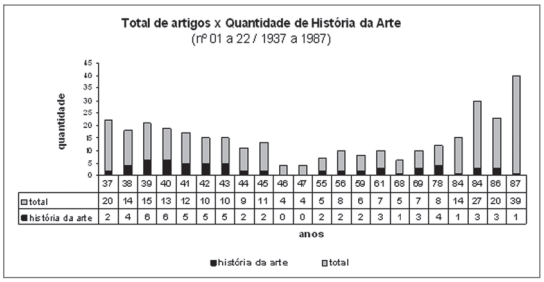


Figura 2 – Temática dos artigos



	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	55	56	59	61	68	69	78	84	84	86	87
total	20	14	15	13	12	10	10	9	11	4	4	5	8	6	7	5	7	8	14	27	20	39
história da arte	2	4	6	6	5	5	5	2	2	0	0	2	2	2	3	1	3	4	1	3	3	1

Figura 3 – Proporção dos artigos sobre história da arte

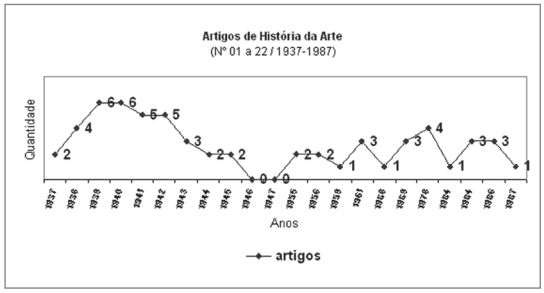


Figura 4 – Quantidade de artigos sobre história da arte

Notamos que somente nos números 10 e 11 o tema da história da arte não foi abordado, sendo os números mais significativos sobre este tema encontrados nos primeiros anos da *Revista*. Posteriormente, há um aumento no número de artigos por edição (como nos números 20, 21 e 22); também os estudos se enquadraram em outro modelo de artigo, mais sucinto, o que hoje consideraríamos como artigos científicos e, consequentemente, os assuntos abordados passam a contemplar um tema previamente definido.[12]

No primeiro projeto editorial,[13] os artigos muitas vezes chegaram a ocupar 100 páginas da edição, tais como os artigos de Lúcio Costa, *A Arquitetura Jesuítica no Brasil* (n. 5/1941), de Noronha Santos, *Fontes e Chafarizes do Rio de Janeiro* (n. 10/1946), de Paulo Thedim Barreto, *Casas de Câmara e Cadeia* (n. 11/1947), entre outros.

Os anos mais significativos dos estudos de história da arte na *Revista* foram de 1938 a 1943 (números 2 a 7) e 1978 (n. 18). Dentre os textos importantes encontram-se *Ligeiras notas sobre arte religiosa no Brasil,* de Augusto de Lima Júnior; *Contribuição para o estudo da obra de Aleijadinho,* de Rodrigo Melo Franco de Andrade; *A pintura decorativa em algumas igrejas antigas de Minas,* de Luiz Jardim; *Manuel de Araújo Porto-Alegre – sua in-*

12 Ainda que os artigos passem a ser mais sucintos no segundo projeto, não estamos desconsiderando o seu valor em relação aos primeiros, porém é inevitável ponderar que os primeiros artigos são produtos reflexivos de densos estudos, sobretudo a partir dos bens e objetos protegidos ou em vias de proteção.

13 Projeto editorial 1: dos números 1 a 17 - 1937 a 1969.

fluência na Academia Imperial das Belas Artes e no meio artístico do Rio de Janeiro, de Alfredo Galvão, e os artigos da historiadora da arte Hanna Levy, objeto de estudo central desta pesquisa, publicados nas edições de 1940 a 1945 (respectivamente, números 4, 5, 6, 8 e 9), exceto 1943.

As contribuições de Hanna Levy para a Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Hanna Levy ,em seu primeiro artigo, *Valor artístico e valor histórico: importante problema da história da arte* (1940), considera que a distinção dos valores histórico e artístico consiste em uma das grandes problemáticas para o campo da história da arte, sobretudo no que diz respeito à preservação dos bens culturais. Reclama que, assim como em outras áreas de conhecimento, a história da arte careceria de uma "solução científica". Entretanto, julgava ser desnecessário o ajuizamento de valor no exercício da pesquisa neste campo, levantando o seguinte questionamento: seria possível desvincular o "juízo de valor" dos procedimentos metodológicos da história da arte? Essa pergunta latente para Levy também é de grande importância para as nossas indagações, sobretudo no campo do patrimônio.

Conforme a exposição da historiadora, faltava para a história da arte uma metodologia científica, o que vinha acarretando as revisões das bases metodológicas da história da arte.

Levy utilizou como exemplo para essa discussão três autores modernos que se pautavam nas questões concernentes à problemática do valor, a saber: M. RAPHAEL com a obra *Trois études sur la sociologie de l'art;* Lionello VENTURI, com *Histoire de la Critique d'art; Théorie et Histoire de la Critique en Arte et Esthétique;* e H. FOCILLON, com Généalogie de l'Unique – *Actes du Congrès International d'Esthétique et de Science de l'Art, II* (Paris, 1937).

Os três fragmentos que Levy utiliza oferecem dados iniciais relativos aos distintos posicionamentos adotados em face do problema do valor, conforme citação:

> (...) podemos passar à consideração das conseqüências práticas, concretas, imediatas, decorrentes da distinção entre os valores histórico e artístico de uma obra de arte. Ver-se-á então que essa distinção interessa muito diretamente a todas as instituições, que como o SPHAN, têm por missão conservar, proteger, descobrir, explicar, descrever etc. tudo quanto constitua um valor histórico ou um valor artístico (Revista, 1940, p. 185).

Ainda que Levy considere necessária a distinção desses valores – histórico e artístico – atribuídos à obra de arte, a autora lança um conceito "inovador" neste momento, se assim podemos considerar: a importância da preservação de uma obra de arte em face do seu valor documental.

Para Levy, assim como para os outros autores pelos quais ela direciona suas reflexões, a atribuição de valor tornou-se um fato indissociável da pesquisa em história da arte, ou seja, a utilização dos critérios de julgamento "solucionaria" o problema em face das discussões metodológicas, o que se resumiria a um novo método de pesquisa – teoria e história da arte –, que considerava a contribuição de outras áreas do conhecimento, como a filosofia, sociologia, história e outras, embora definisse história da arte, assim como outras áreas, com uma "autonomia relativa".

No segundo artigo, *A propósito de três teorias sobre o Barroco* (1941), Levy aponta a necessidade da sistematização dos estudos relativos ao Barroco, haja vista que esses problemas vinham sendo detectados na historiografia desde os fins do século XIX, sobretudo no que diz respeito ao estilo.

Visando essa reflexão, a autora situa dois pontos determinantes para o estudo do Barroco: 1) a explicação como estilo histórico determinado e 2) o fenômeno considerado como categoria artística geral, com base na citação de três teorias distintas: i. a do suíço H. Wölfflin, que con-

sidera a história da arte como história das formas, uma evolução imanente da história dos estilos; ii. a do tcheco Dvorak, o próprio fundador da compreensão da história da arte como história do espírito e, por fim, iii. a do holandês Balet, um dos primeiros a estudar uma época inteira da história em todas as manifestações artísticas – do ponto de vista da moderna sociologia da arte.

Embora pertençam a três escolas diferentes, estes teóricos tratam o problema diante das diversas maneiras de conceber a relação existente entre o domínio da arte e os outros domínios da história.

Diante dessas teorias, Wölfflin proclama autonomia absoluta da história da arte em relação à história geral (sob a ótica dos aspectos formais). Dvorak liga o domínio da arte à história geral das idéias (sob influência da filosofia e da religião). Já Balet considera o domínio da arte condicionado pela interação de todos os domínios históricos (a arte situada no conjunto do complexo social). Sendo assim, Dvorak e Balet consideram que a arte possui uma autonomia relativa, ao contrário do posicionamento de Wölfflin, que defende a absoluta autonomia.

Perante a exemplificação da trajetória desses três teóricos, Levy conclui sua reflexão neste artigo considerando que a teoria do holandês Balet seria a única que explicaria a unidade fundamental e as características principais do barroco como expressão geral de uma dada época, sem sacrificar as riquezas múltiplas dos fenômenos particulares. Segundo ela, a teoria de Balet, que explica os fenômenos artísticos por suas relações com a totalidade das condições históricas existentes numa época determinada, nos parece ser, por isso mesmo, a mais apta a resolver também os problemas da história da arte brasileira (LEVY, 1941, p. 284).

Em 1942, no seu terceiro artigo, *A pintura colonial no Rio de Janeiro: notas sobre suas fontes e alguns de seus aspectos,* os apontamentos de Levy baseiam-se no levantamento de fontes indispensáveis para qualquer trabalho de natureza histórica, sendo assim, fundamental para

os trabalhos dos historiadores da arte. De acordo com a historiadora, uma das tarefas principais do SPHAN era a de reunir a documentação básica, útil para proceder ao estudo sobre a pintura colonial do Rio de Janeiro – sob o exame das fontes existentes sobre esses assuntos (LEVY, 1942, p. 7).

Segundo a autora, é a partir dos questionamentos formulados pelos pesquisadores que se institui a utilidade e o valor da fonte inserida em uma dada pesquisa. Portanto, é do intuito de Levy, neste artigo, elencar a sistematização e um esquema das principais fontes utilizadas pelo historiador da arte, sobretudo em face dos problemas gerais da pintura colonial fluminense: a cronologia, a iconografia, a organização de um inventário das obras existentes, a biografia dos artistas, as influências reconhecíveis etc. Para ela:

> Todos os problemas ficam subordinados ao problema principal da história da arte, que consiste no esforço de se chegar ao âmago da intenção artística de uma dada época, esforço que procura apurar, na totalidade das manifestações artísticas, a vontade de expressão que, sendo produto de um conjunto de determinadas condições históricas, – tanto no que concerne ao conteúdo como à forma –, pode ser considerada como a mais clara e mais típica essência de um artista, de uma geração, classe social, de uma escola ou de uma dada época. (LEVY, 1942, p. 8)

Para a formação desse conjunto, a autora cita a importância da localização das fontes que proporcionem a compreensão das intenções artísticas e expressivas das obras. Considerando o número reduzido de estudos relativos ao período colonial, sobretudo da pintura, a autora pontua a relevância da sistematização de fontes como registros de batismo, óbitos, livros de receitas e despesas, acordos, termos e contratos que se encontram nas igrejas e irmandades, com vista aos aspectos biográficos dos artistas bem como à cronologia de suas obras. Esses aspectos facilitariam primordialmente a autoria da obra e as questões

relativas à formação e à evolução de um determinado artista. Sobre esse grupo de fontes, Levy faz a seguinte consideração:

> Outro grupo de fontes (...): os inventários de objetos preciosos, de alfaias, de mobília, que se encontram frequentemente nos antigos livros das irmandades, das ordens etc. Esses inventários constituem uma fonte preciosíssima para a identificação das obras de arte, a sua cronologia, as mudanças de lugares ou de nomes pelos quais têm passado certas obras, a perda de obras, etc. Além disso, apurar por meio de tais inventários quais as obras que, num certo período, poderiam ter sido conhecidas por determinado artista, não deixa de ter interesse para as questões das influências recebidas por ele... Inventários, legados e testamentos de particulares podem conter indicações semelhantes para o conhecimento do ambiente artístico geral da época colonial no Rio de Janeiro. (Ibidem, p. 20 e 21)

Essas fontes apontadas não só contribuiriam para a importância dos estilos e das autorias, mas também para as questões concernentes às intervenções realizadas na obra, haja vista que Levy menciona algumas nomenclaturas relativas a essa área de conhecimento, tal como nesta obra:

> O painel do milagre de Nª. Sª. de Bonsucesso, p.e., que data, segundo a inscrição, do ano de 1639 e que se encontra na sacristia da igreja da Santa Casa foi (segundo os livros de receita e despesa) "reformado" em 1729, "pintado de novo" em 1757, "pintado" e "limpado" em 1799, etc...etc... até que em 1908 foi "restaurado" pelo pintor A. Petit. (Idem, p. 22)

A autora estudada também considera importante e chama atenção para as fontes que não se "enquadram" nesse conjunto de documentos escritos, ou seja, os documentos artísticos, segundo ela (monumentos, pinturas, escultura, outros), tendo em vista que determinados temas da história da arte são fornecidos quase que exclusivamente pelas representações de outras obras.

Ao final desta reflexão – da análise da evolução dessas obras, Levy conclui que elas abarcam a produção do século XVII até começos do

século XIX e que o intuito desta investigação era a demonstração de um esquema evolutivo, sem considerar as inúmeras etapas e subdivisões mais sutis, pois isso necessitaria de um trabalho mais minucioso. Divide também essa produção em três fases distintas: i. *primeira fase,* caracterizada pela tendência das composições mais sóbrias, severas e as formas mais pesadas e pouco movimentadas, que vai até meados do século XVIII, ii. *segunda fase,* em torno de 1740, o despertar de uma segunda corrente, com formas mais dinâmicas, mais "barrocas", sem que a fase anterior tenha deixado de existir e, por fim, iii. a *terceira fase* com as obras do fim do século XVIII e início do XIX, já mostrando um estilo menos agitado, mais simples, mais "fechado" (LEVY, 1942).

Embora essa evolução seja significativa, é pertinente ressaltar a consideração da autora diante da necessidade de se estabelecer a relação da pintura colonial fluminense com o desenvolvimento da pintura colonial no Brasil.

No seu quarto artigo, *Modelos Europeus na Pintura Colonial* (1944), Levy realizou o estudo de algumas obras do período colonial nas quais pudemos identificar a utilização dos modelos europeus.

Conforme estudos de Luis Jardim e Salomão de Vasconcelos, um dos mais representativos expoentes da arte colonial mineira, mestre Manuel da Costa Ataíde, teria se inspirado em gravuras européias para realizar as suas pinturas. Levy aponta os modelos nos quais ele teria se inspirado, ou, segundo ela, copiado para executar seis pinturas no período entre 1803 e 1804, atualmente expostas na capela-mor da igreja de São Francisco de Assis, em Ouro Preto.

As gravuras utilizadas como modelo estariam publicadas em uma edição ilustrada da Bíblia, cujo exemplar data de 1728 e se encontrava na Biblioteca Nacional, tendo pertencido anteriormente à Real Biblioteca. As obras referem-se aos temas: *Promessa de Abraão, Restituição de Sara e Abraão, Os anjos anunciam a Abraão o nascimento*

de um filho, Abraão oferece hospitalidade aos anjos, O sacrifício de Isaac e a Morte de Abraão.

A partir dos aspectos formais e da composição, Levy confronta as obras de Ataíde com as gravuras, a fim de ponderar as peculiaridades de cada artista em transformar os modelos europeus em algo pessoal, tendo em vista as origens, as influências, a datação e as possíveis escolas.

Ainda em apreço às questões metodológicas, a autora considera pertinente a crítica às fontes da época, tais como as localizadas nos arquivos das irmandades. Estas fontes – como, por exemplo, os Livros de Despesas – registravam o pagamento e as encomendas feitas de muitas dessas obras, podendo dar a conhecer a participação de um ou mais artistas e as imposições colocadas sob determinada encomenda, conforme citação:

> Os exemplos citados até aqui bastam para indicar as diferentes maneiras por que os pintores nacionais aproveitaram modelos europeus. Vimos que a comparação de obras coloniais com os respectivos modelos oferece uma base preciosa para melhor conhecer o cunho pessoal dos artistas coloniais (...) também valioso ponto de referência para os esclarecimentos de problemas de ordem cronológica (...) além disto, (...) fornece um auxílio precioso para a solução de várias questões que dizem respeito à restauração: uma vez identificado o modelo em que se inspirou o artista nacional e verificado, por meio de cuidadoso estudo comparativo, o modo particular pelo qual cada artista patrício tratou os elementos dados pelo modelo (cópia fiel, simplificação, ampliação, etc.) obteremos um meio auxiliar seguro para reconstituir partes apagadas ou estragadas de painéis antigos. (LEVY, 1944, p. 64)

É de fato interessantíssima essa consideração feita por Levy, pois nos chama a atenção para as mediações pertinentes das pesquisas em história da arte para a restauração, considerando a valoração dos bens por meio desses estudos, bem como o direcionamento que as fontes documentais podem oferecer para possíveis intervenções.

Por fim, no seu último artigo *Retratos Coloniais* (1945), Levy traça uma reflexão relativa aos retratos brasileiros do período colonial com base no esclarecimento de dois questionamentos: 1º. Quais as características principais dos retratos brasileiros, do ponto de vista artístico (composição, colorido, "pose")?; 2º. Esses retratos revelam um estilo próprio, definido, ou constituem simples reflexo provinciano da arte dos retratos da Metrópole? (LEVY, 1945, p. 251)

Levy considera que, ao lado das pinturas religiosas, os retratos constituem a parte mais numerosa do patrimônio artístico brasileiro, localizados, sobretudo nas santas casas de misericórdia, conventos, irmandades e particulares, retratando cenas domésticas, processos de trabalho, homem do poder, móveis, objetos, etc. Ela utiliza como ponto de referência para esse estudo os retratos encontrados nos seguintes locais: Santa Casa de Misericórdia (Rio de Janeiro/RJ), Igreja de Nossa Senhora do Rosário e S. Benedito (Rio de Janeiro/RJ), Mosteiro de São Bento (Rio de Janeiro/RJ), Convento de Santa Teresa do Desterro (Rio de Janeiro/RJ), Igreja de São Francisco de Paula (Rio de Janeiro/RJ), Igreja da Ordem Terceira de São Francisco (Salvador/BA), Igreja da Misericórdia (Salvador/BA), Igreja do Convento da Luz (São Paulo/SP) e Colégio São Luís (São Paulo/SP).

Dentre os retratos levantados, aponta o predomínio dos masculinos sobre os femininos. Indica também que esse gênero específico só começaria a aparecer com mais frequência no século XIX, "época em que florescem os salões na alta sociedade baiana, pernambucana, carioca etc". Já os retratos de crianças nunca foram cultivados, com exceção, possivelmente, de alguns exemplares no segundo reinado.

A autora considera que a arte dos retratos ficou reservada, quase exclusivamente, a duas categorias de pessoas: 1ª (mais numerosa) composta de pessoas que ocupavam lugar de privilégio nas irmandades, ordens, membros de mesas administrativas, benfeitores etc.; 2ª, personalidades da administração civil e religiosa – "retratos de eruditos";

e uma categoria distinta, em que se enquadram todos os retratos da família real portuguesa.

Com base na disposição das figuras, a autora pondera a predominância das composições de corpo, sendo que mais frequentemente ocorria a representação ¾ do natural e visto de frente, e em vários tipos de cenas, o tratamento pictórico: luz e sombra, pinceladas, cromia, vestimentas, gestos, cenário, disposição das figuras, entre outros aspectos passíveis de serem identificados enquanto marca pessoal de um determinado artista bem como as feições e costumes de uma dada sociedade em uma determinada época.

É perceptível, nos estudos que Levy articula para a *Revista,* a organização de suas pesquisas em busca de uma possível "evolução" da arte no Brasil, sobretudo no período colonial.

Outros estudos publicados na *Revista* foram bastante significativos. Ativemo-nos, contudo, aos de Hanna Levy, em virtude da ligação da pesquisadora com uma importante corrente historiográfica da arte na Europa, no início do século XX – a corrente formalista –, e pela dedicação à publicação de cinco artigos para a *Revista do SPHAN.*

Considerações finais

Ao término desta investigação, pudemos constatar que foram significativas as contribuições feitas pelo campo do patrimônio à historiografia da arte no Brasil, especialmente para o período colonial e pela participação da historiadora Hanna Levy, uma vez que recorrentemente esses textos são citados nas bibliografias e pesquisas em história da arte colonial brasileira.

De um modo geral, todos os seus estudos apontam uma intensa preocupação com a sistematização das pesquisas e, consequentemente, com o levantamento e a crítica às fontes passíveis de serem utilizadas na pesquisa em história da arte. É fato que essa apreensão também decorre dos ideais de Rodrigo Melo Franco de Andrade à frente do SPHAN neste período, julgando ser extremamente necessário a realização do

tombamento atrelado a um intenso trabalho de fotografia, levantamento documental e a produção de conhecimento especializado.

A metodologia de análise pautada nos apontamentos formais provém dos estudos que Levy dedicou a Heinrich Wölfflin – como, por exemplo, a sua tese de doutoramento. Wölfflin, ao lado de Hildebrand e Fiedler, representa um dos maiores expoentes da corrente formalista, determinando que os *conceitos fundamentais da história da arte* – que por sua vez é o título de sua obra em determinada maturidade intelectual – pautam-se na análise das formas e das cores que compõem uma obra, as quais poderiam ser captadas e adaptadas conforme o "temperamento do artista". Ou seja, um artista pode ter tido diversas maneiras de pintar, porém seu estilo deveria ser visto principalmente sob a ótica de uma obra e não necessariamente do conjunto de obras que compõem a sua produção e a sua trajetória.

Wölfflin parte do pressuposto que ele chamaria de "evolução" dos aspectos formais, analisando cinco pares de conceitos: a evolução do linear ao pictórico, a evolução do plano à forma, a evolução da forma fechada à forma aberta, a evolução da pluralidade para a unidade e, por fim, a clareza absoluta e relativa do objeto, isso com base nos dois períodos que ele elencou para aplicação dessa metodologia – o Renascimento e o Barroco.

As intensas transformações visuais de um período para o outro são definidas por Wölfflin como a mais decisiva mudança de orientação que a história da arte conhece, por isso, fundamentalmente pertinente à sua compreensão.

Embora Levy considere exagerado o posicionamento que Wölfflin faz da total autonomia da história da arte atrelada à metodologia concernente às questões formais, haja vista seu artigo referente a três teorias do Barroco (1941), ainda assim ela utiliza em suas análises determinados termos e conceitos recorrentes e perceptíveis na obra wölffliana.

Esses termos dizem respeito, por exemplo, à classificação da pintura colonial no Rio de Janeiro, onde um grupo de obras compõe a primeira fase da produção, com formas mais "sóbrias e pouco movimentadas", e

uma segunda fase, caracterizada pelas formas "dinâmicas, movimentadas e mais barrocas". Essas divisões fazem-nos remeter imediatamente aos critérios utilizados por Wölfflin nos dois períodos que considera fundamental para a história da arte.

Outros termos similares aos anteriores aparecem também nos artigos sobre os retratos coloniais e sobre os modelos europeus que foram utilizados na pintura. É a partir dessas análises que Levy apontará o que chama de "evolução da arte colonial brasileira", sob os aspectos contidos nas formas mais sóbrias e simples ao auge da movimentação e dos jogos visuais por meio dos recursos técnicos pictóricos da luz e sombra.

Diversos preceitos lançados por Levy, considerando a influência dos conceitos e das teorias de vários estudiosos, especialmente os alemães, demonstram uma tentativa de classificar a produção com vista a um estilo individual, ao estilo de uma época e ao estilo nacional. Isso ocorre, principalmente, quando a autora pesquisada julga necessária a inserção da análise feita por ela sobre a pintura fluminense junto a um conjunto maior da pintura colonial brasileira, o que tornaria o estudo mais completo.

Pode-se observar que Hanna Levy dedicou-se ao estudo da pintura, especialmente do período colonial e fluminense e, também aos apontamentos teóricos metodológicos para a pesquisa de história da arte. É fato que esse recorte cronológico, percebido em quase todos os artigos da *Revista* (séculos XVI ao XVIII) culmina especialmente nos interesses que o SPHAN justificava pertinentes para a preservação.

Ao término desta reflexão, pode-se considerar que essas publicações não só legitimavam o trabalho especializado do SPHAN, mas também demonstraram, através dos anos, a excelência desses estudos, pois recorrentemente são citados por diversos pesquisadores como estudos consistentes e pesquisas sistematicamente organizadas, ainda nos primeiros anos da década de 1940 e no início de uma organização institucional.

Referências

Fontes

Arquivo Central do IPHAN (Seção Rio de Janeiro)

Séries:

• Arquivo Técnico e Administrativo:

  • Subséries:

    • Produção Intelectual/Hanna Levy: AA01/M035/CX.0055/188, 189 e 190

    • Relatórios/Atividades do SPHAN (1936-1940): AA01/M073/P03/CX.0001/310/P.03

    • Relatórios/Atividades do SPHAN (1937-1949): AA01/M073/P03/CX.0001/310/P.04 -06

    • Relatório/Geral do MEC AA01/P06/CX.0007/065/P.0025

• Planos e Projetos

Bibliografia

AMARAL, Aracy. *Artes Plásticas na Semana de 22.* São Paulo: Perspectiva, 1976.

ANDRADE, Antonio Luiz Dias de. *Um Estado completo que pode jamais ter existido.* Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 1993.

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. (1898-1969). *Rodrigo e o SPHAN; coletânea de textos sobre o patrimônio cultural.* Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Fundação Nacional Pró-Memória, 1987.

_____. *Rodrigo e seu tempo.* Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória, 1986.

_____. Programa. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional,* n. 1, 1937.

ARGAN, Giulio Carlo. *Arte e crítica de arte.* Lisboa: Estampa, 1988.

_____. *História da arte como história da cidade.* São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BELOW, Irene. *Hanna Deinhards Wissenschaftskritik, Kunstsoziologie und Kunstvermittlung. Vortrag auf der Tagung, Künstlerinnen und Kunstwissenschaftlerinnen in exil.* Staatliche Galerie Moritzburg Halle, 27-29.10.2000.

BOITO, Camilo. *Os restauradores.* Conferência feita na Exposição de Turim. 7 jun. 1884.

BRANDI, Cesari. *Teoria da restauração.* Cotia (SP): Ateliê Editorial, 2004.

BRITO, Mário da Silva. *História do modernismo brasileiro.* I Antecedentes da Semana de Arte Moderna. São Paulo: Saraiva, 1958.

CAMPELLO, Glauco. Patrimônio e cidade, cidade e patrimônio. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional,* n. 23, p. 116-125, 1994.

CAMPOFIORITO, Ítalo. Introdução. As primeiras árvores. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional,* n. 26, 1997.

CANCLINI, Néstor García. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. *Revista do Patrimônio e Artístico Nacional,* n. 23, p. 94-115, 1994.

CASTRO, Sonia Rabello de. *O estado na preservação dos bens culturais: o tombamento.* Rio de Janeiro: Renovar, 1991.

CAVALCANTI, Lauro (org.). *Modernistas na repartição.* 2 ed. Rio de Janeiro: UFRJ/ MinC – IPHAN, 2000.

CHILVERS, Ian. (org). *Dicionário Oxford de Arte.* São Paulo: Martins Fontes, 1996.

CHOAY, François. *A alegoria do patrimônio.* Estação Liberdade: UNESP, 2001.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os arquitetos da memória: a construção do patrimônio histórico e artístico nacional no Brasil* (anos 30 e 40). 377 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense – Niterói, 1998.

COSTA, Lúcio. Arquitetura jesuítica no Brasil. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional,* n. 5, p. 07-103, 1941.

COSTA, Lygia Martins. *De museologia, arte e políticas de patrimônio.* Rio de Janeiro: IPHAN, 2002.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo. Trajetória da política federal de preservação no Brasil.* 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ/ MinC – IPHAN, 2005.

GIOVANNONI, Gustavo. Restauro. In: *Enciclopedia Italiana Treccani*. V. 29. Roma: 1936, p. 127-130.

GONÇALVES, José Reginaldo. *A retórica da perda. Os discursos do patrimônio cultural no Brasil.* Rio de Janeiro: UFRJ/ MinC.–IPHAN, 2002.

IPHAN. *Cartas Patrimoniais.* Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

IPHAN. *Bens Móveis e imóveis inscritos nos Livros do Tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.* Rio de Janeiro: IPHAN, 1994.

KÜHL, Beatriz Mugayar. História e ética na conservação e restauração dos monumentos históricos. *Revista do Centro de Preservação Cultural CPC-USP,* São Paulo, v. 1, n. 1, p. 16-40, nov. 2005/abr.2006.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: *História e memória.* Campinas (SP): Unicamp, 2003, p. 525-541.

LEVY, Hanna. A pintura colonial no Rio de Janeiro. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional,* Rio de Janeiro, n. 5, p. 7-80, 1941.

_____. A propósito três teorias sobre o Barroco. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional,* Rio de Janeiro, n. 5, p. 259-284, 1941.

_____. Henri Wölfflin. *Sa théorie. Ses prédécesseurs.* Thèse pour le Doctorat d'Université présentée à la Faculté des Lettres de l Université de Paris. M. Rothschild; Rottweil A. N., 1936.

_____. Modelos europeus na pintura colonial. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional,* Rio de Janeiro, n. 5, p. 7-66, 1941.

_____. Retratos coloniais. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional,* Rio de Janeiro, n. 5, p. 251-290, 1941.

_____. Valor histórico e valor artístico: importante problema da história da arte. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional,* n. 4, p. 181-192, 1940.

MARTINS, Carlos Alberto F. Identidade Nacional e Estado no projeto modernista. *Revista Óculum,* n. 2. Modernismo Modernidade. Revista da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas, FAUPUCCAMP, set. 1992, p. 71-76.

PANOFSKY, Erwin. A história da arte como uma disciplina humanística. In: *Significado nas artes visuais.* São Paulo: Perspectiva, 1976, p. 19-46.

PEIXOTO, Fernanda. Diálogo "Interessantíssimo". Roger Bastide e o modernismo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais,* Revista da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, Brasil, v. 14, n. 40, p. 93-109.

PESSOA, José (org). Lúcio Costa: *Documentos de trabalho.* Rio de Janeiro, IPHAN, 1999.

PINHEIRO, Maria Lúcia Bressan. William Morris e a SPBA. *Rotunda,* Campinas, n. 3, p. 22-35, 2004. Disponível em: www.iar.unicamp.br/rotunda/rotunda03.pdf.

RUSKIN, John. *Las siete lamparadas de la arquitetura.* Buenos Aires: Liberia "El Atenea", 1956.

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO ARTÍSTICO NACIONAL. *A proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória.* Brasília: SPHAN/Pro-Memória, 1980.

VENTURI, Lionello. *Histoire de la critique d'art. Bruxelles: la Connaissance,* 1936.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuele. *Restauração.* São Paulo: Ateliê, 2000.

WOLFFLIN, Heinrich. *Conceitos fundamentais da história da arte.* São Paulo: Martins Fontes, 1989.

_____. *Renascença e Barroco: estudo sobre a essência do estilo barroco e sua origem na Itália.* São Paulo: Perspectiva, 2005.

ZANINI, Walter (org). *História geral da arte no Brasil.* São Paulo: Instituto Walter Moreira Salles, 1983.

De Prainha a Praça dos Orixás: Alguns elementos sobre a constituição de um lugar focal na cidade de Brasília

Swai Roger Teodoro Cleaver[1]



Resumo

Valendo-se principalmente do aporte teórico do Manual de Aplicação do INRC (2000), o presente artigo consiste numa tentativa de reconstituir alguns aspectos do processo de apropriação prática e simbólica de um lugar determinado, conhecido como Praça dos Orixás ou Prainha, em Brasília. Tal apropriação, ocorrendo a partir da realização da Festa de Iemanjá no dia 31 de dezembro, será analisada à luz das atividades de realização desta festividade ao longo da história de Brasília. O artigo atenta também para a "construção estratégica de monumentos" e para a "inscrição tática de marcas vernáculas", tal como proposto pelo Manual de Aplicação do INRC (p. 32). Tal intento é realizado a partir de consulta a arquivos e aos depoimentos registrados em vídeo e fitas cassetes.

[1] **Swai Roger Teodoro Cleaver** é bacharel em História pela Universidade de Brasília. Mestrando em História pela Universidade de Brasília. Bolsista do PEP/IPHAN/UNESCO. Este artigo foi redigido em novembro de 2008, a partir do trabalho apresentado em 2007, a título de conclusão do Programa, intitulado "A Praça dos Orixás: trajetórias de um lugar focal".

O exercício, neste artigo, consiste em aplicar aportes teóricos presentes no Manual de Aplicação do *Inventário Nacional de Referências Culturais* (INRC, 2000) para a produção de informações e dados que possam ser, porventura, pertinentes para o reconhecimento de determinado bem cultural. Considerando a importância da noção de *lugar focal* para a prática patrimonial (INRC, 2000, p. 32), o intuito é contribuir para a reflexão sobre tal noção a partir de pesquisa realizada acerca da Praça dos Orixás, também conhecida como Prainha, em Brasília/DF.

O processo de pesquisa ocorreu entre 2006 e 2007, sendo parte dele realizado em equipe, numa cooperação entre a Gerência de Identificação do Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI/IPHAN) e a Superintendência do IPHAN em Brasília.[2] A pesquisa foi também realizada individualmente, pelo autor, como um dos quesitos para a conclusão de especialização em patrimônio cultural no âmbito do PEP/IPHAN/UNESCO.

A relevância de uma localidade em particular para o fazer patrimonial decorre da centralidade deste espaço para dada população, a qual atribui a esta localidade um sentido diferenciado, como propõe o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC):

[2] A equipe envolvida na pesquisa era formada por: Swai Cleaver (bolsista PEP – DPI), Mônia Silvestrin (técnica DPI), Giorge Patrick Bessoni (técnico da 15º SR), Priscila Branco Motta (estagiária DPI), Maria de Fátima Tavares (técnica DPI).

> São espaços apropriados por práticas e atividades de natureza variada, tanto cotidianas quanto excepcionais, tanto vernáculas quanto oficiais. Essa densidade diferenciada quanto a atividades e sentidos abrigados por esses lugares constitui a sua centralidade ou excepcionalidade para a cultura local, atributos que são reconhecidos e tematizados em representações simbólicas e narrativas. (...) Eles podem ser conceituados como lugares focais da vida social de uma localidade.

Através deste artigo procurarei, então, uma aproximação das narrativas cujas representações tematizem a *densidade diferenciada* da referida localidade. A intenção é permitir ao leitor constatar alguns dos sentidos que, como será visto, conferem a ela sua qualidade de *lugar focal.*

Contextualização espacial

Primeiramente, será feita a descrição da localidade. O lugar que recebe a denominação de Praça dos Orixás ou Prainha consiste em um terreno de aproximadamente 200 m² cercado por áreas arborizadas. Tal terreno divide-se em três áreas distintas. A área central consiste em um espaço calçado com paralelepípedos, com aproximadamente 100 m², sobre o qual foram erguidas as esculturas de dezesseis orixás, sobre largos pedestais de aproximadamente 1,5 m de altura – de onde vem a denominação de Praça dos Orixás. A escultura de Iemanjá destaca-se das demais, por situar-se no centro da praça e sobre um pedestal mais portentoso. A praça se situa às margens do Lago Paranoá, e entre o lago e o referido terreno calçado há uma faixa de grama. Entre esta faixa de grama e o lago, dando acesso às águas, existe uma praia artificial que deve chegar a 100 metros de extensão – de onde vem a denominação de Prainha.

A Praça dos Orixás, ou Prainha, se encontra aproximadamente a 4 km do ponto de encontro dos principais eixos de Brasília, o Eixo Cen-

tral e o Eixo Monumental, o que poderia ser definido como o "centro" da cidade. Estando às margens do lago artificial Paranoá, esta praça tangencia o bairro da Asa Sul que, juntamente com a Asa Norte, formam a parte residencial do Plano Piloto. Como o último nome indica, estas "Asas" fazem parte do projeto piloto de Lúcio Costa. Segundo este projeto, a Praça dos Orixás se encontra no espaço no qual "apenas os clubes esportivos, os restaurantes, os lugares de recreio, os balneários (...)" poderiam chegar (COSTA, 1991).

Apenas duas pistas separam a Praça dos Orixás do nobre Setor de Embaixadas, e poucos metros de lago a separam do também nobre bairro do Lago Sul. A uma distância entre 1 a 2 km, temos o Tribunal de Contas e o Ministério Público da União. A Praça dos Três Poderes, sede do Governo Federal, não fica a mais de 5 km. A Praça dos Orixás está ainda aos pés da ponte Costa e Silva, um dos grandes monumentos arquitetônicos da cidade. O Lago Paranoá, por sua vez, é de grande beleza cênica, com 95 % de sua área apropriada para banho. Considerando então a extensão da atual ocupação territorial no Distrito Federal, que chega a integrar áreas do estado vizinho, Goiás, não há dúvidas de que a Praça dos Orixás se encontra em uma localização central e urbanisticamente privilegiada.

A Praça dos Orixás localiza-se dentro do que se convencionou chamar de "conjunto urbanístico de Brasília", o que agrega ainda mais valor à sua localização, já que tal área foi inscrita em 1987 na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO e, em 1990, no Livro de Tombo Histórico do IPHAN.

Ainda cabe uma última consideração a respeito desta localização. Como seu nome indica, esta é uma localidade estreitamente vinculada às religiões afro-brasileiras. Muito tem sido dito, e escrito, a respeito da segregação espacial em Brasília. No entanto, como postula MACHADO (1985, p. 192-193), Brasília em nada se diferencia, neste aspecto, de

outras realidades urbanas que apresentam exatamente o mesmo tipo de segregação. Considerando que "as religiões afro-brasileiras adentrariam o período de modernização (...) ainda sob o duplo peso da estigmatização e da perseguição (...)" (MONTES, 1998, p. 95), a grande maioria dos templos afro-brasileiros em Brasília – *terreiros, centros* ou *tendas* – encontram-se, como em outras cidades, distantes das áreas mais centrais e valorizadas. Com efeito, postular que tal fato ocorre apenas devido à segregação econômica seria incorrer num determinismo, pois muitos são os fatores que influenciam o uso do espaço pelos praticantes dos cultos afro-brasileiros. No entanto, cabe ressaltar que há um contraste entre a localização da grande maioria dos terreiros – cuja população é a principal a atribuir sentido diferenciado ao lugar em questão – e a localização da própria Praça dos Orixás. Os primeiros se encontram quase sempre distantes das áreas centrais e economicamente valorizadas, nas chamadas "cidades satélites", no entorno (Goiás) e em setores de chácaras.

A Festa de Iemanjá e o processo de apropriação espacial

Como sugere o INRC (2000, p. 32), o que torna o processo de apropriação de um determinado espaço excepcional é a natureza diferenciada das práticas e atividades através das quais as pessoas se tornam sujeitos de tal apropriação. Neste sentido, o uso mais significativo da Praça dos Orixás é a realização de uma festa religiosa, a Festa de Iemanjá. Esta não é a única atividade religiosa relacionada a esta praça, mas é a partir de tal celebração que esta se constituiu. Torna-se importante, então, atentarmos para o processo através do qual esta celebração veio mediatizando o vínculo de seus celebrantes com o lugar em questão. Este artigo se vale, para tanto, de três corpos de fontes ou, poderíamos dizer, de três formas diferentes de narrativa.

De um lado, provindas de uma primeira etapa investigativa da pesquisa, existem as reportagens do principal veículo informativo impresso de Brasília, o *Correio Braziliense*. Este jornal surgiu em fins do século XIX, voltado para a causa abolicionista, e deixou de ser publicado com o fim da escravidão. Mais de meio século depois, o governo de Juscelino Kubitschek considerou que a inauguração de Brasília demandava um periódico próprio para a cidade. Dada a adequação do nome do antigo jornal, os direitos autorais foram adquiridos e, desde 1960, o *Correio Braziliense* tem se mantido hegemonicamente como o periódico de maior tiragem e circulação no Distrito Federal.[3] A pesquisa em seus arquivos se deve ao fato deste veículo tem realizado, durante os últimos quarenta anos, reportagens sobre a Festa de Iemanjá.

Correspondendo a uma segunda etapa da pesquisa, existe o registro de falas de sete adeptos de cultos afro-brasileiros com expressiva participação na Festa de Iemanjá. Três deles estavam diretamente envolvidos na organização da festa ocorrida na passagem de 2006 para 2007, e se sentiam diretamente envolvidos no problema de preservação da praça, uma vez que tal lugar vinha sofrendo depredações periódicas visivelmente motivadas pela intolerância religiosa. Adianto que, ao meu ver, o fato de pertencermos ao IPHAN nos colocou em uma situação privilegiada enquanto pesquisadores. Éramos vistos como *parceiros* por parte dos entrevistados, ao menos segundo as palavras de alguns deles. Entre os fatores que concorriam para tal percepção, estava o histórico de tombamento de *terreiros* realizados pelo IPHAN e as tentativas recentes de democratização do fazer patrimonial.[4] Cabe salientar,

[3] Estas informações foram adquiridas durante uma visita guiada pela sede do *Correio Braziliense*.

[4] Estas tentativas podem ser representadas, entre outras coisas, pela criação, dentro do IPHAN, do Departamento de Patrimônio Imaterial. O Programa de Especialização em Patrimônio (PEP/IPHAN/UNESCO), pelo o que se apreende de seu edital, não deixa de se coadunar com esta proposta.

em relação a este último ponto, que a equipe envolvida nesta pesquisa assumiu, em campo, a responsabilidade de distribuir informativos que divulgassem as recentes diretrizes do Departamento de Patrimônio Imaterial, contribuindo, com isto, para um melhor esclarecimento sobre a realização deste trabalho.

Por último, existe o registro audiovisual da Festa de Iemanjá ocorrida entre 2006/2007.[5] Devido à dinâmica do registro em vídeo, realizado em tempo real durante a festa, muitos destes entrevistados permaneceram não identificados. Dadas as dimensões do presente artigo, serão analisados apenas alguns trechos mais relevantes tanto das entrevistas quanto das matérias jornalísticas.

Como será visto à frente, muitos entrevistados eram lideranças religiosas, ou seja, "tatas", "ialorixás", "zeladores", termos equivalentes para "pais" e "mães-de-santo". A possibilidade de reconhecimento da importância da praça, como será visto à frente, tinha implicações, para os entrevistados, na respeitabilidade das religiões afro-brasileiras em relação a outras religiões, aos poderes públicos e à população do Distrito Federal.

A Festa de Iemanjá, uma das festas do ciclo festivo e religioso brasileiro – ou as diversas festas dedicadas a Iemanjá, realizadas em diferentes espaços públicos –, pode ocorrer em muitas datas, como no 8 de dezembro em Recife ou em 2 de fevereiro em Salvador (cf. CASCUDO, 1972, p. 632). Em Brasília, sua realização se dá no dia 31 de dezembro, fundindo-se com a comemoração do Ano Novo. É uma manifestação que, preservadas as suas especificidades, parece assemelhar-se ao que ocorre durante o *reveillon* do Rio de Janeiro:

> Grupos religiosos, de terreiros de Umbanda, acorrem então à praia para fazer oferendas a Iemanjá, e realizam pequenas celebrações

[5] Tais registros foram realizados no âmbito do PEP, com apoio logístico e financeiro da Federação Brasiliense e Entorno de Umbanda e Candomblé. Sua edição para a realização de um breve documentário está em estágio final.

> religiosas, com toque de atabaques, cânticos e preces, entrando muitos em transe. (...) Tem lugar então o mais gigantesco rito de oferendas realizado no Brasil, e um dos maiores do mundo. (SERRA, 1999, p. 159)

Um importante aspecto a ser levantado, em Brasília – e isto talvez seja uma primeira especificidade da festa nesta cidade – é que os grupos religiosos participantes pertencem não apenas à umbanda, mas também a outras expressões dos chamados *cultos de possessão*, como o candomblé o outros menos conhecidos, como o omolocô, a jurema e o tambor-de-mina. Ainda, conforme Serra, esta festa – uma convergência muito peculiar entre ritos dedicados a Iemanjá e à comemoração do *reveillon* – "(...) dá-se em todo litoral sudeste, e mesmo em outras regiões, em incontáveis cidades praianas do Brasil" (SERRA, 1999, p. 159).

Assim, atentamos para as formas através das quais determinado espaço foi apropriado num processo visivelmente iniciado, e sempre mediado, pela realização da Festa de Iemanjá, vindo progressivamente a tornar-se um *lugar focal*.

Os dados a seguir apresentados decorrem de uma tentativa de levantamento das matérias jornalísticas relativas a esta festa, em seus mais de quarenta anos de realização. A estratégia foi investigar as tiragens do *Correio Braziliense* dos dias imediatamente anteriores e posteriores à passagem do ano.

Ao voltarmos às edições dos anos de 1960 e 1961, quando Brasília apenas saía de sua inauguração, percebemos que as festas de passagem de ano, fora aquelas do âmbito privado, estavam aparentemente restritas aos salões e restaurantes de hotéis. Não é feita nenhuma menção à organização de uma festa pública.

O primeiro indício de uma celebração semelhante a esta que pesquisamos aparece nas primeiras tiragens de 1962. Na passagem de 1961 para 1962, no primeiro *reveillon* após a inauguração de Brasília,

o governo local convidou "artistas do Rio de Janeiro" (como o pernambucano Jackson do Pandeiro) para realizarem, na rodoviária do Plano Piloto, um grande *show*, reunindo milhares de pessoas (*Correio Braziliense,* 3 jan. 1962).

Apesar de não dizer respeito diretamente à celebração e ao lugar que estudamos, a matéria mostra como era buscada uma continuidade entre a vida social da antiga e da nova capital. Mostra, também, que a realização de um *reveillon* público para a população de Brasília era, no início, uma preocupação para a administração local.

Ainda que, nesta época, nenhuma menção seja feita às festas para Iemanjá – neste período o *Correio Braziliense* se mostrava prioritariamente atento aos fatos oficiais –, estas podem ter ocorrido na passagem de 1961 para 1962. Afinal, como mostra GALINKIN (1976), em meados da década de 1950 era ativo o centro umbandista de Tia Neiva na Cidade Livre – cidade criada, durante a construção, para acolher os migrantes empregados pela construção civil, posteriormente denominada de Núcleo Bandeirante. Décadas mais tarde, este "centro" se transformaria em um dos maiores e mais significativos movimentos milenaristas do Brasil, o Vale do Amanhecer. Hoje, inclusive, o Vale do Amanhecer se tornou mais uma cidade do Distrito Federal, guardando o mesmo nome do movimento. Outro importante movimento messiânico, liderado por Yokanaam, e que resultou na chamada Cidade Eclética teve também, segundo SERRA (2001, p. 216), forte inspiração umbandista. Como atenta ainda este autor, são dois movimentos cuja magnitude não deixa de indicar o grande florescimento que a religião umbandista apresentou no Distrito Federal.

Todavia, somente na cobertura do *reveillon* de 1969 (1968-1969) foi publicada uma matéria concernente à celebração aqui abordada. A partir deste ano, a Festa de Iemanjá seria objeto de diversas matérias,

chamadas e reportagens. Muitas vezes, a festa seria divulgada como o principal acontecimento do dia 31 de dezembro em Brasília.

A mobilização, naquele ano, de vários órgãos para a celebração, como o Corpo de Bombeiros, a Polícia Militar e a Companhia Energética de Brasília (CEB), sugere uma organização articulada. Afinal, de acordo com a notícia, a Festa de Iemanjá reuniu, às margens do Lago Paranoá, milhares de pessoas. Uma visão recorrentemente veiculada pelo *Correio Braziliense* é a de que a festa constituía, para os habitantes de Brasília, a contrapartida acessível a todos da passagem de ano das elites, restrita aos locais fechados.

Nos anos seguintes, as festas ocorreram sem grandes transformações. As matérias vêm, apenas, acompanhadas de um número crescente de imagens fotográficas, reflexo de uma tendência à ampliação do foco visual na cobertura jornalística em geral. O foco das imagens será, sobretudo, sobre as pessoas em transe ao entrarem nas águas do lago. Algumas vezes veremos pessoas com suas entidades incorporadas, com a devida indumentária, "dando consulta" ou, com um charuto em mãos, espargindo fumaça sobre alguém.

Nada encontramos, nos jornais, sobre o período anterior a 1968, mas SILVEIRA (1994) dá conta de que a primeira Festa de Iemanjá, organizada às margens do Lago Paranoá, teria ocorrido em 1962. Como é de costume, buscar datas de origem não parece profícuo. Um exemplar do *Correio Braziliense* de 1974 (03 jan. 1974) indica 1958 como o ano da primeira festa, a partir do depoimento de um entrevistado. O que nos garante que antes mesmo do início da construção de Brasília, em 1954, a festa já não ocorresse em cidades próximas, como Brazlândia ou Planaltina? Vale salientar que, na região, a Festa de Iemanjá não era privilégio da nova capital: a sucursal do *Correio Braziliense* de Goiânia (31 dez. 1971) anuncia uma festa semelhante, realizada no mesmo 31 de dezembro por vários terreiros daquela capital, em um rio situado nas proximidades da cidade.

As matérias, durante a primeira metade da década de 1970, são semelhantes entre si. Relatam o significado da festa, explicam o panteão umbandista, dão o porquê de se saudar a Rainha do Mar no Lago Paranoá. Um entrevistado, não identificado pela matéria, é convidado a explicar o porquê de se saudar a rainha das águas salgadas num lago de água doce. Dará um depoimento simples, porém muito indicativo do vínculo estabelecido, através da Festa de Iemanjá, com o lugar da celebração: "(...) os corações, preenchidos de fé transformam também os ambientes" (*Correio Braziliense,* 31 dez. 1969).

Em 1973, uma pequena alteração no conteúdo das reportagens chama a atenção: "(...) todos os centros em que se praticam cultos afro-brasileiros comparecerão às cerimônias" (*Correio Braziliense,* 31 dez. 1973).

"Umbanda", designação até então soberana, nas reportagens, dos cultos que se dedicavam a Iemanjá, é neste ano substituída por "cultos afro-brasileiros". Tudo indica que esta alteração é reflexo da forma como tais manifestações passaram a ser entendidas, sendo reconhecidas como elementos importantes na formação de uma cultura nacional única, misturada.

Ilustrativas, neste sentido, são as referências a fontes acadêmicas feitas pelo jornalista: Herman Melville, Arthur Ramos e A.B. Ellis, estudiosos dos "cultos afro-brasileiros". O que no Brasil poderia haver de "afro", como a umbanda carioca, passa a ser pensado a partir da ótica do respaldo ao candomblé e à Bahia. Como indica uma frase da reportagem: "Os amantes do mar, como nosso Dorival Caymmi, são também ligados a Iemanjá (...)".

Mas, de acordo com as reportagens, nada indica que esta mudança de redação tivesse contrapartida expressiva na forma como se realizava a festa. Esta continuava a ser organizada, como era tradição, pela Federação Umbandista, então liderada pelo "tata" (pai-de-santo) Diógenes dos Santos. As imagens fotográficas ainda se detêm nos umbandistas

lançando seus barcos ao lago, repletos de oferendas. O número recorde de participantes, vinte mil pessoas, sugere que a Festa de Iemanjá tinha adquirido importância como lugar para a passagem de ano, e certamente para outros grupos, além dos umbandistas. É importante ressaltar a continuada inexistência de outras localidades públicas destinadas para a passagem do *réveillon* em Brasília.

Alguns anos e algumas festas de Iemanjá mais tarde, o *Correio Braziliense* inova sua abordagem da festa, tratando do seu lado comercial. Relata o aquecimento econômico na cidade, gerado pela celebração, não apenas nas lojas especializadas em artigos religiosos, que antecipadamente encomendam os barcos das oferendas e aumentam seus estoques, mas também nas floriculturas. Estas multiplicam a venda de flores, principalmente as rosas. Esta dimensão comercial não impede que a festividade continue sendo vinculada pelo jornal às populações menos favorecidas: "Como a festa é de gente humilde e se prolongará até as quatro horas da madrugada, algumas linhas de ônibus prometeram manter em circulação os coletivos até o amanhecer". (*Correio Braziliense,* 31 dez. 1978)

Esse período de cinco anos, entre 1973 e 1978, parece ser o período em que o candomblé se sedimenta em Brasília, ou pelo menos, em que ele adquire visibilidade.

> A homenagem programada para esta noite envolverá apenas os adeptos da Umbanda (...) a festa do Candomblé, em homenagem a Iemanjá, (...), não será realizada à margem do Lago. Cada terreiro promoverá isoladamente a sua festa, com muita comida, bebida e oferendas (...) Os praticantes do Candomblé admitem que os umbandistas são em maior número aqui em Brasília. Daí a festa de hoje ser mais badalada.

O foco destas reportagens, como se nota, não é o local de realização da Festa de Iemanjá, e sim a própria festa. Contudo o local, evidente-

mente, sempre é mencionado. Ele parece ter variado entre dois ou três pontos principais da margem do lago Paranoá, todos próximos à atual Praça dos Orixás. Não havia um lugar estabelecido para a realização da festa, mas havia um trecho escolhido. Um dos fatores que contribuíram para a fixação da celebração parece ser a construção, entre o final da década de 1970 e o início da de 1980, de uma praia artificial, que passou a ser popularmente conhecida como "Prainha".

Se retornarmos à cobertura da celebração de 1978, veremos que esta não faz apenas menção, e pela primeira vez, à existência do candomblé em Brasília. Relata também a separação entre a realização da festa a Iemanjá pelos umbandistas e a realizada pelos adeptos do candomblé. Sugere que as duas se realizariam em dias diferentes, e mais ainda, deixa insinuar a competição entre os que se autodefinem como praticantes de candomblé e os que se autodefinem como praticantes de umbanda, em torno do culto a Iemanjá ("Os praticantes do Candomblé admitem que os umbandistas são, em maior número, aqui em Brasília. Daí a festa de hoje ser mais badalada").

As matérias seguintes, contudo, apresentarão um cenário diferente. Não apenas veremos o candomblé – ou o "culto de nação" – representado na festa como, em todos os próximos anos, as reportagens darão um lugar crescente aos adeptos do candomblé em relação aos adeptos da umbanda. O auge da festa então, segundo as coberturas, será a realização de uma oferenda à maneira daquele culto: a entrega de uma *panela*, repleta de oferendas para Iemanjá. Esta tomará, nas fotos, a maior visibilidade antes conferida aos transes acontecendo dentro da água e dos barcos, elementos tantas vezes retratados nas matérias anteriores e, pelo que se depreende, muito característicos da umbanda. Em relação aos últimos, uma das primeiras mães-de-santo de candomblé de Brasília, com quem reali-

zamos entrevista, ratifica esta impressão: "(...) o pessoal de umbanda usava mais barco, não é?".[6]

A própria Federação – principal responsável pela organização da festa –, a partir de 1979, não estará mais sob a presidência de um umbandista, no sentido estrito, como parecia ser o antigo presidente, Diógenes dos Santos. Agora, será José Paiva de Oliveira seu presidente.

Pai Paiva, como se tornou conhecido, era proveniente do "xangô", o culto de "nação nagô" de Pernambuco muito semelhante ao candomblé. Por este motivo era conhecido, em Brasília, como um babalorixá (pai-de-santo) de candomblé. Mais especificamente, foi formado – "tomou sua obrigação" – pelo Terreiro da Água Fria, considerado o mais tradicional de Recife. Era sargento da Marinha e, ao reformar-se, dedicou-se exclusivamente às atividades religiosas no Distrito Federal, apesar de seu terreiro ter sido construído em Luiziânia (GO). Segundo SILVEIRA (1994), isto teria se dado na década de 1980, mas pelas matérias do *Correio*, vimos que ocorreu ainda na década de 1970. SILVEIRA (idem) adianta que a liderança de Pai Paiva devia-se a uma forte dimensão personalista, motivo pelo qual a Federação passou a ser conhecida como a "Federação do Paiva", sendo ele bastante influente junto a figuras políticas poderosas.

A partir da década de 1970, a incorporação de elementos das populações negras para uma autoimagem nacional adquirirá novo significado. Anteriormente, as manifestações com origem nas populações menos favorecidas – majoritariamente negras – como o samba e os desfiles de carnaval, eram conclamadas a fazer parte de um projeto de nação voltado para a mistura. Nesta etapa, a cultura popular do Rio de Janeiro forneceu importantes referências, como as mencionadas acima.

---

6 Tais registros foram realizados no âmbito do PEP, com apoio logístico e financeiro da Federação Brasiliense e Entorno de Umbanda e Candomblé. Sua edição para a realização de um breve documentário está em estágio final.

Agora, a identificação com a África surgirá como princípio a ser seguido. A sofisticação será o princípio a partir do qual deverá ser pensada a contribuição dos negros para a cultura brasileira. Se a umbanda, no discurso de antropólogos, artistas e intelectuais, era comumente percebida como uma manifestação impura, a religião popular de Salvador, o candomblé, será eleito como símbolo sofisticado de uma identificação com a África agora necessária (SANSONE, 2004, p. 110-115).

Como mostra CAPONE (2004), os "cultos de nação",[7] principalmente o candomblé, passaram, na década de 1970, a serem vistos como mais prestigiosos, mais poderosos e mais "fortes" do que a umbanda. Vários adeptos da umbanda migram para o candomblé, onde continuam contudo a receber entidades e a realizar cultos de umbanda, por vezes reelaborados segundo uma lógica afro-centrada. A umbanda passa a ser vista muitas vezes, neste contexto de migração, como uma introdução, um estágio inicial, aos "cultos de nação". É importante notar que esta mudança representa uma inversão: pois a umbanda se apresentava, desde a década de 1930, como uma religião mais adequada ao projeto civilizatório do Brasil como "nação mestiça". Quando a exaltação passa a ser a dos diferentes elementos formadores do Brasil, agora em seu "estado puro" (o negro e o índio), o candomblé adquire crescente visibilidade enquanto símbolo de identificação com a África.

Em Brasília, as identidades religiosas dos praticantes dos cultos de possessão, ou ao menos daqueles que têm expressiva participação na Festa de Iemanjá, parecem de fato dividir-se entre as categorias de adeptos de candomblé e de umbandistas. Estas duas categorias, enquanto identidades, dependem sempre de um *outro* para forjarem, para si e para os outros, uma imagem de coerência e unidade (POLLAK, 1992).

[7] Cultos cujas diversas modalidades são divididas em "nações" – *angola, nagô* ou *jeje* –, e que são percebidos como tradições afro-centradas. Diferentemente da umbanda, cujas modalidades são divididas em "linhas": como a umbanda preta, a branca, a umbanda esotérica.

De forma que apesar de a grande maioria dos entrevistados adotarem tanto práticas "de umbanda" como "do candomblé" em seus terreiros, recebendo divindades oriundas dos dois panteões, numa diversidade de misturas, eles elaboram as diferenças entre estas duas religiões de forma a reforçarem seus próprios projetos.

O fato de Pai Paiva ser, então, proveniente de uma prestigiosa casa "de nação", somado à sua ambição política, talvez explique, ao menos em parte, sua ascensão como líder da Federação no Distrito Federal. O fato é que, a partir do *reveillon* de 1979, Paiva estará presente como organizador da Festa de Iemanjá em todas as coberturas jornalísticas, até a época de sua morte, em meados da década de 2000. Outros pais de santo que entrevistamos atribuem-lhe "mania de grandeza" em razão dele se dizer o papa do candomblé no Brasil; mas também atribuem-lhe o *oluô*, um cargo importantíssimo e praticamente desaparecido. Outros, notadamente os que foram seus filhos-de-santo, ratificam a sua grandeza, e explicam as acusações contra Pai Paiva como resultado de inveja. Entretanto, será sob a sua gestão na Federação Brasiliense de Umbanda e Candomblé que será criada a Praça dos Orixás.

É importante salientar que a construção de Brasília, ocorrida na segunda metade do século XX, dá-se em um contexto no qual as religiões afro-brasileiras logram se distanciar parcialmente de sua marginalização social. As festas têm grande importância neste contexto, já que é através delas que tais religiões têm a oportunidade de apresentar uma imagem positiva de si, no sentido contrário da constante inversão de significado de suas cosmologias e elementos simbólicos, recorrentemente interpretados sob o signo da negatividade (SANTOS, 2005, p. 128-157). Como aponta MONTES (1998, p. 122), no Brasil, o Diabo sempre tivera cor, e esta nunca fora branca. Daí a grande importância da Festa de Iemanjá enquanto festividade pública e popular, singular "(...) por ser a única entre as congêneres centrada de forma expressa e

exclusiva em atos do culto afro-brasileiro (...)" (SERRA, 1999, p. 86).[8] Para os umbandistas, o dia de comemoração da Festa de Iemanjá chegou a ser assumido, na década de 1960, como o Dia Nacional do Umbandista, sua data magna (BRITO, 2002, p. 21).

As matérias acima reproduzidas ilustram, justamente, como a Festa de Iemanjá permite aos adeptos de cultos afro-brasileiros – principalmente às suas lideranças – relacionarem-se com instâncias que representam a possibilidade de visibilidade e reconhecimento social, como a mídia (os jornais), os poderes públicos (os Corpos de Bombeiros, a Administração Regional) e o setor do turismo. A atualização da festa, ano a ano, e a consolidação de um espaço físico para sua realização, a Praça dos Orixás, demandou enormes esforços por parte de algumas lideranças do "povo-de-santo" brasiliense, o que é ilustrado pelos dois depoimentos abaixo. O primeiro é de Mãe Mutá. Ela iniciou-se muito cedo na umbanda de Brasília, voltando-se mais tarde para o candomblé. Assim, sua fala é marcada por sua trajetória, trazendo a referência a alguns atores importantes para a consolidação da Festa de Iemanjá, e do lugar para a sua realização:

> A Prainha começou em 1972 ou 73, com o finado Antonio Lázaro e o finado Tião Calazan fazendo o culto a Iemanjá. (...) a ideia dele [Antonio Lázaro] era fazer um barracão na Prainha para, uma vez por mês, os zeladores fazerem um culto aos orixás. Eles dois que tiveram a ideia, mas nunca levaram pra frente. Quando começaram a tocar lá, faziam cabanas de palha, pois não tinha essas lonas montadas, igual a hoje... Ia uma semana antes e faziam um monte de chalé. Todos esses terreiros antigos iam; o Tião, o Lilico, o Zé Bezerra, a Luzia. Esse povo todo ia à Prainha... Eu não entendo por que, hoje, essas pessoas tradicionais que a fundaram não vão mais... Antigamente, quando

[8] Tal afirmação deve, contudo, ser relativizada pelo forte sincretismo entre Iemanjá e algumas formas católicas de Nossa Senhora, que vêm a ser cultuadas junto com Iemanjá.

começou a Prainha, não tinha-se lugar (...) Já houve época de ir 250 terreiros! Eu tenho quase certeza que os dirigentes atuais da federação, que são do candomblé, não conhecem nenhum desses zeladores que eu falei, por que eles [os antigos zeladores] são umbandistas. Hoje está indo [à Prainha] o povo de candomblé, e os umbandistas se acham excluídos, têm medo de ser xoxados. Por isso que não vão! E eles que começaram a Prainha, ela era exclusivamente dos umbandistas. O povo de umbanda dizia que o povo do candomblé só ia pra fazer bagunça, e o povo de candomblé ficava chateando o povo de umbanda: "o povo de umbanda é isso, o povo de umbanda é aquilo, o povo de umbanda é não sei o que...". Não deveria existir isso, não é tudo culto aos antepassados? Por que essa discriminação? Tinha que ter mais umbandistas por lá, tinha que haver consciência de que a área é pro santo, independente de que nação você seja! (...) Já que estamos tocando nesse assunto: a Prainha parece não ter fundamento,[9] não é? Mas ali onde está a Praça dos Orixás, tem um assentamento de santo! Ali na Praça! Foram as primeiras pessoas que tocaram ali que fizeram o fundamento da Prainha: o finado Antônio Lázaro e Bigode. Antigamente se fazia muito isso: você ia em um lugar, limpava, tocava, fazia a plantação [o assentamento de santo] e dizia: "aqui vai ser o terreiro que eu vou tocar!". E lá foi feito isso... Mas não pelos zeladores de candomblé, pelos zeladores de umbanda. Talvez por isso as entidades de umbanda se sintam tão à vontade e vão, entende? Por isso, eu acho muito errado o povo de umbanda não estar fazendo parte da Prainha, eles tinham que tomar frente! Quer dizer, o que está plantado, lá, é o santo de umbanda. É a maneira que os umbandistas cultuam, não é a maneira que o povo de candomblé cultua... Eu acho que os umbandistas estavam tomando muito a frente, e o povo do candomblé estava se sentindo excluído, e resolveram excluir os umbandistas [risos]!".[10]

9 O fundamento, ou assentamento de santo, é o rito através do qual um espaço passa a ser definitivamente consagrado ao culto das entidades e dos orixás. Nos terreiros, é realizado apenas pelas pessoas mais experientes, via de regra pelo pai ou mãe-de-santo.

10 Entrevista realizada com Mãe Mutá de Oxóssi, em Valparaíso (GO), no dia 12 de janeiro de 2007.

A impressão de Mãe Mutá de que "os umbandistas estavam tomando muito a frente, e o povo do candomblé estava se sentindo excluído" deixa transparecer o quanto a participação na Festa de Iemanjá deveria envolver vantagens para seus participantes. Vantagens que devem ser pensadas em termos de reconhecimento e visibilidade por parte dos terreiros, não apenas frente a outros grupos sociais, mas certamente que também frente aos próprios praticantes de cultos afro-brasileiros.

Outros elementos, e um outro ponto de vista, emergem do depoimento abaixo, de Mãe Inalda. Esta mãe-de-santo é viúva de Pai Paiva e o acompanhou por toda sua trajetória em Brasília. Ela iniciou-se jovem no candomblé em sua cidade natal, Rio de Janeiro. Já casada com Pai Paiva, foi "juremada", ou seja, iniciada no culto da jurema na Paraíba. Seu contato com a umbanda parece ter se tornado mais expressivo em Brasília. Como salienta WOODWARD (2000, p. 27), a representação do passado desempenha um importante papel no processo de constituição das identidades, e vice-versa. Assim, considerando que Mãe Inalda e Mãe Mutá praticam variações muito diferentes do candomblé, e que têm experiências também muito diferentes na "vida-no-santo", elas trazem em seus depoimentos a marca de seus lugares de fala e de suas respectivas trajetórias. Lugares e trajetórias que correspondem, necessariamente, a diferentes critérios de seletividade sobre o que há para ser dito sobre a Festa de Iemanjá e a Praça dos Orixás.

Reproduzo abaixo algumas passagens significativas do depoimento de Mãe Inalda:

> Nós [ela e Pai Paiva] nos conhecemos no Rio de Janeiro, (...) ele foi transferido para Brasília e viemos para cá. Aqui ele concorreu (...) à presidência da Federação local, ganhando. Governou esta federação muitos anos, com sabedoria e garra. (...) Logo passamos, ao final de ano, a fazer a festa na Prainha. Mas era uma festa muito humilde, por que nada tinha, lá, de referencial ao candomblé, e nem à

> umbanda. Apenas alguns pais de santo, com muito sacrifício, chegavam a levar seus terreiros. Tudo era muito sacrificado, como o transporte (...) Em seguida, meu marido passou a se entender com as autoridades, a ter mais conhecimento (...) Meu marido corria atrás dos administradores, para fazerem a limpeza do lago e tudo, mas eles só faziam as coisas no final do ano. Até chegar à gestão de Joaquim Roriz, que foi quem realmente deu ênfase à Prainha. Foi arrumando, pôs areia, aterrou aquilo tudo. Foi limpo, tiraram as algas, fizeram o calçamento, e tudo de acordo com o que meu marido planejou. Mas foi muita luta! Muito sacrifício! Principalmente para pôr as estátuas dos orixás, para que ali ficasse como um ponto turístico, mas teria que ter a manutenção, o que infelizmente não está acontecendo. Já destruíram várias estátuas. E quando chegamos não tinha nada, no pouco tempo que passou na Federação, ele deixou a Prainha do jeito que vocês viram. Deixou monumentos. As pessoas que estão destruindo acham: "vamos destruir as estátuas que aquele macumbeiro fez." Não, estão destruindo Brasília! Por que ali tem dinheiro de Brasília, entendeu? Ele era um homem público, ele era um político, ele era um estrategista (...) muito inteligente (...) Tinha garra, tinha força, tinha orixá reinando na cabeça dele, e isso realmente não é pra qualquer um (...) ele nasceu pra ser um sacerdote! E foi até morrer (...) Paiva foi dos primeiros pais de santo de candomblé de Brasília. Ele que pôs a primeira panela de Iemanjá, e de Oxum, no lago (...)".[11]

Tais depoimentos dizem respeito a dois momentos diferentes da Festa de Iemanjá. E esclarecem sobre diferentes vínculos estabelecidos, através desta celebração, pelos organizadores com o lugar de sua realização. Como aponta o Manual de Aplicação do INRC (2000, p. 32), para a compreensão do processo de produção da singularidade de determinado lugar, é necessário: 1) mapear "modos de apropriação prática e simbólica do espaço" e 2) mapear a "evolução histórica desses modos de apropriação, assim como a construção es-

[11] Entrevista realizada com Mãe Inalda Ifá Derô, em Luziânia (GO), em 11 de janeiro de 2007.

tratégica de monumentos e da inscrição tática de marcas vernáculas na sua forma material".

De forma que a afirmação de Mãe Inalda de que "nada tinha, lá [na Prainha], de referencial ao candomblé, e nem à umbanda" pode ser relativizada, por exemplo, pela afirmação de Mãe Mutá de que já havia sido feito ali o "assentamento de santo", "a plantação", quando a festa ainda era marcadamente umbandista. À época da chegada de Pai Paiva, o local que se transformaria na Praça dos Orixás já havia sido destinado para fins litúrgicos, não apenas pelo uso, mas principalmente pela inscrição da mais importante *marca vernácula* em se tratando do uso do solo pelos cultos afro-brasileiros, o "assentamento". Como foi salientado acima, é este ritual que consagra definitivamente o uso de determinado espaço para usos sagrados. Também a percepção de Mãe Inalda de que "apenas alguns pais de santo, com muito sacrifício, chegavam a levar seus terreiros", naquele momento, é marcadamente oposta à percepção de Mãe Mutá, segundo a qual "já houve época de ir 250 terreiros", como também ao registro deixado pelas fotos que, já em fins da década de 1960, dez anos antes da gestão de Pai Paiva na federação local, retrataram uma multidão à beira do lago durante a festa.

Contudo, apenas o "assentamento", cujo resultado final (as oferendas, que permanecem abaixo do solo) e significado permanecem invisíveis para a maior parte da população, é insuficiente para a produção de uma visibilidade maior para os cultos e suas lideranças. Neste aspecto, Pai Paiva – que "deixou monumentos" – foi certamente exitoso em sua estratégia de apropriação espacial. Como demonstra o decreto abaixo,[12] a constituição da Praça dos Orixás trouxe novas possibilidades de reconhecimento e visibilidade para as religiões afro-brasileiras:

[11] Disponível em: http://sileg.sga.df.gov.br

DECRETO N° 21.172, DE 8 DE MAIO DE 2000
DODF DE 09.05.2000

Dá nova denominação ao próprio que especifica

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso XXVI da Lei Orgânica do Distrito Federal, DECRETA:

Art. 1° O local situado entre os Trechos 1 e 2, do Setor de Clubes Esportivos Sul, chamado popularmente de PRAINHA, passa a denominar-se PRAÇA DOS ORIXÁS.
Art. 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 8 de maio de 2000, 112º da República e 41º da Brasília

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

A transformação da Praça dos Orixás, ou Prainha, é ilustrativa do que está contido nas orientações do INRC (2000, p.32): "toda atividade humana produz sentidos de lugar". A Praça é um desses lugares que produzem sentidos muito diferenciados para a atividade humana, tornando-se *focais*, daí a sua importância. A relação entre a Festa de Iemanjá, a Praça dos Orixás e a conquista de um espaço simbólico ao lado das demais religiões, notadamente do catolicismo romano, é sugerida pelos depoimentos recolhidos em vídeo durante a Festa de Iemanjá de 2006. De forma que é um sentido novo, oposto à história de estigmatização, que a Praça dos Orixás inspirou a um jovem umbandista, quando lhe perguntei sobre a importância da praça; após dois ou três segundos de reflexão ele respondeu: "Olha, se você me perguntar o que é esse lugar, eu é que te pergunto: o que é a Catedral para um católico?!".[13]

13 Depoimento em vídeo de entrevistado não identificado, recolhido na Praça dos Orixás, em 31 de dezembro de 2006.

Considerações finais

A constituição de um espaço físico voltado para os cultos afro-brasileiros no Distrito Federal decorre também do processo de constituição de um espaço simbólico construído, ano a ano e por várias mãos, através da Festa de Iemanjá. Uma vez que a relação entre adeptos de umbanda e de candomblé parece sempre ter se apresentado, em Brasília, como uma relação verticalizada, a nova visibilidade que o candomblé adquiriu na década de 1970 representou, aparentemente, a grande descontinuidade na constituição deste espaço.

A importância da Praça dos Orixás, obviamente, não é compartilhada de forma homogênea entre os praticantes de umbanda, candomblé e outros cultos menos conhecidos, como o omolocô ou a jurema. Coincidentemente ou não, os pais e mães-de-santo que, durante nossas entrevistas, atribuíram menos importância a tal lugar, parecem ser os detentores de grandes terrenos, com água corrente em seus terreiros e que não necessitariam, talvez, do lago para realizar oferendas para divindades como Iemanjá e Oxum, ligadas à água.[14] Alguns pais e mães-de-santo de candomblé chegaram a afirmar que não havia qualquer vínculo entre tal localidade e o candomblé, mas apenas com a umbanda.[15] Por outro lado, um dos integrantes mais antigos de um dos primeiros terreiros de umbanda de Brasília, a "Tenda de Oxalá", foi categórico ao afirmar que "apenas o candomblé frequenta a Praça dos Orixás (...) pode até dizer que é umbanda, mas se você olhar, vai ver que é candomblé!".[16] Tais falas apontam como a Praça dos Orixás, ou Prai-

[14] Agradeço à umbandista Jane Motta Delgado por me chamar a atenção para este aspecto.

[15] Foram os casos de Mãe Railda de Oxum e Pai Lilico de Oxum, em entrevistas realizadas respectivamente na cidade de Valparaíso (GO), em 6 de agosto de 2006, e em Sobradinho (DF), em 13 de janeiro 2007. Estes pertencem, cada qual, a dois dos maiores e mais prestigiosos terreiros de Brasília. Pai Lilico chegou a participar de quadro no programa "Fantástico" da Rede Globo e Mãe Railda recebeu o título de Cidadã Honorária pela Câmara Distrital de Brasília.

[16] Conversa com Dr. Hairen, realizada na Tenda de Oxalá, em 6 de junho de 2008, na Asa Norte, Brasília (DF).

nha, participa na formação de sentidos de identidade entre praticantes de ritos afro-brasileiros, seja pela identificação com a praça ou pela não-identificação. O que faz dela uma *referência cultural*, considerando que referências culturais "não se constituem, portanto, em objetos considerados em si mesmos, intrinsecamente valiosos" (INRC, 2000; p.14), mas "são objetos, práticas e lugares apropriados pela cultura na construção de sentidos de identidade" (idem, p. 29).

Neste sentido, um estudo mais aprofundado da Praça dos Orixás poderia inspirar práticas patrimoniais mais de acordo com a realidade destas religiões no Distrito Federal e arredores. A falta de apoio aos praticantes destas religiões, por parte de órgãos públicos, dentre os quais o IPHAN, visando à "continuidade do processo de apropriação deste lugar" através de sua preservação, indica que embora o tombamento de terreiros como o Gantois, o Bate-Folha ou o Axé Opô Afonjá tenha repercutido positivamente na respeitabilidade dos cultos afro-brasileiros de forma geral, e também representado uma guinada nos rumos da preservação no Brasil (FONSECA, 2005, p. 180), as religiões afro-brasileiras prosseguem carentes das novas formas de reconhecimento, possibilitadas pelo INRC e pelo uso de categorias como a de *lugar focal*.

Em Brasília, onde, segundo dados da Federação Brasiliense de Umbanda e Candomblé, existem aproximadamente 2.600 terreiros (ver SERRA, 2001, p. 215), a Praça está estreitamente relacionada, não apenas à história da umbanda e do candomblé em Brasília, como também ao momento atual de centenas, ou mesmo milhares, de terreiros, tendas, centros e gongás no Distrito Federal e em Goiás. Os usos religiosos da Praça dos Orixás parecem ter se ampliado para muito além do momento da Festa de Iemanjá, a praça sendo utilizada nas mais diversas datas do calendário da umbanda, do candomblé e de outros cultos. Durante todo o ano é possível encontrar oferendas realizadas neste local. É notório, também, que os usos desta praça

se dão por parte de terreiros mais modestos em tamanho e recursos, naturais e financeiros, situação representativa da maioria deles. Assim, é provável que o tombamento de um ou mais terreiros jamais seria tão representativo das referências e da trajetória dos cultos afro-brasileiros, nesta região, quanto um plano de salvaguarda e reconhecimento voltado para a Praça dos Orixás. Tal plano serviria ao propósito democratizante do *Inventário Nacional de Referências Culturais*, esquivando-se da consagração de poucos templos em detrimento de uma imensa maioria. Esta ação chegou a ser diretamente solicitada ao IPHAN[17] pela Federação Brasiliense de Umbanda e Candomblé, sem qualquer consequência prática até o atual momento.

17 Em reunião ocorrida no dia 4 de julho de 2006, no Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI/IPHAN).

Referências

BRITO, Cristina da Silva. *Umbanda, ordem e progresso:* Representações das origens, construção identitária e institucionalização da Umbanda Pura no Rio de Janeiro (1908-1961). Dissertação (Mestrado). Departamento de História, UnB, 2005.

CAPONE, Stefania. *A busca da África no Candomblé:* Tradição e poder no Brasil. Rio de Janeiro: Contra Capa / Pallas, 2004.

CASCUDO, Luis da Câmara. *Dicionário do Folclore Brasileiro.* Brasília: Ministério da Educação, 1972.

COSTA, Lucio. *Brasília, cidade que inventei:* Relatório do Plano Piloto de Brasília. Brasília: GDF, 1991.

FONSECA, Cecília Londres. *O Patrimônio em Processo:* a trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ/MinC/IPHAN, 2005.

GALINKIN, Ana Lucia. *A cura no vale do amanhecer.* Dissertação (Mestrado). Departamento de Antropologia, UnB, 1976.

HOLSTON, James. *A Cidade Modernista:* uma crítica de Brasília e sua Utopia. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

INRC (Inventário Nacional de Bens Culturais). *Manual de Aplicação.* Brasília: Iphan, 2000.

MACHADO, Lia Zanotta. Imagens do Espaço: Imagens de Vida. In: PAVIANI, Aldo (org). *Brasília, Ideologia e Realidade.* São Paulo: Projeto, 1985.

MONTES, Maria Lucia. *As figuras do sagrado:* entre o público e o privado. In: SHWARCZ, Lilia e NOVAIS, Fernando. Historia da vida privada no Brasil. Vol. 4. São Paulo: Cia das Letras, 1998, pp. 64-171.

OLIVEIRA, Inalda R. dos Santos. *Nossas raízes africanas.* Brasília: Verano, 2004

ORTIZ, Renato. *A morte branca do feiticeiro negro.* Brasília: Brasiliense, 1991.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos.* Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.

SANTOS, Eufrázia Cristina Menezes. *Religião e Espetáculo:* análise da dimensão espetacular das festas públicas do candomblé. Tese (Doutorado). Departamento de Antropologia, USP, 2006.

NETO, José Marinho dos Santos. *Obsessão e Modernidade:* um estudo de caso sobre cultos afro-brasileiros em Brasília. Dissertação (Mestrado). Departamento de Antropologia, UnB, 1993.

SANSONE, Livio. *Negritude sem etnicidade.* Rio de Janeiro e Salvador: Pallas e EDUFBA, 2004.

SERRA, Ordep. *No caminho de Aruanda:* a umbanda candanga revisitada. Afro-Ásia, n. 25-26, p. 215-256. Salvador: UFBA, 2001.

_____. *Rumores de festa:* o sagrado e o profano na Bahia. Salvador: EDUFBA, 1999.

SILVEIRA, Marcos Silva da. *Cultos de possessão no Distrito Federal.* Dissertação (Mestrado). Departamento de Antropologia, UnB, 1994.

WOODWARD, Kathryn. *Identidade e diferença:* uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). Identidade e diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

Coerência e ambiguidade: o Centro Histórico de Belém e o cotidiano da cidade

Andrey Faro de Lima[1]



Resumo

Buscou-se, neste trabalho, contribuir para as atividades desenvolvidas pela Superintendência do IPHAN no Pará, relativas à revisão do tombamento federal de bens e conjuntos de bens culturais compreendidos pela área delimitada, por lei municipal, como Centro Histórico de Belém, correspondente aos dois núcleos dos quais se originou a cidade, atualmente representados pelos bairros da Cidade Velha e da Campina. Procurou-se apreender a dinâmica de relações e interações sociais e simbólicas próprias da conformação dos diferentes espaços que compõem e se inserem, em múltiplas escalas, na área delimitada e identificada como Centro Histórico de Belém, a partir dos discursos e redes de sociabilidade tecidas e reproduzidas pelos moradores e usuários destes espaços.

1 Andrey Faro de Lima é bacharel e Licenciado em Ciências Sociais/UFPA. Bolsista do PEP/IPHAN/UNESCO, sob a coordenação da Copedoc/IPHAN, supervisão de Maria Dorotéa de Lima e co-supervisão de Philipe Sidartha Razeira, respectivamente, Superintendente e Chefe de Divisão Técnica da Superintendência do IPHAN no Pará.

Desde a criação do SPHAN, na década de 1930, e ao longo de sua trajetória, personagens como Mário de Andrade e Aloísio Magalhães, dentre outros, chamaram a atenção para a importância de uma concepção não segmentada de *patrimônio cultural*. Embora preterida em face de necessidades políticas estratégicas, e circunstanciais, esta concepção se manteve presente em muito das preocupações da instituição, ainda que tangencialmente, influenciando de forma significativa as mais recentes acepções de *patrimônio cultural* no Brasil, efetivando-se, em nível institucional, a partir do Decreto 3.551 de 2000.[2]

Atualmente, é quase incontestável a indissociabilidade das categorias material e imaterial do *patrimônio cultural*, separadas apenas pela necessidade de arranjos funcionais e de uma sistematização técnica e operacional diferenciada. Conforme sublinha Márcia Sant'Anna,

> (...) o conceito de patrimônio imaterial e sua interação com o patrimônio material contribuem para a sedimentação de uma idéia mais ampla de patrimônio cultural, enquanto síntese ou reunião desses dois aspectos. Um não faz sentido sem o outro e um não pode ser apreendido sem o outro. (SANT'ANNA, 2001, p. 160)

[2] Institui o registro do Patrimônio Imaterial Brasileiro, cria o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial e dá outras providências.

Este pressuposto se apresenta de forma tão consolidada que outras considerações soam, até certo ponto, desnecessárias. Paradoxalmente, as discussões que tratam da efetividade e viabilidade dos instrumentos de proteção e salvaguarda (o tombamento e o registro), concebidas em face das dificuldades e da necessidade de perspectivas mais abrangentes que integrem os diferentes matizes do patrimônio cultural, emergem em seus contornos mais contemporâneos.

No que compete à inserção "efetiva" da categoria imaterial nas atividades do IPHAN, não restam dúvidas de que este "ajuste" conceitual, político e institucional corresponde não só a um resultado, como implica uma série de novas possibilidades para as práticas e ações desenvolvidas e empreendidas. Todavia, o que decorre destas mudanças é menos a somatória de mais perspectivas à ação desta instituição do que a reorganização semântica da ideia de Patrimônio e das práticas institucionais em torno deste.

Segundo FONSECA (2003) o entendimento amplo desta questão tem algumas consequências:

> Em primeiro lugar, vem diluir certas dicotomias que tradicionalmente organizam o campo das políticas culturais: produção x preservação; presente x passado; processo x produto; popular x erudito. (...) Em segundo lugar, vem esclarecer certos mal-entendidos, como o que restringe a idéia de "patrimônio imaterial" a folclore e cultura popular. (...) não seria a suposta "imaterialidade" ou, pior, uma suposta "pobreza" de testemunhos materiais que constituiria diferencial entre culturas populares e culturas eruditas (FONSECA, 2003, p. 69/70).

Percebe-se que não se trata apenas de integrar departamentos ou desenvolver um programa direcionado a novas ações que venham preencher possíveis lacunas deixadas pelo IPHAN em suas atividades precedentes. Ou, mesmo, de realizar registros e planos de salvaguarda que envolvam e contemplem diferentes práticas, manifestações, grupos

étnicos ou segmentos sociais. Trata-se, sim, de uma nova postura que não reafirme os tradicionais discursos elitista e estetizante que permearam grande parte das políticas anteriores. O que está em jogo é todo um modo diferenciado de percepção e interpretação da amplitude do conceito de patrimônio cultural, seja ele aplicado a uma igreja colonial em Ouro Preto (MG) ou a um conjunto de pedras da Cachoeira do Iauaretê, às margens do rio Uaupés, no Alto Rio Negro (AM).[3]

Durante o ano de 2005, por meio do PEP/IPHAN/UNESCO, realizei algumas pesquisas sobre o Boi-bumbá de Manaus. No período em que desenvolvi esse trabalho já considerava, mesmo que obliquamente, questões pertinentes à discussão acerca da possível abrangência e integralidade da noção de patrimônio cultural. Entretanto, minhas verificações se direcionaram, majoritariamente, para a viabilidade do instrumento metodológico utilizado naquele empreendimento, ou seja, a metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC); sua possibilidade de execução e sua abrangência, em consonância com as nuances regionais, e as possibilidades deste instrumento/procedimento no fornecimento de meios pertinentes para uma aproximação e apreensão relativamente fidedignas de diferentes universos socioculturais. (ver LIMA, 2007, p. 117-146) Tais verificações enfocaram, principalmente, a utilização dos instrumentos inseridos a partir do Decreto 3.551/2000 e não as práticas e ações articuladas pelo IPHAN frente aos possíveis rearranjos que a introdução da categoria *imaterial* tem implicado em todos os planos de atuação da instituição.

[3] Vale frisar que o IPHAN, através de seus diversos departamentos, coordenações, superintendências e escritórios técnicos, ainda que de maneira relativamente fragmentada, vem discutindo, já há algum tempo, novas possibilidades e perspectivas sobre as práticas e ações desenvolvidas pela instituição. Como exemplo, posso citar o próprio trabalho de revisão dos tombamentos inseridos na área delimitada como Centro Histórico de Belém, realizados pela Superintendência do IPHAN no Pará, desenvolvidos a partir de diversas áreas de conhecimento: antropologia, arquitetura, história etc.

Em 2006, procurei coadunar minhas atividades com as demandas da Superintendência do IPHAN no Pará, onde os trabalhos relativos à revisão dos tombamentos inseridos na área denominada como Centro Histórico de Belém mostraram-se particularmente oportunos.

Trabalhar com perspectivas que envolvem a utilização de categorias específicas – centro histórico, patrimônio cultural, tombamento – para a apreensão simbólica dos espaços implica confrontar múltiplas escalas de percepção que se entrecruzam com a constituição das mais diferentes avenidas, fachadas e esquinas de significados. Conforme ressalta José C. MAGNANI (2000, p. 39), as práticas e relações sociais que dão sentido aos espaços "através de uma lógica que opera com muitos eixos de significação: *casa/rua; masculino/feminino; sagrado/profano; público/privado; trabalho/lazer,* e assim por diante". Roberto DaMatta, por sua vez, frisa que o espaço se entremeia à ordem social, e a compreensão de como as sociedades estabelecem suas redes de relações sociais, suas interações e seus valores torna-se condição *sine qua non* para a sua interpretação:

> Às vezes querem indicar antiguidade [a parte mais velha da cidade fica mais em cima], noutros casos pretendem sugerir segmentação social e econômica. (...) Há um sistema de contraste e de oposição no espaço, ou melhor, na constituição do espaço como coisa concreta e distinta; assim como há atividades igualmente distintas. (DAMATTA, 1997, p. 30 e 34)

Partindo destes pressupostos procurei, neste trabalho, relacionar a dinâmica de relações e interações sociais e simbólicas (articuladas e reproduzidas) com a conformação dos espaços que compõem e se inserem, em múltiplas escalas, na área delimitada e identificada como Centro Histórico de Belém, a partir das

redes de sociabilidade e dos discursos tecidos pelos moradores e usuários destes espaços.

Em Belém, há dezoito bens e conjuntos de bens culturais tombados pelo IPHAN.[4] Destes bens, doze encontram-se na área compreendida pelo Centro Histórico de Belém.

No que tange às observações e entrevistas realizadas, foi enfocada, sobretudo, a porção correspondente ao Bairro da Cidade Velha.[5] Esta escolha decorreu da necessidade de coadunar os resultados deste trabalho com a proposta de revisão dos processos de tombamento do Centro Histórico de Belém.[6] Este bairro representa o eixo de expansão da trajetória etnográfica que desenvolvi durante a prática *in loco*, que também envolveu áreas não observadas diretamente, mas recorrentemente referenciadas nas apreensões significativas dos interlocutores deste trabalho (moradores e usuários em geral: guardadores de carros, transeuntes, moradores de rua, ambulantes, funcionários de instituições existentes, etc.).[7]

---

4 A saber: 1) Igreja e Convento das Mercês, 2) Conjunto N. S. do Carmo, 3) Palácio Velho, 4) Igreja de São João Batista, 5) Igreja de Sant'Anna, 6) Palacete Pinho, 7) Palácio Antônio Lemos, 8) Palácio Lauro Sodré, 9) Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico da Praça Frei Caetano Brandão, 10) Solar do Barão do Guajará, 11) Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Ver-o-Peso, 12) Igreja de N. S. do Rosário, 13) Cemitério N. S. da Soledade, 14) Teatro da Paz, 15) Parque Zoobotânico do Museu Paraense Emílio Goeldi, 16) Conjunto Arquitetônico à Avenida Nazaré, 17) Conjunto Arquitetônico à Avenida José Malcher e 18) Ruínas do Engenho Murutucu e Capela de N. S. da Conceição, sendo que os doze primeiros encontram-se na área delimitada, por lei municipal, como Centro Histórico de Belém.

5 Neste sentido, consideraram-se aqui as limitações temporais, materiais e epistemológicas para a viabilização desta pesquisa. Sendo assim, resolveu-se que os trabalhos relativos às entrevistas e observações diretas enfocariam, majoritariamente, o bairro da Cidade Velha, levando-se em conta a própria lógica de expansão urbana da cidade.

6 Vale ressaltar que não há uma delimitação do Centro Histórico de Belém em nível federal.

7 Procurei não especificar, ou justificar, a priori, uma quantidade de entrevistas a realizar. Selecionei os entrevistados a partir da observação dos diferentes quadros de relações estabelecidos no interior do universo sobre o qual me debrucei. Ao final da pesquisa, somaram-se vinte e sete entrevistas, realizadas com cadernos de notas ou gravadores. A escolha pelas entrevistas citadas neste trabalho foi um processo subjetivo, segundo a construção de discurso que empreendi.

Escalas de percepção e interação urbana: o Centro Histórico de Belém

Empreender discussões que considerem a relação entre espaço, significado e sociabilidade, através de certas categorias e terminologias, pode implicar algumas ambiguidades impertinentes, haja vista que se está a lidar com conceitos construídos em escalas diferenciadas, mas que se cruzam obliquamente, indicando possíveis assimetrias decorrentes dos planos de interação e percepção da *realidade*. Clifford Geertz, no artigo "Do ponto de vista do nativo", chama justamente a atenção para os desníveis semânticos presentes nos movimentos de categorização de fenômenos e processos socioculturais diversos. Desníveis estes que o autor apreende por meio de uma distinção entre os chamados conceitos de *experiência-próxima* e *experiência-distante*.

> Um conceito de "experiência-próxima" é, mais ou menos, aquele que alguém – um paciente, um sujeito, em nosso caso, um informante – usaria naturalmente e sem esforço para definir aquilo que seus semelhantes vêem, sentem, pensam, imaginam, etc., e que ele próprio entenderia facilmente, se outros o utilizassem da mesma maneira. Um conceito de "experiência-distante" é aquele que especialistas de qualquer tipo – um analista, um pesquisador, um etnógrafo, ou até um padre ou um ideologista – utilizam para levar a cabo seus objetivos científicos, filosóficos ou práticos. (...) Obviamente, trata-se de uma questão de grau, não de oposição extrema. (GEERTZ, 1997, p. 88)

Partir deste mote corresponde, de imediato, a compreender que se está trabalhando no nível das relações intersubjetivas, com definições estabelecidas entre indivíduos e coletividades pelas interações e pela tessitura de múltiplas redes de sociabilidade. O Centro Histórico de Belém, por se tratar de uma categoria central ao desenvolvimento desta produção, demanda algumas considerações e contextualizações mais pormenorizadas de seus aspectos técnicos, institucionais, políticos e

retóricos; que vêm melhor elucidar o universo da pesquisa e as escolhas, trajetórias e percursos etnográficos realizados.

A definição de *sítio histórico urbano*, segundo a *Carta de Petrópolis*,[8] diz respeito, em linhas gerais:

> (...) ao espaço que concentra testemunhos do fazer cultural da cidade em suas diversas manifestações. (...) deve ser entendido em seu sentido operacional de "área crítica", e não por oposição a espaços não históricos da cidade, já que toda cidade é um organismo histórico (...) O sítio histórico urbano – SHU – é parte integrante de um contexto amplo que comporta as paisagens natural e construída, assim como a vivência de seus habitantes num espaço de valores produzidos no passado e no presente, em processo dinâmico de transformação, devendo os novos espaços urbanos ser entendidos na sua dimensão de testemunhos ambientais em formação. (CURY, 2003, p. 285)

O *sítio histórico urbano*, aqui referenciado, conforma-se na relação entre a retórica de uma possível "potencialidade" sociocultural de determinados espaços urbanos e a necessidade de uma operacionalização político-institucional desta potencialidade.

De certa forma, os discursos que se constroem na justificativa de tais "potencialidades" correspondem, *per si*, em sua própria operacionalização política. Segundo José R. GONÇALVES (2002, p. 13), o processo de se definir institucionalmente memórias e identidades de uma determinada sociedade se faz necessariamente segundo propósitos pragmáticos e políticos. Portanto, "enquanto construções discursivas, essas definições podem ser pensadas como 'atos'", propriamente ditos.

O Centro Histórico de Belém compreende, majoritariamente, os bairros da Cidade Velha e da Campina, correspondentes con-

[8] Documento de 1987 que integra um conjunto de propostas firmadas internacionalmente que demarca, conceitual e operacionalmente, as atividades dos órgãos que atuam na definição e na preservação do patrimônio cultural. (ver CURY, 2003)

temporâneos dos núcleos urbanos originais da capital paraense. Situa-se na porção sudoeste da área urbana, parte do Distrito Administrativo de Belém; tem delimitações definidas e instituídas pela legislação municipal,[9] que estabelece parâmetros urbanísticos e morfológicos diferenciados.

Formada ao longo de quatro séculos, a área entendida por Centro Histórico de Belém, seja enquanto espaço de referência para a reprodução de uma gama variada de práticas sociais, seja pelo traçado urbanístico e arquitetônico distinto, tem participação expressiva na construção dos múltiplos discursos, imagens e narrativas que a cidade faz uso para se representar. Isto se torna visível mesmo reconhecendo que tais construções não estão necessariamente relacionadas a algum princípio coletivo precedente. Tal como sublinha GONÇALVES (2002), as *performances* retóricas que atuam na definição de certas categorias e terminologias politicamente construídas (neste caso, acrescento a noção de Centro Histórico de Belém como "área crítica" do ponto vista patrimonial) têm consequências muito mais amplas, envolvendo aspectos dramáticos e não somente cognitivos.

As concepções acerca do que vem a ser o Centro Histórico de Belém e, por conseguinte, o *Patrimônio cultural* da cidade, não só reproduzem, mas engendram arranjos discursivos que compõem, junto a outros mecanismos e processos, os contornos sociais e simbólicos da cidade.

O Centro Histórico de Belém, como citado, compreende a área relativa aos núcleos de fundação da cidade, ou seja, à Cidade e à Campina.

---

9 No que diz respeito à legislação que ampara constitucionalmente o Centro Histórico de Belém, têm-se: a Lei Municipal nº 7.401, de 1988 e a Lei Orgânica do Município, de 1990. Seu entorno é definido pela Lei Municipal nº 7.709, de 1994, do Plano Diretor de Belém. Limita-se a NE pela Avenida Assis de Vasconcelos, a NW pela baía do Guajará, a SW pelo rio Guamá e a SE pela Avenida Almirante Tamandaré. Partes dos bairros do Reduto, Nazaré, Batista Campos e Jurunas, constituem seu entorno. Possui 3.200 edificações, com uma população de aproximadamente 1.014 habitantes. (INBI-SU/Belém – 1999/2002)

A fundação de Belém[10] ocorreu em 1616, a partir de uma fortificação denominada Forte do Presépio, no local onde atualmente se encontra o Forte do Castelo, à margem da confluência entre o Rio Guamá e a Baía de Guajará. O Forte foi ali construído em decorrência da localização militarmente estratégica, num terreno alto, com difícil acesso pela terra, devido ao alagadiço do Piry, que contornava toda a área.

A primeira rua da cidade, a Rua do Norte, foi aberta em 1621 e conduzia da Praça de Armas, contígua ao Forte, até a casa do capitão-mor do Pará. Neste local foi fundada, em 1624, a Igreja do Carmo, pela Ordem dos Carmelitas Calçados. Outras ruas se abriram paralelas e transversais a essa primeira, estendendo-se até o alagadiço do Piry. Essas vias formaram o primeiro núcleo de povoação e expansão da cidade, chamado de Cidade.

Paralelamente à consolidação do núcleo urbano da Cidade ocorreu, em 1627, a construção do Convento dos Capuchos de Santo Antônio, nas proximidades do Forte. Após a mudança deste convento para a margem norte do igarapé do Piry, em área seca e firme, o crescimento urbano se redirecionou para esta área. Criou-se uma estiva atravessando o igarapé até o Convento, que logo se cercou de habitações. Como o caminho que levava ao Convento se estendia adjacente à margem da baía de Guajará, o desembarcadouro logo se instalou ali, fazendo com que comerciantes mudassem para suas proximidades. Durante esse período, outras ruas surgiram, compondo, no final do século XVII, o núcleo urbano da Campina. No início dos setecentos, a cidade já tinha suas principais artérias abertas e seus eixos de expansão definidos no perímetro urbano que compreendia os nascentes bairros da Cidade e da Campina. Tendo em vista que os colonos fugiam das áreas alagáveis, o crescimento e desenvolvimento da cidade durante quase todo o período colonial ficou praticamente restrito a essas áreas.

[10] Os dados históricos referenciais foram obtidos da Pesquisa Histórica do Inventário Nacional de Bens Imóveis em Sítios Urbanos - INBISU/Belém – 1999/2002.

Nos três séculos posteriores novos núcleos surgiram, integrando-se àqueles originais. As áreas alagadas e alagáveis foram gradualmente aterradas ou drenadas, o que possibilitou uma maior expansão da cidade em direção à parte mais interna. Largos, portos, ruas, igrejas, teatros, palácios e demais edificações foram construídos, alterados ou demolidos, de acordo com as necessidades e concepções urbanísticas e estéticas de diferentes épocas e em decorrência das sequentes mudanças e transformações políticas, populacionais e econômicas que se sucederam e que delinearam, no transcorrer dos últimos séculos, as feições contemporâneas da cidade.

A Campina, dada sua proximidade com a baía de Guajará, despontou gradativamente como a principal área comercial da cidade. Nesse bairro se instalaram bancos, lojas, escritórios, casas de aviamento, armazéns, mercados públicos, dentre outros elementos urbanos associados às atividades portuárias e mercantis, e que foram pouco a pouco configurando os traços característicos do bairro.

Mesmo nesta primeira década do século XXI vê-se que o bairro da Campina ainda mantém sua vocação de centro comercial. A forte presença de um mercado varejista e de prestação de serviços atrai diariamente um grande contingente de pessoas que se espalha e se cruza por suas ruas estreitas, por entre as centenas de barracas de ambulantes e pelos estabelecimentos lojistas, prestadores de serviços, administrativos e bancários. À noite, quando os departamentos comerciais e as poucas residências (grande parte localizada na porção norte do bairro) fecham suas portas e janelas, a Campina passa a ser frequentada, majoritariamente, por moradores de rua e notívagos transeuntes que circulam pelas vias escuras, pela feira do Ver-o-Peso, à margem da baía de Guajará, e pelos vários prostíbulos e bares existentes no bairro.

Parece interessante que o bairro da Campina ainda figure no cenário citadino como importante centro econômico da cidade, concentrando

diversas atividades e serviços, mesmo diante do presumível desenvolvimento econômico e urbano de Belém, com o aparecimento de novos núcleos comerciais. Por outro lado, esta perseverante vocação lhe imprimiu um aspecto próprio, expresso, principalmente, em sua estética e morfologia urbana.

Grande parte do variado e envelhecido casario (com suas fachadas, geralmente, cobertas por letreiros, toldos, lonas de barracas ou faixas de propaganda) que compõe os compactos e contíguos quarteirões do bairro já sofreu, no que tange às suas formas arquitetônicas, algum tipo de alteração, adequação ou readequação decorrentes dos usos e apropriações relacionadas à sua configuração socioespacial. Essas características chegam a identificar o bairro da Campina (também chamado bairro do Comércio ou Centro) como uma área estruturalmente "anacrônica" e "mal aproveitada", seja pelos que demandam "adaptações" necessárias às atividades comerciais que ali se reproduzem, seja pelos que defendem a conservação do caráter histórico supostamente impresso na arquitetura antiga do bairro.

A Campina avizinha-se ao Bairro da Cidade Velha, remanescente do antigo núcleo urbano da Cidade. Este bairro corresponde a uma parcela expressiva do Centro Histórico de Belém, participando diretamente na construção das variadas imagens e narrativas a partir das quais a cidade procura se identificar e se representar. A reprodução de sociabilidades próprias e diversas tornou o bairro fundamental para a compreensão do que vem a ser o Centro Histórico de Belém.

Espaços e sedimentações

O núcleo urbano da Cidade, que desde meados do século XIX já se chamava Cidade Velha, perdera muito de sua importância econômica ainda no início dos oitocentos, tornando-se uma zona de igrejas, hospitais e residências. Assumiu, por isso, papel relativamente secundário no pro-

cesso de expansão da cidade. Tal situação acabou proporcionando um traçado urbanístico e morfológico mais "perseverante" a este bairro, traduzido, inclusive, em sua própria denominação, visivelmente alusiva à posição que adquiriu no contexto geral da cidade. Com efeito, a Cidade Velha, enquanto referente urbano-social, diferentemente da Campina (ou, neste caso, Comércio), figura no plano citadino como um bairro, sobretudo, histórico, "velho" e/ou "antigo". No entanto, as disjunções consequentes da relação existente entre as imagens e narrativas que se reproduzem sobre este bairro e as descontinuidades construídas a partir das práticas, apropriações e sociabilidades apresentam uma Cidade Velha entrecruzada por múltiplas fronteiras sociais e simbólicas.

A Cidade Velha, considerando suas delimitações político-administrativas, pode ser identificada por segmentações socioespaciais mais ou menos distinguíveis entre si.[11]

Na parte sudoeste do bairro, à margem da Baía de Guajará, encontra-se o Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Praça Frei Caetano Brandão[12] (ou Largo da Sé, como é tradicionalmente conhecido). Símbolo histórico e mítico da fundação de Belém, o Largo da Sé é formado por alguns dos principais ícones históricos e arquitetônicos da cidade, tais como o Forte do Castelo e a Catedral da Sé, correspondendo, sem dúvida, à porção mais "monumental" e *patrimonializada* da Cidade Velha e de todo Centro Histórico (e também de toda a cidade).

Com participação nos diversos discursos reproduzidos à constituição das imagens e representações da cidade, um dos principais referentes na procissão do Círio de Nazaré e componente cativo dos *guias* da cidade, este "espaço" passou recentemente (2000/01/02) por um intensivo processo de "revitalização" patrimonial, quando se realizaram

[11] Devo ressaltar que esta segmentação foi construída por mim durante a pesquisa e através dos percursos etnográficos que realizei.

[12] Conforme as terminologias e categorias do Livro de Tombo do IPHAN.

reformas (e alterações) arquitetônicas e urbanísticas em, praticamente, todo o conjunto. Houve uma *musealização* das funções de alguns dos prédios que o compõem, com a instalação de infraestrutura que inclui policiamento, restaurantes, sorveterias, lojas de artigos regionais e órgãos públicos. Ocorreu também uma espécie de "abertura lúdica" para o rio, com a retirada de alguns galpões contíguos à baía e de parte da muralha que circundava o Forte do Castelo, sequenciada pela construção de um píer onde se atracou, permanentemente, um navio retirado de circulação pela marinha militar e transformado em museu.

Além dos prédios, o Largo da Sé também recebeu algumas reformas. Em suas laterais alocaram-se dois pontos de táxi e algumas barracas padronizadas, que vendem lanches, comidas típicas, bombons, cigarros etc.[13] Foram transformações significativas, principalmente quando se faz referência aos demais espaços circunvizinhos e ao aspecto da área antes das reformas, tal como pude observar em diversas entrevistas que realizei com alguns usuários deste espaço. A denominação *Largo da Sé* foi substituída, após a reforma, por *Complexo Feliz Luzitânia* (em referência à primeira denominação da cidade quando de sua fundação).

Sem dúvida, o antigo Largo da Sé contrapõe-se em vários níveis às áreas que o cercam. Localizado na confluência da Baía de Guajará com o Rio Guamá, este referente urbano integra-se à cidade por cinco vias.[14] Dentre estas, têm-se a pequena Ladeira do Castelo, que segue por entre o Forte do Castelo e o Convento de Santo Alexandre, terminando alguns metros adiante, na parte posterior do Forte, onde se lo-

13 Um outro elemento que também chama a atenção no Largo da Sé corresponde ao trilho de bonde que vem da ladeira do Castelo, passa pela frente da Igreja de Santo Alexandre e entra na Rua João Alfredo em direção à Praça D Pedro II. Este trilho foi instalado pela prefeitura de Belém, com fins turísticos, para a circulação de um bonde que percorreria os bairros da Campina e da Cidade Velha. Os trilhos foram inaugurados, mas até o ano de 2006 o bonde não havia sido colocado em circulação.

14 A saber: as avenidas Dr Malcher e Dr Assis, a Rua Siqueira Mendes, a Travessa João Alfredo e a Ladeira do Castelo.

caliza a Feira do Açaí, pertencente ao conjunto de feiras que compõem o Complexo Ver-o-Peso, e que funciona na proximidade da Doca do Ver-o-Peso, recebendo atravessadores que chegam com cestos de açaí e outras frutas do interior do estado. É uma área frequentada, majoritariamente, por feirantes, atravessadores e funcionários dos quiosques situados no local. Grande parte da movimentação nesta área ocorre durante a madrugada (em meio a muita música e bebidas), quando chegam os atravessadores com os cestos repletos de frutas da região. Já pela parte da manhã a movimentação diminui bastante.

A Ladeira do Castelo, por se tratar de uma via que "emboca-se à cancela" da Praça Frei Caetano Brandão, entre monumentos tão significativos, talvez represente o exemplo mais emblemático das assimetrias e contrastes que, traço a traço, configuram os contornos mais característicos do Bairro da Cidade Velha. A Ladeira constitui uma estreita rua de paralelepípedos (já bastante degradada pela falta de manutenção dos trilhos instalados no local), com calçadas em pedra de *lioz* e um antigo casario contíguo ao Convento. A circulação de pessoas nesta via é relativamente pequena, sendo utilizada, quase que exclusivamente, pelos poucos moradores locais, moradores de rua e usuários de drogas (recorrentemente observados durante pesquisa) e, em menor quantidade, por alguns trabalhadores da Feira do Açaí, que utilizam esta via para transitarem. Durante a noite o contraste com o Feliz Luzitânia se torna ainda mais evidente, pois a fraca iluminação torna esta pequena via um tanto "lúgubre".

Para os que porventura param pra observá-la, transpondo sua relativa invisibilidade, é no mínimo de chamar a atenção a presença desta rua tão "soturna" nas adjacências de um espaço notadamente "movimentado", "iluminado", "limpo" e "sofisticado" como é o Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Praça Frei Caetano Brandão. As reformas que procuraram enfatizar e reafirmar o valor patrimonial do Largo da

Sé, parece-me, trouxeram para si o próprio sentido do que seria ou não reconhecível como Patrimônio, e as demarcações estabelecidas acabaram gerando, conforme ressalta dona Maria Iracy, aposentada de 71 anos e residente há 35 anos em uma das casas da Ladeira do Castelo, expressivas disparidades:

> (...) ali pra cima é tudo bonito, é turismo, tudo uma beleza. Aqui é a marginalidade, tudo que não presta. Se o senhor for prestar atenção vai ver que a rua *ta* toda destruída, mas o senhor já percebeu que quando chega lá em cima fica tudo bonitinho? (...) Aqui também é patrimônio histórico, não é?... mas todo dia aparece alguma coisa na minha casa. É o telhado que *ta* todo velho, o assoalho, a gente não tem como ajeitar, é pobre, não tem dinheiro... isso aqui também devia ser visto, porque eles vêm aqui *pra* Frei Caetano e ficam só circulando por lá, de vez em quando um mete a cara ali pra entrar, mas volta. Tem uns turistas meio *aventureiro* que se metem *pra* entrar aqui, eu fico só fazendo sinal lá de cima pra eles voltarem, aí eles entendem e voltam... (Entrevista realizada em 5 de outubro de 2006).

Estas disparidades vêm elucidar aspectos relevantes das assimetrias e descontinuidades socioespaciais que se apresentam na Cidade Velha. Escondida em meio a tanta *monumentalidade,* a Ladeira do Castelo parece indicar, pelo contraste, os aspectos sociosignificativos que identificam o Feliz Luzitânia como ícone histórico e arquitetônico da cidade. Fotografada por turistas, excursionada por estudantes e palco de várias festividades, o Feliz Luzitânia é, antes de tudo, um "evento", onde a relação patrimônio/monumento assim se apresenta. Havendo, inclusive, alguma menção espacial identificável acerca do Centro Histórico de Belém, esta quase sempre se remete a este espaço. Não se mora ali (por sinal, há alguns poucos moradores); visita-se, contempla-se, o que de mais monumental a cidade pode oferecer. Tudo que, por acaso, possa parecer ordinário e, consequentemente, medíocre, assume a sua devida dimensão na forma com que é *patrimonializado*. Neste contexto,

a subterrânea e "perigosa" ladeira do Castelo imerge em sua própria invisibilidade, tanto pelos fatores anteriormente citados quanto pelas disjunções socioespaciais que evidencia, marco limiar de universos que pouco se tocam. Já que, apesar da proximidade espacial entre a Feira do Açaí e o Feliz Luzitânia, a interação destes referentes é quase nula, o que reflete as disparidades urbanísticas e sociais.

No entanto, é preciso, em algumas circunstâncias, não exagerar as diferenças, segundo frisa José Reginaldo GONÇALVES (2002, p. 122): o patrimônio, ora concebido no registro monumental, ora no registro do cotidiano, pode assumir sentidos diversos. "Ambas as narrativas podem ser, de certo modo, monumentalistas. Assim, por exemplo, se uma delas momumentaliza o barroco, a outra pode perfeitamente momumentalizar o cotidiano, o popular". Neste sentido, os arranjos indicados pelo tracejar etnográfico de espaços como o Feliz Luzitânia e a Feira do Açaí fornecem uma perspectiva pertinente, mas parcial do possível quadro sociosignificativo do Centro Histórico de Belém e seu patrimônio "inerente", em diferentes escalas.

Considerando o processo de expansão da Cidade Velha, podem-se identificar, além da área do Feliz Luzitânia e suas vizinhanças imediatamente díspares, outras segmentações igualmente características. O bairro compõe-se de uma malha urbana entrecortada por estreitas vias abertas em sentido paralelo e perpendicular à Baía de Guajará. Estas vias se estendem e se cruzam a partir do núcleo de expansão localizado na confluência da baía com o Rio Guamá, núcleo que corresponde, atualmente, à área do complexo Feliz Luzitânia. Até se darem as primeiras iniciativas de transposição e aterro dos alagadiços que circundavam esta parcela da cidade, sua ocupação esteve condicionada às proximidades deste "miolo original", estendendo-se um pouco mais, às adjacências das áreas alagáveis.

Este aspecto da evolução urbana da Cidade Velha implicou não só um traçado específico, mas também a constituição de porções urbanísticas diferenciadas, na medida em que seus limites se ampliaram e novas parcelas surgiram.

Adiante do Feliz Luzitânia, pela parte sudeste da Cidade Velha, situa-se o que talvez se possa classificar de "núcleo duro" deste bairro. Trata-se da porção sequencialmente ocupada a partir do eixo de fundação da cidade, com a abertura das primeiras vias.[15] Atualmente, esta parte corresponde a uma pequena malha composta pelas ruas Siqueira Mendes, Dr. Assis e Dr. Malcher, com suas travessas e demais ruas; prolongando-se até o canal de drenagem da Avenida Almirante Tamandaré, correlato contemporâneo do antigo Igarapé do Piry, devidamente urbanizado.

A Rua Siqueira Mendes, conhecida como a "primeira rua de Belém", é uma pequena e estreita via que se estende da Praça Frei Caetano até a Praça Nossa Senhora do Carmo (terminando logo defronte da Igreja de Nossa Senhora do Carmo), paralelamente ao Rio Guamá. Em decorrência de sua localização e disposição urbana, apresenta uma forte vocação portuária, com vários terminais destinados ao embarque e desembarque de cargas e passageiros. Tanto de dia quanto à noite é comum a presença de caminhões e táxis nesta rua aguardando pelo fluxo de pessoas e mercadorias. Durante os finais de semana, a movimentação fica por conta do grande contingente de jovens, em sua maioria de camadas médias, que se deslocam para os bares e boates ali existentes. Além dos portos e boates há também alguns estacionamentos, oficinas de equipamentos náuticos e bares mais "populares".

[15] A Rua Tomázia Perdigão, mesmo incluída espacialmente no processo de formação deste "núcleo duro", foi inserida noutra segmentação da Cidade Velha, haja vista os contornos diferenciados que possui. Mais adiante isto será melhor referenciado.

As avenidas Dr. Assis e Dr. Malcher, mais amplas e mais extensas do que as demais vias perpendiculares, representam as principais artérias deste trecho da Cidade Velha. Com um tráfego geralmente mais intenso, são importantes logradouros de circulação, concentrando parte significativa do fluxo de pessoas e veículos e vários estabelecimentos comerciais[16].

Para quem, casualmente ou não, da Praça Frei Caetano Brandão, resolva seguir pela estreita Siqueira Mendes, visualizará, logo à frente, sob copas de mangueiras, circundado por compactos quarteirões, o Conjunto N. S. do Carmo,[17] que compreende a Praça (também conhecida como Largo do Carmo), a Igreja e o antigo Convento de N. S. do Carmo (atual Colégio Salesiano do Carmo), a Capela da Ordem Terceira e o Palácio Velho, respectivamente avizinhados.

Nas adjacências deste conjunto, encontram-se vários estabelecimentos comerciais – lojas de materiais de construção, equipamentos náuticos e mecânicos em geral, estacionamentos, pequenos mercados, lanchonetes e bares – que formam unidades mistas com funções também residenciais.

Trata-se de um lugar habitualmente frequentado por moradores das redondezas, oriundos, em sua maioria, da área de trapiches, estivas e palafitas denominada Porto do Sal, que utilizam o largo para a realização de partidas de futebol, jogos infantis e outras práticas de sociabilidade. Também circulam por ali passageiros e funcionários dos portos, estudantes indo e vindo do Colégio Salesiano do Carmo, paroquianos, fregueses dos estabelecimentos comerciais, além de jovens que praticam *skate* no local. Nos finais de semana, à noite, a movimentação

16 Na avenida Dr. Malcher, em seu trecho anterior, com as travessas Félix Roque e Joaquim Távora, situam-se vários prédios institucionais (associados, principalmente, ao Poder Judiciário e Executivo), o que é comum em toda esta parcela do bairro.

17 De acordo com as definições do tombamento do IPHAN, esta área não é considerada um conjunto de bens. Porém, diante da contiguidade com a qual estes bens estão dispostos, ela é comumente apreendida como Conjunto N. S. do Carmo.

nesta área fica a cargo das pessoas que se deslocam para as boates e bares localizados na Siqueira Mendes, e de guardadores de carro *(flanelinhas)*, pedintes e vendedores ambulantes.

No Largo do Carmo, ocasionalmente, ocorrem ou "surgem" diversas comemorações associadas a festividades "regionais" e/ou "tradicionais" (festivais de carimbó e Boi-bumbá, festejos relativos ao Círio de Nazaré, desfile de "blocos de sujo"/carnavalescos), que atraem um grande número de pessoas e segmentos, sobretudo das camadas médias da cidade.

Na porção nordeste deste trecho, os usos se tornam majoritariamente residenciais, o que pode ser constatado ao entardecer, pela quantidade de cadeiras nas calçadas e conversas de portão. Durante a noite, alguns bares próximos também atraem muitos notívagos (principalmente, artistas, jornalistas, músicos e estudantes). Devido às dimensões reduzidas das vias e do pouco tráfego de veículos, alguns destes bares costumam espalhar suas mesas e cadeiras pelas ruas e calçadas.

Inúmeras mediações socioespaciais são estabelecidas entre o Feliz Luzitânia e esta parcela mais "interna" da Cidade Velha. Entretanto, se percebe que a maioria dos personagens cotidianos deste "núcleo duro" difere bastante dos habituais frequentadores que caracterizam o Feliz Luzitânia, não só em decorrência dos diferentes usos e apropriações que se desenvolvem nestes espaços, mas em decorrência deles. Isto parece indicar um quadro no qual as relações sociais tecidas no Largo do Carmo e em suas proximidades configurar-se-iam a partir de interações ordinariamente construídas: redes locais de vizinhança e parentesco devidamente evidenciadas nas partidas de futebol, nos piques infantis, nas missas dominicais, nas paqueras à saída da escola, nas conversas à soleira das casas. Por outro lado, nesta mesma adjacência, as práticas de sociabilidade que se reproduziriam no Feliz Luzitânia seriam caracterizadas, então, por contornos mais cosmopolitas, marcados, principalmente, pela dinâmica turística e *monumental* daquele espaço.

Não restam dúvidas de que entre ambas as porções se pode identificar uma gama de descontinuidades expressivas, embora, em alguns momentos, elas componham uma mesma unidade sociogeográfica. No entanto, percebe-se que aspectos considerados mais cotidianos ou tradicionais, assim como outros reconhecidamente "excepcionais" ou "eventuais", na maneira com que são percebidos e reproduzidos, podem adquirir feições heterodoxas, o que reflete as definições sociosignificativas de *centro histórico* e *patrimônio.*

Na Cidade Velha, a cada ano, verifica-se a sucessiva emergência de novas e diferentes manifestações e práticas de sociabilidade, que se entremeiam aos largos e logradouros deste bairro, então reconhecido como um espaço significativo por sua importância histórica, "peculiaridades culturais e sociais" e características morfológicas e arquitetônicas. Ora, é claro que este processo não é acidental ou casual, já que deriva da *essencialização* de um cotidiano presumivelmente expresso na dinâmica do bairro. Um cotidiano que pode ser vivenciado ou concebido diversamente, seja associando-o diretamente à ideia de *patrimônio*, seja associando-o a uma "excepcionalidade" que, por sua vez, representa o mesmo *patrimônio* devidamente significado. Para Carol e Natália, universitárias e frequentadoras da boate Açaí Biruta (boate localizada na Rua Siqueira Mendes), o Bairro da Cidade Velha é um universo marcado por imagens dúbias, que ora atraem, ora afastam os que com ele (e nele) interagem:

> **Carol** – Eu não conheço praticamente nada da Cidade Velha (...) Essas ruas são tão apertadinhas e tudo parecida. Eu vou até no máximo aqui na praça do Carmo mesmo, quando tem show. Também essas ruas são todas escuras, de noite a gente num vê ninguém...
> **Natália** – Eu ando direto pela Cidade Velha, faço algumas imagens, tem sempre uns tiozinhos na janela.
> **Carol** – Até um pivete levar tua máquina... Não é que eu não ache um bairro bonito... é charmosa, antiga, patrimônio histórico, tudo

> e tal... ta ficando até meio cult, todo mundo agora quer fazer "umas imagens" (sinal com os dedos indicando, ironicamente, as aspas) na Cidade Velha, mas eu nem conheço ninguém que more aqui, porque eu iria vir passear pra cá?... (Entrevista realizada em 27 de setembro de 2006).

Este entrelaçado semântico (labiríntica, sufocante, aconchegante, charmosa, tradicional, perigosa), associado às descontinuidades nos usos e apropriações do Largo do Carmo e proximidades acaba compondo discursos que apresentam uma noção de *Patrimônio* permeada por categorias *hierarquizantes, acusativas e essencialistas*. As vizinhas Anaíde, 30 anos, Fernanda, 27, e Nilceia, 62, moradoras da rua Félix Roque (as duas primeiras estudantes universitárias e a última, aposentada), observam o "potencial" patrimonial da Cidade Velha segundo uma perspectiva bem interessante:

> **Anaíde** – Aqui é tranquilo, mas agora eu vou lhe contar uma coisa, vou lhe contar que ta havendo um problema sério que nós temos aqui, são dois negócio aí, o Mansuá (boate) e esse tal de Açaí Biruta, eles estão descaracterizando o bairro da Cidade Velha, sabe. Porque tu sabes, a marca desse bairro, o que nós temos de patrimônio mesmo, é a tranquilidade. É uma avacalhação aí, porque eles fazem barulho, fumam maconha na frente de casa.
> **Fernanda** – Dá um monte de maconheiro aí.
> **Anaíde** – Enchem a rua de carro, metem os carros na calçada, mijam nos postes, na frente de todo mundo. Às vezes o cheiro fica insuportável.
> **Nilceia** – Não respeitam a gente.
> **Fernanda** – Mijaram na minha porta, bem na minha porta, mesmo.
> **Anaíde** – Isso ta descaracterizando a Cidade Velha, porque a tranquilidade que é a característica daqui. Mas até que ainda é tranquilo, se comparando com outros bairros. Isso que é a Cidade Velha. É tranquilo porque todo mundo se conhece, a maioria das pessoas que moram aqui já moram há muito tempo. Meu pai mora bem ali. Ele diz que só sai daqui se for pro cemitério. (...) Não tem tanto

> barulho, confusão. Eu costumo ir de vez em quando aí pra praça [Frei Caetano].
> **Fernanda** – Mas quando que a gente tem tempo e dinheiro pra ir nessa Onze Janelas aí? Falta tempo e grana. (Entrevista realizada em 16 de outubro de 2006)

Conforme se pode observar nos comentários acima citados, os usos, apropriações e percepções sociais e simbólicas que constituem as diferenciações dos (e nos) múltiplos "espaços" se complexificam, indicando, acentuando ou delimitando certas fronteiras onde a ideia de *patrimônio*, ou qualquer coisa que a ela se associe, pode enfatizar desde um suposto "estilo de vida" até feições arquitetônicas e morfológicas.

No espaço do Largo do Carmo, por exemplo, a presença de segmentos sociais diferenciados é comumente considerada, por alguns moradores e frequentadores, um "fator de risco", pois permite o aparecimento de assaltantes provenientes, principalmente, do Porto do Sal. O que também é reconhecido pelos que se identificam como "legítimos" moradores do bairro, como um descaso das instituições governamentais com o que seria o "verdadeiro" patrimônio da Cidade Velha – o "estilo de vida tradicional" de seus moradores, expresso nas redes de vizinhança e parentesco e em práticas de sociabilidade mais restritas e exclusivas.

O Porto do Sal limita-se com a lateral esquerda da Igreja do Carmo (Beco do Carmo) e se prolonga pela margem do Rio Guamá até o canal da Avenida Almirante Tamandaré. O mercado do Porto do Sal, localizado na confluência da Travessa Gurupá com a Rua São Boaventura (na parte posterior da igreja do Carmo), representa o principal referencial urbano desta área, constituída por inúmeras palafitas e trapiches, onde também funcionam alguns portos, bares e boates, habitados e frequentados por famílias e indivíduos pertencentes às camadas populares da cidade. Há um grande número de pescadores, atravessadores e demais profissionais de atividades náuticas morando no local. A maioria dos

frequentadores da Praça do Carmo vem desta área. Durante a noite é comum a presença de moradores do Porto do Sal em alguns dos bares localizados no Beco do Carmo. No entanto, a transição e a interação entre os tipos sociais e os usos que se fazem, conforme sublinha, em uma das entrevistas, Sueli, de 41 anos, moradora do Porto do Sal e vendedora ambulante de lanches, são marcadas por muitas restrições: "(...) Uns meninos aí dos becos que roubam e todo mundo leva a culpa, porque pro pessoal aí da Cidade Velha ta todo mundo no meio (...)". (Entrevista realizada em 16 de outubro de 2006).

O importante é que desta querela surgem algumas referências fundamentais à compreensão de como estes "espaços" são definidos, hierarquizados e negociados. Percebe-se que esta malha corresponde ao "núcleo duro" da Cidade Velha (ou, no caso do comentário de Sueli, à própria Cidade Velha) em decorrência, sobretudo, da relação que se estabelece entre a sua conformação urbanística e morfológica; das diferentes redes de práticas, interações e apropriações socioespaciais que ali se desenvolvem; e do papel que ambos os aspectos exercem para a construção de discursos significativos e demarcações de fronteiras. Não é um espaço fixamente delimitável do ponto de vista geográfico. Suas feições denotam traços mais particulares não pela distinção rígida, em si, de outras "fatias" da Cidade Velha, mas sim pelas características mais ou menos majoritárias que a definem como um referente próprio. Tais características se tornam mais evidentes na medida em que se contrasta esta porção com outras demais sedimentações igualmente perceptíveis.

Sobre a expansão do bairro da Cidade Velha, pode-se identificar ao menos dois momentos mais ou menos delimitáveis, a saber: a sequente ocupação da porção relativa à desembocadura do Igarapé do Piry com a Baía de Guajará, que atualmente constitui o perímetro limítrofe deste bairro com a Campina; e o prolongamento da Cidade Velha para além do

alagado do Piry, a partir da ocupação dos terrenos à embocadura deste último, até seus limites com os bairros Jurunas e Batista Campos.

Diferentemente do seu núcleo original, a Cidade Velha, pelo estrato norte, nos limites com a Campina, assume contornos um pouco diversos.

Nos últimos três séculos, muitos terrenos alagados passaram por intervenções urbanísticas, com a finalidade de dar regularidade e espaço ao desenvolvimento da cidade e possibilitar uma melhor integração das novas áreas que surgiam, a exemplo do aterro da desembocadura do Piry, onde se construíram largos, palácios e uma doca. Esta área é composta por referentes bastante expressivos, que participam da emblemática "fachada" urbano-estética da cidade. Além de sua relevância simbólico-espacial, esta porção reúne vários serviços, estabelecimentos comerciais, órgãos do poder executivo e judiciário e outras instituições (museus, institutos de pesquisa, etc.), sendo, também, um importante eixo de circulação viária. Em linhas gerais, diz respeito ao perímetro compreendido pelo trecho que se estende da doca do Ver-o-Peso e adjacências até o canal da Avenida Almirante Tamandaré (devidamente balizado pelo marco dos limites ao noroeste da Cidade Velha, ou seja, a Avenida Dezesseis de Novembro), no qual se incluem as praças do Relógio, D. Pedro II e Felipe Patroni, os palácios Lauro Sodré e Antônio Lemos (onde, atualmente, funcionam o Museu de Artes de Belém, a Prefeitura, e o Museu do Estado), o Instituto Histórico e Geográfico do Pará (antigo Solar do Barão de Guajará), a Assembleia Legislativa, o Ministério Público, o Tribunal de Justiça, o Largo e Capela de São João Batista, além de outros elementos urbanos não tão "notórios".

Para esta área convergem também múltiplas relações, segundo as quais indivíduos de diversas camadas, domínios e proveniências sociais diariamente circulam compondo diferentes redes de interações cotidianas ou eventuais.

Durante o dia, observam-se vários vendedores ambulantes, trabalhadores do comércio varejista, feirantes, moradores de rua, e os muitos transeuntes que circulam no local atraídos pelos produtos e serviços ali oferecidos, além de uma grande quantidade de carros estacionados ou aguardando por uma vaga, *flanelinhas*, advogados, magistrados, políticos e demais funcionários indo e vindo dos órgãos correlatos aos seus cargos e funções.

Nas madrugadas, muitos caminhões estacionam nas proximidades da Praça do Relógio aguardando pelo abastecimento de peixes, frutas e outros insumos da região, que são trazidos de barco pelos atravessadores e pescadores. Alguns moradores de rua utilizam os canteiros centrais das praças como moradia.

À noite, toda esta região torna-se relativamente soturna. A pouca iluminação e os moradores de rua, bebendo e dormindo nos canteiros das praças, além do cheiro de excrementos e restos de peixe, chamam a atenção pelo enorme contraste que estabelecem com o fastuoso cenário que se forma logo adiante. Com a iluminação noturna ressaltando os monumentos, a suntuosidade do Feliz Luzitânia se torna ainda mais evidente, indicando contrastes devidamente reforçados tanto pelo "clima família" do local (crianças brincando de *piques* aos olhos despreocupados de seus pais, casais tomando sorvete ou água de coco, fotografando e conversando descontraidamente) quanto pelos estratos sociais que por ali circulam (camadas médias e médias/superiores). Todos esses elementos e as disparidades que evidenciam com as demais porções circunvizinhas acabam lhe fornecendo um caráter algo insular. Quem se deslocar, durante o dia, de algum lugar próximo da Campina em direção ao Feliz Luzitânia provavelmente terá a impressão de estar chegando a uma espécie de "ilha de tranquilidade" no meio do "centro nervoso" da cidade.

Embora estas disparidades já representem uma maneira interessante de constatar ou ilustrar as heterogeneidades e descontinuidades

urbano-sociais da Cidade Velha e do Centro Histórico de Belém, o que está em jogo aqui é justamente compreender como tais disparidades tanto ressoam quanto produzem hierarquias e diferenciações que atuam na configuração relacional dos espaços. Redes de conjunções e separações impressas nos esquemas de sedimentações, nas quais as noções de *patrimônio, centro histórico*, ou mesmo *Cidade Velha*, assumem diversos significados.

A concepção de *patrimônio cultural*, conforme ressaltam José R. GONÇALVES (2002) e Néstor Garcia CANCLINI (2004), é comumente articulada com a ideia de unidade imaginária precedente, caracterizada por atributos como coerência, continuidade, totalidade e autenticidade. Neste sentido, incoerências e diferenças, indeterminação e contingência são expulsas dos limites dessa articulação, sendo concebidas como parte de nossa vida cotidiana. As várias categorias e definições construídas em torno desta concepção se reificam "na certeza de que há uma coincidência ontológica entre realidade e representação, entre a sociedade e as coleções de símbolos que a representam" (CANCLINI, 2004, p. 163). Tais perspectivas acabam por refletir na dinâmica urbano-social da cidade, onde tudo pode ser reconhecido por si, ora passível, ora não, de "patrimonialização", sem que haja, necessariamente, uma diferenciação objetiva, bastando que certas retóricas, recursos e performances indiquem uma coisa ou outra. E aqui entra a referida reificação do *patrimônio*, pois a delimitação prática do que é *patrimônio* antecede sua delimitação semântica. Ilustrativo, neste sentido, é o comentário de Abraão Santos, 52 anos, vendedor de bombons e cigarros *(bombonzeiro)* na calçada da Avenida Dezesseis de Novembro:

> (...) Pra ali [Feliz Luzitânia] é mais tranquilo porque é a parte mais antiga, né... é mais de cultura mesmo. Aqui é bagunçado, é mais avacalhado porque é uma área muito comercial. Tem a feira aí. Então tem muita movimentação, tem muito assalto também. Na

> praça [D. Pedro II], agora que colocaram esse cercado (tapumes), mas antes tu precisavas ver, era um cheiro de merda que ninguém aguentava. Com perdão da palavra. Depois disso aí, *bora* vê se vai melhorar. Aí na Sé é mais social, tem os museu, as festas que acontecem, que só dá gente granada... Mas é porque é outra história, é *patrimônio*... é mais pros pessoal visitar, passear... (Entrevista realizada em 30 de setembro de 2006).

Se se reconhece a existência de um "núcleo duro" ou uma porção "monumental", faz-se isso em oposição a porções supostamente mais orbitais, periféricas, marginais, ordinárias e, como no caso dos estratos limiares da Cidade Velha, pela distinção de parcelas interseccionais e intermediárias que chegam a se identificar com outras unidades sociourbanas maiores, já que as feições socioespaciais dos trechos mais fronteiriços da Cidade Velha "coincidem" com muitos aspectos frequentemente associados ao bairro da Campina.[18]

Em síntese, para a compreensão dos matizes delineados na constituição sociosignificativa do Centro Histórico de Belém, deve-se reconhecer o caráter relacional presente neste contexto que se encadeia com as diferentes conformações urbano-sociais, segundo as mais diferenciadas escalas de percepção.

Considerações finais

Acerca da amplitude que a noção de *patrimônio cultural* pode suscitar, percebe-se que uma perspectiva mais abrangente incorporada a essa discussão é relevante não somente pelo reconhecimento do caráter indissociável das ditas dimensões *material e imaterial do patrimônio cultural*, mas, sobretudo, pela consideração do sentido *dialético* com que diferentes dimensões e escalas de percepção e

[18] O que também ocorre com as porções mais além da Avenida Almirante Tamandaré, que são comumente identificadas como pertencentes aos bairros limítrofes: o Jurunas e a Batista Campos.

sociabilidades são mutuamente articuladas e engendradas à configuração das realidades.

Afirmo que o reconhecimento desta questão fornece às ações empreendidas pelo IPHAN um viés hermenêutico-epistemológico e meta-institucional fundamental à viabilidade retórica, política e institucional desta instituição.

Dessa forma, procurei inserir, a partir de práticas consideradas mais "tradicionais" no âmbito do IPHAN, tais como os processos de tombamento em (e de) *sítios históricos urbanos*, questões que envolvessem um possível alargamento da ideia de *patrimônio* para além de uma perspectiva marcadamente pontual das categorias *material* e *imaterial*, por vezes vistas como representações estáticas que, embora complementares, conformar-se-iam distintamente, limitadas a serem uma o acréscimo da outra. Buscou-se conceber o *patrimônio* num sentido *dialético*, tal qual um fluxo significativo e contínuo composto em múltiplas e entrecruzadas instâncias, considerando as relações sociais e simbólicas tecidas pelos indivíduos e coletividades. Relações estas permeadas e conformadas por negociações, conflitos e tensões que são a lógica da constante construção das diferentes realidades.

Ao enfocar aspectos unilaterais deste processo, o papel discursivo do *patrimônio* acaba produzindo uma imagem parcial e tendenciosa da cidade, uma vez que seu potencial retórico atua na produção e reprodução dos bens culturais passíveis de serem reconhecidos como *patrimônio*; contribui assim, paradoxalmente, para a construção das próprias contingências e ambiguidades que procura escamotear. Desse modo, a revisão dos processos de tombamento de bens culturais e conjuntos inseridos na área delimitada institucionalmente como Centro Histórico de Belém representa um meio oportuno para a interpretação das tramas sociosignificativas dos espaços ali referenciados, a partir de diferentes níveis de percepção.

A questão aqui tratada é atravessada pelo sentido *dialético* existente entre a configuração social desta porção da cidade e a dimensão simbólica que assume, onde uma e outra se justificam e se concebem mutuamente. Todas as nuances que caracterizam e dinamizam os espaços componentes do Centro Histórico de Belém podem ser vistas sob o prisma desse sentido *dialético*, em que sociabilidades e interações são trazidas para o terreno dos discursos e das imagens construídas e reproduzidas, ao mesmo tempo em que discursos e afetividades são constantemente transportados para o nível das práticas sociais. Para se compreender o papel do Centro Histórico de Belém no quadro urbano da capital paraense deve-se considerar que os contornos desta delimitação convergem num conjunto de práticas e apropriações que se desenvolvem e se estabelecem tal qual um universo composto por sequentes assimetrias. É através destas assimetrias que referentes urbanos como o espaço estudado adquirem suas características retóricas, políticas, institucionais e sociais mais coerentes, evidenciando a amplitude que a noção de *patrimônio* pode apresentar.

Referências

BRASIL. Decreto 3.551 de 4 de agosto 2000.

CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas* - estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: EDUSP, 2004.

CARTA DE PETRÓPOLIS. In: CURY, Isabelle (Org). Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Cartas patrimoniais.* Brasília: IPHAN, 2003.

DAMATTA, Roberto. *A casa & a rua.* Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *Para além da pedra e cal:* por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). *Memória e patrimônio:* ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 56-76.

_____. *O Patrimônio em processo:* Trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ – MINC – IPHAN, 2005.

SANT'ANNA, Márcia. *Patrimônio Imaterial:* do conceito ao problema da proteção. Revista Tempo Brasileiro, (trimestral) Rio de Janeiro, n. 147, p 151-163, out.-dez. 2001.

GEERTZ, Clifford. *O saber local.* Petrópolis: Vozes, 1997.

GONÇALVES, José R. *A retórica da perda.* Os discursos do Patrimônio Cultural no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ – IPHAN, 2002.

_____. Monumentalidade e cotidiano. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi. (Org). *Cidade:* História e desafios. Rio de Janeiro: FGV. 2002.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Inventário Nacional de Bens Imóveis/Sítios Urbanos* - INBI/SU-Belém. Belém: 2 SR/IPHAN, 2002.

_____. *Inventário Nacional de Referências Culturais:* Manual de Aplicação. Brasília: IPHAN, 2000.

LIMA, Andrey F. *Negociando Imaterialidades:* A trajetória dos bumbás de Manaus e suas "estratégias de sobrevivência". In: Patrimônio: Práticas e Reflexões. 1 ed. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007, v. 1, p. 117-146.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. *Quando o Campo é a Cidade:* fazendo antropologia na metrópole. In: MAGNANI, J.C.G.; TORRES, L.L. (Orgs). Na Metrópole: textos de antropologia urbana. São Paulo: EDUSP. 2000.

O Registro do patrimônio imaterial e o reconhecimento da diversidade étnica e cultural

Fabíola Nogueira da Gama Cardoso[1]



Resumo

Este trabalho é uma leitura da maneira como tem sido conduzida a inclusão das minorias no campo da política federal de Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial realizada pelo IPHAN. Por meio das considerações de alguns processos de *registro* procura-se entender a forma como o Estado busca o reconhecimento de sua diversidade étnica e cultural. Considera-se que a revisão e a recuperação dos sentidos que orientaram a prática de preservação no Brasil, até chegar à noção de patrimônio imaterial, é de fundamental importância para o entendimento de como essas questões foram incorporadas no país. O artigo traz também um histórico da política federal de preservação no Brasil, desde a década de 1930, quando esta política foi oficialmente instituída, até a década de 1980.

1 Fabíola Nogueira da Gama Cardoso é antropóloga. bolsista do PEP/IPHAN/UNESCO, na Gerência de Registro do Departamento de Patrimônio Imaterial, Brasília/DF. Trabalho realizado sob a supervisão de Ana Cláudia Lima e Alves, Gerente de Registro do DPI/IPHAN.
Artigo elaborado em novembro de 2006.

O conceito de patrimônio foi formulado em fins do século XVIII, tendo como pano de fundo a questão nacional. Até meados do século XX, os critérios que orientavam a seleção de bens para constituir o patrimônio nacional baseavam-se nas categorias ocidentais de história e de arte. Constituído apenas de bens materiais, o patrimônio relacionava-se à ideia de monumento seguindo critérios de grandeza e excepcionalidade, sendo selecionados, na Europa, e sobretudo na França, vestígios e obras de arte da Antiguidade clássica e edifícios religiosos e castelos da Idade Média. No Brasil, a noção de patrimônio voltava-se para os exemplares da arquitetura colonial (SANT'ANNA, 2001). A partir da década de 1960, novos conceitos foram introduzidos na prática de preservação e, com isso, observou-se um processo de expansão tipológica na noção de patrimônio. Com base no conceito antropológico de cultura e nas concepções da nova historiografia, o patrimônio foi "acrescido de novas categorias que ultrapassam a materialidade dos bens e remetem a processos e práticas culturais de outra natureza" (Idem, p. 152).

Com ênfase no valor da diversidade cultural, e tendo como foco os processos nos quais os grupos sociais, em diferentes contextos culturais específicos, produzem, mantêm e valorizam os bens culturais, a salvaguarda do chamado patrimônio imaterial tornou-se central em muitos países. No Brasil, a política de salvaguarda do

patrimônio imaterial está organizada em três frentes: *identificação, registro* e *apoio e fomento*. Diante da grandeza territorial do país e da riqueza de seu patrimônio, a formulação e a implementação dessa nova política de patrimônio estão orientadas por diretrizes que buscam promover: i) o reconhecimento da diversidade étnica e cultural do país; ii) a descentralização das ações institucionais para regiões historicamente pouco atendidas pela ação estatal; iii) a ampliação do uso social dos bens culturais e a democratização do acesso aos benefícios gerados pelo seu reconhecimento como patrimônio cultural; iv) a sustentabilidade das ações de preservação por meio da promoção do desenvolvimento social e econômico das comunidades portadoras e mantenedoras do patrimônio; e v) a defesa de bens culturais em situação de risco e dos direitos relacionados às expressões reconhecidas como patrimônio cultural (SANT'ANNA, 2005, p. 11).

Neste artigo, procuro realizar uma leitura do modo como está sendo conduzido o *registro* de bens culturais de natureza imaterial, criado em 2000 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Dando continuidade aos estudos que desenvolvi no primeiro ano do PEP/IPHAN/UNESCO, procuro aprofundar as reflexões sobre alguns aspectos da concepção e do exercício dessa política de patrimônio. Foi dada ênfase à compreensão da atuação hoje, em relação aos grupos minoritários e, mais especificamente, em relação aos povos indígenas, afro-descentes e imigrantes.

Por meio das considerações de alguns processos de *registro* que me parecem exemplares para a discussão, procuro entender, principalmente, a forma como o Estado está buscando o reconhecimento da diversidade étnica e cultural existente no território brasileiro. A revisão e a recuperação dos sentidos que orientaram a prática de preservação no Brasil, até chegar à noção de patrimônio imaterial,

é de fundamental importância para o entendimento de como essas questões foram incorporadas no país. Por esse motivo é abordado também o histórico da política federal de preservação no Brasil desde a década de 1930, quando esta política foi oficialmente instituída, até a década de 1980.

A política federal de preservação no Brasil, entre as décadas de 1930 e 1980

A institucionalização da proteção do patrimônio no Brasil se deu em 1937, quando o Estado se mobilizou para iniciativas, em curso desde a década de 1920, que visavam à proteção de monumentos e obras de arte. O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), hoje IPHAN, foi criado pela Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937. Em 30 de novembro, as ações de proteção foram regulamentadas pelo Decreto-Lei nº 25, que instituiu o ato administrativo do tombamento (CHUVA, 1998; FONSECA, 2005). Introduzida por um grupo de intelectuais vinculados ao movimento modernista, essa prática de preservação do patrimônio cultural foi importada do modelo francês, que, calcado em valores históricos e culturais ocidentais, tinha a sua base, principalmente, no Estado e no valor da nacionalidade.

FONSECA (2005) buscou analisar a trajetória da política federal de preservação no Brasil a partir da análise das diferentes concepções de patrimônio cultural, dos processos de atribuição de valor e do estabelecimento de critérios de seleção de bens em dois momentos importantes: o momento fundador do SPHAN, nas décadas de 1930/1940; e o momento renovador, nas décadas de 1970/1980, quando foram criados, em 1973 e 1975, respectivamente, o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas (PCH), junto à Secretaria de Planejamento da Presidência da República – SEPLAN –, e o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC).

No primeiro momento (1930-1970), conhecido como "fase heróica", a instituição voltou-se para a preservação de objetos de arte e do patrimônio edificado. Em relação ao processo de atribuição de valor, a orientação do antigo SPHAN inseria-se na tradição europeia de constituição dos patrimônios nacionais. Como Márcia CHUVA (1998) assinala, as coisas patrimoniais restringiram-se a monumentos e peças de arte "cuja origem remontava a um tempo histórico determinado, que se pretendia sacralizar" (1998, p. 42). Ao lado dos valores da história e da história da arte, estava a consideração do caráter excepcional do valor de um bem para a nação e para a identidade nacional, em oposição aos valores e padrões estrangeiros hegemônicos. Havia, então, uma preocupação com a construção de uma cultura nacional autêntica.

Nesse período, foi designada como patrimônio histórico e artístico nacional, basicamente, a arquitetura tradicional luso-brasileira do período colonial, considerada, na época, como sendo a "representante genuína das origens da nação" (CHUVA, 1998, p. 37). Foi a noção de civilização material, elaborada por Afonso Arinos de Mello Franco, que fundamentou a leitura dos monumentos e objetos, justificando os tombamentos da fase heróica. O conceito de civilização material possibilitava uma leitura dos bens "a partir de sua relação com o processo histórico de ocupação das diferentes regiões brasileiras" (FONSECA, 2005, p. 107). Desse ponto de vista, "Afonso Arinos considerava que a presença portuguesa predominava sobre as influências negra e indígena, que, praticamente, não haviam deixado vestígios materiais significativos" (CHUVA, 1998, p. 107).

Como observa Maria Cecília Londres FONSECA (1996), a proposta de construção de um patrimônio histórico e artístico nacional, reconhecida no meio intelectual como uma questão de interesse nacional,

não era percebida pela sociedade de então como uma necessidade a ser atendida, nem constituía uma demanda apoiada por outros setores que não a elite culta (e branca).[2] A atribuição de valor histórico reproduzia, na seleção de bens para comporem o patrimônio nacional, critérios excludentes da história factual oficial, centrada no evento político e nos feitos das classes dirigentes. Na fase heróica, então, a atuação do SPHAN pode ser caracterizada como uma atividade elitista e pouco representativa da pluralidade cultural.

Nas décadas de 1950 e 1960, verificou-se um processo de redefinição da problemática brasileira em termos de oposição ao colonialismo e à vinculação entre identidade nacional e Estado nacional (ORTIZ, 2005). Com isso, a afirmação dos direitos das minorias começou a alcançar o campo das políticas culturais. Além disso, as grandes transformações ocorridas no país, como a industrialização, a crescente urbanização e a interiorização, estimulada, especialmente, pela construção de Brasília, levaram a política de preservação a recorrer a novas alternativas. Na década de 1970, a questão nacional passou a ser formulada a partir da articulação entre a questão cultural e a questão do desenvolvimento econômico. O objetivo da política de preservação não seria mais simplesmente a eleição de símbolos da nação, mas a busca de um modelo de desenvolvimento apropriado às condições locais e compatível com os diferentes contextos socioculturais brasileiros.

Nesta nova conjuntura, o caráter marcadamente cultural de atuação do SPHAN, voltado para a construção de uma cultura nacional, revelou-se inadequado. Para adequar a política federal de preservação aos novos tempos, foram criados o Programa Integrado de Reconstru-

[2] Ressalto que não me refiro à cor da pele ou a qualquer outra característica biológica, mas ao grupo dominante do ponto de vista político, ao qual os povos indígenas e as populações afro-descendentes, principalmente, estiveram historicamente submetidos.

ção das Cidades Históricas (PCH) e o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC).[3] O primeiro foi idealizado basicamente com vistas a suprir a falta de recursos financeiros e administrativos do IPHAN e, nesse sentido, voltou-se para a valorização, em termos econômicos e sociais, dos bens tombados como patrimônio nacional, especialmente aqueles localizados em regiões carentes. Seu objetivo era criar infra-estrutura adequada ao desenvolvimento de atividades turísticas e ao uso de bens tombados como fonte de renda (FONSECA, 1996; 2005).[4] Já o CNRC procurou estender a revisão crítica das carências operacionais ao campo conceitual. Em sua concepção, a ênfase dada pelo IPHAN aos monumentos da cultura do colonizador tornava problemática uma identificação social mais abrangente e trazia à tona a necessidade urgente de atualizar a composição do patrimônio, considerada limitada a uma vertente da nacionalidade (a luso-brasileira) e a determinados períodos históricos, e elitista na seleção e no trato dos bens culturais (FONSECA, 2005).

Com uma atuação complementar e crítica em relação à atuação do IPHAN, voltada para os bens de "pedra e cal", o CNRC se propunha, entre outros objetivos, a conferir a distinção de patrimônio histórico e artístico nacional não apenas aos produtos (bens materiais), mas à memória dos processos de produção desses bens. Como assinala FONSECA (2005), ao CNRC não interessava atuar sobre bens que fossem

[3] O CNRC não se originou do interior da burocracia estatal, como o PCH, mas foi fruto de conversas de um pequeno grupo de profissionais, oriundos de diversas áreas de atuação, que se reunia em Brasília. Seu funcionamento se deu, inicialmente, graças a um convênio firmado entre o governo do Distrito Federal, por meio da Secretaria de Educação e Cultura, e o Ministério de Indústria e Comércio, por meio da Secretaria de Tecnologia Industrial. Depois, foi firmado um novo convênio, ao qual aderiram a SEPLAN, o Ministério da Educação e Cultura, o Ministério do Interior, o Ministério das Relações Exteriores, a Caixa Econômica Federal, a Fundação Universidade de Brasília, o Banco do Brasil e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

[4] O que era feito por meio da restauração e revitalização de monumentos degradados.

meros signos do passado, mas sobre aquelas expressões culturais vivas que se encontravam inseridas em uma dinâmica de uso cotidiano e de práticas sociais contemporâneas. Além disso, o CNRC procurava preservar a produção oriunda de contextos populares e, sobretudo, das etnias indígena e afro-brasileira.

Com isso, em um segundo momento (1970-1980), definido como "fase moderna", a noção de patrimônio se ampliou e novos conceitos foram introduzidos na prática de preservação no Brasil. Com base no conceito antropológico de cultura e com a incorporação das concepções da nova historiografia, uma maior variedade de épocas históricas, de grupos formadores da nacionalidade brasileira e as manifestações da cultura popular passaram a ser considerados na constituição do patrimônio nacional. Iniciou-se um processo de aproximação das demandas de setores até então marginalizados das políticas culturais e a prática de preservação passou a ser confrontada com o chamado "patrimônio cultural não-consagrado". Essa expressão foi criada para designar aqueles bens culturais que até então não integravam o universo do patrimônio histórico e artístico oficial. Tratava-se das produções dos excluídos da história oficial: indígenas, negros, imigrantes, populações rurais e da periferia urbana, etc.

A partir da década de 1980, com a fusão IPHAN/PCH/CNRC, ocorrida em 1979, a instituição passou a contemplar bens representativos da presença negra, assim como expressões arquitetônicas representativas e formas de ocupação do território nacional de imigrantes alemães e italianos no sul do país (CHUVA, 1998; FONSECA, 2005). Nesse momento, a questão central passou a ser a da relação entre cultura e cidadania, a qual passou a constituir uma alternativa privilegiada para a elaboração de novas identidades coletivas. A difusão da democracia como valor levou à afirmação dos "direitos das identidades coletivas particulares, sobrepondo-se à ideia, dominante no século XIX e primeira metade do século XX, de uma identidade nacional" (FONSECA, 2005, p. 169).

Como observa FONSECA (1996), os primeiros tombamentos de testemunhos da cultura afro-brasileira – o Terreiro da Casa Branca, em Salvador, Bahia, e a Serra da Barriga, em União dos Palmares, Alagoas -, ocorridos em 1982, representaram um marco na história da política federal de preservação no Brasil. Conforme enfatiza a autora, eles foram resultado de uma mobilização conjunta de movimentos negros, intelectuais e políticos, e não tinham como alvo principal a proteção desses bens em si mesmos, mas sobretudo a repercussão simbólica e política da sua inclusão no patrimônio cultural nacional. É interessante perceber que, além de representar o interesse e os recursos de que dispõe o Estado para objetivar e legitimar a ideia de nação, a ideia de patrimônio estava sendo, agora, ativada pela sociedade brasileira para a afirmação de novas identidades coletivas, que se valiam dos bens culturais como referências materiais e simbólicas. Conforme observa FONSECA (1996, p. 158):

> Ao lado do interesse do estado de circunscrever um universo de bens culturais que atestassem a existência da nação, surgiam novas motivações, por parte de grupos sociais diversos, que erigiam o exercício da preservação de "lugares de memória" em direito.

Apesar da significativa ampliação da noção de patrimônio que ocorreu nas décadas de 1970/1980, a atuação na área de preservação continuou limitada. O tombamento de bens relativos a contextos diversificados, que não o da cultura luso-brasileira, continuou rara, e o tombamento de bens inseridos numa dinâmica de uso cotidiano era considerado problemático pelos critérios de atribuição de valor histórico e artístico, de valor excepcional e de valor nacional ainda vigentes[5]

[5] Um exemplo característico dessa problemática foi o tombamento de bens vistos como "inusitados", caso da Fábrica de Vinho de Caju Tito Silva, que visava à proteção do imóvel e seu equipamento enquanto suportes de um fazer popular, de um processo de fabricação de vinho – o vinho de caju – intimamente relacionado com as características regionais brasileiras (FONSECA, 2005). Entrentanto, como a preservação recaiu sobre o imóvel, o processo de fabricação acabou se perdendo.

(FONSECA, 2005). Visando implementar novas estratégias e formas de proteção ao patrimônio cultural, foi instituído, pelo decreto 3.551, de 4 de agosto de 2000, o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial. Esse novo mecanismo de preservação e valorização do patrimônio cultural veio atender a uma demanda antiga pela revisão e ampliação da política de patrimônio no Brasil.

O Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e o reconhecimento da diversidade étnica e cultural brasileira

O objetivo de abarcar as múltiplas referências culturais e, paralelamente, a determinação de que o *registro* deve observar a "a relevância nacional para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira" trouxeram à tona velhos problemas e novos desafios quanto à decisão do que seria reconhecido como patrimônio cultural do Brasil. A consideração de alguns processos de *registro*, feita a seguir, permite levantar algumas questões que considero bastante interessantes para se pensar a maneira pela qual o Estado está buscando o reconhecimento de sua diversidade étnica e cultural. Nesses processos, é possível perceber uma série de questões, como a relação entre patrimônio cultural e cidadania, as dificuldades e os limites no atendimento de certas demandas e a ambivalência mesma que parece existir entre a busca da diversidade cultural e do caráter nacional do patrimônio cultural.

Como o próprio processo de expansão da noção de patrimônio indica, a instituição da salvaguarda do patrimônio imaterial veio ao encontro de um compromisso do país com o desenvolvimento e a execução de uma política de cultura socialmente mais justa e democrática e sintonizada com as demandas de grupos até então excluídos das narrativas oficiais da nação. O Registro do Jongo no Sudeste é

bastante elucidativo quanto a essas questões. De acordo com as informações sistematizadas pelo inventário que instrui o processo de *registro* e que fundamenta o pedido, o jongo é uma forma de expressão afro-brasileira que integra canto, dança coletiva, percussão de tambores e práticas de magia e é praticado nos quintais de periferias urbanas e de comunidades rurais do sudeste brasileiro. Formou-se, basicamente, a partir da herança cultural dos negros de língua banto, trazidos para o Brasil para trabalhar como escravos nas fazendas de café e de cana-de-açúcar do vale do Paraíba. Atrelado sempre a uma dimensão marginal, em que os negros falam de si e de sua comunidade por meio da crônica e da linguagem cifrada, denominada *ponto*,[6] "o jongo é uma forma de louvação aos antepassados, consolidação de tradições e afirmação de identidades" (CNFCP, 2005).

Formulado pelo Grupo Cultural Jongo da Serrinha e pela Associação da Comunidade Negra de Remanescentes de Quilombo da Fazenda São José da Serra, o pedido de *registro* dessa forma de expressão justifica-se pelo fato de o Jongo ser considerado ainda hoje um espaço de circulação e renovação de crenças e valores de parte da população afro-brasileira. Esta prática encontra-se, no entanto, ameaçada pelo esfacelamento das comunidades onde vivem os jongueiros e pelo desafio da transformação dessa forma de expressão em espetáculo. Como argumenta a equipe que realizou a instrução do processo:

> (...) o Registro do jongo como patrimônio cultural do Brasil é o reconhecimento, por parte do Estado, da importância desta forma de expressão para a conformação da multifacetada identidade brasileira. Este Registro chama a atenção para necessidade de políticas

[6] *Ponto* é a forma poética e musical expressa nos versos cantados pelos jongueiros. É forma sintética, palavra cantada, como muitas das formas artísticas africanas. "Configura um conhecimento restrito, secreto, guardado pelos jongueiros mais velhos – que só ensinam aos jovens já iniciados. (...) Vem da África a ideia de que nos pontos a palavra proferida com intenção marcada pelos tambores acorda as forças do mundo espiritual, fazendo com que coisas mágicas aconteçam" (CNFCP, 2005).

> públicas que promovam a equidade econômica articulada com a pluralidade cultural; políticas que garantam a qualidade de vida e cidadania. E condições de autodeterminação para que as comunidades jongueiras mantenham vivo o jongo nas suas mais variadas formas e expressões. (CNFCP, 2005, s/p)

Como assinalei no trabalho que desenvolvi no primeiro ano do PEP/IPHAN/UNESCO, é interessante perceber que o *registro* dessa forma de expressão evidencia contradições socioeconômicas e culturais da sociedade brasileira e coloca uma resposta às experiências de racismo e exclusão no país, reforçando a necessidade de reconhecimento, não apenas por parte do poder público, mas da sociedade em geral, da contribuição de grupos sociais que foram relegados ao longo da história. O parecer que aprova a distinção dessa forma de expressão como Patrimônio Cultural do Brasil chama atenção para a sua representatividade enquanto referência cultural remanescente do legado dos povos africanos escravizados no Brasil, e também por se tratar de comunidades que passam por dificuldades socioeconômicas básicas e de interlocução com o poder público.

Nesse sentido, bastante esclarecedor também é o caso do Registro da Cachoeira de Iauaretê - Lugar Sagrado dos Povos Indígenas dos Rios Uaupés e Papuri, no Amazonas. Encaminhado ao IPHAN pela Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), juntamente com uma declaração de interesse firmada por representantes da Coordenação das Organizações Indígenas do Distrito de Iauaretê (COIDI), o pedido de *registro* é resultado de um movimento organizado por lideranças indígenas locais pela revitalização cultural da região do Alto Rio Negro. O dossiê de instrução do processo chama atenção para os impactos sociais, econômicos, culturais e ambientais provocados pela história de dois séculos de contato com o branco, que provocou a desarticulação dos elementos estruturantes dos contextos étnicos lo-

cais, a desvalorização dos conhecimentos e práticas culturais mantidos por sucessivas gerações, a sustentabilidade de seus padrões de existência no território e o consequente esvaziamento dos conteúdos simbólicos desses territórios. Nesse contexto, ocorreu o desaparecimento dos significados que a cachoeira de Iauaretê ensejava e dos mecanismos de transmissão do campo simbólico associado. Preocupadas então em resgatar e preservar os conhecimentos herdados dos ancestrais, suas histórias, seus mitos, cantos, suas danças, cerimônias e seus antigos rituais, as lideranças locais iniciaram um projeto político-pedagógico de revitalização cultural que culminou com a apresentação da proposta de Registro da Cachoeira de Iauaretê.

Conforme explicado no Dossiê, a cachoeira de Iauaretê é um acidente geográfico povoado de mitos de origem dos diversos povos que habitam a região do Alto Rio Negro,[7] funcionando como referência central de uma complexa rede de relações que articula os diferentes grupos indígenas da região. Povoada de narrativas míticas, históricas e de representações políticas, é um lugar que organiza (e hierarquiza) a vida e a relação dos diferentes grupos e indivíduos que nela têm seus mitos de origem. Isso porque os mitos e as narrativas inscritos em suas pedras e igarapés apontam para as origens e para a fixação, naquele território, das etnias presentes na região, ditando todo um complexo de códigos de relações sociais, econômicas, políticas etc.

Assim como no caso do Registro do Jongo no Sudeste, o Registro da Cachoeira de Iauaretê coloca em evidência a luta dos povos indígenas para legitimar um espaço de afirmação identitária. Nesse contexto, é

[7] A região do Alto Rio Negro é habitada por povos indígenas pertencentes às famílias linguísticas Aruaque, Tukano Oriental e Maku. Reunidos em dez comunidades, esses povos representam mais de trinta mil moradores, vivendo em povoados e sítios distribuídos entre os rios da região e nos dois núcleos urbanos ali existentes: São Gabriel da Cachoeira e Santa Isabel do Rio Negro. (CACHOEIRA, 2007. Ver *Referências* ao final do artigo.)

interessante destacar também que, além das exigências e orientações estabelecidas no decreto 3.551/2000, foram definidos critérios para a prioridade das propostas de *registro*, entre os quais estão: tratar-se de bens culturais relacionados a grupos indígenas, afro-descendentes e a populações tradicionais; e tratar-se de proposta que permita a ampliação do uso social de bens culturais e a promoção do desenvolvimento social e econômico de grupos e comunidades envolvidos. Como se vê, o reconhecimento de bens culturais de natureza imaterial, no momento atual, não visa, simplesmente, incluir as múltiplas referências da diversidade étnica e cultural nessa narrativa oficial da nação que é a constituição de patrimônios culturais, mas assume uma posição comprometida com os grupos sociais até então marginalizados das políticas públicas de maneira geral.

Analisando a função integradora das narrativas nacionais e procurando perceber quais estratégias representacionais são acionadas para construir a identidade nacional, Stuart HALL (2005) fala na existência de alguns elementos recorrentes nas representações das nações modernas. De acordo com ele, a nação é contada por meio de narrativas – imagens, paisagens, cenários, eventos históricos, símbolos e rituais – que, ao simbolizarem experiências partilhadas, dariam sentido à própria ideia de nação. Ademais, o autor observa que essas narrativas enfatizam a origem, a continuidade e a tradição, fazendo com que as nações sejam representadas como primordiais e com que os elementos do caráter nacional sejam, desde sempre, reconhecidos como imutáveis.

É interessante assinalar aqui que o processo histórico de ocupação do Brasil se deu com base na colonização estabelecida pelos europeus e por meio da escravidão dos negros trazidos da África, do extermínio das populações autóctones e do trabalho assalariado de migrantes europeus e asiáticos. E foram, sobretudo, os colonizadores portugueses que moldaram significativamente a conduta ideológica da nação.

Assim, na sociedade brasileira, predomina a representação de um país branco e ocidental, resultante de múltiplas fusões e influências que envolveram três elementos básicos: as culturas portuguesa, africana e indígena. Como observa Roque de Barros LARAIA (1978), essa representação tem como base a predominância da influência portuguesa e tem como consequência a ideia de uma dominação cultural (e econômica) dela sobre as demais.

Nesse sentido, é interessante perceber que, se durante muito tempo, as culturas africanas e indígenas foram excluídas das narrativas oficias da nação, hoje elas figuram como sendo os elementos principais. Tomando como referência algumas ideias de Walter Benjamin (citado por LÖWI, 2005), se por um lado podemos pensar que a nova política de patrimônio traz à tona a dimensão política e ativa de uma "intervenção salvadora" e coloca a possibilidade de uma "reparação histórica" e simbólica, por outro, ela parece operar ainda a partir da ideologia das três raças, por meio da qual a conformação da identidade nacional se dá, basicamente, a partir das múltiplas fusões e influências dos componentes português, africano e indígena.

Para explicitar melhor essa questão, é interessante considerar o caso do processo de *registro* da língua *talian*, com o qual também trabalhei no primeiro ano do PEP. O *talian* é uma língua nascida no Brasil, formada pela união do falar dos diversos dialetos dos primeiros imigrantes italianos que vieram para o país. Assim como os indígenas e os afro-descendentes, os imigrantes italianos e seus descendentes são grupos privilegiados para delinear a questão da emergência e do posicionamento de diferentes grupos minoritários no seio do estado nacional. Giralda SEYFERTH (1990) chama a atenção para a aglutinação de pessoas de mesma origem em grupos étnicos mais ou menos identificados com valores e elementos culturais próprios, entre os quais se destaca a preservação da língua materna.

O pedido de *registro* dessa língua foi encaminhado ao IPHAN em 2001 pela Associação dos Apresentadores de Programas de Rádio Ta-

lian do Brasil (ASSAPRORATABRAS), do estado do Rio Grande do Sul. Apesar de o pedido apresentar argumentos que afirmassem a vitalidade e a permanência do *talian*, naquele momento o IPHAN considerou improcedente o *registro* e concluiu que as informações enviadas eram insuficientes e inadequadas para a compreensão dessa língua como patrimônio cultural do Brasil.

No parecer emitido para avaliação preliminar do pedido, o IPHAN, apesar de ter reconhecido a importância da participação da imigração italiana na formação do país, questiona a abrangência dessa língua na "formação da identidade brasileira". Como afirma o parecer, "a língua funda e organiza a identidade de um grupo social", adquirindo papel central na conformação de identidades culturais, mas, especialmente, na conformação da identidade nacional. Como se sabe, no processo de formação do Estado brasileiro, a língua portuguesa foi instituída como o meio de comunicação oficial em todo o território nacional e, tido como a língua vernácula, constituiu-se como padrão de ensino e alfabetização. Como já havia assinalado no trabalho que desenvolvi no primeiro ano do PEP, se for levado em consideração que os oito bens[8] já Registrados como Patrimônio Cultural do Brasil não se caracterizam pela abrangência nacional, mas por condições bastante restritas de (re)produção e conhecimento, caberia perguntar que tipo de abrangência é necessária para a constatação da relevância nacional.

É interessante perceber ainda que, além de questionar a abrangência do *talian* na "formação da sociedade brasileira", o IPHAN observa

[8] São eles: 1) Ofício das Paneleiras de Goiabeiras, de Vitória, Espírito Santo; 2) Arte Kusiwa – Pintura Corporal e Arte Gráfica Wajãpi, dos índios Wajãpi do Amapá; 3) Ofício das Baianas de Acarajé, de Salvador, Bahia; 4) Samba de Roda do Recôncavo Baiano; 5) Círio de Nossa Senhora de Nazaré, de Belém do Pará; 6) Modo de fazer Viola-de-Cocho nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul; 7) Jongo no Sudeste e; 8) Cachoeira de Iauaretê – Lugar Sagrado dos Povos Indígenas dos rios Uaupés e Papuri, no Amazonas.

que, em função da dificuldade de apreensão, dada a sua complexidade e autonomia como campo de estudo, e a "insuficiência dos instrumentos de descrição e documentação técnica disponíveis no momento", a consideração das línguas como patrimônio imaterial não estava prevista em nenhuma das quatro categorias estabelecidas no decreto 3551/2000. Explica também que, embora haja um Livro para a inscrição das Formas de Expressão, estas se referem não a línguas em si, mas a linguagens.

Considerando que faltavam elementos que justificassem a legitimidade do reconhecimento e *registro* da língua *talian*, o IPHAN solicitou, então, a complementação das informações enviadas e manifestou interesse em apoiar a realização de um inventário que revelasse as diferentes manifestações culturais das comunidades de falantes do *talian*. Tendo em vista que a ASSAPRORATABRAS não enviou essa complementação de informações, o pedido foi arquivado. Quatro anos depois, deflagrou-se uma espécie de movimento reivindicando o reconhecimento das "línguas brasileiras" e, sobretudo, o reconhecimento do *talian* como patrimônio cultural. Em 2005, foram encaminhados ao IPHAN outros vários pedidos de *registro* do *talian*, bem como pedidos solicitando a criação do Livro de Registro das Línguas. Formulados pela Federação dos Vênetos do Rio Grande do Sul, pela Associação de Municípios do Alto Rio Uruguai, pelo Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística (IPOL) e pelo deputado federal Carlos Abicalil, do Partido dos Trabalhadores de Mato Grosso, esses pedidos chamam a atenção para a necessidade de reconhecimento, por parte do Estado, dos direitos linguísticos das mais diversas comunidades linguísticas existentes no seio do Estado nacional e para a pluralidade linguística existente no país.

Como consequência dessa demanda, o IPHAN, juntamente com a Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados e o IPOL

organizaram um seminário para a discussão de parâmetros (técnicos e políticos) para a ação do IPHAN no campo do patrimônio linguístico. O "Seminário sobre a Criação do Livro das Línguas", ocorrido na Câmara dos Deputados entre 6 e 9 de março de 2006, contou com a participação de especialistas, pesquisadores, falantes de diversas comunidades linguísticas e técnicos dos Ministérios da Cultura e da Educação, além de parlamentares interessados no assunto.

Conforme colocado pelo deputado Paulo Delgado,[9] o Seminário teve como propósitos aprimorar a formulação de políticas públicas na área da linguística, equiparar a existência da língua a um direito, discutir parâmetros políticos para a ação institucional no campo do patrimônio linguístico e reivindicar critérios técnicos para *registro* das línguas como patrimônio da nação. Como assinalou Suzana Grillo,[10] representante da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do MEC – SECAD/MEC, o evento marcou como a questão da pluralidade linguística no Brasil vem passando por uma reavaliação e reconceitualização. O conceito que orientou o Seminário foi o de "línguas brasileiras", que para o presidente do IPOL, professor Gilvan Muller de Oliveira, refere-se a "todas as línguas que são faladas em território brasileiro por comunidades linguísticas de cidadãos brasileiros, sejam eles de origem indígena, imigrante ou de outras origens".[11]

Aqui, é interessante assinalar que o plurilinguismo brasileiro está diferentemente representado pelo Estado. Em nível federal, a questão linguística é pouco reconhecida e legislada. Além da instituição

---

9 Referência à fala do deputado Paulo Delgado, proferida no Seminário no dia 7 de março de 2006.

10 Referência à fala de Suzana Grillo, proferida no Seminário no dia 9 de março de 2006.

11 Transcrição da fala de Gilvan Muller de Oliveira, proferida no Seminário no dia 7 de março de 2006.

e gestão da língua portuguesa como língua oficial, a referência aos direitos linguísticos aparece somente no capítulo VIII da Constituição Federal de 1988, onde está expresso o reconhecimento das línguas como um direito dos povos indígenas e onde está assegurada a educação escolar bilíngue, diferenciada e específica somente a esses povos. Além das línguas indígenas, recentemente, foi reconhecida também a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como instrumento legal de comunicação e expressão. Já em níveis estadual e municipal, há mais iniciativas interessantes relativas ao desenvolvimento de políticas linguísticas para a oficialização de línguas. Conforme apresentado no Seminário, o município de Blumenau,[12] em Santa Catarina, por exemplo, criou o primeiro sistema de escolas públicas bilíngues não indígenas do Brasil, com a criação de dez escolas rurais bilíngues alemão/português e uma escola bilíngue polonês/português; o município de São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas, para além da legislação federal sobre as línguas indígenas, tornou três delas línguas oficiais em dezembro de 2002: o nheengatu, o baniwa e o tucano.

No decorrer do Seminário, constatou-se que o instrumento do *registro*, no contexto da diversidade linguística, não responderia, por si só, à complexidade da questão, e seria necessário articular diversas instituições para aprofundar o debate e estabelecer políticas públicas de salvaguarda do patrimônio linguístico brasileiro. Ficou patente que o Livro de Registro das Línguas funcionaria, sobretudo, como um instrumento de defesa e afirmação dos direitos linguísticos dos cidadãos, sendo a maior expectativa em relação a sua criação a mobilização de outras iniciativas que levassem à definição de políticas linguísticas voltadas para o fortalecimento das línguas minoritárias.

12 Maior cidade falante de alemão nas Américas, conforme apresentado pelo professor Gilvan Muller de Oliveira no Seminário.

Nesse sentido, foi aprovada a criação de um grupo multidisciplinar e interinstitucional para formular e encaminhar propostas capazes de atender às demandas existentes. Esse grupo, coordenado pelo IPHAN, foi formado por representantes da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, do Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística – IPOL, da Fundação Cultural Palmares, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), do Ministério da Educação, do Laboratório de Línguas Indígenas da Universidade de Brasília, do Museu Paraense Emílio Goeldi (Ministério da Ciência e Tecnologia) e do Museu do Índio (FUNAI).

Em suas reuniões, o grupo vem discutindo algumas estratégias de implantação de políticas públicas de reconhecimento da pluralidade linguística brasileira, entre as quais estão: a definição de uma metodologia específica para o inventário das línguas faladas no Brasil; a definição de critérios para a seleção das línguas e sua inclusão na lista de patrimônio cultural; e a indicação do *registro* como um instrumento importante, mas não único, para o reconhecimento da diversidade linguística. Nesse sentido, o grupo enviou uma carta ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), solicitando a inclusão de inquérito demográfico e sociolinguístico no Censo Brasileiro de 2010, e vem refletindo sobre como proceder para selecionar línguas para comporem o patrimônio cultural brasileiro. Inicialmente, sugeriram-se, como critérios de pertinência e prioridade, tratar-se de: i) línguas ameaçadas de extinção; ii) línguas dos povos autóctones; iii) línguas dos afro-descendentes e de comunidades quilombolas e, finalmente; iv) línguas de populações originárias da imigração, que tenham continuidade histórica e que sejam faladas no país há mais de três gerações.

Como se pode observar, para além da "retórica da perda", assinalada por José Reginaldo GONÇALVES (1996), as discussões sobre o *registro* das línguas têm apontado para o atendimento prioritário dos

casos para os quais o *registro* teria uma conotação de reparação histórica e simbólica. É interessante assinalar que as diversas comunidades linguísticas existentes no Brasil – sejam elas grupos indígenas, afro-descendentes ou descendentes de imigrantes – sofreram formas de violência pelo fato de expressarem-se em outra língua que não o português. Como foi enfatizado no Seminário, todas elas têm uma experiência particular com relação a diferentes níveis de repressão, discriminação, silenciamento forçado e outras formas de violência. Entretanto, como observa o antropólogo do IPHAN Marcus Vinícius Carvalho GARCIA (2006), em sua reflexão quanto ao estado atual da discussão sobre políticas linguísticas e sua relação com a política de patrimônio cultural, no caso dos grupos indígenas e afro-descendentes, a situação foi muito mais aguda, visto que a perda das línguas dessas comunidades falantes foi gerada em um ambiente de opressão, escravização ou, mesmo, de extermínio étnico.

Assim, como GARCIA (2006) observa, se por um lado há a demanda por reconhecimento de línguas em extinção e a necessidade de reparação e apoio às condições de transmissão dessas línguas, há também o caso do *talian*, cujos falantes defendem a relevância dessa língua mediante o argumento da representatividade[13] e do sucesso de um grupo que, apesar de todo tipo de violência sofrido, foi bem sucedido na luta pela manutenção de suas tradições e expressões culturais. Conforme colocado no Seminário pelo professor Gilvan Muller de Oliveira, trata-se então de duas grandes necessidades: registrar línguas em extinção, de modo a promover a formulação de políticas públicas que garantam a sua continuidade, assim como atestar o seu reconhecimento como patrimônio cultural do Brasil a grandes comunidades linguísticas no seio do Estado nacional.

13 Conforme enfatizado inúmeras vezes no Seminário, trata-se de uma língua falada por cerca de três milhões de pessoas.

Considerações finais

Atendendo a uma demanda antiga pela ampliação da noção de patrimônio cultural no Brasil, o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial assume uma posição comprometida com os grupos sociais até então marginalizados pelas políticas públicas. Em conjunto, os processos aqui analisados chamam a atenção para os direitos (políticos, econômicos, sociais, intelectuais e culturais) desses grupos e, portanto, para a relação entre patrimônio cultural e cidadania. Nesse sentido, o trabalho com o patrimônio imaterial coloca em evidência a luta desses grupos para legitimar um espaço de afirmação identitária e chama a atenção para o reconhecimento dos direitos das minorias no campo das políticas culturais. Chamam a atenção também para a questão da negociação da condição nacional. Todos apontam para o fato de que a ideia de nação é uma construção histórica que está mudando.

Disso, depreende-se que o *registro* pode funcionar como recurso simbólico e político. No primeiro caso, ele se insere no projeto amplo de construção de uma identidade nacional, contribuindo para objetivar e legitimar essa entidade ideal que é a nação. Os bens culturais registrados funcionam como provas materiais das visões oficiais da história nacional, que, conforme sugeri antes, ainda se amparam no mito da origem das três raças fundadoras: branca, indígena e africana. No segundo caso, a prática da política de *registro* pode ser vista como campo para o exercício da cidadania, evidenciando-se a utilização da cultura como arma política e como instrumento para a mudança.

Assim, dar privilégio aos indígenas e aos afro-descendentes, mais do que um ato de reparação histórica e simbólica, parece sinalizar para um desejo de realizar a expectativa de que as populações consideradas como as mais antigas do país, constituintes do mito fundador, mas tradicionalmente marginalizadas ou excluídas, sejam mais importantes para a identidade nacional do que os imigrantes tardios, por exemplo.

Referências

CACHOEIRA de Iauaretê. Brasília: IPHAN, 2007 (Dossiê IPHAN: 7).

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os arquitetos da memória:* a construção do patrimônio histórico e artístico nacional no Brasil (anos 30 e 40). Tese (Doutorado em História). Curso de Pós-Graduação em História da UFF. Niterói, 1998.

CNFCP. Jongo – Patrimônio Imaterial Brasileiro. In: *Jongo Patrimônio Cultural Brasileiro.* Rio de Janeiro: 2005 (Caderno de textos que integram o dossiê de instrução do Registro do Jongo no Livro das Formas de Expressão do Patrimônio Imaterial Brasileiro).

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em processo:* trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ/ MinC-IPHAN, 2005.

_____. *Da modernização à participação:* a política federal de preservação nos anos 70 e 80. Cidadania. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 24, p. 153-163, 1996.

GARCIA, Marcus Vinícius Carvalho. *De "o Belo e o Velho" ao Mosaico do Intangível:* Aspectos de uma poética e de algumas políticas de patrimônio. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Programa de Pós-Graduação da UnB. Brasília, 2004.

_____. *Línguas como Patrimônio.* Relato de um processo de busca por reconhecimento. Brasília: 2006. (Mimeo)

GONÇALVES, José Reginaldo. *A retórica da perda.* Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1996.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade.* 10ª Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

LARAIA, Roque de Barros. *A situação das minorias étnicas no Brasil*. Brasília: UnB, 1978. Brasília, 1978 (Série Antropologia, n. 22. Publicação do Departamento de Antropologia da UnB).

LÖWY, Michael. Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses "Sobre o conceito de história". São Paulo: Boitempo, 2005.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional.* 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2005.

SANT'ANNA, Márcia. *Patrimônio Imaterial:* do conceito ao problema da proteção. Tempo Brasileiro, n. 147, p. 151-161, 2001.

_____. Relatório final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. In: MinC/IPHAN (Org.). *O Registro do Patrimônio Imaterial:* Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. 2. ed. Brasília: MinC/IPHAN, 2003, p. 15-21.

_____. Políticas públicas e salvaguarda do patrimônio cultural imaterial. In: FALCÃO, Andréa (Org.). *Registro e Políticas de Salvaguarda para as culturas populares.* Rio de Janeiro: IPHAN/CNFCP, 2005, p. 07-14. (Série Encontros e Estudos, n. 6)

SEYFERTH, Giralda. *Imigração e cultura no Brasil.* Brasília: UnB, 1990.

Considerações jurídicas sobre o tombamento dos antigos quilombos: Conceitos, categorias e instrumentos

Guilherme Cruz de Mendonça[1]



Resumo

O trabalho analisa as questões jurídicas decorrentes do § 5º do art. 216 da Constituição de 1988. Num primeiro momento, é abordada brevemente a relevância da cultura afro-brasileira na construção da sociedade brasileira. A segunda parte diz respeito à trajetória de ampliação conceitual, desde os antigos quilombos para o sentido ressemantizado do termo. Em seguida, passa-se ao exame da proteção dos bens referentes à cultura afro-brasileira, considerando os instrumentos de proteção já existentes. Após, serão feitas considerações jurídicas sobre o tombamento de quilombos, e por fim, nas considerações finais, busca-se levar o leitor a refletir sobre o tema.

[1] **Guilherme Cruz de Mendonça** é advogado. Mestre em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Este artigo é baseado no trabalho elaborado durante o PEP, no ano de 2005, sob a supervisão da advogada Sonia Rabello e, posteriormente, da arquiteta Jurema Arnaut. Foi atualizado e modificado para esta publicação.

Diz o art. 216, § 5°, da Constituição Federal de 1988: "Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos". O objetivo deste trabalho é analisar as questões jurídicas concernentes à preservação da memória quilombola, mormente no que tange ao dispositivo constitucional mencionado.

Observa-se que a preocupação dos constituintes foi a de proteger a memória da ocupação quilombola. Com razão, pois antigos quilombos tiveram papel relevante na formação da sociedade e território nacionais. Com a abolição da escravatura, houve o término institucional da escravidão, assim, a figura jurídica dos quilombos deixou de existir. Entretanto, as comunidades formadas se mantiveram e resistiram, enquanto outras comunidades foram criadas.

Baseadas nesta resistência, as comunidades negras, a partir das décadas de 1970 e 1980, passaram a se identificar com os antigos quilombos e a utilizar a resistência quilombola na luta pelos seus direitos de cidadania. Estes movimentos sociais influenciaram diretamente a Constituição de 1988, que abordou a questão negra,[2] especificamente nos artigos

[2] O artigo 5° da Carta Magna, que trata dos direitos e garantias fundamentais, estabelece no seu inciso XLII que "a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei". Observa-se que a intenção dos constituintes foi evitar atos discriminatórios contra qualquer raça, razão pela qual não se pode afirmar que o citado dispositivo constitucional seja específico da questão negra, de modo que não o incluímos na afirmativa.

215[3] e 216[4] da Constituição Federal, e artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).[5] O objetivo central deste trabalho consiste em refletir sobre os dispositivos constitucionais, além de trazer ao debate considerações da teoria geral do Direito, que tem muito a contribuir para a compreensão dos comandos constitucionais.

Cultura afro-brasileira e quilombos: a importância da cultura quilombola na formação da sociedade brasileira.

O Brasil possui a segunda maior população negra do mundo,[6] a maior fora da África. Tal fato é decorrente do intenso tráfico de negros oriundos de diversas áreas do continente africano para o Brasil durante os séculos XVI a XIX. Gilberto Freyre, já na década de 1930, chamava a atenção para a diversidade étnica dos escravos que foram trazidos para o Brasil. Segundo o renomado intelectual, havia negros que vinham do golfo da Guiné, outros de origem bantu, vindos, so-

---

3 "Art. 215 § 1° – O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes de processo civilizatório nacional." (grifo nosso)

4 "Art. 216 – Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico."

5 O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que constitui um instrumento com o objetivo de disciplinar a transição para o novo regime constitucional, traz em seu artigo 28: "Aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos."

6 A Nigéria é o país que detém a maior população negra no mundo. Dados retirados de http// www.minc.gov.br/textos/olhar/culturanegra.htm, acessado em 14 de Novembro de 2005.

bretudo, de Angola e Moçambique, além dos sudaneses. Todavia, uma simples classificação em guinés, sudaneses e bantus é insuficiente,[7] pois havia os mais diversos subgrupos com culturas distintas, que se modificaram no Brasil.[8]

Em que pese a Abolição da Escravidão, em 13 de Maio de 1888, os efeitos da introdução do negro no Brasil perduram até hoje, principalmente, em dois aspectos: o social e o cultural. Do ponto de vista social, observamos que, os efeitos nefastos da escravidão continuam de forma velada através da exclusão social da maioria dos negros. Sabe-se que aos negros e às demais minorias étnicas não são oferecidas as mesmas oportunidades econômicas, sociais, educacionais, profissionais etc. Tal fato é bem ilustrado pelo depoimento de um morador da Comunidade Remanescente de Quilombo de Oriximiná, no Pará.[9]

Em relação ao aspecto cultural, cabe ressaltar que a cultura afro-brasileira foi elemento importantíssimo para a formação da identidade brasileira. Língua, religião, gastronomia, música e dança de origem negra estão intimamente inseridas na cultura brasileira. Muitos "ícones" de nossa cultura são provenientes da cultura afro-brasileira.

Todavia, a escravização do negro no Brasil não se deu de um modo pacífico. Foram registrados inúmeros movimentos de resistência. Confor-

---

7 Vide o caso dos terreiros de candomblé. Sabe-se que na África os cultos aos orixás eram locais, isto é, cada região cultuava um orixá específico. Com a convivência de escravos oriundos de diversas regiões africanas, passou-se a cultuar diferentes orixás no mesmo terreiro. Veja em SANT'ANA (2006).

8 Guy-Adjeté Kouassigan afirma que a "África negra se apresenta, vista de fora, como um mundo compacto e homogêneo"; acrescenta porém, "ser suficiente nele penetrar-se para se dar conta de sua diversidade, tanto dos meios naturais como de agrupamentos étnicos que nela vivem" (OLIVEIRA, 2001, p. 63).

9 "Aquela história de abolição, pra nós, não é bem válida, não. Porque sofremos pressão de mineradoras, madeireiras e até do IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente). E continuamos a ser escravos na nossa própria terra." Depoimento de Silvano Silva, Associação dos Remanescentes de Quilombos, Oriximiná /PA. Disponível em: http://ospiti.peacelink.it/zumbi/afro/quilombo/orixim.html. Acessado em 30 jan. 2006.

me leciona Stuart Schwartz "essa resistência assumia inúmeras formas e era expressa de diversas maneiras" (SCHWARTZ, 2001, p. 22), tais como rebeliões, homicídio de senhores e suicídio de negros (LOPES, 1987).

Outra forma de rebeldia escrava contra a opressão do regime escravista era a fuga e a formação de quilombos. Edson Carneiro assevera que "o movimento de fuga era, em si mesmo, uma negação da sociedade oficial, que oprimia os negros escravos, eliminando a sua língua, a sua religião, os seus estilos de vida" (CARNEIRO, 2001, 11). O quilombo representava para o negro a liberdade e a reafirmação da cultura e do estilo de vida africanos.

Esse movimento de resistência, denominado pelo sociólogo Clóvis Moura de quilombagem, "é um processo social contínuo de protesto que se desenvolve dentro da estrutura escravista, solapando-a histórica, econômica, étnica e socialmente a partir do seu centro, isto é, a produção". Segue o sociólogo:

> Finalmente, o Poder quilombola. O poder da quilombagem era um poder intermitente, mas que se reestruturava e reproduzia-se historicamente, reelaborando traços de culturas africanas, usando a experiência vivida no sistema como escravos e elaborando táticas de defesa em face da violência imposta contra ele. (...) Todos eles (os quilombos) reelaboraram e uniram a herança cultural africana à experiência social adquirida no trabalho e com isto dinamizaram historicamente a quilombagem como processo de desgaste. (...) Este poder paralelo que se fragmentava e era destruído periodicamente se recompunha, se reestruturava, e se organizava, sobrevivia, vencia, era perseguido e vencido e novamente se recompunha com as próprias contradições do sistema escravista e era um fato dinâmico de desgaste permanente à ordem escravista. É, por isto, um Poder político-social que se contrapõe ao outro: o poder dos Senhores de escravos. O poder militar quilombola, embora muitas vezes combatido, se rearticulava e na conclusão do processo foi aquela força que desgastou sem interrupção o Poder escravista, foi o único movimento que se contrapôs com eficiência social, cultural e militar à

> escravidão, mesmo ocasionalmente derrotado. O poder de quilombagem por isto, nunca foi definitivamente destruído e só terminou quando terminou a escravidão. (MOURA, 2001, p. 114)

Assim, pode-se afirmar que os quilombos foram importantes para a formação da sociedade brasileira.

Quilombos: a trajetória dos conceitos

Na discussão sobre quilombos, o aspecto conceitual é bastante polêmico. Afinal, o que é um quilombo? Este artigo não tem a pretensão de oferecer uma resposta. Todavia, é preciso ter em mente que conceitos são construídos a partir de processos históricos, políticos, sociais etc., e tais processos têm reflexos na criação e aplicação das normas jurídicas. Desse modo, este tópico se utiliza de conhecimentos provenientes da História e das Ciências Sociais, dentre outros, e tem por objetivo expor brevemente algumas visões acerca do conceito de quilombo, necessárias para as considerações jurídicas sobre o tombamento dessas povoações.

Segundo Kabengele MUNANGA (2001, p. 21), quilombo é "seguramente uma palavra originária dos povos de língua bantu (Ki-lombo, aportuguesado Qui-lombo)". No Brasil, inicialmente, os quilombos eram considerados aglomerações de escravos negros, em sua maioria, fugidos da opressão do regime escravista.

No que tange ao aspecto conceitual, no âmbito do IPHAN, técnicos do então Departamento de Proteção elaboraram o Parecer 47/98. Os técnicos do Departamento examinaram os diversos conceitos de antigos quilombos existentes na legislação colonial e imperial, bem como na doutrina especializada, para identificação técnica dos sítios e documentos objeto de proteção constitucional. Nesse sentido, o Parecer 47/98[10] conceitua:

10 Vale lembrar que este Parecer não representa o posicionamento oficial do IPHAN, nem de seu Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização (DEPAM) sobre a questão.

> (...) documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos [como] áreas onde existem vestígios materiais da ocupação quilombola. Por ocupação quilombola entende-se as comunidades auto-excluídas da sociedade nacional durante o período colonial até a abolição da escravatura, formadas originalmente por negros escravos fugidos das áreas urbanas ou rurais onde existiam práticas de exploração escravista.[11]

Neste sentido, a historiografia aponta algumas características dos antigos quilombos. A primeira delas diz respeito ao relativo isolamento geográfico dos quilombos. Inicialmente, pensava-se que os quilombos se mantinham isolados, sem contato algum com a sociedade dita "oficial". Manuel Andrade afirma:

> Os quilombos dos primeiros tempos eram bem mais isolados e, devido ao desconhecimento do território pelos invasores, podiam se situar próximos às áreas habitadas, uma vez que a falta de estradas e as dificuldades de comunicações tornavam as distâncias bem maiores do que eram na realidade. (ANDRADE, 2001, 77)

Manuel Andrade assevera que quando a população quilombola era pequena, era possível o isolamento, em virtude de uma economia de subsistência. Podemos citar como exemplos, os quilombos do Leblon no Rio de Janeiro e os quilombos Buraco do Tatu e Cabula nos arredores de Salvador-BA.

Contudo, quando a população quilombola era mais numerosa, crescia a necessidade de abastecimento, que era resolvida de dois modos: ou atacavam povoados vizinhos ou estabeleciam relações comerciais com índios, brancos ou mestiços que viviam nas proximidades. Edson CARNEIRO (2001) declara que no caso do Quilombo de Palmares, os negros chegavam a manter entendimento com

[11] DEPROT, IPHAN. Parecer 47/98. Brasil, 1998.

as autoridades coloniais, sobretudo na fase em que a colônia estava sendo disputada entre holandeses e portugueses (citado por ANDRADE, 2001, p. 81).

Em relação à composição social dos antigos quilombos, a grande maioria deles era formada pelos negros oriundos da África, bem como pelos nascidos já no Brasil. Entretanto, há indícios da presença de indígenas e até mesmo de brancos que viviam à margem da sociedade oficial (desterrados e outros fora-da-lei) dando um exemplo da multiplicidade étnica do quilombo (REIS; GOMES, 1996). Logo, nem todo negro era quilombola e nem todo quilombola era negro.

Assim, a visão clássica de quilombo recai sobre aquelas comunidades formadas por maioria de escravos negros que fugiram (reagiram) do sistema escravista até a Abolição de 1888. Todavia, esta noção de quilombo sofreu um processo de ampliação. Trata-se da ressemantização ou ampliação do conceito, cujo objetivo é conferir um sentido antropológico ao conceito histórico e arqueológico de quilombo.

É com base no movimento de quilombagem, descrito acima, que inúmeras comunidades negras rurais ou urbanas contemporâneas se identificam como quilombolas, no sentido de resistência ao sistema vigente e com o objetivo de construção de outra sociedade mais justa e igualitária. Tais comunidades se utilizam dos movimentos quilombolas do passado como referência na luta pela afirmação dos seus direitos,[12] mormente no que tange

12 "O quilombo, então, na atualidade, significa para esta parcela da sociedade brasileira sobretudo um direito a ser reconhecido e não propriamente e apenas um passado a ser rememorado. Inaugura uma espécie de demanda, ou nova pauta na política nacional: afrodescendentes, partidos políticos, cientistas e militantes são chamados a definir o que vem a ser o quilombo e quem são os quilombolas." Ver SANT'ANA (2006) e OLIVEIRA (2001). Ver também: SILVA (2006); SCHWARTZ (2001, p. 22); LOPES (1987); CARNEIRO (2001); MUNANGA (2001); ANDRADE (2001); REIS; GOMES (1996); LEITE (2000).

à propriedade das terras ocupadas, nos moldes do artigo 68 do ADCT.[13] É o que José Maurício ARRUTI (2005) denomina de metáfora do quilombo.

Para o referido autor,

> (...) o quilombo emerge como uma categoria metafórica de força política, como a bandeira de um movimento social que está emergindo desde a década de 1970. Enquanto a Constituição de 1988 está sendo escrita, a categoria quilombo não é mais do que isso: ela é uma metáfora que fala numa reparação em termos históricos". (...) "Se a resistência for percebida como as várias estratégias para se manter vivo e perpetuar o seu grupo, esses grupos remanescentes de quilombos, ou de senzalas, ou de portos de embarque de escravos, são resistentes de alguma forma porque eles chegaram até hoje, ocupando áreas que, quase sempre, são de uso comum, diante de uma situação de especulação imobiliária e avanço do capitalismo. São comunidades que resistiram, embora não sejam quilombos num sentido estrito. (ARRUTI, 2005)

Constata-se, assim, que o conceito de quilombo foi ampliado, vindo a abrangir as comunidades negras que, de algum modo, resistem à exclusão social. Desse modo, para fins metodológicos, podemos classificar as comunidades negras que, atualmente, se auto-atribuem como quilombolas, em três categorias[14] cuja distinção produzirá efeitos relevantes para a compreensão da questão no cenário político-jurídico:

---

13 ARRUTI (2005) afirma que a produção de novos sujeitos políticos etnicamente diferenciados pelo termo quilombola tem início depois da ampla tomada de conhecimento dos novos direitos instituídos pelo artigo 68 do ADCT: "(...) Esse novo artigo constitucional implica em uma inovação no plano do direito fundiário, mas também no plano do imaginário social, da historiografia, dos estudos antropológicos e sociológicos sobre populações camponesas e no plano de políticas locais, estaduais e federais que envolvem tais populações. Ato de reconhecimento jurídico, o artigo 68 é também e simultaneamente, um ato de criação social, em vários planos."

14 Esta categorização foi proposta pelo historiador Carlos Eugenio Líbano Soares em entrevista informal realizada em 6 jan. 2006 no Departamento de Patrimônio Material do IPHAN, a convite do historiador do IPHAN Adler Homero Castro.

comunidades remanescentes de antigos quilombos; comunidades remanescentes de senzalas; comunidades de novos, contemporâneos ou modernos quilombos.

As *comunidades remanescentes de quilombos ou quilombos históricos* são aquelas formadas por escravos negros fugidos até 13 de maio de 1888, como forma de resistência ao regime escravista. São os quilombos *stricto sensu*. Já as *comunidades remanescentes de senzalas* seriam as comunidades oriundas de escravos negros que habitavam as senzalas na época de escravidão. Com a Abolição, tais comunidades foram beneficiárias de doação das terras, ou simplesmente permaneceram nelas. Algumas, ainda, foram criadas por negros libertos. Sabe-se que muitos senhores de escravos doaram suas fazendas aos negros ou abandonaram as terras em virtude do declínio econômico de suas atividades nas sucessivas crises econômicas pelas quais passou o país. Os *novos ou modernos quilombos* são aquelas comunidades formadas após a abolição e que se auto-atribuem como quilombos, no sentido ressemantizado do termo.

Há diversos exemplos de comunidades que se enquadram nas categorias acima elencadas. A comunidade Kalunga localizada no nordeste de Goiás, na região dos municípios de Cavalcante, Monte Alegre e Teresina de Goiás é um exemplo de comunidade remanescente de quilombo. A história da comunidade se inicia com o bandeirismo do século XVII, no atual território do estado de Goiás, e a comunidade vive até hoje espalhada nesta região do planalto central. Desde 1991, toda a área ocupada por esta comunidade foi reconhecida oficialmente pelo governo do estado de Goiás como sítio histórico que abriga o Patrimônio Cultural Kalunga.

Já a Comunidade Frexal no município de Mirinzal, no Maranhão, é um bom exemplo de comunidade remanescente de senzala. A comunidade foi formada a partir de escravos que habitavam a senzala e escravos

libertos que possuíam um relacionamento amigável com os senhores de escravos. Sabe-se, inclusive, que a comunidade estava localizada a menos de cem metros da casa grande. Ora, o conceito estrito de quilombo, do ponto de vista histórico-arqueológico, se caracteriza pela resistência ao regime escravista vigente à época. Se a comunidade é originada por escravos ou ex-escravos, a rigor, não pode ser identificada como quilombola. Contudo, é inegável que se a comunidade é descendente de escravos poderá possuir um *modus vivendi* peculiar da cultura africana.

Quanto aos quilombos novos ou modernos, podem ser citados como exemplos a comunidade Campinho da Independência em Paraty, no Rio de Janeiro; o quilombo de Ivanporanduva e as demais comunidades no Vale da Ribeira, em São Paulo; o quilombo da Família Silva, em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, reconhecido como o primeiro quilombo urbano do país; ou ainda as comunidades existentes em favelas das grandes cidades que se identificam com a resistência quilombola. Nesse sentido, também podem ser considerados como quilombos os terreiros de candomblé, desde que assim se reconheçam. Logo, percebe-se a abrangência do termo "comunidade remanescente de quilombos".

Vale lembrar que, do ponto de vista jurídico, não há uma definição para "antigos quilombos". Ressalte-se que o Decreto 4.887/03 estabelece a definição jurídica dos remanescentes das comunidades de quilombos.[15] Em todo caso, o critério de definição é a auto-atribuição, que é atualmente considerada pela Antropologia como o melhor critério de

15 "Art. 2º – Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. § 1º Para os fins deste Decreto, a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante autodefinição da própria comunidade. § 2º São terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos as utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural."

identificação quanto à etnicidade. Não há que se falar em definição imposta pelo Estado, tampouco descabe à sociedade atribuir a um grupo social determinada identidade étnica.[16]

Breve análise da atuação do IPHAN na preservação da cultura afro-brasileira

O objetivo deste tópico é analisar a aplicabilidade dos instrumentos jurídicos para a proteção do patrimônio cultural afro-brasileiro. Considerando os limites e os propósitos deste artigo, o foco da análise será a atuação do IPHAN, órgão da administração pública federal responsável pela preservação, proteção, fiscalização, promoção, estudo e pesquisa do patrimônio histórico e artístico nacional.

Em decorrência da estrutura do Estado brasileiro e, por conseguinte, da repartição de competências constitucionais em matéria de patrimônio cultural, observa-se que existe uma pluralidade de instrumentos jurídicos que visam à preservação do patrimônio. Daí, ser necessário delinear o quadro jurídico brasileiro de proteção do patrimônio cultural, por meio de seus instrumentos, finalidades e características.

Esse quadro é composto por instrumentos de natureza legislativa, administrativa e judicial, provenientes de cada ente federativo. Assim sendo, a lei constitui um instrumento direto de proteção do Poder Legislativo. O Executivo, por sua vez, conta com instrumentos administrativos (tombamento, registro, inventários etc.). Já o Judiciário é provocado mediante

16 É o caso da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais. O Brasil, juntamente com mais dezesseis países, já ratificou a convenção. Desta forma, ela tem força de lei no Brasil. A Convenção 169 assegura, por exemplo, que nenhum Estado tem o direito de negar a identidade de um povo indígena ou tribal que se reconheça como tal. Garante também às comunidades quilombolas o direito à propriedade de suas terras e estabelece a necessidade de consulta sobre todas as medidas suscetíveis de afetá-las. A Convenção pode ser estratégica para a defesa dos direitos das comunidades quilombolas, uma vez que o seu não cumprimento pode ser denunciado junto à OIT. Trata-se assim de mais um instrumento de pressão e garantia de direitos.

ações judiciais de proteção (ação civil pública, ação popular, dentre outras). O parágrafo 1º do artigo 216 da Constituição Federal de 1988 é muito claro neste sentido.[17] Depreende-se do texto constitucional que a obrigação de preservar é tanto do Estado quanto da sociedade, isto é, todos são destinatários da norma que estabelece o dever de preservação. Na esteira, para que haja preservação, são necessários instrumentos de proteção do patrimônio, razão pela qual o parágrafo 1° exemplifica tais instrumentos.

Destarte, infere-se que o tombamento não é mais o único instrumento de proteção do patrimônio cultural brasileiro. Ao lado dele, estão o registro, inventários, desapropriações e outras formas de acautelamento e preservação. Assim, deverá ser utilizado o instrumento mais adequado para cada tipo de bem cultural e de ação relacionada ao reconhecimento, salvaguarda, acautelamento e preservação do mesmo enquanto patrimônio cultural.

Para a análise em questão, foram realizadas pesquisas no Arquivo Central do IPHAN, Seção Rio de Janeiro, e no site do IPHAN. No arquivo foram encontradas quatro inscrições de tombamento relacionadas à cultura afro-brasileira.[18] O primeiro tombamento foi do Museu de Magia Negra (Rio de Janeiro, RJ) inscrito no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico (Inscrição 001, Data 05/05/1938, Processo 0035-T-38). O acervo é composto por peças ligadas às práticas de religiões africanas, mormente o candomblé. Ressalte-se que o tombamento do acervo do Museu de Magia Negra foi o primeiro tombamento do tipo no Brasil. Quanto aos terreiros de candomblé, atualmente existem seis tombados.[19]

---

17 "Ar. 216, §1° – O Poder Público, com a colaboração da sociedade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras forma de acautelamento e preservação."

18 Os vetores de pesquisa foram: "quilombo" (encontradas 3 inscrições); "negra" (encontrada 1 inscrição). Para os vetores "afro", "escravidão", "tráfico negreiro", "escravos" não foram encontradas inscrições.

19 Fonte: Arquivo Central do IPHAN, Seção Rio de Janeiro; http://www2.iphan.gov.br/ans/inicial.htm, acessado em 23.07.09.

Cabe esclarecer que atualmente há dois quilombos tombados a nível federal pelo IPHAN: a Serra da Barriga, no Município da União dos Palmares, em Alagoas, conhecido como Quilombo dos Palmares, e o Quilombo do Ambrósio, situado em Ibiá, Minas Gerais. Ressalte-se que o primeiro foi tombado em 19/02/1986 (inscrição 501 do Livro Histórico e inscrição 090 do Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico)[20] enquanto que o segundo foi inscrito no Livro Histórico, sob n° 563, em 11/07/2002. Vale informar ainda que a documentação referente ao Quilombo do Ambrósio, localizada no Arquivo Mineiro, também se encontra tombada (Livro Histórico, Inscrição 564, Data 11/07/2002, Processo 1428-T-98).

Ressalte-se que até fevereiro de 2006 havia onze processos de tombamento de comunidades quilombolas abertos.

Por fim, mas não menos importante, até novembro de 2008, foram encontrados seis bens registrados relacionados à cultura afro-brasileira: Samba de Roda do Recôncavo Baiano; Ofício das Baianas de Acarajé; Jongo no Sudeste; Tambor de Crioula no Maranhão; Matrizes do Samba no Rio de Janeiro (Partido Alto, Samba de Terreiro e Samba-Enredo); e Roda de Capoeira e Ofício dos Mestres de Capoeira. Há ainda dois inventários para o Registro da Localidade de Porongos/RS e o Registro das Comunidades Quilombolas de Pernambuco.

Quanto à preservação da cultura afro-brasileira, há indícios de que existe certo paradoxo na atuação institucional, pois a preocupação com a preservação desta cultura esteve presente desde o início. Porém, efetivamente, poucos bens foram realmente protegidos, principalmente se comparados aos bens representativos da cultura luso-brasileira.

Em relação à problemática ora enfrentada, a implementação do § 5º do art. 216 do texto constitucional, técnicos do Departamento de Proteção (atual Departamento de Patrimônio Material do IPHAN) realizaram

20 Fonte: Arquivo Central do IPHAN, Seção Rio de Janeiro; http://www2.iphan.gov.br/ans/inicial.htm, acessado em 23.07.09.

estudos para a implementação do dispositivo constitucional que tombou os vestígios materiais dos antigos quilombos. Tais estudos se revelaram necessários ante a demanda dos movimentos sociais que pleitearam o tombamento de diversas comunidades quilombolas em todo o país. Estes estudos resultaram no Parecer 47/98, que criou critérios relevantes para o deslinde da questão ora em tela. Em primeiro lugar, o Parecer 47/98 analisa inúmeros conceitos de quilombos, oferecidos pela legislação colonial, doutrina e dicionários, com o objetivo de extrair os elementos essenciais para a caracterização de um sítio e documento como detentor de reminiscência histórica de um antigo quilombo. Após a conceituação dos antigos quilombos, o Parecer 47/98 analisa a ressemantização deste conceito, ou seja, a ampliação do conceito de quilombo para abrigar também as comunidades negras de senzalas ou que se formaram após a abolição da escravatura. Com a ressemantização, procura-se conferir um sentido antropológico ao conceito histórico e arqueológico de quilombo. Por fim, os técnicos elaboraram uma minuta de portaria para regulamentar essa questão no âmbito institucional, uma vez que a proteção conferida pelo texto constitucional inovou o procedimento atual do Instituto, o que será visto em momento oportuno.

Vale informar também que a Fundação Cultural Palmares (FCP), diante de suas missões institucionais editou a Portaria 188 de 29/09/2005, que institui normas para o reconhecimento de bens culturais materiais e imateriais afro-brasileiros, além de criar o cadastro de Comunidades de Referência da Cultura Afro-Brasileira.

Após esta a breve análise da atuação do IPHAN na proteção da cultura afro-brasileira, é necessário avançar para as questões jurídicas da problemática atual dos quilombos. Inicia-se com o exame dos debates na Assembleia Nacional Constituinte que resultaram no § 5º do art. 216 da Constituição de 1988, e, em seguida, serão feitas considerações sobre o tombamento de quilombos.

Análise do processo legislativo na Assembleia Nacional Constituinte que culminou no § 5° do art. 216 da Constituição Federal de 1988

As fontes pesquisadas demonstram que o § 5º do art. 216 surgiu do desmembramento do art. 68 do ADCT. Como afirma Arruti, baseado em testemunho de um constituinte integrante da Comissão de Índios, Negros e Minorias,[21] o art. 68 do ADCT teria sido incorporado ao texto da Constituição "no apagar das luzes", em uma formulação "amputada" e mesmo assim apenas em função de intensas negociações políticas levadas por representantes do movimento negro do Rio de Janeiro. O autor afirma ainda que o artigo teria sido algo improvisado, sem uma proposta clara original ou maiores discussões posteriores,[22] ainda que seja evidente a sua inspiração histórica e arqueológica.

A formulação inicial do deputado Caó conjugava proteção fundiária com valorização e proteção cultural.[23] Mas era a "emenda modificativa" proposta pelo deputado Eliel Rodrigues

21 O antropólogo e deputado federal José Carlos Sabóia, citado por ARRUTI (2006).

22 "(...) a militância negra à época tinha de fato mais dúvidas que certezas com relação ao artigo e o seu texto final teria sido resultado de um esgotamento do tempo e das referências de que o movimento dispunha para o debate, mais do que de qualquer consenso. A decisão teria passado principalmente pela avaliação de que seria necessário lançar mão do 'momento propício', mesmo que não se soubesse ao certo o que se estava fazendo aprovar. Tanto o desconhecimento sobre a realidade fundiária de tais comunidades por parte dos constituintes, quanto o contexto de comemoração do Centenário da Abolição, formaram o caldo ideológico que permitiu o surgimento do artigo 68. Só uma coisa parecia estar fora de discussão, segundo o deputado Luiz Alberto (PT/BA), coordenador nacional do MNU. Que o 'artigo 68' deveria ter um sentido de reparação dos prejuízos trazidos pelo processo de escravidão e por uma abolição que não foi acompanhada de nenhuma forma de compensação, como o acesso à terra." (ARRUTI, 2006)

23 "Acrescente, onde couber, no Título X (Disposições Transitórias), o seguinte artigo: Art. Fica declarada a propriedade definitiva das terras ocupadas pelas comunidades negras remanescentes de quilombos, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos. *Ficam tombadas essas terras bem como documentos referentes à história dos quilombos no Brasil."* (grifos nossos)

(PMDB/PA) que, de fato, divergia frontalmente no conteúdo e no espírito da proposição inicial.[24] Nesta proposta ficam claras duas divergências, uma relativa à conceituação das comunidades que seriam objeto do artigo e outra, relativa ao objeto do reconhecimento. Com relação à primeira, ele agregava o qualificativo de "antigos" ao termo quilombos, para reforçar a necessidade do vínculo histórico, já apontado pela noção de "remanescentes", antecipando-se à possibilidade de reinterpretações do termo. Com relação à segunda, ele limita o reconhecimento aos direitos culturais, propondo que as terras sejam simplesmente tombadas, excluindo com isso o reconhecimento da legitimidade das posses daquelas comunidades e sua titulação pelo Estado. Tanto que, mais tarde, no ano de 1993, esse mesmo deputado seria responsável pela proposição de uma emenda à proposta de revisão constitucional que simplesmente suprimia o "artigo 68". Nesse sentido, é preciosa a lição de ARRUTI (2006):

> Superado esse obstáculo, no entanto, vale notar que a proposta inicial do deputado Caó seria desmembrada, fazendo com que a parte relativa ao tombamento dos documentos relativos à história dos quilombos coubesse no corpo permanente da Constituição (capítulo relativo à cultura), mas a parte relativa à questão fundiária fosse exilada no corpo dito "transitório". Uma evidência de que a temática da população negra e a cultura não gozam apenas de uma "afinidade eletiva", mas de que o campo da cultura era, até então, o próprio limite permitido ao reconhecimento público e político dessa temática. E não seria o texto do "artigo 68" que mudaria isso, mas a sua captura por parte do movimento social. Assim, a procura de uma compre-

[24] "Suprima-se do texto do referido artigo, a sua primeira parte, e dê-se nova redação ao restante do texto citado, dispositivo, de modo que o mesmo assim se expresse: Artigo 25 – Ficam tombadas as terras das comunidades negras remanescentes dos *antigos quilombos*, bem como todos os documentos referentes à sua história no Brasil". (grifos nossos)

> ensão das razões e sentidos da lei nas supostas intenções e/ou correlações de força que teriam configurado o texto da lei - primeiro impulso da análise - mostra-se bastante limitado. Às supostas intencionalidades do legislador é preciso agregar a análise do amálgama de referências formado pelas sucessivas conversões simbólicas a que o termo quilombo estava sendo submetido ao longo das reformulações ideológicas e políticas que alimentaram os anos de 1970 e 1980. Ainda que aqueles que participaram diretamente da formulação e aprovação do "artigo 68" não tivessem qualquer certeza sobre o conceito que criavam, ele estava diretamente referido às conversões simbólicas do termo.

Assim, percebe-se que a ideia inicial era a da reparação histórica mediante o reconhecimento da propriedade das terras ocupadas pelas comunidades remanescentes de quilombos, ainda que não houvesse um consenso quanto à terminologia adotada, nem quanto à forma de instrumentalização. Ademais, procurou-se incluir na proposta o tombamento das terras, como forma de preservação da cultura afro-brasileira. Desse modo, com a "emenda modificativa" proposta pelo deputado Eliel Rodrigues (PMDB/PA) houve a separação dos objetos de proteção, pois a emenda suprimiria a proteção fundiária, deslocando a proteção cultural para o capítulo da cultura.

Tombamento de quilombos

Como já foi dito neste trabalho, a Constituição de 1988 estabeleceu o tombamento de "todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos".

Mas o que é o instrumento do tombamento?

Sonia RABELLO (1991, p. 35) conceitua o *tombamento* como um "ato administrativo, decorrente do poder de polícia administrativa, já que por ele, a administração pública restringirá direitos

de particulares, com o fim de resguardar o interesse público geral de preservação". Trata-se do mais conhecido instrumento de preservação no país. Instituído pelo Decreto-Lei 25/37, o tombamento se dá mediante aprovação pelo Conselho Consultivo dos bens culturais que irão integrar a categoria de patrimônio histórico artístico nacional, através de um processo seletivo que reconhece o seu valor patrimonial. Esse processo seletivo que irá levar ou não ao tombamento é corolário do exercício do poder de polícia da administração pública na preservação dos bens patrimoniais. Desse modo, pode-se afirmar que o Decreto-lei 25/37 não abrigou o sistema de proteção de *ex vi legis*, ou seja, proteção que decorre automaticamente da lei. Observa-se que o tombamento é um ato discricionário[25] por natureza, pois, ao tombar, os técnicos do IPHAN exercem um juízo de valor, ou seja, reconhecem o valor cultural que o bem possui e o selecionam para fins de preservação. Mas esta discricionariedade não será arbitrária se pautada em estudos técnicos e critérios que legitimem o ato e no instrumento jurídico próprio previsto em lei.

Portanto, o tombamento, como ato administrativo, se reveste de características próprias. Seus requisitos são: competência, objeto, forma, motivo e finalidade. Quanto à competência, a nível federal, a decisão do ato do tombamento cabe ao Conselho Consultivo do Patrimônio, e deverá ser homologado pelo Ministro da Cultura, conforme o disposto no Decreto-Lei 25/37 c/c Lei 6.292/75. Entretanto, tal atribuição legal não exclui do processo de tombamento a participação dos servidores do órgão na instrução processual. A forma é

25 Atos administrativos discricionários são os exercidos com parcela de subjetividade ou de acordo com a conveniência e oportunidade do ato. Em contraposição estão os atos vinculados, que são aqueles aos quais a lei não confere ao administrador nenhuma parcela de subjetividade, mas sim vincula a conduta do administrador à vontade da lei.

referente ao procedimento pelo qual o bem (objeto) será preservado. A finalidade consiste genericamente no interesse público de preservação e especificamente na conservação como forma de proteção do bem cultural;[26] já o que motiva o tombamento é a existência fática de valor cultural no bem que poderá ter conteúdo histórico, artístico, arqueológico, bibliográfico, etnográfico ou de qualquer outra categoria, ainda que não presente na Constituição de 1988 e no Decreto-Lei 25/37. Sonia Rabello aponta que:

> Tal como está previsto no Decreto-lei 25/37, o tombamento é ato administrativo cuja competência para praticá-lo foi atribuída pela lei a órgãos específicos do Poder Executivo. A lei, como decorre de suas características de generalidade e abstratividade, previu as hipóteses genéricas nas quais caberá o exercício do poder de polícia pelo órgão competente da administração pública federal. Deste modo, não restam dúvidas de que, no âmbito delimitado pela Constituição e pelo Decreto-lei 25/37, a administração pública praticará, mediante ato administrativo, a proteção dos bens que julgar inseridos nos critérios de valor genericamente previstos na norma, e especificados nos seus estudos técnicos que ficarão determinadas as hipóteses nas quais bens podem ser considerados de valor cultural. (RABELLO, 1991, pg. 35)

Cotejar esta breve descrição do tombamento, a passagem da autora e nossas reflexões sobre o quadro legal de proteção do patrimônio

26 Além disso, é importante relembrar aqui a questão da finalidade específica do tombamento, qual seja, a da conservação da coisa para a proteção do bem cultural. Mais uma vez, utilizamos as palavras de Sonia RABELLO (1991, p. 92): "O ato de tombamento materializa-se em objetos, bens móveis e imóveis, para os quais o legislador quis a conservação. Essa finalidade específica da lei determina sua inaplicabilidade a objetos culturais que, física ou culturalmente, sejam insusceptíveis de conservação. Isso quer dizer que não podem ser tombados bens culturais que não se materializem em coisas e, por outro lado, não devem ser tombados bens culturais que, ainda que se materializem em coisas, pela sua dinâmica cultural não se prestem à conservação. Essa é uma questão bastante interessante, uma vez que se relaciona diretamente com os denominados efeitos jurídicos do tombamento. A finalidade de conservar implica determinar o que conservar, e de que modo fazê-lo. Esses são os aspectos, cujos princípios básicos estão contidos no artigo 17 de Decreto-lei 25/37 (...)"

cultural será útil para demonstrar as questões conceituais e instrumentais no debate sobre tombamento de quilombos, especialmente no que tange à possibilidade de proteção por ato administrativo, legislativo ou judicial.

Como já dito, a proteção do patrimônio cultural pode se dar nas esferas legislativa, administrativa e judicial. No caso da legislativa, a proteção pode ser decorrente direto da lei. O legislador, através do ato legislativo, atribui valor a uma determinada categoria de bens, em razão da generalidade e abstratividade da lei. Já na esfera administrativa a atribuição de valor é feita por um procedimento administrativo que irá especificar, individualizar um bem. Assim, a proteção é gênero, enquanto os instrumentos de proteção (lei, tombamento, registro, etc.) são espécies de proteção. A proteção, repita-se, pode ser legislativa, administrativa e judicial; entretanto, não se pode confundir a natureza (legislativa, administrativa ou judicial) dos instrumentos.

Todavia, foi o que ocorreu com os legisladores constituintes. A Constituição, como Lei Fundamental, é ato legislativo emanado do Poder Legislativo. Por outro lado, o tombamento é ato administrativo e, no âmbito federal, de competência do Conselho Consultivo. A lei não tomba,[27] mas estabelece uma proteção *stricto sensu*. Em outras palavras, a lei, como ato legislativo, não pode escapar da generalidade e da abstratividade para individualizar um bem, além de invadir a competência do Executivo (leia-se, Conselho Consultivo na esfera federal) para tombar. Lei e ato administrativo não se confundem. Nem a Lei Máxima pode estabelecer um tombamento. Nesse sentido, imprescindível é o entendimento de Sonia RABELLO (1991, p. 37):

> *É importante esclarecer que a proteção de uma categoria genérica de bens, por via legislativa, há de prever os efeitos relativos a*

[27] Há juristas que pensam distintamente. Todavia discordo do posicionamento da possibilidade de tombamento via legislativa em razão dos argumentos já apresentados.

> *esta proteção, uma vez que, não sendo ato emanado do Executivo, pelo processo referido no Decreto-lei 25/37, não se pode chamar de tombamento esse tipo de proteção.* A lei que prevê a proteção de uma categoria genérica de bens poderá, eventualmente, equiparar os efeitos de sua proteção aos efeitos do tombamento mas, ainda assim, não se inserirá na categoria de bens tombados, mas sim naquela de bens preservados, cujos efeitos jurídicos podem até se equivaler. Uma lei que apenas diga que determinados bens estão protegidos, sem estabelecer a consequência desta proteção, é inócua; se a lei objetivar que seus efeitos venham restringir direitos, ao menos a previsão genérica dos efeitos dessa restrição deverá estar nela indicada, para que se obedeça ao princípio constitucional da legalidade. (Grifos nossos)

No caso dos sítios e documentos detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos, a Constituição de 1988 cometeu um equívoco técnico. Não se trata de *tombamento*, mas sim de uma proteção, pois a Constituição é um ato legislativo, não administrativo. A principal razão para este equívoco consiste no fato de o tombamento ser, à época, o instrumento de proteção do patrimônio de maior visibilidade.[28]

A redação mais apropriada para o referido dispositivo constitucional seria "ficam protegidos" em vez de "ficam tombados". Esta proteção seria regulamentada por uma lei ordinária que estabelecesse os efeitos jurídicos da proteção, como ocorre com as leis nº 3.924, de 16 de julho de 1961,[29] e 4.845, de 1965.[30]

Com o intuito de ilustrar as incoerências existentes no entendimento do que seria um tombamento pelo texto da Constituição, surgem alguns

---

28 Até hoje ainda há uma falsa noção de que até a Constituição de 1988 só havia o tombamento e que os novos instrumentos seriam uma das inovações do texto constitucional. Entretanto, as leis 3.924/61 e 4.845/65 derrubam tal assertiva.

29 Lei de Arqueologia

30 Lei que veda a saída do país de obras de arte feitas até o período monárquico.

questionamentos. No caso, como ficará a homologação do tombamento pelo ministro da Cultura, já que tal ato é discricionário? Qual será a eficácia do Decreto-Lei nº 3.866, de 29 de novembro de 1941, que dispõe sobre o cancelamento do tombamento de bens do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional através do destombamento pelo presidente da República? Em que livros do tombo seriam inscritos os antigos quilombos? Quais os efeitos do tombamento? Os mesmos do Decreto-Lei 25/37? São alguns questionamentos que demonstram a necessidade de regulamentação do dispositivo constitucional. Revelam ainda que não basta aplicar simplesmente o Decreto-Lei 25/37, pois se trata de uma inovação constitucional às avessas.

Desse modo, como ato emanado do Poder Legislativo, não é possível, tecnicamente, denominar tombamento a proteção prevista no §5º do art. 216 do texto constitucional.[31] Não se trata de interpretação extensiva ou restritiva da norma, mas sim da sua própria natureza jurídica. Segundo a teoria geral do Direito, não é o *nomen juris* que identifica a natureza jurídica de determinado instituto, mas sim a sua essência.

Logo, se abrem duas possibilidades de ação. A primeira diz respeito à propositura de Emenda Constitucional que altere o §5º do art. 216, como descrito acima. Seria mais coerente com o espírito da própria Constituição de 1988, em matéria de patrimônio cultural.[32] Com a alteração, seria necessária uma lei infraconstitucional que regulamente o dispositivo constitucional. Atualmente, o melhor caminho está no

[31] Relembre-se que "o tombamento não esgota as formas legais de proteção dos bens de valor cultural, uma vez que a Constituição não determinou as formas, e sim o dever do Estado de proteger. Destarte, só haverá tombamento se a proteção se der através do processo previsto naquele diploma legal, sem que isto implique a eliminação de outras formas jurídicas de proteção. Pelo Decreto-lei 25/37, que institui o tombamento, este se dá por ato do Poder Executivo" (RABELLO, 1991, pg. 10).

[32] Vale lembrar que o texto Constitucional repartiu o poder-dever de proteção do patrimônio entre os entes federativos e seus respectivos poderes. Ademais, cada ente federativo poderá estabelecer seus instrumentos de proteção, conforme os seus valores.

Projeto de Lei 6264/2005 que institui o Estatuto da Igualdade Racial. Neste Projeto, há um capítulo voltado para a regulamentação do artigo 68 do ADCT e um artigo que trata superficialmente da questão patrimonial. É uma ótima oportunidade para o aprofundamento da matéria no plano legislativo.[33]

De outra sorte, não havendo Emenda Constitucional que altere o §5º do art. 216, mantendo-se o referido dispositivo constitucional, emerge a segunda possibilidade referente ao "tombamento"[34] constitucional dos sítios e documentos detentores de reminiscências dos antigos quilombos. Não sendo considerado o argumento técnico de que a Constituição estabeleceu uma proteção genérica que necessita de lei que regulamente os efeitos desta proteção, é preciso pensar na possibilidade de se trabalhar o tombamento da categoria. E neste caso, como a Constituição não foi precisa, é necessário questionar a aplicabilidade ou não do Decreto-lei 25/37 para efetivar a proteção constitucional.

Neste sentido, a primeira questão a ser enfrentada é relativa ao objeto de proteção constitucional, ou seja, o que a Constituição de 1988 estabeleceu como "tombado". Como já repetido várias vezes, o que estaria "tombado" são os sítios e documentos detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos. A interpretação destes conceitos não é propriamente jurídica, de modo que são necessários conhecimentos produzidos por outras ciências. Sendo assim, uma interpretação mais detalhada do dispositivo constitucional escapa aos limites do presente artigo.

---

33 "Art. 53 – Os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos, encontrados por ocasião do procedimento de identificação, devem ser comunicados ao IPHAN. § Único. A FCP fica autorizada a instruir o processo para fins de inventário, registro ou tombamento e zelar pelo acautelamento e preservação do patrimônio cultural brasileiro."

34 Neste momento o leitor já percebeu que não considero que a Constituição de 1988 tombou as reminiscências dos antigos quilombos, em razão dos argumentos já expostos. Todavia, considerando que o texto constitucional utilizou a expressão "ficam tombados", a partir deste momento sempre que me referir a este "tombamento" constitucional utilizarei aspas, por não ser tecnicamente correto afirmar que se trata de um tombamento, mas sim uma proteção ex vi legis.

Entretanto, é possível apontar algumas questões relevantes. Uma interpretação do mencionado dispositivo constitucional pode se dar em quatro partes. A primeira, referente ao tombamento, já foi colocada aqui. A segunda relaciona-se a "sítios e documentos". A expressão "detentores de reminiscências históricas" constitui a terceira parte e "dos antigos quilombos" a quarta parte. Alguns comentários serão feitos em relação à terceira e à quarta partes.

Vale lembrar que o já mencionado Parecer GEPROT 47/98 procedeu à interpretação do § 5º do art. 216. À expressão "detentores de reminiscências históricas" foi atribuído o sentido de "áreas onde existem vestígios materiais da ocupação quilombola". Observa-se que o entendimento focou na materialidade dos vestígios. Contudo, é possível também que as reminiscências sejam de natureza intangível. Ocorre que a Constituição ao adotar o "tombamento" como instrumento de proteção para as reminiscências dos antigos quilombos, limitou o objeto de proteção para coisas, em razão de que o tombamento só se aplica a coisas imóveis ou móveis. Mais um motivo para a propositura de Emenda Constitucional, pois outros instrumentos de proteção, como o registro também teriam o *status* constitucional.[35]

No que tange à expressão "antigos quilombos" do art. 216 §5º, é importante questionar: o que é um "antigo quilombo"? A resposta não é jurídica, todavia tem efeitos no campo do Direito. O já mencionado Parecer 47/98 considerou como aquelas "comunidades autoexcluídas da sociedade nacional durante o período colonial até a abolição da escravatura, formadas originalmente por negros escravos fugidos das áreas urbanas ou rurais onde

[35] A Constituição, ao estabelecer o "tombamento" das reminiscências históricas, acabou gerando uma hierarquia de instrumentos, e não apenas da categoria protegida. O único com status constitucional é o "tombamento" das reminiscências dos antigos quilombos, sendo de outra natureza o próprio tombamento, o registro e outros instrumentos. É evidente que tal hierarquia não é apropriada.

existiam práticas de exploração escravista". Neste sentido, apenas as comunidades formadas até a Abolição seriam objeto de "tombamento", de modo que a proteção constitucional não contempla a ressemantização conceitual.

Por outro lado, há a possibilidade de haver outras visões que considerem os quilombos contemporâneos ou as comunidades remanescentes de senzalas como objeto do "tombamento" constitucional, já que a identificação com a resistência do passado as tornam comunidades remanescentes, sendo, consequentemente, passíveis de serem caracterizadas como antigos quilombos. Em outras palavras, o "tombamento" constitucional seria aplicável a qualquer comunidade remanescente de quilombos, desde que a comunidade se autoidentifique como tal, nos moldes do Decreto 4887/03.

Mais do que a valorização cultural, busca-se também uma forma de articulação política em defesa da propriedade, uma vez que o tombamento, enquanto ato de reconhecimento do valor cultural, ao legitimar a luta pela propriedade das terras ocupadas, impediria questionamentos quanto à condição de quilombo da comunidade.

Entretanto, tal entendimento não pode prosperar. O tombamento não é o instrumento jurídico mais adequado para fins de proteção fundiária, pois a natureza jurídica do tombamento é de limitação ao direito de propriedade em função do valor cultural que o bem apresenta, mas em hipótese alguma o Decreto-lei 25/37 assegura a propriedade do bem, pelo contrário, o artigo 22 admite a venda do bem tombado.[36]

Em razão do Decreto-lei 25/37 não garantir a propriedade dos bens tombados, pode-se afirmar que o "tombamento" das comunidades remanescentes de quilombos não irá assegurar a propriedade coletiva das

[36] "Art. 22 – Em face da alienação onerosa de bens tombados, pertencentes a pessoas naturais ou pessoas jurídicas de direito privado, a União, os estados e os municípios terão, nesta ordem, o direito de preferência."

terras que ocupam. Tanto é verdade, que a regulamentação do art. 68 do ADCT se dá pelo Decreto 4.887/03, que não alude ao tombamento. Ademais, mesmo que prevalecesse a interpretação extensiva do "tombamento" dos novos quilombos, cumpre lembrar que o ato traz consigo seus efeitos legais, dispostos no art. 17 do Decreto-lei 25/37.[37]

Observa-se, assim, que há uma especificidade na proteção constitucional conferida aos "antigos quilombos". Ressalte-se que as reflexões acima não são uma interpretação restritiva da norma constitucional. A restrição foi dada pelos constituintes, que conjugaram as expressões "tombamento", "sítios e documentos", "reminiscências" e "antigos quilombos".

Considerações finais

Mais do que apresentar conclusões definitivas, pretendo chamar a atenção do leitor para refletir sobre o tema. Este artigo teve por objetivo analisar as questões decorrentes da determinação constitucional de "tombar" os sítios e documentos detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

Primeiramente, procurou-se reconhecer e valorizar a importância social da cultura negra na formação da sociedade brasileira. Em seguida, foi apresentada uma análise dos aspectos conceituais do termo quilombo. Observou-se a trajetória de ampliação do conceito. Inicialmente considerado como agrupamentos de escravos que resistiam à opressão do regime escravocrata, o termo foi ampliado a partir do caráter político de resistência dos antigos quilombos. Comunidades negras, que por muitas vezes sofreram processos de exclusão social após a Abolição de 1888, passaram a se identificar com o movimento de resistência do

[37] "Art. 17 – As coisas tombadas não poderão, em caso nenhum, ser destruídas, demolidas ou mutiladas, nem sem prévia autorização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ser reparadas, pintadas ou restauradas, sob pena de multa de 50% do dano causado."

passado e se tornaram remanescentes de quilombos. Como "novo" ator social, tais comunidades pleiteiam direitos e políticas públicas, como a titulação das terras que ocupam além da identificação, proteção e promoção de sua cultura.

Neste contexto, surgem os dispositivos constitucionais relativos à matéria ora enfrentada. Para tanto, é preciso lembrar que o ordenamento jurídico brasileiro oferece um conjunto de instrumentos de tutela de bens patrimoniais. Cada instrumento possui uma finalidade específica, de acordo com a natureza dos bens sob proteção. Assim, devem ser questionados quais os instrumentos mais adequados para a proteção dos quilombos, sejam eles antigos, contemporâneos ou originados de senzalas.

Neste sentido, é preciso ter em mente as possibilidades de aplicação das referidas leis de arqueologia, da que veda a exportação de saída das obras de arte feitas até o fim do período monárquico, do registro do patrimônio imaterial, além de se pensar na necessidade de novas formas de acautelamento e de preservação.

No que tange ao "tombamento" previsto no art. 216 § 5º, a teoria do Direito oferece os elementos necessários para concluir que não se trata de um tombamento, posto que este é um instrumento de natureza administrativa, de competência, no âmbito federal, do Conselho Consultivo do IPHAN. A Constituição, como Lei Máxima, não pode invadir a competência do Executivo para tombar, de modo que a essência do § 5º do art. 216 é de proteção, não de tombamento. O que a lei pode estabelecer é um ato de proteção, como faz no regime jurídico dos bens arqueológicos, da saída de obras de arte e do zoneamento para fins de proteção urbanística. Lei e tombamento não se confundem.[38]

[38] "Art. 17 – As coisas tombadas não poderão, em caso nenhum, ser destruídas, demolidas ou mutiladas, nem sem prévia autorização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ser reparadas, pintadas ou restauradas, sob pena de multa de 50% do dano causado."

Daí, a necessidade de uma emenda constitucional que altere a expressão "ficam tombados" para "ficam protegidos". Na regulamentação através de lei, podem ser discutidas novas formas de acautelamento que atendam às peculiaridades dos sítios e documentos detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos, assim como das comunidades de senzalas e comunidades remanescentes de quilombos. Ademais, poderão ser conjugados e, na medida do possível, compatibilizados os instrumentos já existentes. Vale lembrar que o Projeto de Lei que institui o Estatuto da Igualdade Racial já abre esta possibilidade ao prever um capítulo sobre a regularização fundiária das comunidades remanescentes de quilombos, e um artigo que toca tangencialmente a questão do patrimônio cultural quilombola. É uma oportunidade importante para se avançar no trato da matéria.

No entanto, uma proposta de emenda constitucional que altere o art. 216 §5° da Constituição possui um aspecto negativo. É notória a lentidão do processo legislativo no Brasil. Desde a apresentação do anteprojeto até a sanção presidencial leva-se muito tempo. Daí surge um problema: o que fazer com os processos de tombamento abertos com base no Decreto-Lei 25/37 e com os pedidos de abertura, até que seja sancionado o novo instrumento?

Considerando que 14 processos de tombamento de quilombos foram abertos sobre a égide do Decreto-Lei 25/37, somos favoráveis à aplicabilidade do Parecer GEPROT/DEPAM 47/98, enquanto não sobrevier a nova legislação. Assim, estes processos deverão ser decididos nos termos dos estudos realizados pelos técnicos do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização do IPHAN, que à época não levaram em conta o fato de que o tombamento não esgota as outras formas jurídicas de proteção, de modo que não se aventou a possibilidade de o art. 216 §5° da Constituição de 1988 instituir um novo instrumento, ainda que fazendo uso de terminologia equivocada. Cumpre esclarecer que a

maioria dos processos de tombamento de comunidades quilombolas já possui parecer de arquivamento, por se tratarem de comunidades remanescentes de senzalas ou de quilombos contemporâneos e não de antigos quilombos. Caso realmente sejam arquivados, estes processos de tombamento serão encaminhados ao Arquivo Central do IPHAN. Do contrário, caso venham a ser tombados, a motivação não será a proteção constitucional, mas sim o valor histórico e etnográfico do bem. Ou seja, os vestígios dos antigos quilombos deverão ser tratados como um bem cultural passível de tombamento histórico, como qualquer outro bem. Quando sobrevier a nova lei, deverão ser transladadas cópias dos processos de tombamento para um novo processo regido de acordo com os critérios estabelecidos pelo novo diploma. Assim, para solucionar o problema ora apresentado, sugere-se a aplicação do Decreto-Lei 25/37 e do Parecer GEPROT/DEPAM 47/98 aos processos de tombamento abertos até que sobrevenha um novo regime jurídico que discipline a proteção dos antigos quilombos de uma maneira mais adequada.

Para a construção deste novo regime e do instrumental respectivo, é preciso que os diversos atores envolvidos nesta questão, incluídos os quilombolas, debatam quais os melhores meios de proteção da memória quilombola. É o que dispõe o artigo 6º da Convenção 169 da OIT: quaisquer "medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetar" diretamente os direitos das comunidades indígenas, quilombolas e tribais, depende de consulta dos "povos em questão, mediante procedimentos apropriados e, em particular, através de suas instituições representativas".

Com efeito, a questão quilombola ficou por mais de cem anos fora do ordenamento jurídico brasileiro. Inicialmente perseguidos ou tolerados, cem anos depois foram reconhecidos e valorizados como categoria política, social, cultural e jurídica. Essa mudança significativa, no entanto, não significa que o debate está superado. Há um longo caminho pela frente.

Referências

ANDRADE, Manuel. Geografia do Quilombo. In: MOURA, Clóvis (org). *Os Quilombos na dinâmica social do Brasil*. Maceió: Editora da Universidade Federal de Alagoas, 2001.

ARRUTI, Jose Mauricio. *O Quilombo conceitual.* Disponível em: http://www.ufes.br/~dephis/quilombo.pdf, acessado em: 24 jan. 2006.

CARNEIRO, Edson. Singularidades dos Quilombos. In: MOURA, Clóvis (org). *Os Quilombos na dinâmica social do Brasil.* Maceió: Editora da Universidade Federal de Alagoas, 2001.

LEITE, Ilka Boaventura. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. *Etnográfica*, v. 4, n.2, p. 333-354, 2000. Disponível em: http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_04/N2/Vol_iv_N2_333-354.pdf, acessado em: 15 dez. 2008.

LOPES, Helena Teodoro. *O negro e a cultura no Brasil:* Pequena Enciclopédia da Cultura Brasileira. Vol. 1. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Revan/Unesco, 1987.

MOURA, Clovis. A quilombagem como expressão de protesto radical. In: MOURA, Clovis (org). *Os Quilombos na dinâmica social do Brasil.* Maceió: Editora da Universidade Federal de Alagoas, 2001

MUNANGA, Kabengele. Origem e histórico do quilombo em África. In: MOURA, Clóvis. (org). *Os Quilombos na dinâmica social do Brasil.* Maceió: UFA, 2001.

OLIVEIRA, Waldir. Economia de Palmares. In: MOURA, Clóvis. (org). *Os Quilombos na dinâmica social do Brasil.* Maceió: UFA, 2001.

RABELLO, Sonia. O Estado na preservação de bens culturais – o tombamento. Rio de Janeiro: Renovar, 1991.

REIS, João Jose; GOMES, Flavio dos Santos. Uma história da liberdade. In: *Liberdade por um fio:* a história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

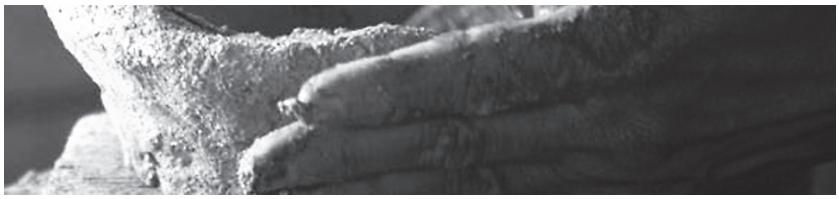
SANTANA, Márcia. *Escravidão no Brasil:* os terreiros de candomblé e a resistência cultural dos povos negros. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=419. Acessado em 30 jan. 2006.

SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes.* Bauru: EDUSC, 2001.

SILVA, Silvano. *Associação dos Remanescentes de Quilombos, Oriximiná/PA*. Disponível em: http://ospiti.peacelink.it/zumbi/afro/quilombo/orixim.html, acessado em 30 jan. 2006.

Dilemas e desafios na gestão do patrimônio imaterial

Natália Guerra Brayner[1]



Resumo

Neste artigo discuto alguns dos conceitos que norteiam a prática da preservação de bens culturais no Brasil, principalmente no que se refere à preservação dos denominados bens de natureza imaterial, conforme o texto constitucional brasileiro de 1988. Para este trabalho, em um primeiro momento, analisei documentos e textos institucionais do IPHAN e da UNESCO. Além disso, acompanhei a atuação do IPHAN em projetos de apoio e fomento a ações de salvaguarda em diferentes localidades do Brasil. As conclusões e questionamentos construídos a partir do que vivenciei como bolsista do Programa do Especialização em Patrimônio no Departamento do Patrimônio Imaterial do IPHAN configuram-se como um exercício crítico sobre as práticas institucionais atualmente adotadas por esse órgão federal para a preservação do patrimônio imaterial.

1 Natália Guerra Brayner é historiadora e mestre em história pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília. Bolsista do PEP-IPHAN-UNESCO entre 2006 e 2007. Este artigo foi produzido no início de 2007 no âmbito das atividades do Programa e revisto para publicação em março de 2009.

Ao pensar sobre a atual política de preservação dos bens culturais de natureza imaterial que tem sido conduzida pelo Estado brasileiro, por meio do IPHAN, interpreto algumas das práticas institucionais deste Instituto, mais especificamente no âmbito das ações de apoio e fomento promovidas e/ou executadas por este órgão governamental. As análises que apresento neste ensaio são o resultado de reflexões geradas a partir daquilo que observei e vivenciei no âmbito de atividades desenvolvidas por mim como bolsista do Programa de Especialização em Patrimônio (PEP) no Departamento de Patrimônio Imaterial do IPHAN. Na formulação destas reflexões pautei-me não apenas na complexa dinâmica interna dos processos envolvidos na preservação dos bens culturais de natureza imaterial, como também na historicidade dos discursos legitimadores das práticas adotadas pelo IPHAN para a preservação destes bens.

Creio ser relevante a ideia de que a produção de patrimônios culturais, enquanto prática seletiva pautada em critérios de atribuição de valor, não está desvinculada de outros fenômenos sócio-históricos localizados. Conforme aponta ARANTES NETO (1987), em artigo no qual discute a preservação enquanto prática cultural, os registros do passado não podem ser considerados apenas documentos históricos, mas principalmente "documentos de cultura", pois oferecem interpretações culturais do que se passou. Dessa forma, conforme argumenta o antropólogo, todo o contexto da prática da preservação é

relevante para a análise da questão preservacionista e não apenas os seus resultados, quais sejam, os bens escolhidos como patrimônio e os múltiplos efeitos desta ação.

Assim, uma análise dos bens culturais recentemente registrados como Patrimônio Cultural Brasileiro e dos efeitos deste *registro* para o reconhecimento e valorização dos mesmos junto à sociedade não seria suficiente para uma compreensão aprofundada da atual política de preservação do patrimônio imaterial. Como afirma CUNHA (2005, p. 18, grifo da autora):

> Políticas são objetos que, como os outros se manifestam a um tempo como práticas e como representações. A 'política de patrimônio imaterial' é, ela própria, simultaneamente um ser material e imaterial e ambas as dimensões devem ser abordadas.
> Enquanto sua materialidade se manifesta nas práticas que enseja, e nos efeitos dessas práticas, sua imaterialidade é ligada a histórias e práticas particulares, que se incrustam no conceito e sobrecarregam-no com suas conotações. Essa sedimentação, que faz aparecer como evidente e inelutável o que é na realidade uma construção histórica impõe limites à imaginação institucional.

Nas interpretações que aqui desenvolvo, adoto o conceito de representação social conforme definição de JODELET (2001, p. 26): "a representação é uma forma de saber prático ligando um sujeito a um objeto". Esse "saber prático" dá sentido às coisas e é orientado para a ação e gestão da relação com o mundo. Ainda segundo JODELET (2001, p. 22):

> (...) representar ou se representar corresponde a um ato de pensamento pelo qual o sujeito se reporta a um objeto. Este pode ser tanto uma pessoa, quanto uma coisa, um acontecimento material, psíquico, ou social, um fenômeno natural, uma ideia, uma teoria, etc.; pode ser tanto real quanto imaginário ou mítico, mas é sempre necessário. Não há representação sem objeto.

As concepções que orientam a formulação de políticas também são *constructos* histórico-sociais e por isso mesmo estão carregadas de signi-

ficações e sentidos que lhes foram atribuídos ao longo do tempo e que são permanentemente reformulados em contextos particulares do presente:

> (...) o conteúdo concreto do ato de pensamento da representação mental traz a marca do sujeito e de sua atividade. Este último aspecto remete às características de construção, criatividade e autonomia da representação, que comportam uma parte de reconstrução, de interpretação do objeto e de expressão do sujeito. (JODELET, 2001, p.23)

A partir desta ótica interpretativa, em um primeiro momento, discuto como se processou a adoção, (re)apropriação e formulação de determinados conceitos que pude perceber como centrais na construção da atual política de preservação do IPHAN, no que se refere aos bens culturais de natureza imaterial: *patrimônio imaterial* ou *intangível, bem cultural, cultura popular, manifestações culturais, folclore,* entre outros. Estes conceitos e os tipos de ação associados à preservação desta dimensão da cultura, conforme afirmado anteriormente, contêm concepções que estão carregadas de sentidos historicamente construídos. Ao mesmo tempo, as concepções atualmente em voga no campo da preservação de bens culturais representam uma reorientação importante da forma como o Estado brasileiro passa a lidar com as questões de cultura. Esta percepção nos ajuda a compreender em que bases e a partir de quais experiências tem sido construída a atual prática de preservação do patrimônio imaterial no Brasil.

A própria noção de *patrimônio imaterial*, amplamente difundida pelo IPHAN, encontra-se em processo de permanente reformulação. Isto porque novos dilemas e desafios são continuamente identificados em experiências de preservação de bens culturais no Brasil e no mundo. Nesse sentido, explicitar a historicidade de determinadas concepções nesta área do patrimônio imaterial ou intangível também poderá favorecer uma percepção mais clara da medida da inovação da atual política cultural.

Em um segundo momento do texto, a discussão se dirige para experiências pontuais de apoio e fomento realizadas pelo IPHAN, no âmbito da atual política de preservação do patrimônio imaterial. Explicita-se, então, como determinadas concepções e posicionamentos conceituais têm influenciado a elaboração e a condução de ações de salvaguarda de bens culturais e qual sua relação com alguns dos problemas e desafios que têm sido enfrentados na implementação dessas ações.

A noção de patrimônio imaterial

A Constituição Federal de 1988 consagrou, no campo da legislação e das políticas culturais, uma nova concepção de patrimônio cultural. Nos artigos 215 e 216 está definido, por parte do Estado brasileiro, que é preciso incluir, entre o patrimônio dos brasileiros, bens culturais que se refiram aos diferentes grupos formadores da nossa sociedade. O novo texto constitucional também estabeleceu, além do tombamento, os *registros* e inventários como formas de proteção dos bens culturais de natureza imaterial.

Nos dispositivos constitucionais brasileiros dedicados à proteção da cultura os termos "direitos culturais", "manifestações das culturas populares", "bens culturais", "patrimônio cultural" são indícios de que as discussões que pautaram a formulação da letra constitucional, no final da década de 1980, estiveram inseridas em um contexto de concretização da busca da cidadania e de direitos culturais (SANTILLI, 2005). Estes debates ainda permeiam as políticas federais com relação à cultura e ao patrimônio no Brasil e no mundo.

FONSECA (2003) procura situar a publicação do Decreto nº 3.551 de 2000 em um contexto mais amplo de processos histórico-sociais relacionados à experiência brasileira com relação à questão cultural e à preservação patrimonial. De acordo com esta autora, o decreto que instituiu o instrumento jurídico do *registro* de bens culturais como Patrimônio Cultural do Brasil e criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial:

> (...) insere-se numa trajetória a que se vinculam as figuras emblemáticas de Mario de Andrade e Aloísio Magalhães, mas em que se incluem também as sociedades folcloristas, os movimentos negros e de defesa dos direitos indígenas, as reivindicações de grupos de descendentes de imigrantes das mais variadas procedências, enfim, os "excluídos", até então, da "cena" do patrimônio cultural brasileiro montada a partir de 1937. (FONSECA, 2003a, p. 62)

Ainda segundo FONSECA (2003), é certo que a questão do patrimônio imaterial ou intangível tem presença recente nas políticas de patrimônio cultural, entretanto, não é de hoje que intelectuais e agentes governamentais se preocupam com a identificação e preservação do folclore, da cultura popular e de suas manifestações. No Brasil, o conceito de patrimônio imaterial somente começou a ser discutido no final da década de 1980, enquanto as noções de cultura popular e de folclore já possuiam uma trajetória mais longa de existência.

Essa correlação direta entre a questão da cultura popular e do folclore com o denominado *patrimônio imaterial* pode ainda ser encontrada em textos que discutem a questão preservacionista e mesmo em comunicações oficiais e em documentos sobre o assunto (matérias de cunho jornalístico, portarias, decretos, resoluções, entre outros). O próprio Grupo de Trabalho do Patrimônio Imaterial (GTPI),[2] em um texto produzido em 1998, afirma que "o *'patrimônio imaterial', basicamente*

[2] A Comissão e o Grupo de Trabalho do Patrimônio Imaterial foram instituídos pela Portaria Ministerial nº 37, de 4 de março de 1998. A comissão deveria elaborar uma proposta "visando o estabelecimento de critérios, normas e formas de acautelamento do patrimônio imaterial brasileiro". O GTPI foi instituído naquele momento como um grupo de assessoria técnica. Em julho de 1998, uma nova portaria ministerial é publicada, praticamente com os mesmos termos da primeira, com o acréscimo da definição de um prazo de noventa dias para entrega de uma proposta da Comissão ao Secretário de Patrimônio, Museus e Artes Plásticas do Ministério da Cultura. Em dezembro de 1998, nova portaria ministerial prorroga os trabalhos da Comissão e do GTPI por mais um ano. Em outubro do ano 2000, já tendo em vista o disposto no Decreto 3551/2000, que instituiu o instrumento legal do registro e o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, é instituído o Grupo de Trabalho do Patrimônio Imaterial para elaboração de uma proposta de estruturação do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. O prazo para conclusão dos trabalhos deste GTPI foi novembro de 2000.

se refere aos bens da cultura popular e às manifestações folclóricas" (GTPI, 2003, p. 107, grifo do original).

Ainda no final da década de 1990, as noções de folclore e cultura popular ensejavam um discurso de valorização dos bens da cultura popular enquanto patrimônios das "classes populares". Até hoje, muitas vezes, a questão da seleção de bens passíveis de patrimonialização tende a ser dicotomizada entre a tradicional representatividade de grupos hegemônicos e a não representatividade de grupos sociais não-hegemônicos.

No Brasil, este fenômeno relaciona-se com as primeiras décadas de atuação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN): a denominada fase de preservação da *pedra e cal* (1937-1964). Ao longo desse período, a despeito das preocupações de Mário de Andrade com o conhecimento e reconhecimento da cultura tradicional e popular enquanto cultura brasileira,[3] desenvolveu-se uma política patrimonial voltada para a preservação de ícones da arquitetura barroca do século XVIII. Essa política patrimonial consolidou no país um conceito de patrimônio excludente dos bens representativos da história e cultura de segmentos sociais não-hegemônicos. Segundo Fonseca:

> A limitação, durante mais de sessenta anos, dos instrumentos disponíveis de acautelamento, teve como consequência produzir uma compreensão restritiva de "preservação", que costuma ser entendida exclusivamente como tombamento. Tal situação veio reforçar a ideia de que as políticas de patrimônio são intrinsecamente conservadoras e elitistas, uma vez que os critérios adotados para o tombamento terminam por privilegiar bens que referem os grupos sociais

[3] Mário de Andrade, no anteprojeto de criação do Serviço de Patrimônio Artístico Nacional, abordou a questão da cultura tradicional e popular enquanto patrimônio artístico. Para o poeta paulistano, um sentido amplo de patrimônio encontrava-se na sua definição de arte: "'habilidade com que o engenho humano se utiliza da ciência, das coisas e dos fatos', pois, para Mário de Andrade, arte equivalia a cultura" (MEC/SPHAM/FNPM, 1980, p. 97, citado por SANT'ANNA, 2003, p. 51). Este conceito de arte que compreendia não apenas os objetos e artefatos produzidos, mas também as paisagens e o folclore, não vingou na época e o instrumento legal criado para preservação do patrimônio brasileiro, o tombamento, tratou da proteção apenas dos bens materiais.

> de tradição europeia, que, no Brasil, são aqueles identificados com as classes dominantes. (FONSECA, 2003a, p. 62)

Simultaneamente, ao longo deste mesmo período, o movimento folclorista segue uma trajetória de desenvolvimento que exerce influências importantes por meio das comissões estaduais de folclore,[4] estabelecendo trocas em uma rede de relações complexas com a intelectualidade inserida nos órgãos estaduais e federais de cultura e, a partir de meados da década de 1940, também nas universidades brasileiras.[5]

TRAVASSOS (2002) aponta como os estudos de Mário de Andrade, autor do anteprojeto de criação do SPHAN em 1936, podem ser apropriados a partir de várias perspectivas contemporâneas, como, por exemplo, a etnomusicologia, disciplina para a qual confluiriam, na década de 1950, saberes antropológicos e musicológicos.

Esta mesma autora também aponta que a pesquisa sobre cultura popular se desloca, entre o final da década de 1920 e a de 1940, do folclore como atividade mais ou menos distante de escritores, poetas e músicos para o folclore como uma das ciências sociais e antropológicas. NEDEL (2005), em sua tese de doutoramento em História, aprofunda esse aspecto da relação entre o folclore e as ciências sociais no Brasil. Ambas as autoras recorrem às análises de VILHENA (1997) sobre o movimento folclórico brasileiro. Este antropólogo mostra como foi produzida, num contexto histórico determinado, a reputação do folclore

---

4 Por iniciativa do escritor e diplomata Renato Almeida, criou-se, em 1947, a Comissão Nacional de Folclore, como órgão ligado à estrutura administrativa do IBECC – Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura/UNESCO, do Ministério das Relações Exteriores, mantendo, porém, o caráter de provisoriedade. Mais tarde, em decorrência da mobilização promovida pela Comissão Nacional e Comissões Estaduais de Folclore, foi criada a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, em 1958, que tem passado por várias estruturas jurídicas na administração direta dos Ministérios da Educação e da Cultura, e, depois, da FUNARTE. Em 1980, transformou-se no Instituto Nacional do Folclore e, posteriormente, no atual Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP), incorporado, em 2005, à estrutura do Departamento de Patrimônio Imaterial do IPHAN.

5 Veja em NEDEL (2005), especialmente capítulo III.

como campo de estudos "menor", com uma reflexão precária sobre a cultura, a partir de inventários de fatos pitorescos.

Com a democratização, na década de 1940, a aproximação dos intelectuais com o "popular" visava atender à renovação da agenda política brasileira, devido ao aprofundamento da inserção do país no sistema capitalista mundial (aceleração do desenvolvimento industrial e urbano e expansão geral dos meios de difusão da cultura, com o ensino público e a comunicação de massa). Os movimentos a favor da renovação cultural se associavam ao crescimento das universidades (VILLAS BOAS, 1994, citado por NEDEL, 2005).

No período de 1945 até o início da década de 1970, consolida-se o campo das ciências sociais no Brasil. Neste momento, a movimentação dos intelectuais em torno do folclore integra tanto a história da pesquisa social no país, quanto a história política:

> E é precisamente na intersecção entre esses debates – da política, da arte e da ciência – que se faz notar a polissemia do termo nos diferentes projetos disciplinares em jogo. Enquanto para os folcloristas a noção apresenta seu viés mais 'conservador', inspirado na aura de autenticidade formulada à luz do romantismo – tradição de pensamento em que o camponês analfabeto aparece como encarnação viva do 'povo' ancestral – organizações como o ISEB e os CPCs, e porta-vozes da sociologia paulistana, como Florestan Fernandes, propunham essa aproximação com o 'povo proletário' nos termos da conscientização política. (...) Ainda na divergência com outras correntes, que tinham nos preceitos de neutralidade e objetividade a estratégia de universalização de seus discursos, os estudiosos do folclore depositavam a certeza da objetividade de seus registros na aura de autenticidade do objeto, concebido segundo parâmetros empiricistas e totalizantes. (NEDEL, 2005, p. 144, grifos do original)

Na década de 1970, apesar de ainda vivermos um governo autoritário, estavam em pauta, no âmbito das políticas culturais, a superação de

uma visão "folclorizante" de indígenas, negros e camponeses e a busca pelos direitos das minorias. (FONSECA, 1996). Nesse contexto, o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), sob a direção de Aloísio Magalhães, vem atuar

> (...) no espaço aberto por Mário de Andrade, mas não ocupado pelo SPHAN: a incorporação ao patrimônio histórico e artístico nacional dos bens da cultura popular, a que se referia como 'cultura viva', ou 'patrimônio cultural não consagrado'. Embora estas manifestações culturais fossem, na década de 1970, objeto de atenção da campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, que funcionava junto ao Departamento de Assuntos Culturais do MEC, a atuação do CNRC desenvolveu-se desde o início tendo como contraponto o IPHAN, então também vinculado ao MEC. (GTPI, 2003, p. 108)

Posteriormente, a Fundação Nacional Pró-Memória, no final da década de 1970, irá incorporar a proposta do CNRC de apreensão das referências culturais em sua dinâmica e relação com os contextos socioeconômicos. FONSECA (2003), ao discutir a experiência do CNRC como subsídio para uma proposta de inventário de referências culturais,[6] diferencia a perspectiva das pesquisas etnográficas realizadas pelo CNRC e pela Fundação Nacional Pró-Memória daquela dos folcloristas:

> Em termos gerais, a pesquisa com a tecelagem, assim como outras realizadas sobre cerâmica, o trançado indígena e o artesanato de reciclagem de pneus, veio mostrar a impossibilidade de se reduzir diferentes atividades a um único modelo de interpretação. Pois justamente o que distingue as produções pré-industriais da produção industrial é a sua diversidade, em função da sua adequação ao meio-ambiente, às necessidades do momento, a um universo simbólico, etc. Ou seja, a tentativa de apreender as referências culturais que caracterizam a tecelagem tal como é praticada no Triângulo

[6] Esta proposta terá sua formulação concluída em 2000, estabelecendo, por meio de consultoria especializada de natureza acadêmica, "uma metodologia de inventário de referências culturais que sistematizou e deu consistência aos processos de identificação que antecedem o Registro e demais atividades de salvaguarda" (ARANTES, 2005, p. 5).

> Mineiro partia do pressuposto de que, sob uma capa de "resistência", de reiteração de gestos e produtos, se desenvolvia uma dinâmica específica. Essa perspectiva está bem distante de uma visão – que é a que costuma ser adotada pelos folcloristas – que interpreta as manifestações da cultura popular a partir de uma noção mítica de tempo, enfatizando o seu caráter repetitivo, opondo tradição à mudança. Ao tentarem resgatar ou preservar a 'autenticidade' dessas manifestações, esses estudiosos na verdade estão tentando preservar seus próprios valores, convertendo a cultura popular em símbolo de um tempo perdido e em refúgio para a vida moderna. (FONSECA, 2003a, p.91)

Hoje, o entendimento que se apresenta da noção de patrimônio imaterial não se restringe a folclore e/ou cultura popular. Conforme discutido por SANT'ANNA (2003a), a ampliação da noção de patrimônio provocou um repensar das práticas de preservação fundadas nos conceitos de conservação do objeto e autenticidade: "Os bens culturais de natureza imaterial são dotados de uma dinâmica de transformação que não cabe nesses conceitos, sendo mais importante, nesses casos, registro e documentação do que intervenção, restauração e conservação" (SANT'ANNA, 2003a, p. 52).

Entretanto, as relações entre os estudos de folclore no Brasil e o desenvolvimento das ciências sociais mostram como se sedimentaram concepções e se construíram metodologias de investigação, pesquisa e preservação de bens culturais que têm sido reapropriadas pelo IPHAN na "ampliação do seu repertório de práticas de preservação", segundo expressão de FONSECA (2003, p. 71).

Atualmente, outros posicionamentos frente aos conceitos de cultura e de patrimônio imaterial têm sido adotados no campo de atuação da preservação do patrimonial, inclusive na tentativa de superação da falsa dicotomia sugerida pelas expressões "material" e "imaterial". Conforme afirma SANTILLI (2005, p. 64):

> Não é possível compreender os bens culturais sem considerar os valores neles investidos e o que representam – a sua dimensão imaterial – e, da mesma forma, não se pode entender a dinâmica do patrimônio imaterial sem o conhecimento da cultural material que lhe dá suporte.

Para SANTOS (2001, p. 16) esta dicotomia entre material e imaterial começou a ser construída a partir de 1979, quando Aloísio Magalhães assumiu o IPHAN e passou a enfatizar o significado dos bens imateriais. Ainda segundo SANTOS (2001), a Fundação Nacional Pró-Memória, criada para conferir agilidade aos trabalhos do SPHAN, haveria "nucleado" as áreas de confrontação e de desgaste. O corporativismo das três instituições reunidas por Aloísio Magalhães – o antigo SPHAN, o Centro Nacional de Referência Cultural e o Programa de Cidades Históricas (PCH) – é considerado pela autora como um fator crucial "para o prolongamento de atritos que deveriam ter se esgotado com maior fluidez". SANTOS (2001) afirma, ainda, que os embates entre estas instituições teriam levado à extinção da Fundação Nacional Pró-Memória e aos preparativos para a extinção do próprio IPHAN nos primeiros anos de 1990.

> Naquele momento, a opção pelo nome 'Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural', atropelando a sigla forjada em 1936 (com "S" de Serviço amoldando-se à condição de Diretoria, Instituto, Secretaria, Subsecretaria e, de novo, Instituto do PHAN), resultou diretamente, do erro conceitual de que 'histórico e artístico' não poderia abranger e abarcar o domínio do imaterial, como se a questão do patrimônio fosse obrigada a um dualismo perpétuo cindindo-se entre o dogma pétreo da materialidade e o etéreo cisma da imaterialidade. Descaracterizou-se o nome de um instituto federal, perante a opinião pública, o ouvido popular, a jurisprudência firmada, simplesmente porque algumas vertentes de pensamento, em pressuroso desempenho político, queriam contrapor patrimônio imaterial a patrimônio de 'pedra e cal', em detrimento de uma polí-

> tica moderna e dinâmica de proteção da grande herança cultural do Brasil, como um todo. (SANTOS, 2001, p. 16)

Considero esta uma interpretação possível daquele momento histórico e da própria crise institucional do órgão federal de preservação patrimonial. Entretanto, penso que esta discussão precisa ser aprofundada por estudos futuros, principalmente no que se refere a cada uma das instituições acima referidas e às suas inter-relações.

No *Relatório Final das Atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial* (SANT'ANNA, 2003b) já se encontra claramente explicitada a falta de consenso, nacional ou internacional, sobre a expressão que melhor definiria o conjunto desses bens culturais denominados como de *natureza imaterial*. De acordo com este documento, as expressões existentes – *patrimônio intangível, patrimônio imaterial, cultura tradicional* e *popular, patrimônio oral* – foram consideradas, no âmbito dos resultados das pesquisas e das discussões do GTPI, "problemáticas e simplificadoras do ponto de vista conceitual" (SANT'ANNA, 2003b, p.17).

Segundo Fonseca (2003b), a adoção do conceito de *referência cultural* pelo GTPI – e, posteriormente, pelo próprio IPHAN para elaboração de toda a política do órgão no trato das questões do patrimônio imaterial – contribuiu para uma revisão das práticas de preservação, pois colocou em cena a dimensão social e política de uma atividade que costuma ser vista como eminentemente técnica. Isto porque:

> Quando se fala em 'referências culturais', se pressupõe sujeitos para os quais essas referências façam sentido (referências para quem?). Essa perspectiva veio deslocar o foco dos bens – que em geral se impõem por sua monumentalidade, por sua riqueza, por seu 'peso' material e simbólico – para a dinâmica de atribuição de sentidos e valores. Ou seja, para o fato de que os bens culturais não valem por si mesmos, não têm um valor intrínseco. O valor lhes é sempre atribuído por sujeitos particulares e em função de determinados

> critérios e interesses historicamente condicionados. (FONSECA, 2003b, p. 83-84, grifos da autora)

Nas últimas duas décadas tem se construído dentro do IPHAN, a partir de diálogos inter e intrainstitucionais, uma noção de patrimônio imaterial vinculada a novos critérios de atribuição de valor e à dimensão política dessa prática social em contextos multiétnicos e multirreligiosos, onde a função da patrimonialização encontra-se inserida no âmbito de políticas públicas mais amplas de desenvolvimento social, político e econômico.

Na implementação dessa nova política, porém, os reducionismos e dicotomias aqui referidos não foram superados, nem mesmo na prática do próprio órgão. Daí a importância de tornar evidente o caráter de construção sócio-histórica da atual política de preservação do patrimônio imaterial do IPHAN, pois na medida em que isso desnaturaliza certas concepções, pode contribuir com a formulação de questões essenciais para a superação de dilemas identificados em experiências concretas de implementação desta política.

O Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI/IPHAN), criado em 2004, tem investido em treinamentos, palestras, seminários e na produção de publicações onde são reafirmados os posicionamentos adotados frente às concepções que fundamentam esta nova política. Estas atividades, em meio a processos de interação social, influência, consenso ou dissenso e polêmica, concorrem para a criação de um universo consensual.[7]

Dessa forma, pode-se afirmar que a noção de *patrimônio imaterial* tem sido construída a partir de uma continuidade dos conceitos de *folclore* e *cultura popular*, ao mesmo tempo em que rompe com algumas

[7] Jodelet (2001), no prefácio da obra As Representações Sociais, apresenta o argumento, desenvolvido por Serge Moscovici, de que a comunicação (em seus aspectos interindividuais, institucionais e midiáticos), enquanto um processo de trocas e interações, aparece como condição de possibilidade e de determinação das representações e do pensamento social.

das representações existentes sobre essas noções. A noção de *patrimônio imaterial* não apenas amplia a representação daquilo que pode vir a ser incluído no rol de bens patrimonializáveis, mas apresenta um novo enfoque para a preservação: não mais uma preocupação centrada na conservação de expressões materiais das práticas culturais (artefatos, indumentárias, obras arquitetônicas, entre outros) e sim com as possibilidades de uso social dos bens culturais "relativos a modos de fazer, a formas de sociabilidade, religiosidade, relacionamentos com o meio ambiente e outros" (SANT'ANNA, 2005, p. 7). Ou seja, fundamentalmente um enfoque nos possíveis benefícios gerados pela preservação desses bens para os seus detentores, principalmente por meio da valorização da identidade cultural de grupos étnicos e sociais e das pessoas desses grupos enquanto sujeitos que permanentemente criam e recriam sua história e sua cultura.

Este novo enfoque, expresso no termo "salvaguarda", traz à tona questões que não são novas, mas que nunca estiveram tão explicitamente vinculadas à temática patrimonial. Questões relativas à defesa de direitos culturais e à democratização do acesso aos benefícios gerados pela patrimonialização. No atual entendimento do DPI, salvaguardar significa não apenas promover a continuidade da existência de bens culturais de natureza imaterial, mas principalmente promover qualidade de vida das pessoas por meio da promoção de um desenvolvimento sustentável. Ou seja, não se trata de preservar um bem cultural a qualquer custo, mas de preservar levando em consideração os contextos locais e tendo em vista a promoção dos direitos humanos e da preservação ambiental.[8]

[8] Na *Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Imaterial*, de 17 de outubro de 2003, que entrou em vigor no ano de 2006, quando os países membros da UNESCO tornaram-se signatários da mesma, a definição de patrimônio imaterial estabelece uma correlação entre aquilo que os indivíduos reconhecem como seu patrimônio cultural e a promoção do respeito à diversidade cultural, à criatividade humana e ao desenvolvimento sustentável.

Desafios à gestão do patrimônio imaterial

O debate acerca dos conceitos de bem cultural imaterial e das formas mais apropriadas à sua preservação ainda não se encerrou. Paralelamente às discussões, políticas públicas voltadas para a preservação deste tipo de patrimônio estão sendo construídas nos últimos anos, em torno do eixo do registro. Este instrumento legal reflete uma das principais preocupações contidas na Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular, aprovada pela Conferência Geral da UNESCO, em novembro de 1989, qual seja, a conservação por meio do registro e da documentação da memória histórica das culturas tradicionais e populares. No Brasil, esta ideia de documentação das expressões populares como forma de preservação remete às décadas de 1920 e 1930, com Mário de Andrade e os folcloristas (NEDEL, 2005; TRAVASSOS, 2002).

O instrumento legal do registro instituiu o reconhecimento das expressões que integram o patrimônio cultural brasileiro e estabeleceu, para o Estado, o compromisso de salvaguardá-las por meio da documentação, do acompanhamento permanente de suas transformações e recriações, e do apoio às suas condições de existência. Assim, para todos os bens registrados, devem ser implementados Planos de Salvaguarda[9] com ações de apoio para a continuidade e fortalecimento do bem. Ou seja, conforme foi aqui discutido, além do reconhecimento, é de fundamental importância a questão de *como* promover a continuidade da existência do bem cultural.

Um dos principais desafios da salvaguarda dos bens culturais de natureza imaterial tem sido o de se proceder a uma adequada avaliação das tradicionais práticas preservacionistas, como, por exemplo, a rea-

[9] Em 2004, foi iniciada a implantação dos planos de apoio aos bens registrados como Patrimônios Culturais do Brasil no final de 2002, quer sejam, o ofício das paneleiras de Goiabeiras e a arte gráfica dos Wajãpi. Ver SANT'ANNA (2005).

lização de inventários (no que se refere ao tipo de conhecimento que geram, aos procedimentos metodológicos que utilizam, aos impactos de sua implementação etc.), para que se verifique a possibilidade de adequação das mesmas à atual perspectiva de entendimento dos significados e funções dos bens culturais e do patrimônio imaterial. Por essa razão, a partir da nova concepção de *patrimônio imaterial*, foram desenvolvidas pesquisas para a elaboração de uma metodologia de inventário de referências culturais que subsidiasse as ações de *registro* e de levantamento de manifestações culturais em todo o país. Estas pesquisas resultaram no desenvolvimento de uma metodologia própria de inventário, o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), que opera com o conceito de *referência cultural* e aprofunda reflexões e experiências anteriores de inventário no âmbito do IPHAN. (SANT'ANNA, 2003a, p.53) Sobre o significado que a noção de referência cultural ganha no contexto do inventário, ARANTES (2001, p.130-131) faz uma breve reflexão:

> Referência é um termo que sugere remissão; ele designa a realidade em relação à qual se identifica e baliza ou esclarece algo. No caso do processo cultural, referências são as práticas e os objetos por meio dos quais os grupos representam, realimentam e modificam sua identidade e localizam a sua territorialidade.

O Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI), criado no mesmo contexto do *registro*, visa à implementação de política específica de inventário, referenciamento e valorização do patrimônio imaterial. O objetivo geral do programa é o de "fomentar e apoiar propostas de identificação, inventário, promoção e valorização dos bens culturais de natureza imaterial". Pode-se afirmar, então, que o conceito de salvaguarda, na perspectiva do Estado brasileiro, tem se estruturado em torno de três eixos de ação: promover o *registro* de bens culturais como Patrimônio Cultural do Brasil, documentar e apoiar a continuidade da existência desses bens.

No que se refere a acompanhar e apoiar os processos e bens culturais intangíveis, o trabalho do IPHAN vem se desenvolvendo a partir da necessidade de promoção das condições de sustentabilidade do bem, as quais são identificadas ao longo da realização do INRC.[10] Este trabalho encontra-se estruturado em torno de iniciativas de apoio, que se organizam em quatro grandes linhas: ações de apoio às condições de transmissão e reprodução, ações de valorização e promoção, ações de defesa de direitos e ações de acompanhamento, avaliação e documentação desses bens.

Entretanto, nesta prática preservacionista, muitas das propostas de salvaguarda do patrimônio imaterial enfrentam dilemas que, muitas vezes, originam-se da implementação de ações fundamentadas em práticas de preservação tradicionalmente adotadas em contextos anteriores e que, portanto, remetem a outras percepções das noções de cultura popular, folclore e patrimônio. É o caso, por exemplo, de algumas das ações de salvaguarda do ofício de produção das panelas de barro em Goiabeiras Velha no Espírito Santo.

O ofício das paneleiras de Goiabeiras Velha no Espírito Santo foi o primeiro bem cultural de natureza imaterial a ser registrado como Patrimônio Cultural do Brasil. O inventário do ofício foi realizado entre 2001 e 2002,

> (...) pela aplicação da metodologia do INRC, privilegiando o conhecimento da atividade das paneleiras em seu contexto de ocorrência, a partir de levantamentos documentais, bibliográficos, iconográficos, audiovisuais e de campo. (ABREU, 2005, p. 16)

O processo de reconhecimento deste bem cultural enquanto patrimônio da cultura brasileira foi iniciado a partir de solicitação formal

[10] Os instrumentos básicos da política de salvaguarda do patrimônio imaterial são o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), o Registro e os Planos de Salvaguarda. É a partir do INRC que os bens culturais são identificados e descritos de forma sistemática, detalhada e exaustiva, segundo as seguintes categorias: Celebrações, Formas de Expressão, Ofícios e Modos de Fazer, Edificações e Lugares.

da Associação das Paneleiras de Goiabeiras (APG). Esta associação foi formalmente constituída em 1987, tendo em vista, naquele momento, o fortalecimento da luta social local pela continuidade de acesso ao barreiro no vale do Mulembá. A APG tem sido, desde então, o principal canal de comunicação entre as paneleiras e os poderes públicos.

No *Dossiê* de estudo encaminhado ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, em novembro de 2002, para avaliação e deliberação do *registro* e titulação do bem cultural no Livro dos Saberes, é possível observar uma ênfase no processo de produção das panelas de barro. As etapas de confecção da panela de barro são detalhadamente e exaustivamente descritas. Os principais envolvidos no processo de produção também são identificados (quem são, onde e como vivem, como produzem e comercializam as panelas). Também foram identificados e descritos, mas não de forma tão exaustiva, alguns bens culturais associados (comidas, feiras, festas e danças). O estudo apresentado enfatizou dois aspectos essenciais relativos à confecção das panelas de barro e que lhes confere singularidade: o fato de as panelas serem moldadas manualmente e queimadas a céu aberto, sem o uso de torno e de forno, e, segundo, que em sua confecção é utilizado o barro de uma única jazida, existente no Vale do Mulembá.

ABREU (2005) aponta que mesmo antes do reconhecimento oficial por parte do IPHAN do Ofício das Paneleiras de Goiabeiras Velha como patrimônio cultural brasileiro, essas mulheres já haviam, desde a década de 1980, consolidado uma consciência de seu lugar no processo de construção da identidade cultural regional, expressa na explicitação de suas demandas e na interlocução direta e busca de apoio junto aos poderes públicos. Ou seja, antes mesmo da intervenção do órgão federal de preservação, instâncias políticas locais vinham oferecendo apoio à atividade, por meio, principalmente, da promoção de sua imagem e de seus produtos como ícones da identidade cultural capixaba.

Ainda na década de 1990, a prática da extração predatória da casca do mangue-vermelho, matéria-prima utilizada na tintura da panela, foi superada por meio de programa de educação ambiental proposto e realizado pela Universidade Federal do Espírito Santo junto aos casqueiros e às paneleiras. Percebe-se, então, que o processo de apoio à continuidade da existência sustentável desta prática cultural já havia sido desencadeado há pelo menos uma década.

A intervenção do IPHAN, com a produção de conhecimento sobre o ofício, por meio do inventário, possibilitou a identificação de algumas questões

> (...) passíveis de ameaçar a permanência e sustentabilidade do bem (...) : alterações nas relações entre as paneleiras, expressas nos modos de convivência após a construção do galpão da Associação e nas questões relativas à liderança e à representatividade política – antes estabelecidas nos territórios da família e da vizinhança, agora instituídas na hierarquia formalizada no estatuto da entidade; mudanças no processo de trabalho em razão da valorização cultural e turística do produto e do conseqüente aumento de demanda; problemas de acesso à jazida e de permissão para extração do barro, com todas as implicações do cumprimento da legislação ambiental e mineral; a perspectiva do esgotamento da jazida e as alternativas de novas fontes de matéria-prima; o impacto da instalação da estação de tratamento de esgoto sanitário no meio ambiente e na imagem do produto panela de barro, a identidade do produto e a imitação da ocorrência; a formação de preços; questões relativas a embalagem e transporte. (ABREU, 2005, p. 18)

A partir destas questões, a proposta de salvaguarda deste ofício tem se baseado no apoio e fomento a ações relacionadas à instrumentalização do grupo e à implementação de condições necessárias à manutenção das condições objetivas de sustentabilidade do bem. Essas ações se traduziram em atividades como a realização de oficinas de associativismo e o estabelecimento de parceria com uma instituição de pesquisa

para estudo e análise da composição e das propriedades constitutivas do barro do Vale do Mulembá (tendo em vista a criação de alternativa à obtenção de matéria-prima pelas paneleiras).

Outras atividades têm sido promovidas no âmbito da salvaguarda deste fazer cultural, muitas das quais relativas a necessidades explicitadas pela própria APG, como, por exemplo, apoio institucional no que se refere a articulações junto a instâncias políticas locais para reforma do galpão da associação. Com relação a este último ponto, segundo informações obtidas em 2006, junto à Superintendência do IPHAN no Espírito Santo, há um projeto para construção de um novo galpão para atender às demandas das próprias paneleiras por um espaço "onde todas possam trabalhar". Naquele momento, apenas uma parte das paneleiras detinha um lugar dentro do galpão da Associação. As "de fora" continuavam produzindo panelas nos quintais de suas casas, entretanto não conseguiam vender como as do galpão e nunca eram beneficiadas pelas conquistas da Associação, principalmente no que se refere à participação em feiras e exposições.

A panela, enquanto ícone da identidade regional capixaba, como bem apontou ABREU (2005) transformou-se, ao longo do tempo, em *souvenir* oficial do Espírito Santo. Este olhar de fora, ao que parece, tem se imposto de forma muito contundente, deixando à margem do processo de preservação a percepção da panela de barro como referência cultural, principalmente, das paneleiras, para quem a panela significa um elo com seus antepassados, luta pela sobrevivência e mesmo a possibilidade de oferecer algo melhor aos filhos, entre tantos outros sentidos e significados que estas mulheres, moradoras do bairro de Goiabeiras-Velha, atribuem a este tradicional saber.

O Inventário Nacional de Referências Culturais apontou para os valores atribuídos ao ofício das paneleiras, enquanto os agentes envolvidos na elaboração e implementação do Plano de Salvaguarda detinham

a preocupação de promover a superação da percepção da panela enquanto mero *souvenir* do estado. Em sintonia com os preceitos da recentemente formulada política pública de preservação dos bens culturais de natureza imaterial, a proposta de trabalho do IPHAN pautou-se, principalmente, em uma concepção de patrimônio cultural enquanto recurso para promoção da melhoria da qualidade de vida das paneleiras e de suas famílias. Todo o processo de inventário e *registro* desse bem cultural, conduzido pelo IPHAN, esteve fortemente focado nas etapas da confecção da panela de barro e nos elementos associados à existência deste ofício. Esse fazer cultural, associado à identidade sociocultural das mulheres de Goiabeiras-Velha, foi considerado como mais um instrumento para inclusão dessas mulheres e de suas famílias em um circuito sociocultural mais amplo.

Em visita a Goiabeiras-Velha no final de 2006, como parte de trabalho de campo desenvolvido no âmbito do PEP/IPHAN, tive a oportunidade de conversar com paneleiras, artesãos e moradores do bairro. Foram entrevistadas paneleiras de diferentes gerações e um artesão, filho de paneleira, que também trabalha na produção de panelas de barro. Nas entrevistas realizadas (citadas nas fontes documentais deste artigo), ao abordar o tema do reconhecimento do ofício das paneleiras como patrimônio e às ações do IPHAN quanto à salvaguarda deste bem cultural, afloraram questões relativas à problemática dos sentidos atribuídos a essa "inclusão social".

Ao longo das décadas de 1980 e 1990, e mesmo mais recentemente, órgãos governamentais locais e instituições públicas de interesse social desenvolveram ações junto às paneleiras voltadas para a melhoria dos processos de comercialização e produção das panelas de barro. De fato, transformar um fazer cultural em produto comercializável nos meios circundantes ou em atrativo turístico que gere dividendos para a região onde se realizam suas atividades tem sido o foco de muitos dos projetos

e trabalhos desenvolvidos por instituições públicas e privadas de interesse social, junto aos detentores de saberes tradicionais. Esta é uma realidade identificável não apenas no Espírito Santo, mas em inúmeras outras localidades brasileiras.

Assim, muitas vezes, em iniciativas denominadas de "promoção cultural" ou de "apoio à cultura", trabalha-se em prol da aceitação mercadológica dos produtos culturais e/ou em prol do aumento da produtividade e do lucro obtido com a venda desses produtos. Os valores fundamentais, aqueles vinculados a uma identidade social ou étnica associada a um fazer cultural específico – e que, consequentemente, tornam aquele fazer patrimônio de um determinado grupo social –, podem vir a ser "obscurecidos" pela valoração meramente mercadológica do bem cultural.

Ou seja, apesar da proposta de trabalho fundamentada na valorização do ofício enquanto referência cultural para aquela comunidade, o IPHAN não conseguiu se desvincular totalmente de práticas anteriores que já haviam sido desenvolvidas junto às paneleiras por outras instituições. A elaboração de novas práticas a partir de um novo referencial teórico é um processo que leva tempo para ser construído. Simultaneamente, é preciso considerar que, ao longo de aproximadamente vinte anos de relações entre aquela comunidade e o Estado, no âmbito da preservação e do incentivo à prática cultural das paneleiras, sempre foi obtido apoio para determinados tipos de ações focadas na panela enquanto produto comercial. Assim, ao inaugurar sua relação com esse grupo social, o IPHAN passou a ser demandado no sentido de oferecer o mesmo que, em momentos anteriores, outras instituições já haviam oferecido: oficinas que ajudassem a melhor comercializar o produto, atender o cliente, organizar a produção. Como não levar em conta as demandas dos próprios detentores desses bens, considerando que um dos princípios da política preservacionista que se procura implementar

é justamente a proposição de que estes grupos assumam autonomamente a gestão da preservação dos bens culturais?

Nesse sentido, é significativa a fala de Dionara Alvarenga, paneleira e filha de paneleira, em entrevista a mim concedida em sua casa em Goiabeiras Velha, quando afirma:

> O meu desejo mesmo, o meu desejo mesmo, era o de ver as paneleiras valorizadas, ao invés desses desenhos aí no muro [refere-se ao muro localizado ao longo da rua de acesso ao galpão da Associação das Paneleiras de Goiabeiras], esses desenhos aí [são imagens de panelas coloridas], eu queria que tivesse mesmo era umas fotos das paneleiras antigas, com uns textos, uns depoimentos (...)

O sentimento, perceptível também em outras entrevistas e em conversas informais, é de que há, por parte da sociedade, uma preocupação em não se acabar com a produção daquele produto específico: as panelas de barro. Mas, e as mulheres que produzem essas panelas? Há realmente um reconhecimento por parte da sociedade mais ampla de sua identidade enquanto grupo social? Enquanto atrizes da história do lugar onde vivem? Enquanto herdeiras de um legado de luta pela sobrevivência? Afinal, são mulheres e filhas de mulheres que fundaram uma Associação ainda na década de 1980, quando os movimentos sociais no Brasil davam os primeiros passos, netas da exclusão social nas décadas de 1950 e 1960, bisnetas e tataranetas de grupos indígenas que já não mais existem, mas cuja presença se impõe no legado cultural que vem sendo repassado, transformado e reapropriado há várias gerações. Ou seja, essas mulheres se sentem de fato reconhecidas enquanto pessoas que, assim como seus pais, mães, avôs e avós podem transformar a sua realidade, o seu contexto social, a sua própria história e cultura?

As ações de salvaguarda realizadas e promovidas pelo IPHAN, entre 2005 e 2006, junto a esse grupo social, remetem principalmente a uma preocupação emergencial com a matéria-prima necessária para a

produção da panela de barro, com a imagem do produto no mercado e com a superação de problemas de convivência que acabam por afetar o processo de produção e o acesso de todas as paneleiras aos benefícios gerados pela comercialização das panelas. Sem dúvida, são questões essenciais que precisam ser abordadas, mas o dilema que se coloca é o de que, apesar deste bem cultural ter sido registrado por ser uma referência cultural para aquelas pessoas, o enfoque das ações de salvaguarda, em função de questões emergenciais relativas ao esgotamento da matéria-prima e às demandas oriundas da APG quanto à necessidade de superação de problemas que afetam a comercialização das panelas, tem se concentrado no produto e não na valorização dessas pessoas e dos grupos identitários locais.

O caminho para inclusão mercadológica da panela de barro (inclusive no que se refere à formação de preços) já vem sendo trilhado com apoio de órgãos governamentais estaduais, e até mesmo de instituições federais de interesse social, conforme pude observar a partir das entrevistas realizadas em Goiabeiras-Velha. O próprio IPHAN tem buscado a construção de um caminho diferenciado de trabalho junto aos grupos detentores de bens culturais e mesmo junto aos agentes de outras instituições. Conforme afirma ARANTES (2005, p. 8):

> Tendo em vista o caráter predominantemente popular desse universo de bens culturais, a inclusão dos bens intangíveis nos programas de proteção e salvaguarda realizados pelo Estado vem acarretando, portanto, além da construção de procedimentos técnicos adequados aos novos objetos, o diálogo com áreas de conhecimento consideradas até agora menos relevantes para a orientação dos programas de patrimônio (tais como as Ciências Sociais e o audiovisual), e o compartilhamento de decisões com um novo público. (...) O verdadeiro desenvolvimento da prática preservacionista depende, portanto, de se evitar a absorção dos novos objetos e projetos pelas antigas rotinas e estruturas institucionais. Trata-se antes de estimular

> a crítica dos seus fundamentos ideológicos, reformular sua missão, e construir meios técnicos adequados ao seu cumprimento.

Uma proposta alternativa seria a valorização da identidade histórico-social dos grupos detentores de bens culturais. Este tipo de constatação retrata uns dos desafios a serem enfrentados pelo IPHAN no que se refere à promoção da continuidade da existência desses bens culturais: a elaboração de instrumentos de apoio que estejam centrados no valor das pessoas enquanto detentoras não apenas de saberes, mas também de memórias e histórias.

Uma iniciativa mais recente deste órgão federal tem sido a adoção de práticas de pesquisa de história oral. Pode-se citar, como exemplo, a execução, em 2008, do registro audiovisual de entrevistas de histórias de vida e também de entrevistas temáticas sobre o Mercado Central de Belo Horizonte como referência cultural para os habitantes da capital mineira. Neste campo, os desafios que se colocam são o de uma construção participativa de projetos para que desde o começo do processo de investigação os detentores dos bens sejam capazes de se apropriar de seu patrimônio a partir de uma ampla discussão sobre os valores que identificam como fundamentais à construção de sua própria identidade sociocultural.

A perspectiva *benjaminiana* relaciona a experiência ao legado cultural que herdamos de nossos antepassados: "(...) qual o valor de todo o nosso patrimônio cultural, se a experiência não mais o vincula a nós?" (BENJAMIN, 1987, p. 115). Na proposta do filósofo alemão, conforme nos fala GAGNEBIN (1987), estaria presente uma proposta de ampliação do conceito de *experiência*: a experiência coletiva no passado, na qual se encontra a "sabedoria, o lado épico da verdade", só poderia ser atualizada, malgrado a desagregação e o esfacelamento do social, a partir de uma reflexão sobre a necessidade de reconstrução da experiência vivida individual – característica do indivíduo solitário no mundo capitalista moderno. "A *memória* é, então, crucial

como meio e processo para *provocar*, *(re)construir* as articulações entre presente e passado, entre o indivíduo e o social" (MAGALHÃES, 2001, p. 95, grifos da autora).

É nesse sentido que GONÇALVES FILHO (1988) afirma que a memória é luta política, não apenas em direção ao futuro, mas também em direção aos mananciais simbólicos e esperanças históricas do passado. A memória oferece um passado através de um modo de ver o passado. Possibilita-nos entender o sujeito a partir do que recordou e o que recordou a partir do modo como o fez. A memória expõe as formas essenciais de uma cultura, significantes de uma maneira de ser.

Simultaneamente, recoloca as pessoas como sujeitos concretos da história, sujeitos que determinam os seus destinos ao mesmo tempo em que são determinados pela conjuntura social à sua volta, pelas urdiduras do seu tempo. Na obra citada, Gonçalves Filho nos faz perceber que a essência da cultura nos chega pela memória. A evocação, da maneira como a realizam os velhos, "repassada de nostalgia, revolta, resignação pelos desfiguramento de paisagens caras, pela desaparição dos entes amados", é também uma "experiência profunda", que humaniza o presente (BOSI, 1979, p. 40-41, citado por GONÇALVES FILHO, 1988, p.100).

Não seria esta também a provocação essencial dos bens valorados como patrimônios? Humanizar o presente? Como podemos tornar a evocação provocada por esses bens uma experiência profunda para as pessoas? Como provocar a percepção da essência da cultura contida em materialidades cotidianas e práticas sociais?

Remeto então a uma segunda questão essencial abordada por Gonçalves Filho no artigo em questão: a do enraizamento. O autor recorre às reflexões de Simone Weil, em texto de 1943, para nos falar do enraizamento como uma das necessidades mais básicas do ser humano:

> O ser humano tem uma raiz por sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro. Cada ser humano precisa ter múltiplas raízes. (...) As trocas de influências entre meios muito diferentes não são menos indispensáveis das que o enraizamento no ambiente natural. Mas um determinado meio deve receber uma influência exterior, não como uma importação, mas como estimulante que torne sua própria vida mais intensa. As importações exteriores só devem alimentar depois de serem digeridas. E os indivíduos que formam o meio, só através dele as devem receber. Quando um pintor de real valor vai a um museu, confirma sua originalidade. Deve acontecer o mesmo com as várias populações do globo terrestre e os diferentes meios sociais. (WEIL, 1996, citado por GONÇALVES FILHO, 1988, p.101)

A diversidade cultural como meio para reafirmação da diferença, para reconhecimento do próprio valor, para o pleno exercício da sua humanidade. O outro não pode ser submetido à nossa lógica e nem nós à dele. Para nos aproximarmos de outra cultura, ou mesmo para que percebamos a essência da nossa, é preciso "recuar diante do objeto", pois "só o que é indireto é eficaz. Nada se faz se não se recuou primeiramente" (WEIL, 1996, p. 386, citado por Gonçalves Filho, 1988, p. 103). Este entendimento nos remete à experiência etnológica como metodologia possível para uma aproximação com o objeto e à atenção como instrumento que brota da diferença e da proximidade. É por meio da atenção, enquanto um esforço motivado pelo desejo de transformar, que podemos ver justamente aquilo que é colocado à margem por um olhar direcionado para imagens oficiais, que ocultam contradições e impasses.

> A memória rodeia, roça e penetra os materiais de cultura, neles se apoiando, neles se agarrando e se arraigando, compondo o campo de uma economia, de uma geografia e de uma arquitetura intrinsecamente existenciais: aí onde a paisagem humana convida não ao olhar insolente, desdenhoso, dos vínculos consumistas, em que as

> coisas todas, intercambiáveis, reduzidas ao espectro de uma mercadoria, perderam sua intimidade, sua atmosfera, mas aí onde a paisagem humana convida à fruição de um olhar semiológico, comovido e distanciado que toma as coisas em seu valor distintivo. (GONÇALVES FILHO, 1988, p. 107)

Neste encontro entre olhar e memória, reconhecemos a organização social da vida humana não como uma solução exterior e funcional de necessidades apenas econômicas, função estrita da sobrevivência natural, mas, mais profundamente, descobriremos objetos e práticas sociais que traçam a nossa existência – como internamente motivados, solicitando do observador, além da objetividade, atenção para os suportes efetivos da memória, ordenadores da vida, apoios consistentes do campo simbólico em que brincam, trabalham e se encontram os homens.

Os wajãpi, por exemplo, organizados em torno do Conselho de Aldeias Indígenas (APINA), já explicitaram não aceitar turismo em suas terras ou qualquer tipo de atividade mercadológica que envolva suas expressões gráficas (bem cultural também registrado pelo IPHAN como Patrimônio Cultural). Este tipo de manifestação explicita o entendimento que usualmente se apresenta quanto à sustentabilidade: gestão para o desenvolvimento econômico local. Porém, nem sempre a inclusão que se deseja é a mercadológica. Pensar em inclusão social diretamente vinculada à inclusão dos produtos culturais produzidos em um mercado capitalista, por vezes, parece problemático.

De qualquer forma, a manifestação dos wajãpi reforça a necessidade de que estejamos atentos ao outro a partir de motivações sociais e políticas. Pois, o *ethos* capitalista também pode provocar o desenraizamento.

Os riscos de uma gestão do patrimônio fundada numa proposta multiculturalista que transforma as diferenças culturais em um entretenimento, pondo em cena "identidades de vitrine", é outra problemática que pode aflorar de propostas que tenham a intenção de transformar,

a todo custo, os patrimônios de uma localidade em atrativo turístico. Há uma tendência de vinculação direta entre valoração cultural e valoração econômica. Não que isto não seja interessante, entretanto, cabe sempre o exercício da atenção na aproximação com outras culturas.

Considerações finais

Cumpre ressaltar que estas são reflexões iniciais e que as constatações aqui apontadas não devem ser generalizadas para todas as ações de salvaguarda apoiadas, fomentadas e/ou executadas pelo IPHAN. É importante ressaltar que conceitos como *regionalismo, folclore, cultura popular*, detêm diferentes significações locais, construídas historicamente em meio às tramas de relações sociais de contextos culturais específicos, os quais não podem ser ignorados (NEDEL, 2005). Nestes contextos, deve ser considerado, inclusive, o histórico das relações do IPHAN com as populações em cada região, em cada estado, em cada município, pois isso também interfere na forma como se constrói a atuação deste órgão federal no momento atual.

Uma das diretrizes que orienta a formulação e implantação da política de salvaguarda do patrimônio imaterial refere-se à ampliação do uso social dos bens culturais e à democratização do acesso aos benefícios gerados pelo seu reconhecimento como patrimônio cultural. Entretanto, como identificar os benefícios gerados? A partir de que olhar? O que significa ampliar o uso social dos bens culturais?

Novamente, retomo Walter Benjamin para concluir que "nunca existiu um documento de cultura que não fosse também um documento de barbárie" (BENJAMIN, 1987, p. 225). A imensa ampliação dos objetos passíveis de patrimonialização vem acompanhada pelo desafio da construção de uma proposta de preservação eminentemente participativa, que possibilite a releitura e a reapropriação desses patrimônios enquanto referências que remetem a identidades coletivas construídas

em meios a disputas pelo que deve ser lembrado e ser esquecido, e que evidencie estes processos em contínua transformação.

Os planos de salvaguarda em andamento ainda não preveem uma avaliação das ações propostas e desenvolvidas. Não há um instrumental de avaliação dos impactos causados pelo *registro* de um bem cultural como Patrimônio Cultural Brasileiro ou mesmo dos impactos causados pelas ações de salvaguarda promovidas e fomentadas pelo IPHAN. Ainda em 2006, apontei para a necessidade de construção de uma metodologia de avaliação mais profunda e sistemática das ações realizadas no âmbito da salvaguarda do patrimônio imaterial.

Nos últimos anos, recursos têm sido aplicados para a construção de indicadores de avaliação desta política patrimonial. O investimento na construção de métodos e instrumentos de avaliação e reavaliação constante das ações apoiadas e/ou fomentadas pelo IPHAN para salvaguarda de bens culturais (*registrados* ou não) é de fundamental importância para esse processo de reflexão sobre os caminhos até aqui percorridos. Essa reavaliação permanente fundamentada em experiências concretas de preservação de bens culturais e no diálogo com os diversos agentes envolvidos alimenta um processo contínuo de resignificação e reapropriação de velhos e novos conceitos, dentro e fora do IPHAN.

Referências

ABREU, Carol. Ofício de Paneleira: conhecimento, reconhecimento e permanência. In: FALCÃO, Andréa (org.). *Registro e políticas de salvaguarda para as culturas populares.* Rio de Janeiro: IPHAN, CNFCP, 2005, p. 15-23. Série Encontros e Estudos.

ARANTES NETO, Antonio Augusto. Documentos históricos, documentos de cultura. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.* Rio de Janeiro: IPHAN, n. 22, p. 48-55, 1987.

_____. Patrimônio imaterial e referências culturais. *Revista Tempo Brasileiro.* Patrimônio Imaterial. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, n. 147, p. 123-128, 2001.

_____. Apresentação. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.* Rio de Janeiro, IPHAN, n. 32, p. 5-11, 2005.

BENJAMIN, Walter. Experiência e pobreza. In: Magia e técnica. Arte e política. Ensaios sobre a literatura e história da cultura. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, p. 114-119, 1987.

_____. Sobre o conceito de história. In: *Magia e Técnica. Arte e Política. Ensaios sobre a literatura e história da cultura.* 3. ed. São Paulo: Brasiliense, p. 222-232, 1987.

BOSI, Ecléa. *Memória & sociedade:* lembranças de velhos. São Paulo: T.A. Editor, 1979.

CARTA DE BRASÍLIA. (1995). In: Cury, Isabelle. (org.). *Cartas Patrimoniais.* 2. ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

CARTA DE FORTALEZA. (1997), In: CURY, Isabelle. (org.). *Cartas Patrimoniais.* 2. ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Introdução. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.* Rio de Janeiro, IPHAN, n. 32, p.15- 27, 2005.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Da modernização à participação: a política federal de preservação nos anos 70 e 80. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.* Rio de Janeiro, IPHAN, n. 24, p. 153-163, 1996.

_____. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. (org.). *Memória e Patrimônio:* ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003a, p. 56-75.

_____. Referências Culturais: base para novas políticas de patrimônio. In: *O Registro do Patrimônio Imaterial:* dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. Brasília: Ministério da Cultura/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2. ed., 2003b, p. 81-93.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Walter Benjamin ou a história aberta. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica. Arte e política.* Ensaios sobre a literatura e história da cultura. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 7-20.

GONÇALVES FILHO, José Moura. Olhar e memória. In: NOVAES, Adauto et al. *O Olhar.* São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 95 – 125.

GTPI. Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. A experiência brasileira no trato das questões relativas à proteção do Patrimônio cultural imaterial. In: *O Registro do Patrimônio Imaterial:* dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. Brasília: Ministério da Cultura/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2. ed., 2003, p. 105-115.

HALL, Stuart. A questão multicultural. In: SOVIK, Liv (org.). *Da diáspora:* identidades e mediações culturais. Trad. RESENDE, A.L.G. Belo Horizonte: UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003, p. 51-100.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In: *As representações sociais.* Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001, p. 17 - 44.

MAGALHÃES, Nancy Alessio. Narradores: vozes e poderes de diferentes pensadores. In: COSTA, C.B. da; MAGALHÃES, N.A. (org.) *Contar história, fazer história:* História, cultura e memória. Brasília: Paralelo 15, 2001, p. 85-107.

NEDEL, Letícia Borges. *Um passado novo para uma história em crise*: regionalismo e folcloristas no Rio Grande do Sul (1948-1965). Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília-UnB. Brasília: 2005, mimeo.

RUTHERFORD, Jonathan. (1996). O terceiro espaço: uma entrevista com Hommi Bhabha. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.* Rio de Janeiro, IPHAN, n. 24, p. 35-41, 1996.

SANTOS, Ângelo Oswaldo de Araújo. A desmaterialização do patrimônio. *Revista Tempo Brasileiro.* Patrimônio Imaterial. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, n. 147, p. 11-22, 2001.

SANT'ANNA, Márcia. A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. (org.). *Memória e Patrimônio:* ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003a, p. 46-55.

_____. Políticas públicas e salvaguarda do patrimônio cultural imaterial. In: FALCÃO, Andréa (org.). *Registro e políticas de salvaguarda para as culturas populares.* Rio de Janeiro: IPHAN, CNFCP, 2005, p. 7-14. Série encontros e estudos.

_____. Relatório final das atividades da comissão e do Grupo Trabalho Patrimônio Imaterial. S/D. In: *O Registro do Patrimônio Imaterial:* dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. Brasília: Ministério da Cultura/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2. ed., 2003b, p. 13-21. [Não há indicação da data original de produção deste relatório, entretanto, pode-se inferir pelo assunto tratado que o texto foi escrito entre 1998 e agosto de 2000].

SANTILLI, Juliana. Patrimônio imaterial e direitos intelectuais coletivos. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.* Rio de Janeiro, IPHAN, n. 32, p. 62-79, 2005.

SANTOS, M. V.M. Nasce a academia SPHAN. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.* Rio de Janeiro, IPHAN, n. 24, p. 77-96, 1996.

TRAVASSOS, Elizabeth. Mário e o folclore. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.* Rio de Janeiro, IPHAN, n. 30, p. 90-109, 2002.

UNESCO. Convenção de Paris sobre o Patrimônio Mundial, aprovada pela Conferência Geral da Unesco em novembro de 1972. In: CURY, Isabelle. (org.). *Cartas Patrimoniais.* 2. ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

_____. Recomendações sobre a salvaguarda da cultura tradicional e popular, aprovada pela Conferência Geral da Unesco em novembro de 1989. In: CURY, Isabelle. (org.). *Cartas Patrimoniais.* 2. ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

_____. Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Imaterial, de 17 de outubro de 2003, aprovada pela Conferência Geral da Unesco em 2006. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.* Rio de Janeiro, IPHAN, n. 32, p. 355-370, 2005.

UNESCO, ICCROM E ICOMOS. Conferência de Nara de novembro de 1994. In: CURY, Isabelle. (org.). *Cartas Patrimoniais.* 2. ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

VILHENA, Luís Rodolfo da Paixão. *Projeto e missão:* o movimento folclórico brasileiro (1947-1964). Rio de Janeiro : Funarte : Fundação Getúlio Vargas, 1997.

WEIL, Simone. O enraizamento. In: *A condição operária e outros estudos sobre a opressão.* Rio de Janeiro: Paz e terra, 1996.

Entrevistas:

Palmira Alvarenga e Dionara Alvarenga. Entrevista em áudio realizada por Natália Guerra Brayner e Lucieni Simão na casa das entrevistadas (mãe e filha respectivamente) em setembro de 2006. Acervo Particular.

Melchiadia Alves Corrêa da Vitória Rodrigues. Entrevista em áudio realizada por Natália Guerra Brayner e Lucieni Simão na casa da entrevistada em setembro de 2006. Acervo Particular.

Izabel Corrêa Campos. Entrevista em áudio realizada por Natália Guerra Brayner e Lucieni Simão na casa da entrevistada em setembro de 2006. Acervo Particular.

Maria da Conceição Gomes Barboza, Jucileida Barboza e Ivonei Barboza. Entrevista em áudio realizada por Natália Guerra Brayner na casa dos entrevistados (mãe e filhos respectivamente) em setembro de 2006. Acervo Particular.

Nem heróico nem moderno

Julia Wagner Pereira[1]



Resumo

A partir da análise dos processos de tombamento da gestão de Renato Soeiro no IPHAN (1967-1979) o presente artigo tem a proposta de refletir acerca da constituição de um acervo específico - o *Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Ao assumir que a patrimonialização via tombamento é um processo de atribuição de valores culturalmente situado, busca-se compreender quais foram os critérios de seleção dos bens, considerando o contexto político, econômico e social do período. Enquanto produtos culturais específicos, os valores atribuídos na constituição do *Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* no fim da década de 1960 e na década de 1970 situavam-se entre o modelo de "patrimônio nacional" consolidado nos anos iniciais e as ampliações desse quadro social da memória em face das novas demandas, propostas e desafios do período.

1 Julia Wagner Pereira é bacharel e Licenciada em História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (1999-2005). Bolsista do PEP/IPHAN/UNESCO (2005-2007). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio e Museologia da UNIRIO/MAST (2007-2009).
Artigo produzido em outubro de 2008.

O *tombamento*[2] de bens culturais consolidou-se no cenário brasileiro a partir da criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 1937, tendo por objetivo preservar valores histórico-sociais de interesse coletivo através da proteção do suporte físico ou material dos bens (CASTRO, 1991, p. 33-90). Institucionalizada na época do Estado Novo (1937-1945), essa medida de preservação do "patrimônio nacional" consistiu também em uma das estratégias estatais de estabelecimento de uma coesão social da nação, unificando e homogeneizando a heterogeneidade cultural.

Como consequência desse trabalho, formou-se um "acervo nacional" composto por um conjunto variado de bens móveis e imóveis, cidades, monumentos naturais, paisagens naturais e/ou elaboradas pela ação humana, coleções arqueológicas, artísticas, bibliográficas e arquivísticas. Considerados de importância para a memória e identidade do país através da atribuição de valores culturais como, por exemplo, o histórico, artístico, paisagístico, arqueológico, turístico, social, dentre outros, determinados bens culturais *foram tombados*

[2] A terminologia "tombamento" seria proveniente da "Torre do Tombo", denominação dada ao arquivo régio português instalado em uma das torres do castelo de São Jorge, no tempo d´el-rei D. Fernando. Nele estariam arrolados e registrados em Livros de Tombo os bens da Coroa portuguesa. Assim, o verbo "tombar" no Direito Português tem o sentido de registrar, arrolar ou inscrever. Para o jurista Carvalho FILHO (2007, p. 698), por extensão semântica, o termo passou a representar todo o registro indicativo de bens sob a proteção especial do poder público.

e integrados à uma coleção maior, denominada Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Se a finalidade do tombamento é a preservação do significado simbólico das "coisas"[3] (CASTRO, 1991, p. 33), a patrimonialização por intermédio dessa medida pode ser compreendida como um trabalho de atribuição de valor. Na medida em que este trabalho é uma ação socioculturalmente situada, isto é, refere-se ao cruzamento de uma série de relações de ordem social e política entre os diversos grupos e segmentos sociais em diferentes momentos, os critérios de seleção e exclusão dos bens, assim como as formas de preservar e proteger, consistem em práticas historicamente construídas. Noutras palavras, os bens tombados trazem a marca do contexto histórico, intelectual e político em que foram constituídos, criando, registrando ou silenciando significações.

Compartilhando tal entendimento, o presente artigo tem como proposta refletir acerca da formação do *Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* na gestão de Renato de Azevedo Duarte Soeiro no IPHAN. Por meio da análise crítica e sistemática dos processos de tombamento abertos e concluídos[4] entre os anos de 1967 a 1979 procurou-se apreender quais eram os valores de demarcação/constituição, as estratégias utilizadas e as tensões presentes na formação desse "acervo nacional".

A gestão de Renato Soeiro no Instituto, compreendida entre os anos de 1967 a 1979,[5] é vista por diversos autores[6] como uma extensão dos primeiros trinta anos do órgão, o qual esteve sob a direção do advogado

---

3 No sentido jurídico, refere-se a bens materiais, sejam eles móveis ou imóveis.

4 Entende-se como "concluídos" os processos que resultaram na inscrição dos bens em livros de Tombo e os processos que foram arquivados pelo órgão.

5 Em 24 de junho de 1967 o arquiteto Renato de Azevedo Duarte Soeiro assume a direção da então Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – DPHAN após a aposentadoria de Rodrigo Melo Franco de Andrade, primeiro diretor do órgão (1937 a 1967). Soeiro permanece no cargo até março de 1979, quando é substituído pelo designer Aloísio Magalhães.

6 FONSECA, 2005; GONÇALVES, 2002; IPHAN, 1980; FENELON, 1992.

Rodrigo Melo Franco de Andrade. Participaram também dessa estrutura inicial Lúcio Costa, Mário de Andrade, Carlos Drummond de Andrade, Gilberto Freyre, Afonso Arinos de Melo Franco, Prudente de Morais Neto, Manuel Bandeira, entre outros. A denominação *fase heróica*, dada posteriormente aos primeiros anos do IPHAN, justificar-se-ia pela atuação exemplar e a extrema dedicação à "causa" patrimonial dos intelectuais e profissionais envolvidos. O caráter pioneiro dessa ação garantiria ao grupo fundador uma natureza mítica e heróica.

De acordo com a própria narrativa institucional (IPHAN, 1980; FONSECA, 2005), a "ruptura" com os valores e as concepções tradicionais empregados pelo órgão desde a sua fundação seria fruto das mudanças conceituais ocorridas em fins da década de 1970 e início da de 1980. A direção de Aloísio Magalhães, ou a *fase moderna*, teria culminado com a ampliação da noção de patrimônio, tornando-a mais voltada para a diversidade cultural da sociedade brasileira, cabendo ao IPHAN incorporar ao patrimônio nacional bens e manifestações populares.

Naturalmente, a "fase intermediária" de Renato Soeiro estaria entre dois grandes momentos consagrados na memória institucional, marcados por grandes ações e significativas mudanças. Segundo FONSECA (2005, p. 160):

> (...) o esforço de reformulação feito pelo IPHAN no final dos anos 60 e início dos anos 70, através do recurso à consultoria internacional e ao envolvimento dos governos estaduais, não foi suficiente para recuperar o *prestígio* e o *relativo poder* de que a instituição gozava durante a gestão de Rodrigo Mello Franco de Andrade. (Grifos nossos)

Do mesmo modo, a figura de Aloísio Magalhães é glorificada e sacralizada na historiografia do órgão, que o considera responsável por implementar ações e projetos voltados para diversificar a composição do patrimônio. A maior parte dos trabalhos recentes, segundo Márcia

CHUVA (1998, p.19), advindos, em sua totalidade, das ciências sociais, ao definirem um recorte temporal, "caem nas malhas tecidas pela própria instituição", demarcando a gestão de Rodrigo Mello Franco de Andrade à frente do Serviço, ou, ainda fazendo um contraponto dessa com a de Aloísio Magalhães.

Sob essa perspectiva, um dos pontos que permeia este artigo é, portanto, o questionamento dessa visão "intermediária" da gestão de Renato Soeiro ditada pela história institucional. As narrativas construídas em torno de Rodrigo Melo Franco de Andrade e de Aloísio Magalhães representam estratégias de criar as figuras míticas do patrimônio, desconsiderando, muitas vezes, as transformações que se processavam, no âmbito mundial e nacional, sobre a temática patrimonial.

Ressalte-se que grande parte da bibliografia especializada acerca do IPHAN não aborda o contexto histórico no qual Renato Soeiro assumiu o órgão. O período que vai do final da década de 1960 até a de 1970, para Lia CALABRE (2006), deve ser analisado como um momento privilegiado no campo da ação do governo federal sobre a cultura.

Acompanhando as mudanças na área da cultura, o DPHAN torna-se IPHAN[7] e fica, a partir daí, subordinado ao Conselho Federal de Cultura,[8] criado em 1966, mas instalado a partir de 1967. As ações do Ministério da Educação e Cultura estavam integradas a um novo projeto de nação brasileira, do qual, por exemplo, o Programa Integrado das Cidades Históricas (PCH) e o Centro Nacional de Referências Culturais (CNRC) faziam parte.

---

7 O Decreto-Lei n. 8.534 de 02/01/1946 transformou o então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), que, em 1970, é transformado em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

8 Criado nos moldes do Conselho Federal de Educação, o Conselho Federal de Cultura era responsável pela elaboração do Plano Nacional de Cultura e por estimular a criação de conselhos de cultura nos estados e municípios. Constituído por 24 membros, divididos em quatro câmaras: artes, letras, ciências humanas e patrimônio histórico e artístico nacional. Para maiores informações ver CALABRE, 2006.

O novo modelo de desenvolvimento econômico da década de 1960, pautado na industrialização e urbanização, trouxe como consequência o inchaço das cidades, a pressão demográfica, o crescimento da indústria da construção civil e da especulação imobiliária. Com a implantação de indústrias de bens de consumo, fabricava-se quase tudo: aço, petróleo, alumínio, cimento, eletrodomésticos, aviões, alimentos industrializados, bens disponibilizados em supermercados, lojas de departamento e *shopping-centers* (MELLO, 1998).

A indústria automobilística passa a desempenhar papel fundamental nos rumos do desenvolvimento brasileiro e no modelo de urbanização que se deflagra a partir de então. Esse modelo preconizava a abertura de vias largas, de espaços amplos, de estradas para maior fluxo de carros. Houve a implantação de um sistema rodoviário que cortava o Brasil (SANT´ANNA, 1995).

Algumas dessas mudanças entraram em choque com a prática preservacionista do órgão, que desde 1945 não tinha sido alvo de grandes debates. Para Joaquim Falcão, essa estabilidade era, porém, sintoma da importância relativa que os regimes pós-Estado Novo e seus opositores deram à questão do patrimônio histórico e artístico nacional (FONSECA, 2005, p. 139).

Nesse novo cenário, o modelo do órgão implantado nas primeiras décadas encontrava-se em progressivo desgaste (FONSECA, 2005). O próprio IPHAN procurou aliar-se a tais mudanças recorrendo à UNESCO, em 1965, com o objetivo de formular em parceria uma política para a conservação do patrimônio que acompanhasse as novas tendências mundiais nesse campo, a exemplo da *Carta de Veneza* (1964) e da *Carta de Quito* (1967). A partir da contribuição de Michel Parent,[9] Inspetor Principal dos Monumentos Franceses, reconheceu-se a necessidade de

9 Michel Parent percorreu o Brasil em duas viagens, entre 1966 e 1967.

se abranger um acervo mais numeroso, tendo em vista o valor dos bens culturais para o desenvolvimento do turismo. Para tanto, buscava-se promover a preservação associada ao planejamento urbano, considerando o desenvolvimento das cidades. que não mais poderiam ser tratadas como obras de arte finita (MOTTA, 2000, p. 43).

Além da Carta de Veneza, outros documentos do período, como a Recomendação de Paris sobre Paisagens e Sítios (1962) e a Recomendação de Paris sobre propriedade ilícita de bens (1964), por exemplo, ampliaram consideravelmente o debate sobre patrimônio no campo internacional.

Renato Soeiro representou o Brasil na reunião de especialistas da UNESCO, ocorrida em 1952, em Paris (França), onde foram discutidas medidas de proteção a monumentos e bens de valor cultural em caso de conflito armado; no *Simpósio Panamericano para a Preservação de Monumentos Históricos* – União Panamericana, em 1965, na Flórida (EUA); e na Reunião de Especialistas do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS/UNESCO), em Bruxelas (Bélgica), em 1966. Destaca-se, também, a sua participação na reunião de especialistas da Organização dos Estados Americanos (OEA), realizada em Quito (Equador), em novembro/dezembro de 1967, voltada para o estudo de diretrizes e medidas visando à salvaguarda do patrimônio cultural americano.

Complementando esse esforço de adequação do órgão federal às mudanças no contexto internacional e nacional, Renato Soeiro, já Diretor do Patrimônio,[10] afirma no início da década de 1970 que "ao invés de ser prejudicial ao patrimônio histórico e artístico nacional como muitos pensam", o desenvolvimento econômico do Brasil pode ser não só conciliável à preservação, "como [ambos] devem se complementar"[11], propondo uma relação positiva entre desenvolvimento e preservação.

[10] Como era chamado o Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

[11] SOEIRO, Renato. II-A. 1965 A 1970. Série: Personalidades. AA01/M036/P02/CX0129/P0422. Arquivo Central/IPHAN.

Renato Soeiro assume a direção do IPHAN em pleno regime militar, instaurado desde 1964. Mais especificamente, ele assume no ano de 1967, quando a "linha dura" do exército impôs uma fase de maior repressão e supressão dos direitos civis, que se estenderia até aproximadamente 1974. O clima de crescimento econômico da década de 1960, cujo auge foi efetivamente sentido na década seguinte (1970) com o "milagre econômico", não se manteve nos anos posteriores, provocando um quadro de crise. Assim, a fase "intermediária" esteve quase toda em tempos movimentados em relação à política e à economia brasileiras.

Ao estudar a formação do *Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* na gestão de Renato Soeiro, espera-se não apenas escapar dos recortes míticos institucionais, mas principalmente refletir sobre a historicidade da prática do tombamento. As categorias dos bens protegidos e os critérios de seleção/exclusão são produtos culturais específicos (ANDERSON, 2008, p. 30) situados no espaço e no tempo, cujas construções estão relacionadas a um conjunto de fatores.

Essa primeira abordagem busca contribuir na reflexão da prática institucional do atual Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização (DEPAM/IPHAN), como um dos locais onde se elabora ou consolida os critérios de classificação do "patrimônio nacional".

Os processos de tombamento: construções discursivas

Instituídos pelo Decreto-Lei n. 25 de 30 de novembro de 1937,[12] os processos de tombamento seriam compostos de estudos, pareceres técnicos, correspondências, memorandos, laudos de vistorias, fotografias, plantas, dentre outros documentos relacionados ao bem proposto para

12 O tombamento é a primeira medida de preservação estabelecida pelo então SPHAN, mas foi complementada ao longo dos anos por outras normativas como, por exemplo, as que versam sobre a proteção de obras de arte, vestígios arqueológicos e bens de natureza imaterial.

tombamento, com vistas a subsidiar as decisões finais do Conselho Consultivo do IPHAN.[13]

Se por um lado, esta documentação é um dos aspectos que garantem a legalidade do ato administrativo do tombamento, por outro, constitui vestígios de interpretações pretéritas onde é possível apreender as concepções de patrimônio, os conceitos utilizados, a abordagem do bem cultural e os agentes envolvidos nesse debate.

Para além de processos administrativos, os processos de tombamento são construções discursivas que, aliando-se a outras estratégias, como as *Revistas do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* e demais publicações, palestras, entrevistas, exposições, obras de restauração, dentre outras, materializaram uma formação discursiva específica elaborada pelo IPHAN.

O tombamento consistiu, para Mariza SANTOS (1996), uma das principais estratégias de legitimação do órgão, principalmente nos anos iniciais. Sua prática consolidou procedimentos e um conceito de *Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* que se tornou referência de patrimônio no seu sentido mais amplo.

Ao procurar consolidar uma única memória e identidade da nação, os discursos do patrimônio cultural transformaram-se em *narrativas nacionais* (GONÇALVES, 2002). O *Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* seria, portanto, a materialização do passado e da memória da nação, com seus personagens, espaços e eventos mais importantes – o "documento de identidade da nação brasileira" (ANDRADE, 1987, p.21).

Os processos de tombamento, na leitura de Maria Cecília Londres FONSECA (2005, p. 181), constituem espaços de expressão dos inte-

[13] Conforme previsto no Decreto-Lei n. 25 de 30 de novembro de 1937, o Conselho Consultivo do SPHAN (atual IPHAN) é o órgão competente para a decisão do ato de tombamento. A Lei 6.292 de 15 de dezembro de 1975, conhecida como Lei da Homologação, no entanto, modificou esta hierarquia ao transferir para o então Ministro da Educação e Cultura a competência de homologar a decisão do referido Conselho.

resses conflitantes, onde se podem captar as várias vozes envolvidas na questão da preservação e sua influência na condução dos processos.

As variadas opiniões acerca do "patrimônio nacional", inclusive as silenciadas e as ausentes das páginas do processo de tombamento, revelam, sobretudo, as diferentes valorações atribuídas aos bens culturais e interesses presentes neste fenômeno social que é o *patrimônio cultural*, sintetiza Ulpiano Bezerra de MENESES (1992, p. 190).

Os processos de tombamento de 1967 a 1979: um raio X

Entre os anos de 1967 e 1979 foram analisados pela Divisão de Tombamento (DET)[14] um total de 117 processos de tombamento. Destes, 83 bens foram inscritos em Livros de Tombo; 34 processos foram arquivados.[15] Os pedidos de tombamento podem ser formalizados por meio de cartas, abaixo-assinados, ofícios, memorandos ou documentos institucionais e são organizados em processos administrativos denominados "processos de tombamento".

A leitura sistemática dos processos abertos e concluídos[16] possibilitou dividi-los, inicialmente, em dois conjuntos, de acordo com a origem dos pedidos: as indicações internas, que partiram dos próprios funcionários do órgão, como os da Seção Técnica, dos Distritos Regionais e de membros do Conselho Consultivo do IPHAN, e as solicitações

14 Em 1976, torna-se Divisão de Estudos, Pesquisa e Tombamento.

15 O total de processos analisados corresponde aos que foram abertos e finalizados na gestão de Renato Soeiro, excluindo, portanto, os processos que foram iniciados (abertos) na gestão anterior (1937-1967) e terminados no período analisado. Da mesma forma, foram excluídos do estudo os processos abertos entre 1967-1979, mas que não tiveram término no referido período. Houve, no entanto, uma exceção para alguns processos que, embora finalizados no início da década de oitenta, sua motivação, orientação e questões levantadas referem-se diretamente ao período estudado no artigo e, por isso, foram incluídos. Ver anexo.

16 Entende-se como "concluídos" os processos que tiveram por finalização a inscrição dos bens em livros de Tombo e os que foram arquivados por parecer do órgão.

externas, oriundas de diferentes parcelas da sociedade. Apesar de participarem como braço do IPHAN em seus respectivos estados, os "colaboradores" foram classificados como externos, porque muitas vezes também pertenciam a outros grupos, como, por exemplo, a universidades e conselhos culturais estaduais.

As solicitações externas[17] representam 57,3% no conjunto de 117 processos de tombamento do período, ultrapassando os 38,5% de pedidos internos e os 4,3% sem clareza da solicitação. Esta aparente participação de outros grupos sociais na constituição do patrimônio nacional é logo desfeita ao se contabilizar a finalização desses pedidos de tombamento em relação às indicações internas. Dentre os 67 pedidos externos, 38 foram aceitos pelo órgão e 29 foram arquivados, contra 5 indicações internas arquivadas e 40 aceitas, em um total de 45 propostas internas.

As indicações internas, até meados da década de 1970, eram sucintas, contando apenas com breves descrições estilísticas ou artísticas. Nestas se enquadravam esculturas sacras, sedes de fazendas, igrejas coloniais e fortes. Tais indicações assemelham-se à documentação contida nos primeiros processos de tombamento, cujos pareceres (de tombamento ou de arquivamento) eram breves e "lacônicos", apoiados na autoridade dos técnicos, responsáveis por revelar a verdadeira cultura nacional (MOTTA; SILVA, 1998, p. 14-5).

A fotografia, uma solicitação constante da Seção Técnica para a análise dos bens, continuou a ser um dos principais meios para essa análise, porém, a partir de 1975, foram agregadas aos processos de tombamento

17 A maior parte dos pedidos de tombamento externos proveio de órgãos políticos como prefeituras, câmaras municipais, conselheiros de cultura dos estados e governadores, seguidos de pedidos oriundos de grupos organizados da sociedade civil, como a Academia Pernambucana de Letras, a Academia Brasileira de História, o Instituto de Arquitetos do Brasil, o Clube de Engenharia, a Fundação Raymundo Otoni de Castro Maya, grupos de fiéis/religiosos e de médicos, para citar alguns. Em menor quantidade, solicitações individualizadas de proprietários, cidadãos não organizados e de diretores de museus, colégios e igrejas.

descrições mais complexas de ordem técnica – arquitetônica ou estilística, laudos de vistorias, plantas, inventários, estudos, dentre outros. Esta mudança reflete, dentre outras coisas, a entrada de novos bens na concorrência pelo tombamento, bem como um olhar mais abrangente da ação de preservação.

As solicitações externas, por sua vez, eram constituídas por breves notícias históricas sobre o bem, como data da construção, arquiteto e artesãos, ilustres moradores ou personagens históricos relacionados aos bens ou à sua importância para a história local/nacional. Em algumas, excepcionalmente, havia descrições técnicas e aferições artísticas do bem, que se aproximavam bastante da gramática institucional. As justificativas produzidas por agentes externos à Instituição, de acordo com Maria Cecília Londres FONSECA (2005, p. 187), costumavam enfatizar o valor histórico do bem, apoiando-se, muitas vezes, em pesquisas documentais cronológicas e bibliografia.

De um modo geral, as solicitações do período foram norteadas pela *retórica da perda* (GONÇALVES, 2002), isto é, um sentimento nostálgico da importância da preservação dos vestígios históricos, sendo o tombamento uma das formas de driblar o risco do esquecimento e da perda definitiva dos "testemunhos" do passado (JEUDY, 2005, p. 21).

O conselheiro Pedro Calmon argumentava favoravelmente ao tombamento de um sobrado que teria hospedado D. Pedro II na cidade de São Gabriel (RS) em 1845. Para além de um "imponente e soberbo" edifício por suas linhas arquitetônicas, importava preservá-lo, sobretudo, por "suas tradições históricas":

> Cremos (...) que os grandes vultos da história das nações ou dos povos não poderão tombar no esquecimento de seus sucessores, sob pena de sumir com ele a própria formação espiritual dessas mesmas nações, com a avalanche invasora de novas ide-

> ologias; muitas vezes completamente alheias aos sentimentos desses mesmos povos.[18]

Em função da dimensão alegórica presente nas narrativas sobre *patrimônio cultural*[19] preservar o sobrado significaria garantir a continuidade da narrativa e da tradição histórica nacional. Imperava-se a sua proteção sob a pena do esquecimento da própria nação.

Frente à ameaça física e simbólica dos supostos referenciais da nação, os tombamentos, mais do que protegê-los burocraticamente, os inserem em outro grupo simbólico os *lugares de memória* (NORA, 1997) oficializados da nação.

Essa mudança de sentido e significado dos bens, no entanto, é pautada em determinados valores culturalmente situados que se apresentam direta e indiretamente nos processos de tombamento. Pelo seu caráter seletivo e simbólico, a formação do *Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* constitui um elemento revelador de uma condição da sociedade e das questões que ela encerra (CHOAY, 2001, p. 12).

A constituição do "Patrimônio Histórico e Artístico Nacional" na década de 1970

Verificam-se a partir de meados da década de 1970 algumas mudanças nas atividades do IPHAN quanto à instrução dos processos de tombamento e à seleção dos bens a serem protegidos. Em relação ao primeiro aspecto, a documentação reflete um olhar mais abrangente sobre a preservação e entendimento dos bens, no qual as preocupações com o ambiente em que estavam inseridos e com o "acervo interno"[20] se

18 "Tombar", aqui, foi usado no sentido de cair no esquecimento.

19 Para José Reginaldo Santos GONÇALVES (2002) as narrativas sobre patrimônio cultural apresentam uma dimensão alegórica, uma vez que ilustram, concretamente, por meio de objetos, coleções, monumentos, dentre outros, princípios abstratos.

sobrepuseram à maneira isolada como os bens patrimoniais vinham sendo tratados até então. Quanto à seleção dos bens, a principal mudança refere-se à ampliação do "privilégio do tombamento" (MOTTA; SILVA, 1998, p. 14-15) ao estilo "eclético". Até este momento, muitos bens ecléticos (neoclássicos, neogóticos, neocolonial, com decoração e estrutura de ferro) eram incluídos como "excepcionais", "únicos" ou "representativos" de algum evento, personagem ou época.

O conselheiro Paulo Santos, um dos mais atuantes na defesa do ecletismo brasileiro, faz uma autocrítica em relação aos bens protegidos. Possuíamos tombados, argumentava Santos, numerosíssimos exemplares do barroco, alguns do neoclassicismo e do romantismo, alguns da arquitetura contemporânea, mas nenhum dessa fase, "de resto paupérrima de espécimes qualificados e que ademais não tem merecido a devida atenção de nós outros, críticos e historiadores da arte no Brasil".[21]

Na mesma linha reflexiva, Dora de Alcântara justifica que a "linguagem da arquitetura eclética soa-nos quase sempre estranha, num primeiro momento. Um exame mais detido conduz-nos, no entanto, à identificação de traços de outras culturas que são comuns à nossa".[22] O atributo "excepcional" foi se transformando em uma visão do eclético como documento de um período, como observa a arquiteta Alcântara em outro parecer:

> Nossa sensibilidade, hoje em dia, inclina-se com mais facilidade para as construções do período colonial e da 1ª metade do século XIX, não só pelo fato de serem o que de mais antigo possuímos,

20 Os debates acerca do acervo interno que, segundo a museóloga Lygia Martins Costa não se enquadrava na categoria de bem móvel nem na de bem imóvel, apesar de participar de ambos, contribuíram para a formulação no final da década de 1970 do conceito de "bem integrado". Importa ressaltar que a Carta de Veneza de 1964 já recomendava descrever e preservar elementos integrantes dos bens.

21 SANTOS, Paulo. Parecer. Processo: 825-T-70, Arquivo Central do IPHAN (Seção Rio de Janeiro).

22 ALCÂNTARA, Dora. Parecer. Processo: 970-T-78, Arquivo Central do IPHAN (Seção Rio de Janeiro).

> como patrimônio arquitetônico, como também porque a adequação da plástica à técnica construtiva com que eram concebidas, encontra um eco na maneira de considerarmos a arquitetura, contemporaneamente.
>
> Nem por isso podemos deixar de atentar para o valor das construções do período eclético, representativas de um esforço de renovação tecnológica e plástica, reflexo das transformações que, em maior profundidade, se processam, tanto sociais, como políticas e econômicas.[23]

Lúcio Costa e Augusto da Silva Telles não compartilhavam da mesma interpretação, pelo contrário, consideravam, por exemplo, o edifício do Ministério da Agricultura no Rio de Janeiro, construído para a Exposição Internacional de 1922, uma "arquitetura abastardada e banal, com desproporções flagrantes na utilização dos elementos clássicos, colunas, entablamentos, molduras; além do emprego de esquadrias medíocres, de basculantes de ferro (...)". Lúcio Costa, já aposentado do IPHAN, faz sua apreciação, concordando com Telles:

> De fato, o chamado Pavilhão dos Estados na Exposição Comemorativa do 1º Centenário da Independência, por sua falta de estilo, por sua desproporção, por sua feiúra congênita, já nasceu bastardo, e foi desde logo apontado como a ovelha negra da exposição. (...) Não terá, pois, cabimento, nem do ponto de vista arquitetônico-urbanístico, nem do ponto de vista invocado da preservação da Memória nacional, qualquer providência no sentido de manter-se ali a infeliz edificação. Embora as demolições, de um modo geral, repugnem, no caso em apreço ela se impõe.[24]

O processo de tombamento do conjunto eclético da Avenida Rio Branco no Rio de Janeiro (RJ) é outro exemplo paradigmático nessa discussão. Em resposta à concepção do arquiteto Lúcio Costa de que

---

23 ALCÂNTARA, Dora. Parecer. Processo: 976-T-78, Arquivo Central do IPHAN (Seção Rio de Janeiro).

24 COSTA, Lúcio. Parecer. Processo: 982-T-78, Arquivo Central do IPHAN (Seção Rio de Janeiro).

tal período se tratava de um "hiato" na História da Arte, o conselheiro Paulo Santos argumentou que considerava essencial admitir a continuidade do fato histórico e a vivência não interrompida. Em cada época, defendia o conselheiro, "mesmo nas de aparente decadência, acumulam-se fermentos que explicam a época seguinte (...)".[25]

O saldo de tais discussões foi a inclusão do estilo "eclético" no rol de *Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, ultrapassando, ainda que timidamente, os bens do século XVI ao XVIII, tradicionalmente protegidos. Esse debate manifestou-se também nas indicações dos Livros de Tombo nos quais seriam inscritos os bens.

O maior uso dos Livros Histórico e de Belas Artes em conjunto (26,5%) e o Livro Histórico (26,5%) isoladamente, em oposição ao consagrado Livro de Belas Artes dos anos iniciais (que no período analisado representou aproximadamente 18,1% das inscrições), é um indicativo de que os bens ecléticos, enquanto uma "arquitetura abastardada e banal", na apreciação de Augusto da Silva Telles, não foram analisados conforme os "princípios que norteiam a Arquitetura e o Urbanismo modernos, em que a unidade de estilo, volume e forma é consideração básica para a qualidade da obra".[26] A ausência de valor artístico "puro" era, assim, compensada pela valorização histórica.[27]

A "singularidade histórica" identificaria os bens relacionados a "fatos memoráveis da história" e personagens ilustres da nação, como D. Pedro I, D. Pedro II, duque de Caxias, general Osório, Oliveira Viana e Cân-

25 A querela foi finalizada com o tombamento individualizado de alguns bens: Museu Nacional de Belas Artes, Teatro Municipal, Assembleia Legislativa, Caixa de Amortização e Biblioteca Nacional, todos inscritos no Livro de Belas Artes.

26 Paulo Santos. Parecer, 1972. Processo: 860-T-72, Arquivo Central do IPHAN (Seção Rio de Janeiro).

27 Os imóveis na Rua Mayrink Veiga e na Rua da Quitanda, na cidade Rio de Janeiro, foram considerados obras excepcionais do século XIX a partir de argumentações artísticas e estilísticas, no entanto, a ausência de "pureza" artística levou à inscrição apenas no Livro Histórico.

dido Portinari, para citar alguns. Os episódios históricos eleitos foram a Inconfidência Mineira, a ocupação jesuítica, a colonização lusa, as lutas pela defesa do território, entre outros. Desse modo, adotou-se uma história linear e factual que reafirmava uma herança europeia-portuguesa.

A questão do pertencimento à civilização ocidental foi, segundo Márcia CHUVA (2004), uma das concepções mais significativas na configuração que tomou o processo de invenção de um "patrimônio nacional" no Brasil. A crença na persistência da produção artística colonial em relação à cultura portuguesa inseria o Brasil em um quadro da universalidade da arte e da cultura.[28]

Respaldadas nas ideias de "tradição" e "civilização" as concepções de história e de arte adotadas conferiram uma leitura de unidade, permanência, autenticidade e testemunho da participação do Brasil na história das civilizações ocidentais. Essa narrativa histórica harmônica e sem conflitos impediu a formação de um "coral cacofônico" (CARVALHO, 2000), reforçando a proposta de unidade cultural da nação.

O Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, com cerca de 9,6% das inscrições, foi indicado basicamente para conjuntos urbanos, como as cidades baianas de Cachoeira, Lençóis e Mucugê, e para bens naturais, como as duas grutas em Bonito (MT) e as penedias da cidade do Rio de Janeiro (RJ). Em todos os casos enfatizou-se o valor "paisagístico" dos conjuntos, sem nenhuma referência ao valor "arqueológico" e "etnográfico", podendo estender tal verificação para as outras combinações do mesmo livro. Com exceção dos dois únicos bens inscritos nos três Livros de Tombo, o Conjunto Arquitetônico e Paisagístico Ver-o-Peso em Belém do Pará e os museus e respectivos acervos dos museus do Açude e Chácara do Céu no Rio de Janeiro (RJ), nos quais se apontou a importância dos bens

[28] A feição tipicamente brasileira teria surgido a partir do "abrasileiramento" da cultura trazida pela metrópole (MOTTA, 2002).

para a vida da cidade, relacionando o aspecto tradicional ao uso cotidiano dos mesmos.

A relativa ampliação desse acervo nacional à época pode ser justificada também pela inexistência de órgãos estaduais e municipais de preservação do patrimônio, obrigando o IPHAN a proteger bens que não possuíam as características, a princípio, necessárias para a inscrição em nível nacional. Considerados como "casos de emergência", deveriam ser, tão logo criados os órgãos estaduais de proteção, "arrolados e passar quando possível para sua exclusiva responsabilidade".[29]

Como consequência, estabeleceu-se uma dicotomia no campo patrimonial entre valor "nacional" e valor "regional" com base, principalmente, numa hierarquização do valor arquitetônico do imóvel (MOTTA, 2000, p. 67-8). O "valor regional", segundo a autora, apesar de citado no *Compromisso de Brasília* e no *Compromisso de Salvador*, documentos produzidos nos encontros de governadores,[30] não vinha acompanhado de qualquer definição e vinculava a sua proteção, pelos futuros órgãos regionais, à orientação do IPHAN, demonstrando a importância de seu controle sobre os critérios de seleção de valores culturais como patrimônio.

Do mesmo modo que muitos bens de valor "regional" foram tombados, a mesma justificativa foi levantada para a maioria dos processos arquivados. No total de 34 bens arquivados, 56% alegaram a referência regional ou local do bem e 44% referem-se a outras justificativas.

---

29 COSTA, Lygia Martins. Processo: 852-T-72, Arquivo Central do IPHAN (Seção Rio de Janeiro).

30 Reuniões realizadas nos anos de 1970 e 1971 no âmbito do Ministério da Educação e Cultura, nas cidades de Brasília e Salvador, que tiveram como objetivos principais incentivar a formação de órgãos de preservação estaduais e municipais, com vistas a contribuir nas atividades do órgão federal. O que a princípio pode ser identificado como um movimento de descentralização tem uma forte intenção centralizadora, por deixar as diretrizes valorativas a cargo do IPHAN. Até 1970, apenas sete estados tinham estrutura para exercer trabalhos de preservação: Paraná (1948), Rio Grande do Sul (1950), antigo estado da Guanabara (1964), Espírito Santo (1967) e São Paulo, Bahia e Ceará (1968) (MOTTA, 2000).

De maneira inversa, os trabalhos do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC) influenciaram a agência federal através da indicação de vários bens ecléticos ao tombamento nacional. À frente de muitos órgãos semelhantes, o IPAC já vinha desenvolvendo um "fichamento" arquitetônico, contemplando, inclusive, o acervo interno, porém manteve uma leitura estritamente arquitetônica, que foi acolhida pelo IPHAN.

Outra possível explicação para o aumento da diversidade dos bens protegidos refere-se às atividades do Programa Integrado de Cidades Históricas (PCH), criado em 1973, no âmbito do programa de "desenvolvimento nacional" do Ministério do Planejamento. O Programa tinha por objetivo principal aliar a preservação dos recursos naturais e do patrimônio cultural ao desenvolvimento. Voltado inicialmente para o Nordeste, buscava incentivar a geração de renda através do incremento da atividade turística e a conservação do patrimônio histórico, revertendo o fenômeno de concentração urbana no Sudeste.[31]

Nessa engenharia estatal, recorreu-se ao turismo como forma de aliar a preservação do patrimônio ao desenvolvimento do país, principalmente em determinadas regiões brasileiras. No plano internacional, a *Carta de Quito* (1967)[32] é um dos documentos mais sintomáticos desse período, ao considerar o valor econômico do patrimônio cultural, tornando-o suscetível de constituir instrumento do progresso, na medida em que pode ser usado como meio de desenvolvimento econômico-social. O turismo é visto como um desses meios.

---

31 O Programa buscava incrementar a atividade turística através da conservação do patrimônio histórico mediante o esforço integrado dos três níveis do poder público, conforme preconizava o Compromisso de Salvador (1971), visando a geração de renda para a região Nordeste. Também estava previsto dentro do PCH o financiamento de cursos para formação de técnicos e mão-de-obra especializada, projetos, pesquisas e planos de desenvolvimento urbano. Os estados e municípios interessados em pleitear recursos para a restauração de bens em suas regiões deveriam comprometer-se a entrar com 20% do custo das obras e o Programa, na área federal, arcava com os 80% restantes. Foi estendido em 1976 para os estados do Sudeste.

32 O Brasil foi signatário da Carta de Quito, sendo Renato Soeiro nosso representante.

O aproveitamento turístico do patrimônio era uma ideia que estava em voga nos discursos internacionais, tendo inclusive o Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (da ONU) declarado o ano de 1967 como o "Ano do Turismo Internacional".

Nesse cenário nacional, a criação da EMBRATUR (a substituir a COMBRATUR), em 1966, os encontros de governadores, em 1970 e 1971, a criação do PCH, em 1973, e a do CNRC, em 1975, foram ações integradas dos Ministérios da Indústria e do Comércio, da Cultura e Educação e do Planejamento que incentivavam a nascente indústria do turismo.

Em um primeiro momento, a indicação do IPHAN das "cidades barrocas" para serem contempladas com os recursos do PCH revelava uma visão ainda bastante presa ao valor artístico como principal critério de seleção. Ao longo do processo, no entanto, passou-se a identificar potencial turístico em localidades sem monumentos históricos excepcionais, mas com clima agradável, acessibilidade, existência de manifestações folclóricas e boa culinária, além de esgoto, iluminação, isto é, infraestrutura turística. Esses aspectos foram levantados e defendidos por interesses políticos locais e administradores da indústria do turismo. Tal fato possibilitou, aos poucos, a abertura do leque inicial para cidades que sequer possuíam qualquer bem tombado, conclui Márcia SANT´ANNA (1995).

Como a restauração de bens imóveis (tombados ou não) estava incluída nessas medidas de valorização das cidades, algumas prefeituras, buscando aliar as duas ações federais, do IPHAN e do PCH, trabalharam em conjunto com o Instituto no tombamento de seus núcleos urbanos ao invés de fazer tombamentos isolados.[33]

33 Em resposta ao pedido da Universidade Federal do Maranhão do tombamento de um imóvel à Rua Oswaldo Cruz em São Luiz (MA), o IPHAN comunica a intenção de inscrevê-lo no Livro de Tombo e "uma vez feita essa inscrição, este órgão participará das obras no referido prédio, patrocinando sua inclusão no Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste" (1976). Processo: 940-T-76, Arquivo Central do IPHAN (Seção Rio de Janeiro).

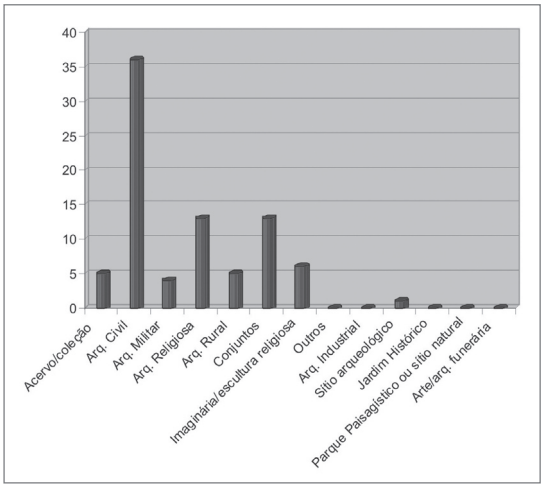


Figura 1 – Gráfico indicativo da classificação dos bens tombados por categoria

Tal estratégia torna-se relevante quando as categorias dos bens protegidos nesse período são quantificadas. Os "conjuntos" igualam-se aos bens de "arquitetura religiosa", tão consagrados nos anos iniciais do IPHAN.

A análise do gráfico acima permite, no entanto, perceber que a diversidade dos bens tombados foi relativa, visto que bens tradicionais como "imaginária", "arquitetura militar" e "arquitetura rural" permanecem expressivas, enquanto outras categorias são inexpressivas.

O predomínio das categorias "arquitetura civil" e "conjuntos" reforça a leitura arquitetônica do patrimônio, na qual as argumentações baseavam-se em aspectos estético-estilísticos, na "qualidade arquitetônica", "pureza artística", "harmonia" e "unidade de estilo, volume e forma". A "excepcionalidade" estaria ligada à genialidade e originalidade das obras (FONSECA, 2005), principalmente quando não fossem bens do modelo barroco-colonial.[34]

Esse traço de continuidade do modelo de patrimônio nacional também foi percebido na configuração geográfica dos tombamentos, concentrados nos estados do Rio de Janeiro, Bahia, São Paulo, Pernambuco

34 De acordo com Silvana RUBINO (1996), o conjunto eleito nos primeiros trinta anos do SPHAN revela o desejo por um país passado, com quatro séculos de história, extremamente católico, guardado por canhões, patriarcal, latifundiário, ordenado por intendências e casas de câmara e cadeia, e habitado por personagens ilustres, que caminham entre pontes e chafarizes.

e Minas Gerais, respectivamente, totalizando 77% dos bens tombados. Manteve-se o privilégio de antigas áreas de economia portuguesa colonial escravista, relacionadas aos grandes ciclos econômicos do açúcar e do ouro.[35] Cabe ressaltar, no entanto, que muitos bens ecléticos protegidos também se localizavam nesses estados, principalmente nas capitais, palco de transformações políticas e econômicas em meados do século XIX. Os demais estados, como Pará, Maranhão, Paraíba, Ceará, Espírito Santo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e Rio Grande do Sul não ultrapassaram, cada um, 4% de bens protegidos.

Em 1976, uma portaria modificou e ampliou a estrutura interna do IPHAN, aumentando o número de diretorias regionais, contemplando a quase totalidade do território nacional. A mesma portaria criou departamentos responsáveis pelo orçamento e planejamento, o que poderia relacionar-se às ações de modernização e adequação do órgão frente às novas diretrizes políticas do Estado.[36]

Do mesmo modo, os conjuntos urbanos tombados foram os que se mantiveram "ilesos" frente às transformações urbanas processadas ao longo do tempo, considerando a excepcionalidade, uniformidade, integridade e harmonia, e por fim, o valor paisagístico desses núcleos. Em relação a este último destaca-se o Conjunto Paisagístico das Penedias do Rio de Janeiro (RJ). No tombamento dos Conjuntos Arquitetônicos e Paisagísticos das cidades de Cachoeira, Lençóis, Rio de Contas, Mucugê e Itaparica, todas na Bahia, foi determinante a influência dos encontros de governadores e do PCH na seleção, tendo em vista a integração das ações de proteção com o turismo.

Com exceção dos prédios das embaixadas da Argentina e da Itália, na cidade do Rio de Janeiro (RJ), cujos embates saíram da esfera do

35 Dos 689 bens tombados na "fase heróica", 79% correspondem ao período colonial, com bens do século XVI ao XVIII (RUBINO, 1996). Para maiores informações ver RUBINO (1996) e CHUVA (1998).

36 Para maiores informações, ver ORTIZ (2006) e COHN (1984).

IPHAN e foram tratados no âmbito ministerial, e da Igreja de Nossa Senhora dos Martírios em Recife (PE), destombada pelo presidente da República pela pressão da prefeitura, nenhuma contestação dos proprietários foi suficiente para anular o tombamento. As impugnações, como são administrativamente chamadas essas contestações, somaram 13% no total de 117 processos, sendo a maior parte nos processos abertos em 1967. No geral, essas contestações amparam-se no próprio Decreto-Lei n. 25/37, "desqualificando" os bens frente aos critérios expostos na lei.

Os argumentos que amparam as contestações referem-se, sobretudo, à perda de valor econômico com o tombamento, tendo em vista as restrições ao direito de propriedade conferido pelo Decreto-Lei n.25/37. Quando não atendia aos interesses turísticos das prefeituras, o tombamento era visto como um atraso no que se refere às reformas urbanas e ao crescimento das cidades.

Na sua maioria, os embates patrimoniais foram vencidos pelo órgão federal, amparado, de certa forma, pelas mudanças políticas e econômicas do período. Nesse sentido, as ações de preservação, dentre elas o tombamento, tornaram-se mais complexas devido à intercessão de fatores e interesses no processo de patrimonialização. Afastando-se da "autoridade" dos técnicos, as argumentações do período ancoraram-se muitas vezes em valores diferentes dos consagrados, como é o caso da importância "social" do Hospital São Francisco de Assis, no Rio de Janeiro, e a "memória urbana" que compõe o conjunto do Mercado Ver-o-Peso de Belém, no Pará.[37]

[37] Importa destacar que o pedido externo de tombamento alegava a relação do mercado Ver-o-Peso com os moradores e frequentadores atuais, o que foi reforçado pelo arquiteto Eurico Antônio Calvente na expressão "tradição popular". A leitura urbanística feita por Lygia Martins Costa não considerou tais interpretações, analisando-o como um "elemento único na feição pitoresca". A preocupação com a sua ambientação, como um registro de uma "memória urbana", a indicação de parcerias com outros órgãos estaduais e a inscrição do bem nos três Livros de Tombo indicam, no entanto, algumas mudanças na valoração institucional. Tal fato pode ser sustentado pela demora na instrução do processo, que durou quase dez anos, o que poderia indicar certa dificuldade ou resistência inicial do órgão com o bem em questão.

Embora os valores "afetivo" e de "identidade", não claramente expostos, tenham influenciado nas seleções patrimoniais, bem como a importância dos bens culturais para a história e memória local, o seu potencial turístico, a indicação do uso e o compromisso de obras de restauração, a identificação desses bens no período estudado seguiu o modelo e um projeto de patrimônio definido pelo IPHAN ao longo de sua trajetória.

A leitura arquitetônica, a referência estética e estilística, a significância para um passado e memória nacional específica reafirmaram o discurso competente (CHAUÍ, 2003) construído em relação à herança da nação.

Considerações finais

A interação das concepções de *passado*, *história* e *nação*, formuladas nos primeiros anos do IPHAN, com questões econômicas, demandas sociais, novas diretrizes políticas e estratégias simbólicas do Estado, bem como com as revisões do conceito de *patrimônio*, advindas dos debates internacionais e nacionais, repercutiram na constituição do *Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* do período estudado.

Este acervo da nação passou a incluir no seu conjunto um maior número de bens ecléticos que, embora superando em quantidade os bens coloniais, haviam sido excluídos do Livro de Tombo das Belas-Artes devido à falta de "pureza" artística. Referenciando-se em um repertório pré-concebido do "patrimônio nacional", a seleção do período pautou-se em critérios consagrados, como o estilístico, estético e artístico, e na "autenticidade" e "excepcionalidade" dos bens para a evolução histórico-arquitetônica do país.

Nesse sentido, os bens tombados reforçaram os critérios tradicionais, na medida em que foram estendidos a outros vestígios históricos e artísticos, considerados significativos para a memória nacional. Essa ampliação, no entanto, incorporou o século XIX à narrativa patrimonial da nação, sendo a sua produção arquitetônica e artística analisada como um documento ou registro de época.

Tais mudanças, no entanto, não romperam com a concepção de patrimônio como testemunho material ou prova de uma continuidade histórica da nação, consolidando sequencial e linearmente eventos, tempos e vultos "excepcionais" nacionais. Manteve-se uma prática de colecionismo acumulativo, comum nas ações de preservação do mundo ocidental (CLIFFORD, 1994, p. 73), reforçando a ideia de "patrimônio nacional" como sinônimo de bens imóveis e monumentais, na sua maioria.

Em alinhamento com os projetos político-ideológicos do regime militar, a prática do IPHAN e, nesse caso, os tombamentos do período, contribuiu no trabalho de construção de uma *camaradagem horizontal* (ANDERSON, 2008, p. 34), isto é, na manutenção da unidade nacional através da reafirmação, criação e esquecimento de referências da nação.

Apesar da ênfase nos aspectos históricos e artísticos, na tradição, autenticidade e antiguidade dos bens, a ideia da importância "nacional" daqueles bens é que dava sentido à sua proteção. Nessa relação entre patrimônio e nação, o tombamento torna-se um ato simbólico formulador de cânones e de novas credibilidades que se relaciona a toda uma gama de intencionalidades (POULOT, 2008, p. 31), constituindo-se em um campo de tensões e relações de força entre diversos setores sociais.

A "inação" institucional do período (AZEVEDO, 2005), por muitos associada à falta de diplomacia e força de Renato Soeiro, é fruto desse específico contexto histórico, onde os imperativos do regime militar estiveram presentes na área cultural como um todo. Antes de definir uma *identidade nacional*, como na década de 1930, o *Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* em construção nesse momento, em consonância com outras ações estatais, deveria valorizar e proteger a produção interna, reafirmando a nação chamada "Brasil".

O crescimento do turismo, o incentivo do Conselho Federal de Cultura à abertura de "casas de cultura" e museus e a ampliação da

estrutura de preservação do patrimônio para as esferas regional e local foram estratégias complementares desse projeto político mais amplo que se procurava implementar. Coordenando e centralizando as ações culturais o Estado construiu um sistema de significação da nação, que entendia a pluralidade cultural como um aspecto dessa unidade territorial e simbólica.

As dificuldades e desafios desse momento institucional foram omitidos não apenas pelo esforço do grupo posterior em registrar uma "ruptura" conceitual e metodológica, mas também pela violência política e social do Brasil que contextualiza a gestão de Renato Soeiro. A entrada "apática" de Renato Soeiro na direção do SPHAN é descrita por Carlos Drummond de Andrade, também funcionário do órgão:

> Sai sem ruído, entra sem ruído Renato Soeiro, antigo e impecável colaborador dessa obra delicada e áspera. Soeiro conhece na palma da mão os problemas de seu ofício. É dono de uma energia mansa, tranquila, eficiente. O melhor, e mais certo substituto de mestre Rodrigo, para a garantia de nossos bens de arte e história. Que o Governo lhe dê meios para cumprir a tarefa, pois engenho e arte não lhe faltam em sua nobre discrição.[38]

A falta de ruído, indicada pelo poeta, é quebrada em face do barulho das destruições e reformas em prol do progresso, dos planos de desenvolvimento para o país dos anos 1970, dos tratores da indústria da construção civil e da especulação imobiliária, dos passos ligeiros da indústria do turismo, do êxodo rural, dos movimentos sociais reprimidos, dos tanques militares e das armas. Um panorama, no mínimo, movimentado para uma tradicional constituição do *Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*.

---

38 ANDRADE, Carlos Drummond de. Convênio IPHAN/SEPLA/SEMOR. Pré-Diagnóstico do IPHAN, Documento n. 100. Versão Preliminar. Junho de 1978. Arquivo Noronha Santos / IPHAN. Série: Arquivo Técnico Administrativo, Pasta 48.

Referências

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas:* reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. *Rodrigo e o SPHAN*. Coletânea de textos sobre patrimônio cultural. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura; SPHAN; Pró-Memória, 1987.

AZEVEDO, Paulo Ormindo de. *Homenagem do Conselho Consultivo do IPHAN a Renato Soeiro.* Rio de Janeiro, Forte de Copacabana, 11 ago. 2005.

CALABRE, Lia. O Conselho Federal de Cultura, 1971-1974. *Estudos Históricos*, n. 37, 2006.

CARVALHO, José Murilo de. A memória nacional em luta contra a história. Brasil 501 d.C. *Folha de São Paulo*, 12 nov. 2000.

CASTRO, Sônia Rabello de. *O Estado na preservação de bens culturais:* o tombamento. Rio de Janeiro: Renovar, 1991.

CHAUÍ, Marilena. Política cultural, cultura política e patrimônio histórico. In: Secretaria Municipal de Cultura (Org.) *O Direito à memória. Patrimônio Histórico e Cidadania*. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura, Departamento do patrimônio Histórico, 1992, p. 37-46.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio.* São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2001.

CHUVA, Márcia R.R. Fundando a nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado. *Topoi:* Revista de História, v. 4, n. 7, p. 313-333, 2003.

_____. *Os Arquitetos da Memória:* a construção do patrimônio histórico e artístico nacional no Brasil (anos 30 e 40). Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História da UFF. Niterói, 1998.

CLIFFORD, James. Colecionando Arte e Cultura. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.* Cidades, n. 23, p. 69-89, 1994.

COHN, Gabriel. A concepção oficial da política cultural nos anos 70. In: MICELLI, Sérgio (org). *Estado e Cultura no Brasil.* São Paulo: Difel, 1984.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. Patrimônio Histórico e Cidadania: uma discussão necessária. In: Secretaria Municipal de Cultura (Org.) *O direito à memória:* patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura, Departamento do Patrimônio Histórico, 1992, p. 9-11.

FENELON, Déa Ribeiro. Políticas culturais e Patrimônio histórico. In: Secretaria Municipal de Cultura (Org.) *O direito à memória:* patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura, Departamento do Patrimônio Histórico, 1992, p. 29-33.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em processo:* trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2. ed. Revisada e ampliada. Rio de Janeiro: UFRJ; MinC-IPHAN, 2005.

GOMES, A.M.C. A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado. In: NOVAES, Fernando; SCHWACZ, L. (Org.). *História da vida privada no Brasil.* São Paulo: Companhia das Letras, v. 4, 1998, p. 489-558.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda:* os discursos do patrimônio cultural no Brasil. 2. Ed. Rio de Janeiro: UFRJ/MinC, 2002.

_____. *Antropologia dos objetos:* coleções, museus e patrimônios. Coleção Museu, memória e cidadania. Rio de Janeiro: Garamond, MinC/IPHAN/DEMU, 2007.

IPHAN. *Proteção e revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil:* uma trajetória. Brasília: Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Fundação Nacional Pró-Memória, 1980.

JEUDY, Henri-Pierre. *Espelho das cidades.* Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

MELLO, João Manuel Cardoso de; NOVAIS, Fernando A. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.) *História da vida privada no Brasil.* Contrastes da intimidade contemporânea. V. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MENDONÇA, Sônia Regina de. Por uma sócio-história do Estado no Brasil. In: CHUVA, Márcia (Org.) *A invenção do Patrimônio:* continuidade e ruptura na constituição de uma política oficial de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: IPHAN, 1995, p. 67-80.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. O Patrimônio Cultural entre o público e o privado. In: Secretaria Municipal de Cultura (Org). *O direito à memória:* patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura, Departamento do patrimônio Histórico, 1992, p. 189-194.

MOTTA, Lia. *Patrimônio urbano e memória social: práticas discursivas e seletivas de preservação cultural*, 1975 a 1990. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Documento, UNIRIO. Rio de Janeiro, 2000.

MOTTA, Lia; SILVA, Maria Beatriz Resende da (Org). *Inventários de Identificação:* um programa da experiência brasileira. Rio de Janeiro: IPHAN, 1998.

NORA, Pierre. *Entre história e memória:* a problemática dos lugares. Projeto história, v. 10, p. 37-44, dez/1993.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional.* São Paulo: Brasiliense, 2006.

RUBINO, Silvana. *As fachadas da História:* os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-1968. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UNICAMP. Campinas, 1991.

_____. O mapa do Brasil passado. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Cidadania, n. 24, p. 97-105, 1996.

SANT´ANA, Márcia. *Da cidade-monumento à cidade-documento.* A trajetória da Norma de Preservação de Áreas Urbanas no Brasil (1937-1990). Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFBA. Salvador, 1995.

SANTOS, Mariza Veloso Motta. Nasce a Academia SPHAN. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Cidadania, n. 24, p. 77-96, 1996.

SILVA, Vanderli Maria da. *A construção da política cultural no regime militar:* concepções, diretrizes e programas (1974-1978). Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP. São Paulo, 2001.

SOEIRO, Renato. O Departamento de Assuntos Culturais. *Cultura*. Revista Trimestral do Ministério da Educação e Cultura. Diretoria de Documentação e Divulgação, n. 1, p. 74-75, jan/mar 1971.

Anexo 1

Processos abertos e concluídos (tombados) entre 1967 e 1979. Total: 83				
N.	Proc.	Data Tomb.	Nome	Localização
1	787-T-67	1967	Imóvel na rua José Marcelino, n. 197 e 203/205	Vitória/ES
2	789-T-67	1970	Fazenda Santa Eufrázia com seus bosques e acervo	Vassouras/RJ
3	790-T-67	1967	Igreja da Ordem Primeira e da Ordem Terceira do Carmo, igreja e convento	Mogi das Cruzes/MG
4	793-T-67	1968	Casa natal de Oliveira Lima	Recife/PE
5	794-T-67	1969	Sobrados na praça General Osório, n. 3 a 13, 35 e outro s/n	Angra dos Reis/RJ
6	797-T-67	1968	Imóvel na avenida Rui Barbosa, n. 1596	Recife/PE
7	800-T-68	1968	Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do município de Porto Seguro, em especial o Monte Pascoal	Porto Seguro/BA
8	801-T-68	1968	Casa onde residiu o pintor Cândido Portinari, notadamente os murais e afrescos nela incorporados	Brodósqui/SP
9	808-T-68	1970	Retábulo e imagem de Nossa Senhora do Amor de Deus, que pertenceram à Capela da Casa do Padre Correia	Petrópolis/RJ
10	809-T-68	1969	Acervo do Museu de Arte Assis Chateaubriand, MASP	São Paulo/SP
11	810-T-68	1969	Remanescente da vila de São Miguel (igreja e sobrado)	Biguaçu/SC
12	812-T-69	1977	Conjunto Arquitetônico e Paisagístico Ver-o-Peso e áreas adjacentes	Belém/PA
13	813-T-69	1970	Ruínas dos povos de São Lourenço, São Nicolau, em São Luiz Gonzaga, e ruínas de São José, em Santo Ângelo	Santo Ângelo/RS
14	815-T-69	1969	Igreja da Conceição, Capela da Fazenda de N. Sra. da Conceição, Capela do Caminho Novo	Matias Barbosa/MG
15	816-T-69	1969	Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Mambucaba e Imagem de N. Sra. do Rosário	Angra dos Reis/RJ
16	818-T-69	1969	Acervo do Museu de Arte Sacra de São Paulo	São Paulo/SP
17	820-T-69	1970	Igreja Sant´Ana do Basílio, capela	Rio Bonito/RJ

Processos abertos e concluídos (tombados) entre 1967 e 1979. Total: 83				
N.	Proc.	Data Tomb.	Nome	Localização
18	822-T-69	1969	Imagem de São José e N. S. das Dores	Rio de Janeiro/RJ
19	823-T-69	1969	Imagem de Sant´Ana	Rio de Janeiro/RJ
20	824-T-69	1969	Imagem de N. S. da Purificação	São Paulo/SP
21	825-T-70	1970	Imóvel na rua do Russel, n. 734	Rio de Janeiro/RJ
22	828-T-70	1971	Imóvel: Correios (agência)	João Pessoa/PB
23	829-T-70	1980*	Acervo do Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo	São Paulo/SP
24	833-T-71	1971	Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da praça Getúlio Vargas	Nova Friburgo/RJ
25	839-T-71	1971	Igreja de São José (Matriz)	Serro/MG
26	841-T-71	1974	Imóvel na praça D. Pedro II, antigo Palácio do Governo	Belém/PA
27	843-T-71	1971	Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Cidade de Cachoeira	Cachoeira/BA
28	845-T-71	1971	Imagem de São Francisco de Paula, autoria de Aleijadinho	Abre Campo/MG
29	846-T-71	1973	Sede da Fazenda Rio de São João	Bom Jesus do Amparo/MG
30	847-T-71	1973	Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Cidade de Lençóis	Lençóis/BA
31	850-T-71	1974	Igreja Matriz de Sant´Ana (fachada)	Iguatu/CE
32	852-T-72	1973	Igreja Matriz de N. Sra. da Conceição	Pati de Alferes/RJ
33	853-T-72	1972	Imóvel na rua Mayrink Veiga, n. 9	Rio de Janeiro/RJ
34	854-T-72	1972	Imóvel na rua da Quitanda, n. 61	Rio de Janeiro/RJ
35	860-T-72	1973	Conjunto Arquitetônico da avenida Rio Branco: Palácio Monroe, Tribunal de Justiça, Biblioteca Nacional, Museu Nacional de Belas Artes, Derbi Clube, Jóquei Clube, Clube Naval, Teatro Municipal, Assembleia Legislativa (Câmara de Vereadores), Edifício da Antiga Caixa de Amortização	Rio de Janeiro/RJ
36	863-T-72	1973	Imóvel na rua São Paulo, Assembleia Legislativa	Fortaleza / CE

Processos abertos e concluídos (tombados) entre 1967 e 1979. Total: 83				
N.	Proc.	Data Tomb.	Nome	Localização
37	866-T-72	1972	Igreja do Divino Espírito Santo	Recife/PE
38	869-T-73	1973	Penedias da cidade do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro/RJ
39	870-T-73	Pós-1980	Igreja Matriz de N. Sra. Da Conceição	Prados/MG
40	877-T-73	1988	Ruínas da Igreja Matriz de Vila Bela e do Palácio dos Capitães Gerais	Vila Boa da Santíssima Trindade/MT
41	879-T-73	1976	Casa de Câmara e Cadeia, rua Liberato Barroso	Aracati/CE
42	880-T-73	1973	Conjunto Arquitetônico da Praça Matriz e o prédio do Museu de Arte e História	Nova Era / MG
43	881-T-73	1973	Sede da Fazenda Santa Mônica	Valença/RJ
44	883-T-73	1973	Mercado São José	Recife/PE
45	890-T-73	1974	Solar da Baronesa de Muriaé	Campos dos Goytacazes/RJ
46	891-T-73	1980*	Conjunto Arquitetônico da Cidade de Rio de Contas	Rio de Contas/BA
47	894-T-74	1974	Sobrado na praça Dr. Fernando Abott	São Gabriel/RS
48	895-T-74	1974	Lavabo de mármore português, Solar Manjope	Rio de Janeiro/RJ e Cachoeira /BA
49	898-T-74	1974	Imóvel na estrada do Açude, n. 764 e na rua Murtinho Nobre, n. 93 e respectivos acervos histórico e artístico. Museu do Açude e Museu Chácara do Céu	Rio de Janeiro/RJ
50	899-T-74	1974	Imóvel na rua Presidente Domiciano, n. 195 e respectivo parque arborizado (Solar do Jambeiro)	Niterói/RJ
51	903-T-74	1974	Quatorze (14) quadros de autoria de Cândido Portinari, Igreja do Bom Jesus	Batatais/SP
52	909-T-74	1976	Sede da Fazenda Ponte Alta	Redenção da Serra/SP
53	910-T-74	1974	Sede da Fazenda da Conceição	Paraibuna/SP
54	914-T-74	1975	Imóvel na rua Conselheiro Mafra, sede da antiga Alfândega.	Florianópolis/SC
55	917-T-74	1974	Conjunto de edificações que compõem do Forte de Coimbra	Corumbá/MT (MS)

Processos abertos e concluídos (tombados) entre 1967 e 1979. Total: 83				
N.	Proc.	Data Tomb.	Nome	Localização
56	922-T-75	1975	Igreja de Nossa Senhora do Terço	Recife/PE
57	923-T-75	1978	Igreja de São José do Ribamar	Recife/PE
58	925-T-75	Pós-1980	Prédios números 2, 6 e 8 na praça Coronel Osório	Pelotas/RS
59	930-T-75	1975	Remanescentes da Fortaleza de Santo Antônio na Ponta D´Areia	São Luís/MA
60	937-T-75	1979	Imóvel na rua Padre Belchior, n. 85, "Casa do Padre Belchior"	Pitangui/MG
61	940-T-76	1978	Imóvel na rua Oswaldo Cruz, n. 782, "Casarão"	São Luís/MA
62	942-T-76	1980*	Arraial Novo do Bom Jesus	Recife/PE
63	943-T-76	1980	Forte de N. Sra. da Conceição, inclusive as edificações da ilha.	Florianópolis/SC
64	953-T-77	1986	Imóvel na rua Afonso Cavalcanti, n. 275, Pavilhão de aulas da Escola de Enfermagem Ana Neri	Rio de Janeiro/RJ
65	955-T-77	1977	Sabre de Honra do General Osório, Museu Imperial	Petrópolis/RJ
66	966-T-77	1978	Marco do Jaurú, praça Barão do Rio Branco	Cáceres/MT
67	968-T-78	1996*	Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Cidade de Iço	Iço/CE
68	969-T-78	1998	Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Cidade de Aracati	Aracati/CE
69	970-T-78	1980*	Imóvel da Faculdade de Direito	Recife/PE
70	972-T-78	1979	Imóvel na rua do Imperador, n. 1, "Solar do Conde de Subaé"	Santo Amaro/BA
71	973-T-78	1980*	Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Itaparica, inclusive a Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento	Itaparica/BA
72	974-T-78	1980*	Conjunto Arquitetônico e Paisagístico, especialmente o cemitério, da cidade de Mucugê	Mucugê/BA
73	975-T-78	1981	Imóvel na avenida Sete de Setembro, n. 401	Salvador/BA
74	976-T-78	1978	Imóvel na avenida Rio Branco, n. 46, sede da Companhia das Docas de Santos	Rio de Janeiro/RJ
75	978-T-78	1983*	Imóvel do Hospital São Francisco de Assis, pavilhões originais, na avenida Presidente Vargas, n. 2863	Rio de Janeiro/RJ

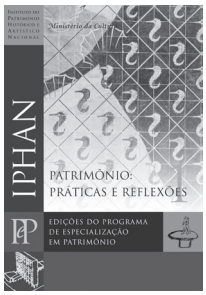
Processos abertos e concluídos (tombados) entre 1967 e 1979. Total: 83				
N.	Proc.	Data Tomb.	Nome	Localização
76	979-T-78	1978	Grutas: Lago Azul e N. Sra. Aparecida	Bonito/MT (MS)
77	981-T-78	1980*	Igreja de Nossa Senhora dos Remédios	Fernando de Noronha/PE
78	983-T-78	1980*	Imóvel na avenida Luis Tarquínio, n. 18, Asilo D. Pedro II (Anexo 542-T-56)	Salvador/BA
79	984-T-78	1980*	Imóvel na rua Princesa Leopoldina, n. 2, "Casa dos Carvalhos"	Salvador/BA
80	986-T-78	Pós-1980	Conjunto Urbano formado pela quadra existente entre as ruas da Constituição e Luis de Camões.	Rio de Janeiro/RJ
81	988-T-78	1980*	Imóvel na rua Porto dos Tanheiros, n. 80, "Solar Amado Bahia"	Salvador/BA
82	993-T-78	1980*	Imagem de N. Sra. da Escada, Aldeia de Barueri	Barueri/SP
83	996-T-79	1980*	Casa paroquial anexa à Igreja de Santo Antônio	Recife/PE

Anexo 2

Processos arquivados entre 1967 e 1979. Total: 34			
N.	Número	Nome	Localização
1	792-T-67	Imóvel na rua do Ouvidor n.97/99, "Torre Eifel"	Rio de Janeiro/RJ
2	786-T-67	Imóvel na praça Antônio de Vizeu, Alto da Boa Vista	Rio de Janeiro/RJ
3	805-T-68	Imóvel na rua Augusto Lima, Câmara Municipal	Belo Horizonte/MG
4	806-T-68	Imóvel na praça Getúlio Vargas, n. 585. Casa onde nasceu Oswaldo Aranha	Alegrete/RS
5	807-T-68	Igreja de São Francisco	Florianópoli/SC
6	814-T-69	Igreja do Senhor Bom Jesus do Triunfo (Matriz)	Bom Jesus do Triunfo/RS
7	817-T-69	Imóvel na avenida Barão do Rio Branco, n. 2644 / 2324	Juiz de Fora/MG
8	821-T-69	Varvito "Moutonné"	Itu/SP
9	826-T-70	Teatro São João	Sobral/CE
10	836-T-71	Igreja do Bom Jesus dos Martírios	Recife/PE

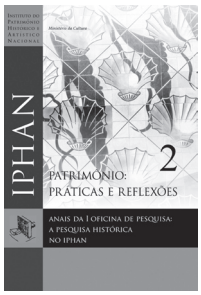
Processos arquivados entre 1967 e 1979. Total: 34			
N.	Número	Nome	Localização
11	837-T-71	Imóvel na praça Dr. Jéferson, n. 13. Antiga Prefeitura e Casa de Câmara e Cadeia	Campanha/MG
12	840-T-71	Imóvel na praça Teixeira Soares. Solar do Barão de Vila Flor	São Fidélis/RJ
13	842-T-71	Gruta: Caverna do Alambary	Bananal/SP
14	849-T-71	Imóvel: Distrito de Catas Altas da No-ruega	Conselheiro Lafaiete/MG
15	855-T-71	Igreja de São Sebastião de Itaipu (Matriz)	Niterói/RJ
16	856-T-72	Imóvel na praça Frei Rogério. Fórum, Museu Municipal	Porto União/SC
17	857-T-72	Imóvel na rua Cônego Tostes, Casa onde nasceu o Presidente Marechal Arthur da Costa e Silva	Taquari/RS
18	868-T-72	Palácio Episcopal	São Carlos/SP
19	873-T-73	Igreja de São Francisco (do antigo convento)	Vitória/ES
20	874-T-73	Igreja do Pilar	Ribeirão Pires/SP
21	916-T-74	Sede da Fazenda do Engenho Novo	São Gonçalo/RJ
22	933-T-75	Imóvel na rua das Laranjeiras, n. 154. Embaixada da Itália	Rio de Janeiro/ RJ
23	934-T-75	Imóvel na praia de Botafogo, n.228. Em-baixada da Argentina	Rio de Janeiro/ RJ
24	935-T-75	Paço Municipal	Inhambupe/BA
25	944-T-76	Estação da Luz	São Paulo/SP
26	945-T-76	Igreja de Nossa Senhora da Paz	Rio de Janeiro/ RJ
27	946-T-76	Imóvel na rua Visconde do Rio Branco, n. 48. Escola Tiradentes	Rio de Janeiro/ RJ
28	948-T-76	Antigo Fórum	Caetité/BA
29	952-T-77	Imóvel na rua Conde de Bonfim, n. 186, Residência do Duque de Caxias	Rio de Janeiro/ RJ
30	962-T-77	Imóvel na rua Boa Vista, n. 12. Pertenceu ao Visconde, depois Conde de Itamaraty	Rio de Janeiro/ RJ
31	982-T-78	Imóvel na rua da Misericórdia, Prédio do antigo Ministério da Agricultura	Rio de Janeiro/ RJ
32	991-T-78	Igreja do Livramento	Recife/PE
33	987-T-78	Ponte Seca	Bagé/RS
34	1001-T-79	Casa natal de Euclides da Cunha Pinto Martins	Camocim/CE

Volumes publicados



PATRIMÔNIO: PRÁTICAS E REFLEXÕES 1

EDIÇÕES DO PROGRAMA
DE ESPECIALIZAÇÃO EM PATRIMÔNIO - 2007



PATRIMÔNIO: PRÁTICAS E REFLEXÕES 2

ANAIS DA I OFICINA DE PESQUISA:
A PESQUISA HISTÓRICA DO IPHAN

Índice de Figuras

Pág. 11 – Sobrados localizados na Avenida Marquês de Olinda, Recife/PE (2005). Foto: Aline de Figueirôa Silva. Reprodução. Acervo Superintendência do IPHAN em Pernambuco.

Pág. 57 – Praça Getúlio Vargas, São Cristóvão/SE (2006). Foto: Andrea Costa Romão Silva. Reprodução. Acervo Superintendência do IPHAN em Sergipe.

Pág. 77 – Mapa do Plano Piloto de Brasília, destacando a área sob proteção federal. Reprodução. Acervo Superintendência do IPHAN em Brasília.

Pág. 109 – Desenho. Autoria: Juliana Bandeira Carvalho Oliveira. Reprodução.

Pág. 141 – Arco do Telles. Travessa do Comércio, Rio de Janeiro/RJ. Foto: Adriana Gonçalves dos Santos Mendes. Reprodução. Acervo Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro.

Pág. 183 – A mulher de Putifar acusa José. Azulejo da Capela da Jaqueira, Recife/PE. Autor desconhecido. Reprodução. In: LEVY, Hanna. Modelos europeus na Pintura Colonial. Revista do SPHAN. Rio de Janeiro, 1944, p. 64.

Pág. 217 – A dança dos Orixás. Foto: Luís Antônio. Reprodução. In: ABREU, Joanisa Vieira de. Os Orixás dançam no Planalto Central. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

Pág. 245 – Forte do Castelo, Belém/PA (2005). Foto: Philipe Sidartha Razeira. Reprodução. Acervo Superintendência do IPHAN no Pará.

Pág. 277 – Nono Encontro de Jongueiros (2004). Foto: Francisco Moreira da Costa. Reprodução. Acervo Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, IPHAN.

Pág. 301 – Serra da Barriga, União dos Palmares/AL. Reprodução. Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro. Processo de Tombamento 1069-T-82.

Pág. 333 – "Puxando" a panela. Foto: José Alberto Junior. Reprodução. In: Ofício das Paneleiras de Goiabeiras. Brasília: IPHAN, 2006 (Dossiê IPHAN: 3).

Pág. 369 – Palácio Monroe, Rio de Janeiro/RJ (1962). Autor desconhecido. Reprodução. Série Inventário, cx. 493, p. 3, env. 5, F51678. Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro.

Impresso em setembro de 2009,
por Imprinta Express Gráfica e Editora Ltda.
para a Coordenação-Geral de Pesquisa
e Documentação, IPHAN.

cessos de registro dos *bens culturais* de natureza imaterial, recuperando, através da trajetória da política de patrimônio no Brasil, os significados e conceitos que nortearam a prática da preservação até a criação de metodologias de identificação e salvaguarda que têm sido referência nacional no tratamento desses bens. Conceitos e significados que precisam ser sempre revisitados, seja a partir de seu contexto de aplicação, seja por sua influência na formulação das políticas do patrimônio cultural, e que são analisados aqui a partir da atuação das instâncias de preservação e dos instrumentos e dispositivos, inclusive jurídicos, disponíveis para essa prática institucional. Outros trabalhos tratam da contribuição de profissionais que compartilharam a história das instituições envolvidas com a preservação do patrimônio histórico, recuperando o contexto de atuação de técnicos e intelectuais que ajudaram a consolidar e legitimar a prática institucional e alargar os horizontes da política de patrimônio no Brasil. Tratam, também, da percepção da sociedade acerca dos espaços de memória e preservação do patrimônio, num esforço de estabelecer um diálogo mais aproximado com o público para o qual as ações institucionais de preservação têm se direcionado.

Com esta nova coletânea de artigos dos bolsistas do Programa de Especialização em Patrimônio do IPHAN, a Série *Patrimônio: Práticas e Reflexões* retoma um espaço importante de discussão e reflexão acerca do campo do patrimônio, possibilitando a divulgação do trabalho de profissionais que compartilharam a experiência cotidiana e os desafios da prática da preservação empreendida pela instituição.

Coordenação-Geral de Pesquisa e
Documentação – Copedoc/DAF/IPHAN

Autores dos artigos deste volume:

Adriana Gonçalves dos Santos Mendes
Adriana Sanajotti Nakamuta
Aline de Figueirôa Silva
Alithéa Cristine Fernandes Corrêa
Andrea Costa Romão Silva
Andrey Faro de Lima
Fabíola Nogueira da Gama Cardoso
Natália Guerra Brayner
Rita Gama Silva
Swai Roger Teodoro Cleaver

IPHAN Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Ministério da Cultura

BRASIL UM PAÍS DE TODOS GOVERNO FEDERAL